

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

27

TEXTOS & DEBATES

ISSN 1413-9987



DOSSIÊ: SOCIEDADE E FRONTEIRAS



TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

Nº 27



REVISTA VINCULADA AOS PROGRAMAS DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DO CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (CCH/UFRR)

ISSN on-line: 2317-1448
ISSN impressa: 1413-9987

Textos & Debates

Boa Vista

Nº 27, v.1, p, 1-214

2015

Ficha catalográfica

Textos & Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima n. 1 (1995) - . - Boa Vista: Editora UFRR, 1995-

Periodicidade: semestral.

ISSN on-line: 2317-1448

ISSN impressa: 1413-9987

1. Periódicos. 2. Ciências Sociais. 3. História - Universidade Federal de Roraima.

Revista vinculada aos programas de estudos pós-graduados do centro de ciências humanas (ech/ufrr)

CDU:0 (05)

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografías de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Esta obra foi publicada com apoio da Coordenação de Apoio de Pessoal de Ensino Superior, (CAPES), por meio do Edital PAEP/CAPES.

Textos & Debates

Comitê editorial

Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes
Rodrigo Pereira Chagas

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)
Prof. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen (UFRGS)
Prof. Dra. Maria Denise Guedes (UNESP)
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. Ramón Peña Castro (UFScar)
Prof. Dr. Stephen Grant Baines (UNB)

Conselho Executivo

Prof. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Jr. (UFRR)
Prof. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)
Prof. Dra. Débora de B. A. P. Freitas (UFRR)
Prof. Dr. Edson Rufino Oyama (UFRR)
Prof. Dr. Felipe Kern Moreira (UFRR)
Prof. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)
Prof. Dra. Gilvete de Lima Gabriel (UFRR)
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
Prof. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)
Prof. Dra. Maria das Graças S. D. Magalhães (UFRR)
Prof. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Prof. Dra. Olendina de Carvalho Cavalcante (UFRR)
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Mibielli (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)



Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez,
nº 2413. Bairro Aeroporto.
CEP: 69304-000 Boa Vista / RR
Telefone: (55) (95) 3621-3111
E-mail: editora@ufrr.br
www.ufrr.br

Editora da UFRR

Direção
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

Editoração Eletrônica e Capa
Rodrigo P. Chagas
George Brendom Pereira dos Santos

DOSSIÊ II V. I

SOCIEDADE E FRONTEIRAS
Fronteiras Contemporâneas: desenvolvimento,
conflitos e sociabilidades nas Amazôniaas

Francilene dos Santos Rodrigues

Márcia Maria de Oliveira

Maria Luíza Fernandes

Organizadoras

SUMÁRIO

Artigos

Apresentação	7
<i>Francilene dos Santos Rodrigues, Márcia Maria de Oliveira e Maria Luíza Fernandes</i>	
Pensamento Social Brasileiro na Amazônia	13
<i>Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto</i>	
Encontros e desencontros das Ciências Humanas e da Filosofia	21
<i>Nelson Matos de Noronha</i>	
Leandro Tocantins e a Amazonotropologia.....	33
<i>Odeni de Souza Ribeiro</i>	
Fronteras, Territorio e Identidades.....	43
<i>Mario Valero Martínez</i>	
A construção de uma cultura de fronteira no espaço transfronteiriço do Brasil e da Guiana	53
<i>Antônio Vaz de Meneses e Francilene dos Santos Rodrigues</i>	
Paraná (TO): uma cidade fronteira nos caminhos fluviais do cerrado	67
<i>Maria de Fátima Oliveira</i>	
Globalización, territorio e identidad desde una perspectiva de los pueblos indígenas	81
<i>Alina Maria Celarié Iglesias e Carla Monteiro de Souza</i>	
Religiosidade muçulmana, história e alteridade: dinâmicas identitárias na fronteira Brasil-Venezuela	91
<i>Jakson Hansen Marques</i>	
Desafios e perspectivas da mobilidade humana na Amazônia contemporânea	107
<i>Márcia Maria de Oliveira</i>	
Barcarena: trabalho e mobilidade numa fronteira amazônica globalizada	123
<i>Marcel Hazen</i>	

Nos caminhos da experiência intercultural: um estudo sobre a mobilidade estudantil internacional de partida da UFG.....	147
<i>Luciana de Oliveira Dias e Deyvid Santos Moraes</i>	
Internacionalização da Amazônia: agentes e perspectivas.....	161
<i>Paulo Henrique Faria Nunes</i>	
Cooperação internacional em território fronteiriço: novas sociabilidades e novos controles	177
<i>Carmentilla Martins</i>	
Saber e <i>habitus</i> profissional do ex-agente de segurança penitenciária de São Paulo.....	197
<i>Marisol de Paula Reis Brandt</i>	
Minicurriculo dos(as) autores(as):.....	210

APRESENTAÇÃO

O presente dossiê, o segundo publicado pela revista *Textos & Debates*, representa uma coletânea de temas debatidos no II Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras (SISOF), realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), juntamente com o 4º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), e a II Semana de Humanidades (CCH/UFRR), transcorridos no período de 11 a 14 de novembro de 2014. O evento contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP) e teve como objetivo corroborar para a finalidade primeira de um programa de pós-graduação, qual seja, a permanente formação de recursos humanos e, ao mesmo tempo, contribuir, por meio da produção e socialização do conhecimento, para os processos de desenvolvimento da Região Amazônica. Desta perspectiva resultou como tema: *Fronteiras Contemporâneas: desenvolvimento, conflitos e sociabilidades nas Amazônia*s, aglutinando o debate em torno de categorias complexas como *desenvolvimento e fronteiras* requerendo, necessariamente, um debate interdisciplinar.

Participaram desse debate professores, pesquisadores, estudantes de programas de pós-graduação de várias regiões do Brasil e de outros países. Na ocasião, foram expostos trabalhos de altíssimo nível resultantes de pesquisas completas ou em andamento nas diversas áreas de conhecimento em nível de graduação, mestrado, doutorado, além de excelentes relatórios de estágios pós-doutorais. No presente dossiê reunimos alguns desses trabalhos completos para uma publicação específica. Os demais textos, não menos importantes, serão publicados nos ANAIS do evento, disponível no *site* www.ufrr.br/ppgsf.

Desta forma, este Dossiê Sociedade e Fronteiras com a temática *Fronteiras Contemporâneas: desenvolvimento, conflitos e sociabilidades nas Amazônia*s, tem como objetivo socializar parte da produção científica acadêmica apresentada e debatida por professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação no II Seminário Internacional e, assim, difundir no âmbito institucional e nas sociedades regional, nacional e global as pesquisas e estudos sobre as Amazônias. Portanto, este II Dossiê cumpre com o

papel de corroborar para a consolidação do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) como um importante espaço de produção e difusão do conhecimento sobre as Amazôniaas.

Entre os temas relevantes para se pensar e entender a Amazônia encontra-se o debate sobre o *Pensamento Social Brasileiro na Amazônia*, que abre este dossiê com o ensaio de Ernesto Renan Melo de Freitas, brilhantemente apresentado e defendido em mesa-redonda do mesmo tema. Nesse ensaio de abertura o autor nos convida a empreender um trabalho de investigação capaz de desvelar no campo fértil do senso comum e das concepções primordiais e ordinárias, os germes e as raízes das ideias que vão dar forma ao pensamento que um povo constrói sobre si mesmo tendo como ponto de partida a Amazônia, e sua contribuição à formação do Pensamento Social.

O segundo texto, de autoria de Nelson Matos de Noronha, intitulado *Encontros e desencontros das Ciências Humanas e da Filosofia*, destaca os problemas, os desafios e as relações que as Ciências Humanas e a Filosofia ensejam na configuração do saber contemporâneo. O referido autor faz este debate mediante referências às obras de Merleau-Ponty, Lévi-Strauss e Foucault, como herdeiros e críticos de Kant. Para encerrar este primeiro bloco, temos o texto *Leandro Tocantins e a Amazonotropologia*, de Odenei de Souza Ribeiro, que nos instiga a revisitar a obra de Leandro Tocantins na perspectiva da *amazonotropologia*, como caminho e possibilidade de interpretação de nossas origens amazônidas. A intenção de Tocantins, segundo Odenei Ribeiro, é interpretar a Amazônia através do critério não só regional e ecológico como também transregional. Assim, o texto aponta a percepção de Tocantins sobre a vida na Amazônia, que exige dos campos de conhecimento, pesquisas, estudos, experimentos dentro de critérios socioecológicos e antropológicos, baseado na organização social e no meio físico tropical. A grande contribuição deste texto é recordar que a realidade socioecológica da Amazônia requer a construção de um novo campo do saber que não é tarefa de um homem isolado, tampouco de uma área específica do conhecimento.

O segundo bloco de textos que se segue aborda os diversos aspectos e concepções de fronteiras. Os textos permitem que percebamos com clareza que o conceito de *fronteira* ultrapassa os traços cartográficos dos Estados Nacionais, uma vez que as fronteiras podem ser soerguidas em função da diversidade de línguas, de etnias, de imaginários coletivos. O texto do professor doutor Mario Valero Martínez, da Universidad de los Andes, na Venezuela, intitulado *Fronteras, Territorio e Identidades* apresenta uma síntese da inter-relação entre fronteiras, território e identidade, nas relações transfronteiriças entre a Venezuela e a Colômbia, ampliando a ideia da Pan-Amazônia.

Existem mesmo territórios que não compartilham a floresta tropical amazônica, como é o caso das savanas, dos cerrados, das bordas litorâneas caribenhas, mas que são compreendidos dentro das fronteiras simbólicas amazônicas em virtude de traços identitários comuns. Assim, o texto intitulado *A construção de uma cultura de fronteira no espaço transfronteiriço do Brasil e da Guiana*, de autoria de Antônio Vaz de Meneses e Francilene dos Santos Rodrigues, aborda as dinâmicas das trocas culturais entre os habitantes da cidade brasileira de Bonfim e da cidade de Lethem, pertencente à República da Guiana. Os autores compreendem essa transfronteira como um espaço de múltiplas culturas e, conseqüentemente, lugar de contatos, trocas, negociações e ressignificação de elementos culturais. Para as populações desse espaço transfronteiriço as noções de espaço e nacionalidade muitas vezes são tão abstratas quanto a ideia da existência de uma linha demarcatória que os separa do outro país. Sendo assim, os autores trabalham com noção de *fronteira* não como algo que divide, mas em sua dimensão de lugar de trânsito, de passagem, de comunicação, enfim de práticas transfronteiriças que implicam empréstimos culturais e trocas simbólicas.

Seguindo a abordagem das cidades como lugares de memória e de pertencimento, temos o texto intitulado *Paraná (TO): uma cidade fronteira nos caminhos fluviais do cerrado*, de autoria de Maria de Fátima Oliveira. Trata-se de um estudo no qual a autora amplia o conceito de fronteiras tendo como base a experiência dos moradores da cidade de Paraná (antiga São João da Palma), município brasileiro do Estado do Tocantins, localizada às margens dos rios Palma e Paraná, dois importantes afluentes do rio Tocantins. Sua história está intimamente ligada aos rios que se apresentam como meio de comunicação de fundamental importância e representam as fronteiras interligadas e interconectadas.

No texto intitulado *Globalización, territorio e identidad desde una perspectiva de los pueblos indígenas* as autoras, Alina Maria Celarié Iglesias e Carla Monteiro de Souza, abordam a identidade dos povos indígenas a partir da compreensão do território enquanto constructo social e cultural. O estudo se baseia numa revisão geral dos conceitos de globalização, território e identidade predominantes na visão analítica e histórica das lutas e conquistas dos povos indígenas em suas novas formas de reafirmação de direitos étnicos e territoriais.

Na seqüência dos trabalhos encontra-se o texto *Religiosidade muçulmana, história e alteridade: dinâmicas identitárias na fronteira Brasil-Venezuela*, de Jakson Hansen Marques. Como profundo conhecedor da temática, o autor discorre sobre o islamismo ressaltando que essa religiosidade se relaciona com questões como identidade e etnicidade, especificamente com imigrantes árabes muçulmanos e seus descendentes que resi-

dem em Santa Elena de Uairen, município de Gran Sabana, Venezuela, na fronteira com o Brasil e o Estado de Roraima. Para esse autor é importante estudar as famílias ou indivíduos muçulmanos que migraram de seus países para a América Latina, e especificamente indivíduos que hoje moram em região de fronteira, num contexto onde se apresenta uma intensa dinamicidade de produção de identidades e diferenças, e que tem na sua formação religiosa o seu discurso identitário. Por fim, a religião mulçumana se apresenta como um componente de referência para o sentimento de pertença na Pan-Amazônia.

No terceiro bloco reunimos os textos referentes aos estudos e pesquisas sobre mobilidade humana na Pan-Amazônia. A pesquisadora Márcia Maria de Oliveira abre essa sessão com o texto sobre os *Desafios e perspectivas da mobilidade humana na Amazônia contemporânea*. A autora aborda, de forma breve, as principais dinâmicas migratórias observadas na Amazônia na última década e a sua importância para a compreensão dos processos de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais da região. Tais mudanças se fazem notar em todos os setores da sociedade a ponto de ser quase impossível pensar a Amazônia sem levar em consideração as migrações internas e internacionais que conferem à região uma mobilidade humana intensa.

O texto intitulado *Nos caminhos da experiência intercultural: um estudo sobre a mobilidade estudantil internacional*, de Luciana de Oliveira Dias e Deyvid Santos Morais, apresenta alguns recortes de uma pesquisa realizada com estudantes de graduação retornados de mobilidade estudantil internacional. Os autores buscam compreender em que medida esses programas refletem nas bases de significação de uma vivência intercultural dos estudantes mobilizados. A partir do diálogo com as diferenças e as inter-relações estabelecidas nos países de destino com alunos de outras instituições de ensino superior e o distanciamento das relações familiares, os estudantes apontam a experiência como uma ampliação da visão de mundo, de amadurecimento, autonomia e construção de identidades. A mobilidade gera ainda uma nova forma de migração, uma vez que esses estudantes se inserem nas comunidades como estrangeiros, sendo um forte instrumento de cooperação e, cada vez mais, de investimento dos países ricos, agindo como uma oportunidade de ampliação de redes nas regiões que se inserem de forma periférica nesse processo.

Dando continuidade aos novos estudos migratórios na Amazônia, o texto de Marcel Hazeu, *Barcarena: trabalho e mobilidade numa fronteira amazônica globalizada*, afirma que a globalização da fronteira tem levado a transformações sociais em municípios amazônicos que passaram por processos de industrialização e exportação. As transformações sociais no município de Barcarena são discutidas no contexto de

quatro sistemas migratórios identificados: as desapropriações e permanentes deslocamentos forçados; a precarização e mobilidade do trabalho; o transporte rodoviário e fluvial de mercadorias; a metropolização e movimentos pendulares.

Na última sessão estão dispostos três estudos que ampliam as fronteiras amazônicas a outros horizontes. O primeiro texto, *A internacionalização da Amazônia: agentes e perspectivas*, de Paulo Henrique Faria Nunes, avalia as ações cooperativas dos países amazônicos e os projetos concebidos por agentes governamentais e não governamentais de outras regiões na perspectiva da internacionalização, e os agentes a elas relacionados.

O segundo texto, de Carmentilla Martins, discute a temática da *Cooperação internacional em território fronteiriço: novas sociabilidades e novos controles*. As inovações territoriais ligadas ao que se denomina de triunfo da democracia de mercado são debatidas pela autora que aborda também as formas de sociabilidade, a partir dos resultados de uma pesquisa realizada na fronteira Oiapoque-Guiana Francesa sobre interações e conflitos no quadro da cooperação fronteira França-Brasil.

O último texto dessa sessão, *Saber e habitus profissional do ex-agente de segurança penitenciária de São Paulo*, de Marisol de Paula Reis Brandt, trata da formação socioprofissional dos agentes de segurança penitenciária de São Paulo. Partindo das narrativas de ex-agentes penitenciários presos pelo crime de corrupção, a autora procura compreender os fatores que os levaram à escolha da profissão de agente de segurança penitenciária até a ruptura do exercício profissional pela via da corrupção, analisando as representações sociais no intuito de entender o modo como os sujeitos percebem a sua realidade social, e como atribuem significados às suas condutas sociais.

Com esta coletânea de textos pretende-se ampliar e consolidar reflexões sobre fronteiras, sociedades de fronteiras da Região Amazônica, desenvolvimento, conflitos e sociabilidades. Essa publicação é uma forma de difundir, no âmbito institucional e nas sociedades regional, nacional e global as pesquisas e estudos sobre as complexidades das problemáticas amazônicas, contribuindo para aprimorar e fortalecer a produção do conhecimento *na e* sobre a Amazônia nos seus mais diversos níveis de formação.

Boa Vista/RR, 11 de março de 2015.

Francilene dos Santos Rodrigues
Márcia Maria de Oliveira
Maria Luíza Fernandes

ARTIGO

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO NA AMAZÔNIA

Parto do reconhecimento de que o pensamento social, antes de ser elaborado, de ser formulado pelos indivíduos letrados, ele já possui alguma forma de existência na esfera do chamado mundo da vida, do cotidiano e do senso comum.

Seria algo forçado acreditar que aquilo que constitui o pensamento de um povo seja resultado tão somente da percepção de sua camada ilustrada, de seus escritores.

Seria, portanto, necessário empreender um trabalho de investigação que fosse capaz de desvelar no campo fértil do senso comum e das concepções primordiais e ordinárias, os germes e as raízes das ideias que vão dar forma ao pensamento que um povo constrói sobre si mesmo.

As ideias guias ou norteadoras, as ideias fundadoras, elas possuem habitualmente sua origem nos mitos, como são exemplos as utopias da terra sem males, de povo eleito, do mundo com o passado sem trabalho, da preguiça sem pecado.

Os sentimentos e os próprios movimentos libertários em suas múltiplas manifestações biográficas e históricas devem ser tomados como exemplos de como eles floresceram inicialmente como vontade de indivíduos que conseguiam sentir e expressar os sentimentos coletivos, daqueles povos e sociedades que sofriam não apenas a opressão, a tirania e outras formas de violência, mas também de efeitos das forças da natureza, e que eram conduzidos por sua situação a imaginarem outra vida ou outro lugar em que estivessem livres dessas forças.

É bastante comum que encontremos em autores libertários a proposição de questões sobre o indivíduo e a sociedade que são por eles antecipadas às abordagens da sociologia. Em outras palavras, o pensamento anarquista e libertário, através de suas diferentes correntes, abordou de forma muitas vezes inaugural, questões que só mais tarde a sociologia e a ciência política incluiriam entre as suas temáticas. Mesmo quando esse pensamento tornou-se predominantemente assunto acadêmico, os trabalhos

* Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Amazonas, atuando nos programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPSocio/UFAM) e Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônica (PPSCA/UFAM). E-mail: erfpinto@gmail.com

dele resultantes não são incorporados aos estudos sociológicos, sendo objeto de disciplinas optativas e de ciclos de estudos e pesquisas promovidos individualmente ou por grupos que muitas vezes realizam suas atividades de forma independente do ambiente acadêmico.

É, portanto, surpreendente o distanciamento que marcou e continua marcando a produção do pensamento sociológico e do pensamento político da vasta tradição do pensamento anarquista e libertário a quem não escapou praticamente nenhum dos grandes problemas e questões da sociologia.

A antropologia, que registra, investiga e elucida o mito como linguagem estruturante das utopias antigas e atuais, nos ensina que essas narrativas míticas, em ambos os casos não possuem autoria, mesmo que autores – antigos e modernos – apareçam para lhes conferir e garantir o registro através de diferentes expressões e linguagens quer seja como teatro, saga heroica, poema épico ou lírico, representação figurativa, ópera ou filme.

Com esses exemplos, aos quais poderíamos juntar tantos outros, fica claro que o pensamento social é uma construção histórica e coletiva e que, mesmo as ideias aparentemente mais originais dos autores e sistematizadores da cultura sugerem que esses são, sobretudo, “portadores” desses valores.

É possível reconhecer que o campo sociológico, entretanto, vem buscando novas possibilidades de compreensão e interpretação, sobretudo a partir de uma aproximação crescente com o campo da filosofia. Essa situação fica claramente indicada nas sugestões que faz Antônio Cândido da importância que tem para os cientistas sociais a leitura de certas obras do impetuoso Nietzsche como um crítico mordaz da ciência e de suas práticas e limitações.

A crítica de Nietzsche às teorias sociológicas e políticas vai no sentido de que elas tendem para as generalizações a partir das quais os indivíduos e suas singularidades devem ceder à pretensa uniformidade da comunidade.

Os intelectuais desses campos, a partir desse ponto de vista crítico, teriam a tendência de se ocupar dos movimentos da sociedade marcados pela regularidade, e as manifestações de indivíduos e minorias tendem a ser desconsideradas ou não reconhecidas especialmente em termos de suas discordâncias e de seu desalinhamento.

A nossa história, tal como vem sendo administrada, está pontilhada de exemplos e um deles que está ao mesmo tempo tão próximo e tão distante de nós, é o das formas de resistência e luta indígenas contra sua dominação e exploração colonial e pós-colonial, mas que na realidade é uma história silenciada, subtraída da memória.

A memória desses processos é algo marcado pelo silêncio, pela incompletude,

pela fragmentação, memória capturada e empalhada pelos historiadores antiquários e guardiões da historiografia monumental, e para os quais esses portadores de diferenças não encontram abrigo fácil.

Esses exemplos deveriam servir para indicar como o pensamento brasileiro precisa se beneficiar desse diálogo entre os diferentes saberes a partir do que se impõe ao cientista, uma visão de maior amplitude e abertura capaz de incluir novas teorizações envolvendo mitos, linguagens e artes.

Em um de seus escritos Benedito Nunes busca apontar para o fato de que em diferentes momentos a literatura brasileira volta ao mito, e ilustra sua afirmação destacando alguns autores entre os quais Mário de Andrade, Guimarães Rosa, Ariano Suassuna e João de Jesus Paes Loureiro.

Esses autores são também intérpretes do Brasil e possuem contribuições valiosas para o pensamento brasileiro, o que na verdade vem sendo descobertas por investigações informadas por novos experimentos teóricos e filosóficos, como os que sugere Benedito Nunes, tratando de temas e autores da Amazônia.

É assim que Mário de Andrade, além de sua contribuição radical para a literatura brasileira, é também um teórico e organizador de um projeto de construção nacional a partir do campo da cultura, de um Brasil em busca de suas raízes profundas que é, no final das contas, o projeto do Movimento Modernista desencadeado a partir de 1922.

Sua pesquisa que resulta em *Macunaíma*, um herói sem nenhum caráter, está vinculada aos levantamentos realizados aqui em Roraima por Theodor Koch-Grünberg sobre esse herói mítico de múltiplas faces e numerosas versões.

Mário de Andrade incorporou de uma maneira toda sua, em sua obra e seu pensamento sobre o Brasil, numerosos elementos das culturas indígenas e rurais da Amazônia e que aparecem em outra obra sua, *Namoros com a Medicina*.

Guimarães Rosa, na percepção de Benedito Nunes, é outro autor que através de sua obra se reencontra com os três universos da recriação literária, ou seja, o da linguagem, da arte e do mito, tornando-se o tradutor e intérprete de um certo Brasil. Desses três universos Guimarães Rosa retira os elementos, a matéria de sua criação e invenção literária.

Começemos pela linguagem cuja recriação é ponto de ruptura e de transfiguração das normas e cânones narrativos da literatura brasileira, buscando nos relatos rústicos e fantasiosos dos contadores de história sertanejos, o registro não apenas de modos de falar, mas de ver e sentir o mundo que buscaram conhecer, captando a força da oralidade das múltiplas linguagens e falares, em seus às vezes enigmáticos

códigos semânticos, tudo isso fixado em suas inseparáveis cadernetas de campo em suas constantes viagens a cavalo pelo sertão.

Quanto ao universo da arte de Guimarães Rosa, recorre sempre com elaboração engenhosa a formas e materiais das várias tradições, entre as quais a das donzelas guerreiras, dos rebeldes primitivos, das narrativas populares envolvendo jagunços e fazendeiros, da prosa dos cronistas viajantes, e dos contatos seminiais do mundo rústico com a modernidade, e da cultura cosmopolita penetrando o sertão brabo na figura do jagunço letrado.

A reinvenção dos mitos está presente na obra de Guimarães e para ilustrar esse tipo de apropriação na obra do autor lembremos a história de *Meu tio Iauaretê*, que é sua versão de uma das histórias de onças que viram gente ou de gente que vira onça. Essa é a história de um caçador de onças, de um onceiro que em seu embate termina virando onça. Essa história já havia sido anotada por Curt Nimuendaju a partir de registro anterior de Horace Banner.

Outro autor a que se refere Benedito Nunes e que reconstrói sua obra a partir desses elementos matriciais, a linguagem, a arte e o mito, ou em outros termos o que seria para Theodor Adorno as forças produtivas da arte; esse autor é Ariano Suassuna, falecido há pouco tempo.

De Suassuna, destaca o romance *A Pedra do Reino*, onde estão fortemente presentes a oralidade, a tradição dos contadores de história, dos repentistas e do cordel. Mas igualmente do patriarcalismo, da cultura agrária e patrimonial do Nordeste brasileiro. E não é possível deixar de mencionar o lado dionisíaco, sarcástico e gozador que marcam seus escritos para o teatro, entre os quais *O Auto da Compadecida* e *As estrepolias de Quaderna*.

Essas obras, lembramos, constituem a arquitetura de um pensamento social sobre o Brasil e a partir do Brasil, cujas raízes profundas encontram-se na cultura popular, nos intelectuais do cordel e no vasto e sempre surpreendente universo da cultura e do imaginário anônimo do povo.

Quero me reportar agora, seguindo essa reflexão sobre os fundamentos sociais e culturais do pensamento brasileiro, a um autor que vem realizando um trabalho de cunho hermenêutico sobre o universo mítico indígena e rural da região amazônica. Esse autor é João de Jesus Paes Loureiro, de quem nos limitamos a fazer uma breve referência lembrando sua recente palestra na UFAM em que se concentrou na ideia de que necessitamos buscar conhecer para reconhecer nossas raízes profundas, para podermos também ser capazes de avaliar com mais refinamento a riqueza de nossa cultura oral, a complexidade e a força estética e filosófica de nossos mitos e de nos-

sa cultura popular, com o cuidado sempre necessário de evitarmos sua redução ao folclore e ao regionalismo.

A essa questão do regionalismo vale sempre retomarmos a leitura do que escreveu Benedito Nunes não apenas sobre João de Jesus Paes Loureiro, mas também sobre a poesia de Mário Faustino, Max Martins, Rui Barata e Bruno de Menezes, e aí incluída a própria Universidade do Pará, que não pode ser regionalista para poder garantir sua própria vocação universalista.

Quero concluir essas anotações sobre a necessidade de ampliarmos nossa percepção sobre a formação do pensamento brasileiro e sobre o reconhecimento crescente de suas raízes fincadas no mundo da vida, na experiência concreta e simbólica das nossas diferentes tradições culturais passadas e presentes lembrando dois pensadores e criadores brasileiros que expressam suas visões e posições a partir de narrativas imagéticas, ou seja, do cinema e da fotografia. Trata-se do Brasil e dos brasileiros de fala e que nos mostram Glauber Rocha e Sebastião Salgado. Ambos se utilizaram preferencialmente de imagens em preto e branco. E isso implica numa opção estética relacionada com a economia da linguagem e que, no plano cinematográfico, era expressa por Glauber Rocha na fórmula “ideia na cabeça e câmera na mão” e que em Sebastião Salgado é a opção de uma câmera fotográfica equipada apenas com uma lente normal, o que significa um cinema e uma fotografia preocupados com o rendimento expressivo máximo, e com o mínimo de recursos.

Essa proposta de Glauber Rocha foi largamente difundida pelos cineastas do Cinema Novo, inspirados também em boa medida pelo neorrealismo italiano e teve certamente uma ressonância na fotografia da época.

Quero me reportar a dois filmes de Glauber Rocha, respectivamente *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e *Terra em Transe*, emblemáticos do pensamento político, social e estético de nosso cineasta e teórico de um cinema político, de um cinema assumidamente pobre e anti-industrial.

Certamente não cabe aqui desvendar nem mesmo panoramicamente as possibilidades de leitura desses filmes, mas evidentemente devemos alargar as nossas reflexões teóricas para além dos textos escritos até essas outras narrativas. E neste sentido é preciso reconhecer que os dois filmes transfiguram e reelaboram conhecidos elementos míticos, históricos e utópicos presentes em reflexões empreendidas pelo pensamento brasileiro através de diferentes autores e intérpretes, entre os quais se incluem a utopia do messianismo, da terra sem males, da revolução popular, dos movimentos desencadeados por rebeldes primitivos, jagunços, retratados já na literatura oral e do cordel nordestino e nas histórias de narradores anônimos, mas transfigu-

radas nas consagradas narrativas como a de Euclides da Cunha, Érico Veríssimo e Guimarães Rosa. Materiais que reaparecem em *Deus e o Diabo na Terra do Sol*.

Em *Terra em Transe*, o ambiente já não é mais o do sertão dos latifundiários e dos jagunços, mas do mundo urbano onde convivem protagonistas desse mundo arcaico com personagens desse Brasil se urbanizando, mas carregando consigo – através de uma linguagem fílmica delirante e barroca – as estruturas patriarcais do mandonismo, do clientelismo, do populismo, todos esses elementos carnavalizados e expostos em toda sua rudeza e violência. Ou seja, um filme que trata com estupor a crise da promessa populista e a passagem para a ditadura a ser vivida como um pesadelo coletivo.

Em preto e branco é igualmente realizada a obra fotográfica de Sebastião Salgado. Essa decisão pelo preto e branco é não apenas estética, mas principalmente política. O que sua câmera fotográfica quer registrar são os movimentos humanos vivendo os vários dramas da existência humana. Suas imagens recortam os instantâneos dos deslocamentos migratórios, das guerras e dos efeitos brutais sobre os indivíduos de vários lugares do mundo, da destruição ambiental e humana acontecendo simultaneamente, da exploração do trabalho nos garimpos, na extração madeireira, de trabalhadores deserdados de suas terras e suas posses, desenraizados em busca de novos lugares. São esses alguns dos temas, na verdade processos sociais e políticos sobre os quais suas imagens fotográficas empreendem uma agenda de reflexão sobre os efeitos do avanço do capital em seus movimentos vorazes, despertando o nosso olhar e nossas mentes para as possibilidades questionadoras de sua estética fotográfica, uma estética radicalmente despojada dos artificios e da banalização que hoje, de forma crescente, aderiu à prática fotográfica.

Gostaria de finalmente concluir com um comentário acerca deste nosso encontro em Roraima, anotando duas experiências que tive a oportunidade de vivenciar nesses três dias e que confirmam a necessidade que temos de nos reunirmos com mais frequência para esses múltiplos diálogos.

Os dois trabalhos que quero comentar aqui brevemente apontam para novas possibilidades de abordagem teórica a partir de experiências que quero usar como exemplos bastante próximos da argumentação que procurei apresentar e propor em torno das novas possibilidades de investigação do pensamento social brasileiro.

A primeira experiência foi apresentada no minicurso intitulado “Guia para leitura de uma paisagem”, ministrado pelas professoras Terezinha Fonseca e Shirley Martins, que nos orienta para uma forma atenta de leitura das paisagens que implica em usar todos os sentidos e não apenas a visão, mas em certos casos mais a audição.

Ou seja, não apenas contemplar a paisagem, mas perceber seus rumores, ruídos e vozes. Ouvir os protagonistas que se encontram diante de nós. Algo semelhante ao método de Sebastião Salgado que, antes de começar a fotografar, precisa ouvir seus personagens, perceber o maior conjunto possível de detalhes relacionados com suas prováveis fotografias.

Os alunos participaram de um experimento de campo deslocando-se até um local da cidade que possui significados para sua história social e registraram suas diferentes impressões sensoriais sobre essa paisagem recortada em suas várias e combinadas dimensões.

A segunda experiência partiu do seminário temático intitulado “Imagens da Amazônia: o patrimônio imagético na construção das identidades da Amazônia brasileira” e dele quero destacar a apresentação da professora Elisângela Martins – também conhecida como Eli Macuxi, professora da UFRR.

Sua participação e apresentação neste seminário temático se desdobrou em dois momentos e que, cada um orientado em direções distintas, destacaram as possibilidades abertas pela interpretação de documentos e registros imagéticos para a história social e cultural.

Eli Macuxi, partindo de monumentos encravados no espaço urbano da cidade de Boa Vista, procura empreender sobre eles uma leitura armada pela perspectiva de uma história cultural crítica que se contrapõe com o que Nietzsche chamava de história monumental e de antiquário. A sua percepção desses monumentos que se encontram na cidade e que terminam por passarem despercebidos pelos habitantes e usuários da cidade, encerra várias possibilidades de leitura pela hermenêutica da história, na medida em que eles pertencem em primeiro lugar à estrutura de poder que se consolidou como dominante nessa cidade de fronteiras múltiplas: fronteira geográfica, geopolítica, étnica, econômica e cultural, para mencionarmos as mais evidentes.

A partir da leitura atenta dos detalhes dos monumentos a historiadora aponta para os diferentes processos histórico-sociais que estão ali clara e intencionalmente fixados pelo artista a quem foi encomendada a obra.

O segundo momento de sua apresentação, na verdade contrasta, em termos da proposta da artista, no caso a artista plástica Carmézia Emiliano¹ e sua sequência de pinturas representando basicamente mulheres de sua etnia indígena em seus diversos

1 Em março de 2014 a Universidade Federal de Roraima organizou e promoveu uma exposição comemorativa dos 22 anos de atividade da pintora, que contou com a presença da professora Roseli Anater, autora de uma dissertação de mestrado intitulada “Pintar para não esquecer: as narrativas visuais e orais de Carmézia Emiliano” defendida no Programa de Pós-graduação em Letras da UFRR.

afazeres cotidianos. A conhecida exuberância cromática da pintora aqui se manifesta com toda sua força, em especial pela utilização dos tons vermelhos. Constitui-se, portanto, na percepção de Eli Macuxi, de uma narrativa imagética em que praticamente está ausente a figura masculina, assim como a dos protagonistas principais da história oficial de Roraima, como o garimpeiro e o imigrante colonizador.

Ou seja, é uma representação essencial indígena de fragmentos da história do cotidiano indígena, que se contrapõe à noção dominante no senso comum de uma história de Roraima em que os povos indígenas ocupam o lugar de figurantes secundários. A pintura de Carmézia vem se espalhando pelo Brasil e mesmo em outros países como uma das expressões mais inconfundíveis e afirmativas da presença e protagonismo indígena na história cultural da Amazônia contemporânea. E a proposta da apresentação era exatamente a de destacar as possibilidades abertas pela história cultural na nova historiografia proposta por nossos novos historiadores.

ARTIGO

ENCONTROS E DESENCONTROS
DAS CIÊNCIAS HUMANAS E DA FILOSOFIA

N'est-ce pas un incroyable malentendu si tous les philosophes ou presque se sont crus obligés d'avoir une politique alors qu'elle relève de l' "usage de la vie" et se dérobe à l'entendement ?

(Merleau-Ponty, Signes).

Resumo

Em decorrência dos avanços teóricos e metodológicos das ciências humanas e da colonização das diversas dimensões da vida social pela ação dos profissionais dessa área, empreendemos uma breve descrição dos eventos em que a Filosofia e as Ciências Humanas atravessaram mutuamente seus domínios a fim de destacar os problemas e os desafios que suas relações ensejam na configuração do saber contemporâneo. O que se faz mediante referências às obras de Merleau-Ponty, Lévi-Strauss e Foucault, como herdeiros e críticos de Kant.

Palavras-chave:

Filosofia Contemporânea; Antropologia; Fenomenologia; Estruturalismo.

Abstract

The theoretical and methodologists progress of the social sciences and also the massive presence of social workers in the social life induces me to describe the facts where philosophy and human sciences crossed each other with the goal to emphasize the problems and the challenges that their relationships puts on the contemporary knowledge's figure. To make that, I writthed some remarks about the books of Merleau-Ponty, Lévi-Strauss and Foucault, like Kant's successors.

Keywords:

Contemporary Philosophy; Anthropology; Phenomenology; Structuralism.

* Professor adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). E-mail: noronhanelson@hotmail.com.

Introdução

O impacto sofrido pela Filosofia, em decorrência da “invasão” das ciências humanas sobre as suas esferas de influência, enseja a revisão dos contextos cultural, social, político, econômico e epistemológico em que se encontram a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a História, os saberes e as ciências da linguagem. Tanto mais que o referido evento perturbou o entendimento do papel ou da função da Filosofia na organização social do trabalho intelectual. Aliás, a atual crise da Filosofia, como se sabe, pode ser reportada às conclusões de Kant, nas três *Críticas*. A tensão gerada pelo surgimento das ciências humanas, nos parece, assemelha-se e distingue-se da situação aberta pelo realismo transcendental. De fato, as investigações empíricas obrigaram o saber acadêmico a encarar o drama humano nas situações concretas onde ele se passa, situando-o em sua geografia e em sua historicidade. Neste aspecto, elas aproximam as ciências humanas daquela desesperança de Kant quanto à possibilidade de acesso ao conhecimento dos objetos designados pelas ideias da razão. Por outro lado e, de certo modo, repetindo Kant, as pesquisas sobre o Homem, na atualidade resultam em conclusões similares às da filosofia kantiana quando apostam na fé, isto é, na construção de categorias não suscetíveis ao crivo da experiência e, desse modo, segundo Foucault, substituem o “sono dogmático” pelo “sono antropológico”.

Incontestáveis foram os avanços teóricos e metodológicos das disciplinas situadas nesse campo, os quais foram obtidos, não por acaso, desde a segunda metade do século XX. Os progressos da neurolinguística e das ciências da informação somaram-se àquelas conquistas porquanto contribuíram para o entendimento do comportamento individual e coletivo. Os contextos cultural, social, político, econômico e epistemológico em que nos encontramos são francamente favoráveis ao desenvolvimento dessas ciências. Por isso mesmo, muitos são os motivos que exigem a retomada de uma reflexão em que elas possam ser examinadas sob cada um desses aspectos. A expansão das áreas urbanas em todos os continentes, a intensificação dos processos de migração e o desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais acessíveis, velozes e interativos oportunizam a problematização dos processos e das dinâmicas sociais envolvendo a linguagem, os sistemas simbólicos e os mecanismos de difusão e controle da informação; o surgimento de uma nova configuração das relações entre as nações, após o fim da Guerra Fria, exige a realização de um esforço intelectual visando identificar os novos protagonistas e as novas regras do jogo político agora iniciado; no mesmo sentido, as teses opostas do intervencionismo estatal e do neoliberalismo parecem ter saturado suas capacidades de entendimento

e de ação frente ao crescente grau de complexidade que afeta o desenvolvimento econômico dos países emergentes e a crise que atinge os países desenvolvidos, o que requer do pensamento sociológico um novo empenho para interpretar as formas de subjetividade inerentes a esses processos; do pensamento econômico, esses processos reclamam a crítica de seus fundamentos e pressupostos para tentar esclarecer porque falharam os planos de controle de gastos e investimentos que foram aplicados justamente para prevenir os eventos que ora afligem todos os povos.

A institucionalização das ciências humanas e o desenvolvimento de seus fundamentos teóricos remontam a uma série de acontecimentos pelos quais se instalaram projetos políticos cuja plataforma ideológica consiste na adoção da ciência como forma hegemônica de organização da vida social. Por isso, acreditamos que não se pode aprofundar o estudo dessa matéria sem levar em conta esse fator. O kantismo latente nos clássicos do pensamento social também atende por nomes como Comte, Marx, Nietzsche e Freud. São a esses pensadores que se referem os estudiosos das bases epistemológicas das ciências humanas e sociais. Deles jorram caudalosas fontes nas quais podemos beber um pouco do saber que hoje recobre o conhecimento das formas pelas quais se expressa a existência humana em sua pluralidade. O uso e a crítica desses autores parecem ter alimentado as tentativas de ressignificação da Filosofia nos empreendimentos pelos quais se buscou, ao mesmo tempo, conferir autonomia ao trabalho das ciências humanas e habilitar a reflexão filosófica para o entendimento do mundo contemporâneo. Essa hipótese apoia-se em alguns escritos de Maurice Merleau-Ponty, Claude Lévi-Strauss e Michel Foucault, das quais apresentamos a seguir algumas notas que nos permitiram demarcar os contornos dessa questão.

Uma ruptura e um mal-entendido

O exame dos aspectos epistemológicos das ciências humanas torna-se oportuno em decorrência de relevantes eventos que, há mais de 60 anos, ensejaram inflexões no desenvolvimento dos critérios de validação, dos procedimentos de investigação empírica e de análises de dados e, principalmente, nos fundamentos teóricos dessa área do conhecimento. Entre esses eventos destacam-se publicações de cientistas e filósofos onde se alteraram profundamente as bases da inteligibilidade e da interpretação dos eventos sociais. Em 1947, Claude Lévi-Strauss, com *As Estruturas Elementares do Parentesco*, encerrava uma trajetória em que, desde Durkheim até Mauss, a Sociologia pelejava em busca da definição de seu objeto e da construção dos meios

de sua expressão adequada. A descoberta da “estrutura” como chave para a interpretação da lógica do social e dos mecanismos de inserção do indivíduo na vida coletiva foi saudada efusivamente por Maurice Merleau-Ponty – ele mesmo autor de *A Estrutura do Comportamento*, de 1942, e *Fenomenologia da Percepção*, de 1945 – como um empreendimento bem sucedido visando reformular os princípios norteadores das investigações sobre o comportamento humano, até então regidas pelos pressupostos da teoria kantiana da ciência.

Ao contrário de seu ilustre colega, Sartre jamais aceitou que a dialética estivesse em pane. A demissão de Merleau-Ponty, em 1953, da famosa revista *Tempos Modernos*, revela-se, hoje, o fulcro de um debate cujos germes, segundo seus protagonistas, já haviam se manifestado no final dos anos 1930, por ocasião das angústias e dos engajamentos que a geração de 1945, da École Normale Supérieure, viu-se na obrigação de fazer face aos acontecimentos que antecederam a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Debate que retomava seu fôlego em meados dos anos 1950, quando uma nova configuração do cenário internacional exigia a revisão das relações entre a Filosofia e a Política e no qual se fez um balanço das escolhas do passado e dos novos desafios de uma e de outra. Sem dúvida, aqueles foram episódios de um drama francês. O que não nos exime de dar-mo-nos conta de que aquela conflagração e suas trágicas consequências atingiram todo o mundo, de tal forma que, após o fim dos conflitos na Europa, uma nova maneira de viver, pensar e conceber as relações entre os países estabeleceu-se, apagando as esperanças e o charme que fizeram brilhar a *Belle Époque*. Aí se abria, portanto, um novo desafio envolvendo a necessidade de conhecer os processos socioculturais e de sopesar os valores que doravante pareciam orientar o comportamento individual e as relações intersubjetivas. Perguntava-se: o que a Filosofia tem e pode dizer sobre esse novo cenário? Ela está apta a oferecer à ciência as ferramentas necessárias para conhecermos o homem? Ainda haveria espaço para uma ciência e uma moral humanistas? Em um dos eventos que marcaram esse drama, a *Carta sobre o Humanismo*, de 1949, Martin Heidegger contestava a tese sartreana de que a investigação ontológica, empreendida em *Ser e Tempo*, de 1927, girava em torno de uma concepção da natureza humana. O humanismo, nascido do legado de Kant, punha-se, assim, em xeque, ao mesmo tempo em que o exame crítico de suas expressões científicas renovava as suspeitas que haviam recaído sobre as ciências humanas desde a sua fundação. Essa denúncia, embora apontasse um caminho possível para a renovação da Filosofia como atividade criadora e consequente, segundo Merleau-Ponty, não liberava a Fenomenologia de seu compromisso com a tradição kantiana nem

tirava um de seus maiores expoentes da afasia a que foi condenado em decorrência de suas escolhas políticas.

Ao lado de Sartre, Merleau-Ponty tentou liberar a filosofia de sua ojeriza ao presente. Refugiada na investigação de altos princípios, a filosofia ensinada nas universidades europeias, no início do século XX, virara as costas aos conflitos sociais, ao crescimento das cidades, às alterações dos processos produtivos e, sobretudo, à atuação dos novos atores sociais, como os operários, os migrantes, as mulheres, a juventude e todos os demais agentes que se fizeram notar através de diferentes manifestações políticas e culturais. Com o Existencialismo e a Fenomenologia, os problemas concretos do mundo moderno ganharam direito de cidadania na República das Letras. Coube também a Merleau-Ponty o mérito de acolher as pesquisas da Antropologia Cultural e do Pensamento Oriental na seara filosófica. Assim, prefaciando uma obra coletiva que ele havia dirigido, nos anos 1950, o autor de *Fenomenologia da Percepção* e *Estrutura do Comportamento* nos apresenta o Oriente como manancial de um pensamento filosofante, posto que a literatura chinesa e a da Índia, muito mais antigas do que a do Ocidente, não buscaram, como esta, dominar a natureza, mas, sim, estabelecer uma relação fundamental com o ser e, por isso, neste campo, têm muito a nos ensinar. Mais tarde, Merleau-Ponty publicou um artigo no qual atribuía ao empenho do autor de *Tristes Trópicos* e *O Pensamento Selvagem* a iminente realização do objetivo de numerosos cientistas sociais que, desde o final do século XIX, buscavam dominar as estruturas universais das relações entre os indivíduos nas diferentes sociedades. Para o etnólogo, cujas pesquisas realizadas no Brasil, nos anos 1930, levaram-no a publicar *As Estruturas Elementares do Parentesco*, o impacto de seu trabalho incidiu, antes de tudo, em sua própria maneira de pensar, que se abriu para a compreensão do alto valor das culturas indígenas e, assim, tornou-o mais apto ao conhecimento de si mesmo.

A Matriz das Ciências Humanas

Encontramos na obra de Michel Foucault, particularmente em *As Palavras e as Coisas Uma Arqueologia das Ciências Humanas*, de 1966, uma espécie de Analítica dos Conceitos onde o autor fez a dedução das categoriais fundamentais das ciências humanas a partir do exame das relações discursivas inerentes às chamadas ciências empíricas, a saber: a Biologia, a Economia Política e as ciências da linguagem. Nesse texto famoso, Foucault mostra-nos que as ciências humanas possuem uma matriz comum, a qual reside na articulação de três pares de conceitos pelos quais se identi-

ficam as três dimensões da existência humana: *função e norma; conflito e regra; significação e sistema* delimitam os campos das ciências da vida, do trabalho e da linguagem ao mesmo tempo em que a sua reduplicação torna possível a circunscrição da Psicologia, da Sociologia e o daquelas disciplinas que, nas ciências humanas, lidam com a representação que os homens fazem de si mesmos como seres falantes. Nessa tábua de noções, não somente se dispõem os pares de conceitos que tornam possíveis as ciências humanas, mas, sobretudo, se ordenam, sobre a finitude, os modelos teóricos e os limites do saber moderno.

Segundo Foucault, o que existe de comum entre todos os seus livros é a ideia de problematização das relações do pensamento à verdade. Embora se possa dizer que *História da Loucura* – ou mesmo *Vigiar e Punir* – tome esse problema tal como ele é posto na relação do indivíduo para com os Outros, como ponto de partida da investigação, e que os dois últimos volumes da *História da Sexualidade* partem das preocupações dos indivíduos com o domínio de seus próprios desejos, isto é, com o problema tal como ele é posto por cada um para si mesmo, em ambos os casos, trata-se de responder à questão de como um saber se constitui historicamente como uma experiência na qual a relação à verdade, a relação a si e a relação aos outros se integram mutuamente. A questão do domínio de si foi mais explicitamente isolada nas duas últimas investigações de Foucault. No entanto, ele próprio afirma que, já em sua investigação sobre a psiquiatria, procurou tornar evidente a preocupação com si mesmo na *experiência* da loucura que teve lugar no quadro da doença mental e das instituições asilares.

O que aí está em jogo é a *verdade* que, no curso dos acontecimentos, tornou-se presente. Daí a noção de genealogia, que tem a desvantagem de não se submeter a uma intuição súbita e iluminadora do sentido geral dos acontecimentos e, também, a de exigir um trabalho lento e árduo para se estabelecer as relações entre os discursos e as práticas que constituem as experiências que hoje nos fazem pensar. Ao associar suas pesquisas às preocupações que animaram a *Aufklärung*, Foucault atribuiu aos seus escritos o propósito de problematizar a relação do filósofo ao presente, ao modo de ser histórico e à constituição de nós mesmos como seres autônomos.

Um quadro similar aparece no artigo de Claude Imbert intitulado “Filosofia, Antropologia, o fim de um mal entendido”, onde a autora analisa a evolução da Etnologia como uma inquietação teórica que instigou uma série de “dissidências filosóficas”, marcadamente no seio da chamada “Sociologia Francesa”.

O próprio Durkheim teria inaugurado essa série ao constatar que a maneira positivista de submeter os fatos humanos a um processo de redução teórica não permitia

ao pesquisador dar conta da organização social como objeto da ciência. Tratados como coisas, eles foram sistematizados mediante estatísticas, observações empíricas e estudos de caso de modo que aí mesmo já não surgiam simplesmente como dados, uma vez que exigiam análises, interpretações e explicações a propósito de processos, dinâmicas e variações que não poderiam ser arrancados a uma estrutura de fatos e de coisas. Os eventos pesquisados em *O Suicídio*, *Divisão do Trabalho Social* e *Formas Elementares da Vida Religiosa* envolviam problemas concernentes à inserção dos indivíduos na vida social, à exclusão e ao preconceito, isto é, problemas cujo entendimento não podia ser alcançado somente pela observação a olho nu.

Considerações Finais

Nos textos ora examinados, acedemos a duas análises das condições de possibilidade das ciências humanas, onde a Etnologia pode ser considerada como um campo privilegiado de nossa reflexão. Neste sentido, parece-nos que essa disciplina pode ser tomada como exemplar no estudo da situação epistemológica dessas ciências, do qual um esboço dos limites em que se colocou a questão poderia ser feito a partir dos seguintes pontos: a) do ponto de vista do acesso ao real, delineou-se um percurso onde um número limitado de abordagens teóricas acompanhadas de suas respectivas ferramentas metodológicas, transformaram-se ou foram substituídas tendo em vista a superação de inconsistências concernentes à capacidade de interpretação e análise dos dados empíricos; b) do ponto de vista da estrutura formal das disciplinas aí abarcadas, identificamos uma matriz conceitual sobre a qual elas se ergueram, se modificaram e abriram caminho para o surgimento da Etnologia em uma nova configuração epistêmica.

Entre essas duas linhas em que as análises se desdobram, afloram algumas questões concernentes aos fundamentos das ciências humanas. De um lado, a questão da origem: onde se encontra o fulcro que libera o conhecimento do homem e permite que este se transforme em um objeto de investigação científica? De outro lado, o problema da possibilidade de apreensão, pelo homem, das leis que regem as formas pelas quais ele se dá as representações de sua própria existência, enquanto ser que vive, fala e trabalha, como ser portador de desejo, como criminoso, transgressor ou como agente e objeto de uma moral.

Nos artigos de Claude Imbert a questão da origem reporta-se ao embate travado inicialmente entre a filosofia e as ciências humanas por ocasião do surgimento dessa nova área do saber. Tratava-se de oferecer ao novo campo de investigação um solo

bastante sólido para garantir às disciplinas recém-criadas a validação de seu *status*, a objetividade de seus conceitos e a certeza de suas teorias. Embate que, pouco a pouco, cedeu lugar ao entendimento de que, no caso da Etnologia, o acesso ao concreto é, também, o acesso a si e ao outro. O que implica o reconhecimento de que a filosofia de Kant, a filosofia do Sujeito Autônomo e solipsista, adotada pelos primeiros etnólogos, como diretriz epistemológica, não constituía uma via adequada para apreender os fenômenos sociais.

As análises de Foucault chegaram a conclusões similares. Essa coincidência deve-se ao fato de que os dois autores parecem concordar com a tese de que tanto a questão da origem quanto o problema da percepção de si, inerente a toda investigação etnológica, conduziram os teóricos das ciências humanas a naufragarem quando incursionaram pela filosofia na tentativa de lastrear essas investigações em uma teoria universal do sujeito.

O kantismo, segundo Claude Imbert, bateu-se, ao longo do século XX, na tentativa de assegurar a validade do princípio transcendental de que, somente pela **ciência dos procedimentos pelos quais opera sobre si** o pensamento poderá garantir a objetividade de seus conhecimentos. O diagnóstico de Foucault foi bem mais agudo: ele entendeu que o pensamento do século XX tomou da filosofia de Kant os elementos necessários para fundar uma nova metafísica, a qual reside na **Antropologia Moderna**, isto é, em uma forma de organizar os conhecimentos e os demais valores da cultura em torno do conceito de finitude, tomado como fundamento e limite do saber, do poder e da ética.

Há consenso a propósito de que a filosofia de Kant constitui a melhor síntese de todo o esforço que a filosofia ocidental empreendeu, até o século XVIII, para a formação de um conceito capaz de reunir, em uma única representação, as ideias de pessoa, consciência, indivíduo, identidade civil, sujeito de direito, alma, eu, si mesmo, juízo, pensamento, espírito e razão. Os escritos de Kant concernentes ao seu ensinamento popular da filosofia e os que constituem as *Críticas* estão articulados uns aos outros justamente no que tange à determinação dos traços e da posição do sujeito como função unificadora das sínteses das representações da sensibilidade e dos conceitos do entendimento, como constituinte da razão, como estrutura transcendental do conhecimento, da consciência moral e do juízo e como suporte de um possível progresso das ciências.

Em sua *Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático*, Kant constata que, no desenvolvimento da criança, o momento em que surge, na linguagem, a apreensão do “eu” é também o momento em que surge, na história individual, a consciência a propósito

do “outro” e o uso da razão. Paralelamente, na *Crítica da Razão Pura*, a aquisição de conhecimentos sintéticos *a priori* aparece como o resultado de uma evolução da razão subjetiva no caminho seguro da ciência. A limitação, na *Crítica da Razão Pura*, da possibilidade do conhecimento ao campo da experiência faz do homem o objeto possível de uma ciência, embora, na obra de Kant, uma tal ciência jamais tenha se constituído. Assim, o “eu penso”, da *Crítica da Razão Pura*, já estaria inscrito no “eu digo”, da *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Coincidência à qual se junta o artigo de 1784, “Resposta à pergunta ‘O que são as Luzes?’”, onde o desenvolvimento da subjetividade completa-se na tomada, pelas mãos do sujeito, do controle das operações de sua própria razão.

Na análise estrutural, Lévi-Strauss sustenta que a dialética, tal como foi interpretada pelo marxismo existencialista de Sartre, incorre no mesmo erro cometido pelo totemismo, a saber: julgar que a humanidade está repartida em dois tipos de sociedade – uma capaz de desenvolver formas complexas de classificação, abstrações altamente complicadas e finas e valores universais inteiramente compatíveis com o ideal de autonomia e liberdade do espírito humano; e outra incapaz desses feitos porque dotada de faculdades primitivas e pré-lógicas que reduzem suas atividades espirituais a técnicas voltadas para a satisfação de suas necessidades imediatas. De acordo com essa divisão, entende-se o porquê de os etnólogos dedicarem-se prioritariamente à investigação dos assim chamados “povos-primitivos”. É que estes haviam sido considerados como sociedades sem história, presas a estruturas praticamente imutáveis, as quais propiciariam aos pesquisadores condições mais favoráveis do que as encontradas nas sociedades complexas para isolar as formas elementares da vida social. Ou seja, para os que partilham dessa visão, estrutura e história são conceitos incompatíveis e cada um somente pode ser aplicado ao estudo de grupos sociais simples e complexos, respectivamente. *O Pensamento Selvagem* foi escrito para combater essa forma de pensar, mostrar que uma só é a condição da humanidade no que toca aos seus desejos, suas capacidades intelectuais e sua competência na produção de valores e bens culturais e que a diversidade de expressões dessas capacidades constitui um legado imprescindível para a defesa da dignidade humana.

Remonta a Dilthey a distinção das ciências da natureza e das ciências do espírito como domínios submetidos a leis específicas. Desde então, as ciências humanas balançam entre o trabalho da descrição empírica e o empenho voltado para a compreensão transcendental dos fenômenos. Os impasses que daí resultam parecem levar a uma suposta oposição dos métodos utilizados pela historiografia e daqueles de que se valem as pesquisas etnográficas. Para Lévi-Strauss, o que faz surgir tais

aporias é justamente essa concepção de que as ciências naturais e as ciências humanas operam segundo processos mentais distintos ou que suas abordagens requeiram operações intelectuais distintas. Ora, para ele, são as mesmas operações intelectuais que se realizam quando se trata de nomear, recensear e classificar animais e plantas, as propriedades e qualidades dos minerais, as substâncias e os elementos químicos, as cores, os odores e os sabores ou quando se trata de identificar as diferentes formas de civilização, descrever suas relações de parentesco, as leis que regem suas trocas ou as que regem suas linguagens.

Ora, essa exigência de ordem constitui a base do pensamento que denominamos primitivo, mas unicamente pelo fato de que constitui a base de todo pensamento, pois é sob o ângulo das propriedades comuns que chegamos mais facilmente às formas de pensamento que nos parecem muito estranhas (LÉVI-STRAUSS, 2002: 25).

Referências

CHAUÍ, Marilena de Souza. Merleau-Ponty (1908-1961) Vida e Obra. In: Merleau-Ponty, Maurice. **Textos Escolhidos**. Traduções de Marilena de Souza Chauí et al; São Paulo: Abril Cultural, 1980. pp. V-XIV.

DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho Social; As Regras do Método Sociológico; O Suicídio; As Formas Elementares da Vida Religiosa. **Coleção Os Pensadores**. Seleção de textos de José Arthur Gignotti e tradução de Carlos Alberto Ribeiro Moura, Luz Cary, Margarida Garrido Esteves e J. Vasconcelos Esteves; São Paulo: Abril Cultural, 1978. FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no *Collège de France* (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Tópicos).

FOUCAULT, Michel. O Que são as Luzes? In: **Ditos e Escritos II**: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. pp. 335-351.

IMBERT, Claude. **Filosofia, antropologia**: o fim de um mal entendido. Trad. Nelson Matos de Noronha. SOMANLU, Revista de Estudos Amazônicos. Ano 3, n. ½, jan./dez. 2003, Manaus: EDUA, 2004, pp. 203-224.

_____. **Os itinerários urbanos de Claude Lévi-Strauss**. Tradução de Nelson Matos de Noronha. Somanlu, ano 5, n. 2, jul./dez. 2005. pp. 179-192. Manaus: EDUA, 2006.

_____. *Lévi-Strauss le passage du Nord-Ouest précédé d'un texte de Claude Lévi-Strauss Indian Cosmetics*. Carnets; Paris: Éditions de L'Herne, 2008.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Introdução e notas de Alexandre Fradique Morujão; 4ª. edição; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

_____. *ANTHROPOLOGIE du point de vie pragmatique*. Traduction: M. Foucault; sixième tirage. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1991. LÉVI-STRAUSS, Claude. *La Pensée Sauvage. AGORA; Collection dirigée par François Laurent. POCKET. Plon: Paris, 1962*.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco** [1947]. Tradução de Mariano Ferreira; 2ª. edição; Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Tristes Trópicos** [1955]. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar; São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

- _____. **O Pensamento Selvagem**. Tradução: Tânia Pelegrini. Campinas: Papirus, 2002.
- _____. **De Perto e de Longe**. Cláude Lévi-Strauss, Didier Eribon. Tradução: Léa Melo e Julieta Leite. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Introdução de Claude Lévi-Strauss. Tradução: António Filipe Marques. Lisboa: Edições 70, 2001.
- MERLEAU-PONTY, Maurice, 1908-1962. **Textos Escolhidos**. Seleção de textos de Marilena de Souza Chauí; traduções e notas de Marilena de Souza Chauí... [et al]. – São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Coleção Os Pensadores).
- MERLEAU-PONTY, Maurice. De Mauss a Lévi-Strauss. In: Merleau-Ponty, Maurice. **Textos Escolhidos**. Traduções de Marilena de Souza Chauí et al; São Paulo: Abril Cultural, 1980. pp. 193-206.
- _____. Em toda e em Nenhuma Parte. **Textos Escolhidos**. Traduções de Marilena de Souza Chauí et al; São Paulo: Abril Cultural, 1980. pp. 207-260.
- MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. **Foucault: uma Introdução**. In: Trans/form/Ação. São Paulo, 1980. V. 3, pp: 127-40. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/trans/v3/v3a08.pdf> OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (Org.) Elementos para uma sociologia dos viajantes. In: **Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

ARTIGO

LEANDRO TOCANTINS E A
AMAZONOTROPICOLOGIA

Resumo

No presente ensaio teórico sobre a obra de Leandro Tocantins, a cultura e a política assumem um significado central na amazonotropiologia dentro do debate político que orientou o desenvolvimento regional e global do país. A cultura, assim como a política, revela a ação dinâmica do homem situado na história regional, nacional e universal e seus ajustes antrópicos na Amazônia. Os pressupostos dessa interpretação sócio-histórica da Amazônia e do Brasil levado a termo por Tocantins, é a compreensão de que o estudo da cultura torna possível irmos às raízes das tradições e atuação política dos povos da Amazônia.

Palavras chave:

Amazônia. Trópicos. Amazonotropiologia. Cultura. Antrópico.

Abstract

In this paper about the work of Leandro Tocantins, culture and politics play a central meaning in amazonotropiologia in the political debate that has guided the regional and global development. Culture as well as politics reveals man's dynamic action within regional, national and world history and it's man-made adjustments in the Amazon. The assumptions of this socio-historical interpretation of the Amazon and Brazil, brought to term by Tocantins, is the realization that the study of culture makes it possible to go to the roots of traditions and political activity of the people of the Amazon.

Keywords:

Amazon. Tropics. Amazonotropiologia. Culture. Anthropic.

* **Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFAM) e do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM).

Introdução

A proposta de uma ciência específica para o estudo do ajuste ecológico do homem ao trópico úmido, formulada por Leandro Tocantins, deve ser compreendida a partir da influência exercida pelo pensamento de Gilberto Freyre sobre seu pensamento.

Afastando-se dos métodos propostos por Spencer, Durkheim, Le Play e das teorias raciológicas de Gobineau até então empregados para decifrar a realidade brasileira, Gilberto Freyre abre novas possibilidades para a interpretação social do país. O itinerário intelectual de Freyre possibilitou acesso a novas propostas de compreensão do homem e da sociedade, assim como também de manifestações estéticas nos diversos campos da arte. Nas universidades dos Estados Unidos Freyre teve contato com o antropólogo Franz Boas, o sociólogo Giddings, o jurista John Bassett Moore, o economista Selignan; nos Estados Unidos e na Inglaterra, ouviu lições do jurista Alfred Zimmern, mestre em Oxford. Para além dessa herança acadêmica, participou, na América do Norte e na Europa, de rodas literárias e científicas frequentadas pelo filósofo John Dewey, os poetas William Butler Yates, Vachel Lindsay, Amy Lowell, os críticos Menken e Carl Van Doren, o poeta Tagore. Na Europa, conviveu com modernistas e intelectuais da Action Française de Murras e Daudet, com George Sorel e seguidores de Mistral. Essa larga experiência permitira, a ele, lançar um olhar inovador sobre as raízes culturais mais profundas da sua condição brasileira, regional e moderna.

Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influência sociais, de herança cultural e de meio (FREYRE, 1992; p. 47-48).

A civilização moderna que emerge no espaço tropical resultado do ajuste plástico entre negros, índios e brancos não se organiza em termos socioculturais da mesma forma que a civilização norte-americana e europeia. Essa civilização com gosto de África, Europa e pitadas de tupi-guarani não se deixa interpretar pela simples aplicação de métodos sociológicos já consagrados em pesquisas ou definidos em teorias. A nova realidade social, situada nos trópicos, requer uma renovação de métodos através da capacidade do pesquisador projetar alguma coisa de si próprio e da sua situação regional na investigação, isto é, ele deve mobilizar os campos da reflexão – ecologia, sociologia, antropologia, história, filosofia e a arte em geral – a fim de compreender a experiência viva e dramática do homem situado nos trópicos.

A necessidade de compreender essa nova civilização mestiça e tropical implicava na necessidade de desenvolver métodos e teorias para além dos modelos desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa.

[...] Não venho, de modo algum, como Antropólogo-Sociólogo, aplicando ao Brasil teorias, fórmulas e métodos já consagrados ou estabelecidos em outros países; e sim procurando retirar dessas teorias e desses métodos sugestões para novas tentativas de relacionamento de teorias – inclusive de teorias desenvolvidas por sociólogos europeus e anglo-americanos – com situações condicionadas pelo que me vem parecendo ser uma situação da especificidade brasileira dentro de uma mais ampla em sua especialidade: a hispanotropical. Especificamente brasileiro no tempo e especificamente brasileiro no espaço sem que essa especificidade exclua afinidades com várias outras situações: principalmente com as hispanotropicals (FREYRE, 1968, p. 52, grifo nosso).

A experiência histórico-social do homem no meio tropical é interpretada por Gilberto Freyre como um processo de equilíbrio de antagonismos – *Casa-Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, Ordem e Progresso*, senhor e escravo, católico e herege. Isto exige uma renovação dos métodos sociológicos forjada em outro contexto, sendo insuficiente aquele instrumental criado para dar conta das realidades europeia e norte-americana. Os trabalhos de Freyre buscam tanto a construção dos instrumentos analíticos novos como uma nova interpretação da história social brasileira. Este procedimento resulta num grande salto, que marcará profundamente a reflexão sobre o social.

Tropicologia e Amazonotropicalologia

Por meio do estudo do processo de colonização luso e hispânico nos trópicos, americano, africano e asiático, Gilberto Freyre sugeriu a definição de um tipo de ciência social auxiliar, parte de uma tropicologia geral ainda a sistematizar-se, da qual a luso-tropicologia seria especialidade ainda restrita para objetivar o estudo da transformação dos sistemas e valores portugueses de vida, trabalho e comportamento no Brasil e no mundo.

A proposta de uma luso-tropicologia formulada por Gilberto Freyre, para interpretação de nossas origens, possibilitou uma nova visão da experiência do homem no trópico. Seguindo as sugestões de Freyre, Tocantins propôs uma amazonotropicalologia. Sua intenção consiste em interpretar a Amazônia através do critério não só regional e ecológico como também transregional. Esta amazonotropicalologia seria um ramo da luso-tropicologia e da hispano-tropicalologia sugerida por Freyre em suas obras.

A preocupação de Leandro Tocantins com os problemas decorrentes da diversidade regional brasileira e suas implicações culturais, indica a adesão à proposta de estudo do sociólogo pernambucano que toma a realidade brasileira como uma constelação de Brasis, isto é, um Brasil uno e ao mesmo tempo diverso, sintetizado em Brasis, Brasil o arquipélago cultural brasileiro. Nesse conjunto, a Amazônia é uma das ilhas do vasto arquipélago cultural brasileiro, uma ilha ao mesmo tempo ecológica e sociológica exigindo uma compreensão ajustada aos critérios de interpretação luso-tropicalista formulada pelo pensador pernambucano. A vida na Amazônia alcançou aquele equilíbrio que caracteriza a interdependência plástica entre a região e as instituições sociais, entre a ecologia e o homem. Exigindo dos campos de conhecimento, pesquisas, estudos, experimentos, dentro de critérios socioecológicos e antropológicos, baseado na organização social e no meio físico tropical, não bastam simples transposições de métodos, de teorias e de técnicas desenvolvidas em regiões temperadas. É preciso redefini-las diante das condições socioecológicas regionais.

Em conferência que pronunciei na Casa do Estudante do Brasil, a 27 de maio de 1968, no curso sobre problemática amazônica, lembrei – lançando pioneiramente a idéia – a necessidade de um esforço brasileiro para a criação de novo campo de estudos: a amazonotropologia, em que fossem incluídos os problemas globais da área, com objetivo científico de aplicar esses conhecimentos em proveito do próprio meio, e de acordo com as necessidades regionais. Uma amazonotropologia que seria desdobramento da luso-tropologia recomendada pelo Professor Gilberto Freyre, pois a Amazônia é um trópico singular, sem símile no mundo todo. Os instrumentos hábeis para esse trabalho científico são o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Museu Goeldi, Instituto de Pesquisa e Experimentação Agrícola da Amazônia, o Instituto Evandro Chagas que, em ação conjugada, poderiam desenvolver atividades regionalmente orgânicas, captando em suas investigações científicas todos os valores da natureza e do homem, para sistematizá-los e aplicá-los em proveito de uma cultura sempre a serviço da espécie humana. Sem, contudo, encastrar-se num amazonocentrismo perigoso. Ao contrário, assimilar culturas técnicas, experimentações, como aconteceu na simbiose luso e trópico, num processo biosocial de adaptação de valores extra-amazônicos ou fusão desses valores com os regionais (TOCANTINS, 1969, p. 48).

O projeto de um novo campo do saber não é tarefa de um homem isolado. Em sua visão a Universidade do Amazonas e do Pará deveriam promover seminários capazes de envolver a contribuição de diversas áreas do conhecimento para formar uma imagem a mais precisa possível da realidade socioecológica da Amazônia. O exemplo está sendo dado pela Universidade de Pernambuco com seu seminário de tropicologia brasileira e nordestina, e como explica seu coordenador, professor Gilberto Freyre, trata-se de um seminário de composição heterogênea dos diversos campos do conhecimento e dos saberes tradicionais, os quais guardam segredos so-

bre as coisas mais profundas da região. Desta forma, conjugar-se-iam esforços para decifrar a Amazônia profunda em suas múltiplas dimensões – física, antropológica, cultural, social, econômica, histórica, biológica – e outras não citadas a serem sistematizadas na ciência dos trópicos úmidos, a amazonotropologia.

Para Tocantins, um exemplo claro dessa nova mentalidade em formação encontrava-se no grupo de estudo amazônico liderado pelo professor Djalma Batista, com sua vocação de médico tropicalista alongando-se numa sociologia da medicina. Seguem outros exemplos como Ernesto Cruz, que revela através da pesquisa histórica fatos essenciais para a compreensão regional; Mário Ypiranga Monteiro, pesquisador e intérprete do folclore regional; Armando Mendes, descortinando novos horizontes para o estudo e aplicação de uma economia ecologicamente amazônica; Amílcar Tapiassú, preocupado com os problemas demográficos; Nunes Pereira, desvendando as populações indígenas com suas etnografias e etnologias (TOCANTINS, 1971; 192). Não podemos esquecer que esse espírito amazonotropicalista já vem se expressando na esfera literária desde *Simá*, considerado por muitos o primeiro romance amazônico; em *A Selva*, de Ferreira de Castro; nos romances de Dalcídio Jurandir e de Paulo Jacob; espírito presente também na poesia de Álvaro Maia e Elson Farias. Toda essa criatividade se reveste de uma amazonotropologia inspirada nas condições físicas, biológicas, sociais e antropológicas da região, cultura dinâmica que nos ata ao moderno. Entre todos esses nomes citados, Tocantins reserva distinção especial no processo de construção da amazonotropologia a Araújo Lima e a Arthur Cezar Ferreira Reis.

Justamente no Amazonas surgiram os dois grandes e modernos intérpretes da Amazônia, por ordem cronológica: o médico Araújo Lima, no livro *Amazônia – a terra e o homem*, e Arthur Cezar Ferreira Reis que apresenta em nossos dias uma obra notabilíssima, tanto na essência histórico-social como na quantidade quase espantosa de títulos. O Professor Arthur Reis adiantou-se aos também notáveis trabalhos de História de Manuel Barata e Arthur Viana, porque lhes acrescentou o sentido moderno, humanístico, de interpretação do fato histórico, sem esquecer a sua correlação com o fato social e ao fato econômico (TOCANTINS, 1969, p. 49).

Não resta dúvida para ele que *Amazônia, a terra e o homem*, de Araújo Lima, é um livro indispensável para a compreensão dos processos sociais na região; o caráter inovador da obra reside em sua refutação peremptória de todo o determinismo geográfico, étnico e racial em favor da compreensão de que o homem é o responsável pela sua história; neste sentido o atraso no qual a região se encontrava era resultado da ação do homem e não do clima ou do componente indígena da sociedade local. Da mesma forma compreende a extensa contribuição, do professor Arthur Cezar

Ferreira Reis, aos estudos da Amazônia em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais com destaque para os livros *A conquista espiritual da Amazônia* (1943), *O seringueiro e o seringal* (1953), *A Amazônia que os portugueses revelaram ao mundo* (1957) e *A Amazônia e a cobiça internacional* (1960). Vale salientar que, para Tocantins, os 29 livros lançados por Arthur Reis até o ano de 1969 traduzem uma das sínteses mais acabadas sobre a história social da região, permitindo visualizar aspectos importantes da tradição, da cultura e da identidade regional. Produção que o coloca ao lado de Araújo Lima como precursor da amazonotropologia proposta por Tocantins.

A Amazonotropologia assinala uma ruptura com o espírito de aventura que presidiu o processo de colonização e definiu o ritmo dos ciclos econômicos fundado no extrativismo. Os estudos promovidos pela amazonotropologia devem possuir como meta elaborar um estatuto científico para subsidiar o desenvolvimento regional com equilíbrio social e ecológico.

Que se faça um esforço de pesquisa, de estudo e experimentação, como ponto de partida para a formulação de um estatuto da Amazônia, através do qual fosse avaliada a riqueza potencial da Amazônia e escolhido o caminho a trilhar no sentido de seu aproveitamento racional. Esse estatuto transformar-se-ia em instrumento de revolução: inovação dos métodos de política administrativa, social e econômica, introduzindo novos valores a serem mesclados aos regionais, formalizando novas técnicas na administração, na medicina, na engenharia, na arquitetura, na higiene, na engenharia sanitária, no urbanismo, na culinária, no vestuário, no paisagismo (TOCANTINS, 1973, p. 389).

O desenvolvimento regional assentado na moderna ciência dos trópicos não implica no abandono dos valores tradicionais e de suas manifestações culturais regionais. Ao contrário, amazonotropologia deve, por meio da pesquisa, preservá-los, como sinal característico da identidade regional e como fonte de inspiração para artistas, poetas, escritores, arquitetos e cientistas. Os valores tradicionais guardam em si um ajuste sociocultural com o meio ecológico tropical que deve ser preservado face às mudanças (TOCANTINS, 1971, p. 195).

Encontramos na Amazônia símbolos culturais perfeitamente válidos e ajustados ao meio ambiente, resultantes do processo histórico de organização da vida social, política, cultural e econômica em torno de portugueses e indígenas, e, em menor grau, negros. Valores certamente adaptáveis aos novos tempos.

Daí por que venho, há tempo, insistindo na criação de uma arquitetura amazônica, ecologicamente amazônica, assustado com a proliferação, em Belém e Manaus, e outras cidades do vale, de casas inadaptáveis ao clima tropical, verdadeiras arrogâncias do mau senso, a causarem problemas de higiene, de saúde, de bem-estar, nem sempre percebidos pelos moradores ou proprietários, muito anchos em desfrutar uma casa moderna ou funcional, como erroneamente julgam, porque o moderno nem sempre se casa com o funcional, e

nem o funcional se expressa daquela maneira no clima quente e úmido do equador. Casas que seus orgulhosos proprietários denominam de funcional, poderá sê-lo nos países frios e temperados e nunca na Amazônia tropical, que repudia placas de cimento armado, vastas superfícies de vidro ocupando espaços, onde, normalmente, devia haver abertura para a circulação de ar. O que resulta numa atmosfera interior sufocante, viciada, anti-higiênica (TOCANTINS, 1973, p. 290).

Implícito nos argumentos acima está a tese defendida de que na arquitetura colonial brasileira – resultante de um processo de adaptação de valores lusos aos trópicos durante vários séculos – já se encontravam, em potencial, soluções modernas adequadas ao clima e à ecologia. Não nos surpreende Tocantins acreditar que arquitetos brasileiros como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Severiano Mário Porto estão demonstrando como é possível construir edifícios totalmente modernos que conservam, ao mesmo tempo, aspectos tradicionais da arquitetura colonial brasileira (TOCANTINS, 1973; 285-302).

A amazonotropologia teria um papel fundamental de corrigir a simples transposição de estilos de vida estrangeiros, padrões técnicos de arquitetura, de agricultura e das demais áreas sem levar em consideração as condições socioculturais e ecológicas da região. Padrões técnicos desenvolvidos para o clima temperado e ajustados a eles não podem ser aplicados uniformemente em todos os espaços físicos e sociais. Devemos buscar inspiração para o desenvolvimento técnico e científico de padrões de desenvolvimento regional nas sugestões da paisagem, da história, dos valores culturais, do clima, do solo, da hidrografia, para constituírem técnicas e artes aplicáveis ao processo de produção e ao trabalho cotidiano. Desenvolvimento moderno sem esquecer a harmonização plástica com nossos valores tradicionais. Desta forma, a amazonotropologia nos forneceria um conjunto de técnicas aplicadas localmente, mas universalmente reconhecidas como modernas, pois se harmonizam com a natureza e os valores herdados de nosso passado colonial. Na Amazônia, o índio e o português predominantemente em confronto com a natureza produziram valores culturais que nos atam num extremo à tradição e no outro à modernidade. O centro de gravidade de todos os seus argumentos parece orbitar em torno da tese de que “o elo necessário entre tradição e modernidade é a cultura – veículo de transposição e de compreensão entre a essência do valor criado e sua transformação dinâmica e moderna em valor novo” (TOCANTINS, 1969, p. 13, grifo nosso).

Só podemos entender a cultura, no interior dessa tese, num sentido dinâmico. Aliás, essa forma de percepção da cultura, válida para o estímulo do espírito nacional em seus ímpetos de criatividade e de afirmação brasileira, o autor já encontrara como ideia-força nos movimentos de renovação literária, estética e até social. Daí a razão

de seu diálogo contínuo com o Regionalismo do Recife (1926) e o Modernismo de 1922. Nas teses desses dois movimentos, Tocantins verifica uma íntima conexão entre o tradicional e o moderno, ou melhor, a valorização do tradicional brasileiro dentro de uma forma de expressão e de intenção substancialmente modernas. Por outro lado, Tocantins não se omite em apontar os aspectos políticos do processo de modernização quando assinala a presença da Revolução de 1930, do desenvolvimentismo e atua decisivamente como agente transformador no exercício de suas funções públicas. Sempre à procura de aspectos singulares da cultura brasileira para solucionar os problemas de nossa estrutura política, social e econômica. Motivo pelo qual acrescentamos a política, ao lado da cultura, como elo entre o tradicional e o moderno na tese formulada por Tocantins.

[...] a cultura amazônica sobressai na congregação dos vários Brasis com expressão singular, ecologicamente singular, que precisa ser entendida sobretudo pelos poderes públicos, pois à ação normativa e desenvolvimentista do Governo cabe, em primeiro plano, a responsabilidade de dinamização demográfica, social e econômica da Amazônia, desde que a Amazônia, o imenso deserto do Brasil, deve ser uma nova fronteira social e nunca individual. É o que, felizmente, se tornou uma filosofia de Estado, com objetivos definidos, a partir do Governo do Presidente Castelo Branco, que lançou a chamada Operação Amazônia, de modernização e inovação de métodos e da infra-estrutura administrativa dos órgãos operativos na região. E prosseguida pelo governo atual, graças à sensibilidade cívica e compreensão sócio-política do Ministro do Interior General Albuquerque Lima (TOCANTINS, 1971, p. 193).

É importante lembrarmos que a Operação Amazônia, lançada pelo Presidente Castelo Branco em fevereiro de 1966, se beneficiou das sucessivas políticas de integração da Amazônia postas em marcha com a institucionalização da SPVEA por Getúlio Vargas em 1953. No âmbito da proposta elaborada pelos militares, a SPVEA assumiu nova roupagem institucional transformada em SUDAM. Se recuperarmos as observações de Ianni, em *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, notaremos que a modernização conservadora instituída pelos militares pós-64 é o desdobramento do debate político iniciado com a ruptura oligárquica de 1930. Debate que se expressou ao longo de três décadas em diversos projetos de modernização do país, propostos por grupos, classes sociais ou frações de classe em luta pela hegemonia.

As clivagens ideológicas orbitaram em torno de três modelos básicos de desenvolvimento em disputa: o modelo de desenvolvimento autônomo, o modelo de desenvolvimento associado e o modelo socialista. Tocantins orbitou entre o modelo de desenvolvimento autônomo e o modelo de desenvolvimento associado, atitude típica dos agentes oriundos dos setores agrários tradicionais e do extrativismo

do Norte. Não é sem sentido que para Octávio Ianni o modelo de modernização conservadora nasce da fusão de elementos daqueles dois modelos, conduzida pelas classes e frações descontentes com a política de massas que ampliava a participação da classe trabalhadora na esfera política e na divisão da riqueza nacional. Tocantins estava convencido de que a Operação Amazônia, face regional da modernização conservadora, seria o suporte necessário para tornar a Amazonotropologia a base científica de todo e qualquer empreendimento regional. Caberia a ela analisar e avaliar a viabilidade dos projetos de investimentos na Amazônia. Posição que se torna evidente ao reiterar as palavras proferidas por Arthur Cezar Ferreira Reis quando tomava posse da Presidência do Conselho Federal de Cultura.

[...] a Revolução Brasileira necessita da inteligência do país, com sua ação criadora e a consciência exata de que falsa é a premissa de construirmos o nosso futuro só apegado a idéias ilusórias de ajudas externas – o que também inclui certa despersonalização, adotando, sem a cautela de uma inteligente assimilação, o artifício do estrangeirismo: falsear o espírito nacional com novidades que não correspondem ao nosso modo de ser como povo e como nação (TOCANTINS, 1969, p. 19).

A cultura e a política assumem um significado central na amazonotropologia, na proporção em que Tocantins se fizera presente no debate político que orientou o desenvolvimento regional e global do país. A cultura, assim como a política, revela a ação dinâmica do homem situado na história regional, nacional e universal.

Considerações Finais

Os pressupostos dessa interpretação sócio-histórica da Amazônia e do Brasil, levado a termo por Tocantins, é a compreensão de que o estudo da cultura torna possível irmos às raízes das tradições de nosso povo, auscultar suas tendências e qualidades duradouras. Sentir o processo de seu desenvolvimento histórico e social, para que a criação – seja na arte, na literatura, na política, na ciência, na tecnologia, na música, enfim, em todas as esferas da vida social – alcance um perfeito equilíbrio entre os valores tradicionais revelados no largo magistério da história e o sentido modernizante que o tempo presente indica como um processo em direção ao futuro.

Uma inteligente fusão de experiência brasileira com experiências universais, sempre levando em conta o rico acervo de nossa cultura, pois ela guarda um amplo sentido histórico, sociológico, antropológico e ecológico, resultado do processo de miscigenação e colonização da Amazônia e do Brasil, em outros termos, a construção de uma Amazônia brasileira.

Referências

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Gilberto Freyre e a invenção do Brasil**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- BARBOSA, Clovis (Editor). **Equador**. Manaus: Edições do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.
- BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e a formação da sociedade Brasileira**. 1986. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986.
- BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Renan Freitas (Org.). **Voices da Amazônia**: investigação sobre o pensamento social brasileiro. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Dennis (Orgs). **Intelectuais**: sociedade e política. São Paulo: Cortez, 2003.
- BATISTA, Djalma. **Amazônia**: cultura e sociedade. Manaus: Valer, 2003.
- _____. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.
- NUNES, Benedito; HATOUM, Milton. **Crônica de duas cidades**: Belém-Manaus. Belém: Secult, 2006.
- BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**. Manaus: ACA – Fundo Editorial, 1985.
- _____. **Dicionário Amazonense de Biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira**: temas e situações. 4ª. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- FREYRE, Gilberto. **Açúcar**: uma sociologia do doce. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- _____. **Continente e ilha**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1943.
- _____. **Nordeste**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- _____. **Manifesto regionalista**. 7ª. ed. Recife: FUNDAJ/Ed. Massagana, 1996.
- _____. **Região e Tradição**. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- LIMA, Araújo. **Amazônia a terra e o homem**. 5ª. ed. Manaus: Edições do Governo do Amazonas, 2001.
- LIMA, L. Costa (Org). **Teorias da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2.
- _____. **Pensando nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- PINTO, Renan Freitas. **Viagem das idéias**. Manaus: Valer, 2006.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. **Como governei o Amazonas**. Manaus: Gráfica do Estado do Amazonas, 1967.
- TOCANTINS, Leandro. João Daniel e seu amazonotropicalismo. In: **Revista de Cultura do Pará**, Belém, Secretaria de Cultura, ano 7, n. 26 e 27, jan./jun. 1977.
- TOCANTINS, Leandro. **Amazonas, natureza, homem e tempo**: uma planificação ecológica da Amazônia. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Civilização Brasileira, 1982.
- _____. **Adolescência, a vigília dos olhos**. Belém: CEJUP, 1993.
- _____. **A memória de viver**. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.
- _____. **Aventuras de Tizinho**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- _____. **Brasil**: alguns valores essenciais. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- _____. **Estado do Acre**: geografia, história e sociedade. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.
- _____. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.
- _____. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.
- _____. **Vida, cultura e ação**. Rio de Janeiro: Artenova, 1969.

ARTIGO

FRONTERAS, TERRITORIO E IDENTIDADES

Resumo

As ideias apresentadas nestas páginas, para o seminário temático: fronteiras externas e internas – Estado Mídia e espacialidade realizado durante o II Seminário Internacional Sociedade e Fronteira, são parte das reflexões conceituais permanentes que têm sustentado a abordagem de diversas pesquisas sobre as áreas fronteiriças da Venezuela. No referido evento assumiu-se o objetivo fundamental de apresentar uma síntese da inter-relação entre fronteiras, território e identidades, para posteriormente abordar em linhas gerais os aspectos destacados nas relações transfronteiriças entre Venezuela e Colômbia.

Palavras-chave:

Fronteiras. Território. Cultura. Relações transfronteiriças. Identidade.

Resumen

Las ideas presentadas en estas páginas para el Seminario temático: Fronteras exteriores e interiores – Estado, mídia e espacialidade, realizado en el marco del II Seminario Internacional Sociedad e Fronteras, forman parte de las permanentes reflexiones conceptuales que han servido de sustento para abordar las diversas investigaciones sobre los espacios fronterizos de Venezuela. En esta ocasión se ha trazado como objetivo fundamental, presentar una síntesis de la interrelación entre las fronteras, el territorio y las identidades, para, posteriormente abordar, en líneas generales, aspectos destacados en las relaciones transfronterizas entre Venezuela y Colombia.

Palabras clave:

Fronteras. territorio. cultura. transfronterizo. Identidad.

Introducción

Al observar un mapa de la superficie terrestre con las representaciones de sus demarcadas e irregulares morfologías como las montañas, mestas y llanuras, tan sólo por mencionar las grandes unidades del relieve, tal vez se podría pensar que simboliza la imagen del mundo sin límites ni fronteras, añorada, desde sus antípodas posiciones, por anarquistas y globalizadores. Pero bien sabemos que ese mapa físico sólo refleja una parte de la realidad de la superficie terrestre pues al incorporar la distribución de los grupos humanos, se transforman sus contornos y se dibujan las diferenciadas demarcaciones territoriales denominadas de diversa manera, como por ejemplo: Venezuela, Brasil, Colombia, Guyana, etc., cada una con sus particulares procesos de configuración, sus historias, sus ámbitos geográficos de pertenencia, arraigo, cohesión e identificación socio-territorial; en suma, organización en la sociedad. Se ha de advertir que las circunscripciones que componen el actual mapa mundial no son definitivas, no lo han sido y están en constantes cambios. Basta con hacer una secuencial comparación cartográfica de las cuatro últimas décadas para visualizarlas integraciones y desintegraciones territoriales y en consecuencia el surgimiento de otros estados e incluso novedosos límites fronterizos.

En estos contextos surgen con frecuencia un conjunto de inquietudes en torno a los límites y las fronteras (Valero, 2008). Por ejemplo nos preguntamos si han existido siempre estas demarcaciones territoriales, si seguirán existiendo; pero nos interesa también comprender qué separan, qué unen o cuál es su utilidad. Interrogantes y dudas que no tienen un patrón de respuesta único pues como creaciones humanas que son, tienen sus complejas y particulares historias configurativas, así como sus diversas funcionalidades.

En las indagaciones para intentar despejar estas interrogantes es posible encontrar algunas aproximaciones en los geográficos e históricos procesos de ocupación, apropiación, usos de espacios y territorios, así como en las huellas dejadas por comunidades de pobladores ancestrales. Estudios arqueológicos y antropológicos por ejemplo, partiendo de relatos, mitos heredados, hallazgos de objetos específicos, aportes lingüísticos que forman parte de los múltiples elementos que han posibilitado la reconstrucción de modos de vida, atributos identitarios de antepasados, sus asentamientos y el establecimiento de una especie de territorialidades a partir de las definiciones de áreas culturales. En Venezuela han sido de gran utilidad las investigaciones de Acosa Saignes (1961), Sanojoa y Vargas (2007), así como un conjunto de investigadores dedicados a los estudios del poblamiento

prehispánico en ámbitos específicos. Estudios en diversas partes del continente destacan los componentes significativos asociados a las delimitaciones territoriales, así, por ejemplo, Gentile (1996) señala que “la existencia de hitos fronterizos está relacionada en los andes con la distribución de los recursos naturales: la caza, pesca, pero especialmente la tierra de cultivo y el agua que las riega, de allí que las llamadas *‘provincias incaicas’* muchas veces adquirieran la forma de un río principal más sus usos, sus acequias y los terrenos que sus aguas alcanzaran a regar”. Por tanto, se sugiere un marco territorial delimitado para la convivencia y poblamiento.

En otras partes, la construcción material de límites/fronterizos también tiene su historia con el levantamiento de murallas y muros en torno a las ciudades con diversas interpretaciones funcionales que abarcan desde lo sagrado a lo defensivo. Coulanges (2005) reseña en la antigüedad la existencia de murallas con sus espacios inmediatos interiores y exteriores donde no estaba permitido edificar ni cultivar y cita para Roma “Sobre el surco sagrado, o un poco detrás, se elevan enseguida las murallas, que son también sagradas. Nadie podrá tocarlas, ni siquiera para su reparación, sin el permiso de los pontífices. A ambos lados de esa muralla hay un trecho de algunos pasos concedido a la religión, se le llama *pomoerium* y no está permitido pasar el arado por él, ni construir ningún edificio” (COULANGES, 2005).

El cercamiento amurallado en defensa de las ciudades tuvo su destacada importancia. Munizaga (1999) advierte que “en la Edad Media, la discusión entre la ciudad y el campo abierto fue franca y marcada. La ciudad está rodeada de murallas con puertas de acceso y control, distinguiéndose claramente el espacio intramuros y el extramuros. Esto aparece en varios ejemplos como Segovia, Saint-Michel y Carcasone, Chartres, Asís y Siena”. Las interpretaciones son múltiples, por ejemplo, Mumford (1979) señala que “Inicialmente la ciudad física fue delimitada por la muralla. Pero, en tanto que fue una simple empalizada o una modesta obra de albañilería bastó para la defensa militar, la muralla no fue un obstáculo real para la expansión de la ciudad”. Desde otra perspectiva, Eliade (1998) escribió que “en el Occidente medieval, los muros de las ciudades se consagraban ritualmente como una defensa contra el demonio, la enfermedad y la muerte. Por otra parte, el pensamiento simbólico no halla dificultad alguna para asimilar al enemigo humano al demonio y a la muerte. A fin de cuentas, el resultado de sus ataques, sean estos demoniacos o militares, es siempre el mismo: la ruina, la desintegración la muerte”.

Como se puede apreciar en estas breves citas, la historia de la humanidad ha estado vinculada a sus demarcaciones territoriales con diferentes modalidades y simbologías. En el ámbito de acción y convivencia de los grupos humanos han

estado presentes las delimitaciones, incluso como un mecanismo de preservación y vinculación con sus territorios. Sin embargo, los límites fronterizos adquirieron amplia significación en su terminología moderna con la consolidación y expansión de los estados nacionales, por tanto, imaginar en este siglo XXI un mundo sin límites ni fronteras, sin demarcaciones territoriales, un mapa sin recortes genera la duda razonable, pues entendemos que algún mecanismo ha de organizar nuestras acciones socio-espaciales y territoriales.

Las fronteras: una recurrente mirada

No obstante, se podría afirmar que los límites y las fronteras que hoy observan y se dibujan en el mapa mundial como definitivamente consolidadas, no son inmutables en sus extensiones y funciones. Las intensas transformaciones del globalizado mundo en este siglo XXI están generando constantes alteraciones en la tradicional utilidad de las fronteras relacionadas exclusivamente a la seguridad y defensa territorial y en consecuencia a la soberanía estatal. Esto permite conjeturar sobre el surgimiento de contemporáneas tipologías fronterizas que expresan las diversas y múltiples modalidades funcionales.

En algunos casos se destaca la eliminación de las fronteras para los intercambios comerciales, las transacciones financieras, la movilidad del capital y la información. En esta perspectiva Ohmae (2005) ha sugerido que en el escenario global sin fronteras se debe desechar la cómoda y obsoleta idea geográfica del Estado-nación. En tanto que, Santos (1994, 2004) desde sus posturas críticas a la globalización advertía que “hoy, cuando vivimos una dialéctica del mundo concreto, evolucionamos de la noción, ya anticuada, de Estado Territorial a la noción postmoderna de transnacionalización del territorio”. En esencia, apologistas y críticos coinciden en aceptar los intensos y profundos cambios territoriales a escala mundial que, se puede inferir, implícitamente se extiende al papel establecido a las fronteras.

En estos tiempos del siglo XXI es evidente que los movimientos financieros, la información y la cultura se desplazan por encima de las fronteras físicas y políticas a través de las redes de flujos informatizados, alterando asimismo los modelos territoriales tradicionalmente establecidos y afectando progresivamente las históricas soberanías nacionales, trastocadas adicionalmente, por la expansión de instancias y organizaciones supranacionales que abarcan desde el comercio hasta la justicia, e incluye a un gran abanico de organizaciones no gubernamentales.

En otras perspectivas se detectan ámbitos antagónicos a los flujos y la libre

circulación del espacio global, evidenciados en la falta de reciprocidad en los intercambios y en las crecientes medidas restrictivas que se imponen a la movilidad de las personas, básicamente a los desplazamientos laborales para los cuales, en múltiples casos, los límites y las fronteras políticas mantienen su plena y tradicional vigencia. Múltiples barreras y obstáculos se han implementado con diversos fines, sin embargo, las que producen el mayor impacto son las vallas y muros edificados sobre las demarcaciones limítrofes. Las argumentaciones son variadas: comerciales/económicas, políticas, religiosas, sociales. Se trata en esencia de la elevación material de las fronteras a través de muros y vallas como ocurre entre Estados Unidos/México, España/Marruecos, Israel-Cisjordania/Palestina, Botswana/Zimbague, Sahara Oriental/Marruecos, Irlanda del Norte Católicos/protestantes, Corea del Norte/Sur, India/Pakistán, Chipre/Turquía, Arabia Saudí estudia la posibilidad de levantar un muro en las fronteras con Irak, Paquistán anuncia la construcción de un muro en las fronteras con Afganistán. Se debe sumar a estos, los cierres de las fronteras que, represivamente, impiden que las personas emigren por voluntad propia de sus territorios de origen. Estas son los espacios que contrastan con el imaginado mundo globalizado y sin fronteras.

En contraste con estas realidades, también es posible encontrar *Las otras fronteras*; en este caso se hace referencia a las fronteras abiertas, permeables a la circulación de personas, bienes e información a escala local. En varios trabajos hemos intentado caracterizar –conceptualizar- estas fronteras, aclarando siempre que se responde a la interpretación de las específicas realidades que se presentan en los ámbitos vecinales de Venezuela y Colombia. Los límites son las geo-referencias que definen los territorios y establecen, como bien se sabe, la separación jurisdiccional de los estados como estructuras organizativas de la sociedad. Las fronteras las entendemos como espacios de difusa o indefinida extensión superficial, que se establece –concertadamente o no- los que habitan fuera del borde de separación jurídica (VALERO, 2002) ¿Cuáles son mis fronteras? Los espacios y territorios contiguos, el otro territorio, normados para la movilidad inmediata, para los desplazamientos vecinales.

El territorio venezolano y las identidades fronterizas

Gran parte de las fronteras de Venezuela con sus vecinos, como bien se conoce, presentan una intensa y creciente inter-movilidad cotidiana de sus habitantes que han establecido redes y flujos de variados intercambios que ha derivado en especie de

recomposición socio-espacial que se desplaza entre lo fronterizo y lo transfronterizo –y de lo transfronterizo a lo trans-territorial- Este desplazamiento lo definen las constantes travesías y el permanente tránsito pendular o bidireccional, que obvia en muchos casos, las leyes y normas establecidas en cada territorio.

Aunque existe la tendencia a describir y calificar estas interrelaciones como porosas para indicar que por allí se escapan hasta los más oscuros intercambios, en nuestra opinión se considera que no es tan acertado señalar que la porosidad define a estas fronteras. Con relación a estas apreciaciones hay importantes diferencias puesto que en las prácticas inter-vecinales o comunitarias, estos son espacios abiertos, con fluidas relaciones bilaterales a escala local, donde se construyen lugares de encuentros a pesar de la separación nacional-estatal de los sentidos y significados de pertenencia a uno u otro lado y también de las políticas unilaterales, como es el caso venezolano de la última década de este siglo XX, sustentadas en el cierre parcial de las fronteras. A los habitantes de estos territorios fronterizos los unen particulares hechos históricos que aproximan y fusionan y han posibilitado la creación campos de encuentros culturales, con lo cual se ha abierto el escenario al surgimiento de identidades transfronterizas que tienen un alto grado de interdependencia.

En este fortalecimiento y la expansión de espacios inter-fronterizo, hay que destacar que las ciudades y los centros poblados han constituido su núcleo determinante, puesto que es en ellas – las ciudades – donde convergen, a través de múltiples canales de comunicación, los intereses inter-sociales derivados de las necesidades y exigencias, básicamente cotidianas, indistintamente del lugar habitado. Se configuran así, identidades urbanas en cierto modo específicas, que van construyendo y reconstruyendo sus espacios geográficos de convivencia, tal como ocurre en la vecindad con Colombia el entre Guasdalito-El Amparo/Arauca, La Victoria/Arauca, San Antonio-Ureña/Villa del Rosario-Cúcuta, o en las fronteras con Brasil entre Santa Elena de Uaién y Pacaraima, así como en otros centros poblados localizados en cada ámbito fronterizo; conformando espacios de fluidos intercambios donde se va estableciendo simbologías e identidades – o de identificación transfronteriza, con rasgos culturales compartidos.

La *división territorial y su derivación en la configuración* de dos estados, dos “culturas” dos identidades nacionales, no han sido obstáculos para detener el permanente cruces de fronteras, la conectividad y movilidad, las solidaridades cotidianas y el desarrollo de los vasos comunicantes entre ciudades y centros poblados de sus entornos.

En varios estudios y trabajos (Valero, 2008, 2009) hemos calificado a esta dinámica inter-fronteriza como un proceso espontáneo de integración local.

Sin embargo, al explorar y profundizar en las redes y los flujos de intercambios, se logra vislumbrar una particular identidad inter-fronteriza, transfronteriza, que se construye en la movilidad pendular de los habitantes, al establecer sus propios códigos comunicacionales, con rasgos identitarios que se superponen a las pertenencias nacionales. Prácticas socio-espaciales que van *generando* otros parámetros en lo cultural y como hemos citado en otras ocasiones, en el sentido Canclini (2004) al proponer que abarco “el conjunto de procesos a través de los cuales dos o más grupos representan e intuyen imaginariamente lo social, conciben y gestionan las relaciones con otros, o sea las diferencias, ordenan su dispersión y su inconmensurabilidad mediante la delimitación que fluctúa entre el orden que hace posible el funcionamiento de la sociedad, las zonas de disputa (local y global) y los actores que la hacen posible” Y no hay duda, nos identificamos como originarios de un territorio, de un lugar, somos nacionales de un estado y proclamamos nuestro sentido de pertenencia. Diferencias que se acentúan al alejarse de las fronteras. Nos distinguen, en suma, unos hechos históricos, una iconografía y el límite que demarca el ámbito de acción nacional, con sus deberes y derechos.

Pero, aunque suene paradójico, o incluso no se acepte en algunos escenarios nacionales venezolanos, en sus espacios de fronteras se reivindican otros eventos históricos de vinculación local, que se expresan el uso de los territorios compartido donde lo cultural se aproxima y se crean los espacios de encuentros cotidianos que van tejiendo sus propias identidades. Esa identidad que a veces el nacionalismo radical califica como amenaza a la integridad territorial, distorsión de los valores patrios, violación de la soberanía. Presentando en cierto modo una confrontación solapada con aquellos principios señalados por Canclini (1995) cuando “se estableció que tener una *identidad* equivalía a ser parte de una nación, una *identidad* espacialmente delimitada, donde todo lo compartido por quienes la habitaban –lengua, objetos, costumbres- los diferenciaría en forma nítida de los demás. Esos referentes *identitarios*, históricamente cambiantes, fueron embalsamados por el folclor en un estado ‘tradicional’ de su desarrollo y se declaró esencia de su cultura nacional”.

En el caso de las fronteras venezolanas, se detectan unas identidades sui géneris que se ha formado paralelamente a las estructuras nacionales y abarca la movilidad cotidiana en territorios binacionales en las que están presentes un abanico de eventos nacionales/locales que influyen en ese particular modo de vida transfronterizo que mixtura territorio y cultura aproximarnos a otras panorámicas paisajísticas en el contexto propuesto por Pérez Arriaga (2005) para quien “Paisaje y cultura” se nos presenta como una sola figura, una mezcla de retroalimentación imposible

de separar. Cada paisaje nos relata su cotidianidad, nos habla de sus habitantes, de su identidad; a su vez, las poblaciones se desarrollan físicamente bajo el influjo de los sentimientos, que se genera en un lugar, las emociones que les impregnan sus paisajes y los secretos que encierran: Allí se entretienen historias que parecen gravadas en el quehacer dinámico del espacio, particularizado por la identidad propia de sus paisajes”.

En suma, apreciamos en las fronteras venezolanas, unas particulares manifestaciones identitarias que son el resultado por una parte de unas evidentes vinculaciones históricas, y por otra del fortalecimiento de intercambios locales que han creado campos de acción/encuentro supranacionales y trans-territoriales.

Breves consideraciones finales

La perspectiva que hemos presentado en páginas anteriores tiene la intención, como hemos afirmado reiteradamente, de poner en evidencia la configuración de un espacio inter-fronterizo de mutua influencia, con desplazamientos cotidianos, gustos y preferencias que se traducen, *tal vez*, en nuevos estilos potenciados con la expansión de los sistemas informatizados de comunicación. Transitar por las pobladas fronteras venezolanas y cruzar sus vecindades en ambos sentidos ha sido una constante en la historia de sus habitantes y las legislaciones y restricciones implementadas en distintos momentos en uno u otro lado, no han tenido el efecto de contención a la frecuente movilidad inter-fronteriza.

Finalmente, pensar que estas interacciones no han tenido sus detractores nacionales y locales, sería segar parte de las realidades fronterizas. Los obstáculos han existido, los abusos también, *como todo proceso social y más aún en las fronteras ha estado sujeto a incomprensiones de la ciudadanía identificada con su territorio de origen y arraigo, el territorio donde se nace, crece y muchas veces muere el ciudadano. Pero en medio de la enarbolada iconografía de identidades nacionales, progresivamente va creciendo ese territorio intermedio de encuentros donde se va creando y recreando otra iconografía de identificación que se superpone a las nacionalidades, que de alguna manera ha derrumbado las fronteras o mejor, que las ha reconvertido en espacios inter-fronterizos que podrían alcanzar la identidad y la identificación binacional.*

Como hemos señalado en nuestros diversos trabajos sobre las fronteras venezolanas y a pesar de los conflictos bilaterales que se han presentado en las últimas décadas que afectan incluso las relaciones cotidianas que históricamente se han establecido en las fronteras con Colombia. A pesar de esas circunstancias

coyunturales, la cambiante dinámica muestra otro rostro de los espacios fronteras con su valoración positiva, no sólo porque en ambas partes de todos ganan con los diversos intercambios, sino porque así mismo se han generado procesos de integración espontánea a escala local que trastocan y trascienden los intereses nacionales, que vulneran las normativas y la leyes establecidas, casi siempre en beneficio de las comunidades locales.

Referencias

ACOSTA SAIGNES, Miguel. **Estudios de etnología de Venezuela**. Ediciones Universidad Central de Venezuela, Caracas, 1961. COULANGES, Fustel. **La ciudad Antigua**. Panamericana Editorial, Bogotá, 2005.

GENTILE, Margarita. Sobre las fronteras andinas prehispánicas. En: VANGELISTA, Chiara. **Fronteras, etnias, culturas**. América Latina siglos XVI-XX. Biblioteca Abya-Yala Quito, 1996.

MIRCEA, Eliade. **Lo sagrado y lo profano**. Editorial Paidós, Barcelona, 1998.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores y ciudadanos**. Editorial Grijalbo, México, 1996.

_____. (2004). **Diferentes, desiguales y desconectados**. Gedisa Editorial. Barcelona, 2004. MUNFORD, Lewis. **La ciudad en la historia**. Ediciones Infinito. Buenos Aires, 1999. MUNIZAGA, Gustavo. **La ciudad y su historia. Una aproximación**. Alfaomega Grupo Editor. Santiago de Chile, 1999. OMAHE, Kenichi. **El próximo escenario global**. Grupo Editorial Norma. Bogotá, 2005. PÉREZ ARRIAGA, Rebeca. **Geografía Cultural. Panorámicas del Paisaje**. Editorial Académica España, 2012.

Sanoja, Mario; Vargas, Iraida. El legado territorial y ambiental indígena prehistórico e histórico. En: **GeoVenezuela**. Ediciones Fundación Polar. Caracas, 2007, pp. 76-128. SANTOS, Milton. **De la totalidad al lugar**. Oikos-Tau Editores. Barcelona, 1996.

VALERO MARTINEZ, Mario. **Las fronteras como espacios de integración**. Editorial Tropykos, Caracas, 2002. _____. Ciudades Transfronterizas e interdependencia comercial, en la frontera Venezuela/ Colombia. En: Dilla Haroldo (Coord.) **Ciudades en la frontera**. Editora Manatí. Santo Domingo, República Dominicana. 2008, p. 67-96.

_____. El Estado Táchira. Capítulo 55, Tomo 7. En: Grau Cunill Pedro (Coord.) **GeoVenezuela**. Ediciones Fundación Polar. Caracas, 2009, p. 128-241.

ARTIGO

A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE FRONTEIRA NO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO DO BRASIL E DA GUIANA¹

Resumo

Este artigo tem como objeto as dinâmicas culturais das trocas culturais entre os habitantes da cidade brasileira de Bonfim e a cidade igualmente fronteiriça de Lethem, pertencente à República da Guiana. Essa fronteira é um espaço de múltiplas culturas e, conseqüentemente, lugar de contatos, trocas, negociações e ressignificação de elementos culturais. Para as populações destas duas cidades as noções de espaço e nacionalidade muitas vezes são tão abstratas quanto à ideia da existência de uma linha demarcatória que os separa do outro país. Sendo assim, entendemos que essa fronteira deve ser analisada não apenas como algo que divide, marcada pela construção de *bitos* que representam os limite e divisões das nações, mas pensada em sua dimensão de lugar de trânsito, de passagem, de comunicação, enfim de práticas transfronteiriças que implicam empréstimos culturais e trocas simbólicas.

Palavras-chave:

Cultura. Fronteira. Cultura de Fronteira.

Abstract

This article is related to the cultural dynamics of cultural exchanges between the inhabitants of the Brazilian town of Bonfim and the border town of Lethem that belongs to the Republic of Guyana. This area is a space of multiple cultures and, therefore, a place of contacts, exchanges, negotiations and reframing of cultural elements. For the populations of these two towns, the notions of space and nationality are often so abstract as the idea of the presence of a demarcation line which separates them from the other country. Thus, we believe that this boundary should be analyzed not only as something that divides, characterized by construction of marks representing the boundary and divisions of nations, but thought in its dimension of place of transit, crossing, communication, short-border practices that imply in cultural loans and symbolic exchanges.

Keywords:

Culture. Border. Frontier Culture.

¹ Pesquisa desenvolvida com o apoio parcial do CNPq Edital Universal/2013 coordenado pela Profa. Dra. Francilene Santos Rodrigues.

* Professor substituto da Universidade Federal de Roraima - UFRR. Pós-graduado em Educação Inclusiva pelo Uniseb - SP. Mestre em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR). E-mail: avdemeneses51@yahoo.com.br

** Doutora em Ciências Sociais, líder GP/CNPq – GEIFRON - Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras e professora do PPGSOF/UFRR. E-mail: francierodrigues@yahoo.com.br

Introdução

Este artigo tem como objetivo abordar as dinâmicas culturais das trocas culturais entre os habitantes da cidade brasileira de Bonfim e a cidade igualmente fronteira de Lethem, pertencente à República da Guiana. Pretende-se, ainda, identificar o processo de formação de uma cultura de fronteira em que a circulação de elementos culturais são negociados e reorganizados nas culturas das populações dessa fronteira.

As diversidades culturais e étnicas existentes na fronteira Brasil-Guiana sugerem uma nova e peculiar articulação dos espaços no cotidiano de seus moradores, principalmente a partir das relações que se estabelecem entre essas populações, inclusive, os conflitos e os mecanismos para superá-los. O trânsito de diversas populações nacionais e étnicas nessa região transfronteiriça coloca em cheque os limites, aparentemente fixos, dos Estados Nacionais. As imagens cristalizadas e delimitadas dos mapas das nações não correspondem à dinâmica da vida nos espaços fronteiriços. Essas populações estão habituadas a mover-se com total liberdade para um lado e para outro. A mobilidade da população de um a outro lado da fronteira é uma estratégia habitual, tal como ocorre em outros contextos fronteiriços. Essa fronteira é um espaço de encontro de diversas culturas e, conseqüentemente, o lugar de contatos e trocas culturais, de negociações e ressignificação de elementos que se constituem em uma cultura própria e singular.

Neste artigo apresento não só este espaço transfronteiriço e as suas diversidades culturais e étnicas como também o papel que essa fronteira exerce como elemento articulador das relações sociais cotidianas dessas populações. Na primeira parte deste sítio o lugar fronteiriço de Bonfim e Lethem. Na segunda faço a abordagem conceitual da fronteira Brasil-Guiana, e a visão de vários teóricos sobre a categoria “cultura de fronteira”, e descrevo a forma cultural específica existente nessa fronteira, terminando com as considerações finais.

O lugar transfronteiriço: o lado de cá e o lado de lá

Como já dito, o lócus deste trabalho é o espaço transfronteiriço constituído pela área urbana de Bonfim, no Brasil, e Lethem, na República Cooperativista da Guiana. Desta forma, torna-se essencial apresentar aspectos socioeconômicos e culturais desse lugar.

Bonfim é parte da região que formava o grande arco pecuarista do Alto Rio Branco no século XIX, que atuava como núcleo de comércio para atender a demanda regional da pecuária bovina. O atual município de Bonfim, criado em 1982,

manteve-se na condição de região de pecuária. A região do Alto Rio Branco, onde se localiza Bonfim e Lethem, era habitada por diversos povos indígenas quando os colonizadores portugueses ali chegaram, no século XVIII, em expedições para captura de índios para serem vendidos como escravos. Com a criação das primeiras vilas e o crescimento da atividade agropecuária, no século XIX, toda a região passou a depender da mão de obra indígena, fosse no extrativismo, na criação de gado ou em outros serviços. A maioria dos que sobreviveram é da etnia wapixana e macuxi.

Bonfim é um município cujo nome é uma homenagem à Nossa Senhora do Bonfim. Depois de vários ciclos comerciais com a cidade de Lethem, na fronteira da República Cooperativista da Guiana, a vila de Bonfim passou à condição de município em 1º de julho de 1982. O município está localizado à margem esquerda do rio Tacutu e na fronteira entre o Brasil e Guiana, sendo ligado a esse país pela ponte¹ sobre o rio Tacutu, desde 2009.

Com a inauguração da ponte internacional ligando os dois países, foi aberto um novo corredor que veio facilitar não só o comércio e transporte de mercadorias, mas de pessoas que, até então, eram obrigadas a cruzar a fronteira utilizando a balsa e os barqueiros, pagando por esse serviço. Com a ponte houve aumento do trânsito transfronteiriço provocando transformações percebidas já de imediato, como o deslocamento, outrora fluvial, agora terrestre, tanto de pessoas como de mercadorias. A travessia de barco exigia um tempo maior e esse novo corredor provocou um aumento no fluxo de pessoas em direção a Lethem, principalmente intensificando o comércio, promovendo um rápido crescimento econômico local, inclusive com significativas melhorias nas lojas, nas ruas, além do aumento do número de vagas de trabalho e renda.

Com a divulgação dos dados do Censo Demográfico de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) detectou uma população total de 10.951 habitantes para todo o município. Nessa transfronteira fala-se, além do português, o inglês e as línguas indígenas karíb e arawak (OLIVEIRA, 2011), dando um aspecto transnacional e transcultural a esse lugar. A cidade possui um plano diretor urbanístico com disposição de casas e ruas, fonte de eletricidade interligada ao Sistema de Interiorização da Energia de Guri (GUIA, 2009). A ligação do referido município a Boa Vista é feita pela BR-401, que é totalmente pavimentada.

A cidade de Lethem leva esse nome em homenagem ao ex-governador da an-

¹ A ponte é parte do projeto estratégico do Arco Norte, que liga Roraima às capitais da Guiana, Suriname, Guiana Francesa ao estado brasileiro do Amapá, integrando o Norte brasileiro ao Caribe. Foi custeada com recursos do governo brasileiro.

tiga Guiana Inglesa, sir Gordon James Lethem, que governou no período de 1946 e 1947. No passado, a área onde atualmente se situa Lethem fazia parte da região de Pirara, região que no período colonial pertencia ao Brasil e foi anexada pela Inglaterra após um contencioso denominado “Questão do Pirara”, arbitrado pelo rei Vitoriano Emanuel III.

Do ponto de vista étnico a maioria da população é constituída por indianos e negros (SILVA, 2005, p. 9). Segundo Fernandes Neto (2003, p. 34), os primeiros representam a verdadeira diáspora de indianos por todo o antigo Império Britânico, em geral especializados em comércio e profissões liberais, enquanto os segundos representam o grande fluxo de escravos negros do século XIX, trazidos para trabalhar na mineração e na agricultura. Cerca de 22 mil pessoas vivem na Região 9, denominada de Upper Takutu-Upper Essequibo, da qual Lethem é a capital e cuja população é de, aproximadamente, 3.000 habitantes considerando Tabatinga e Culvert City, vilas anexas.

A cidade de Lethem está localizada a cerca de 100 metros acima do nível do mar e às margens do rio Tacutu, que faz fronteira com o Brasil. Do outro lado do rio está situada a cidade de Bonfim, município pertencente ao Estado de Roraima, Brasil, a uma distância de 128km de Boa Vista, sede administrativa do Estado de Roraima e a 700km de Georgetown. Localizada na região chamada de Planalto das Guianas, Lethem é uma pequena cidade de fronteira que serve de base para viajantes que se deslocam tanto para a capital Georgetown e regiões de garimpo quanto para Boa Vista.

A Fronteira Brasil-Guiana

Uma fronteira é um limite, é algo que separa um universo de regras, separa e estabelece limites entre o nós e os outros. São limites simbólicos, políticos, étnicos, linguísticos e culturais. As nações e, em especial os países fronteiriços convivem com o limite territorial, se definem por meio da oposição do “eu” e do “outro”, mas, são como vizinhos que estão sujeitos às influências e interferências de um e outro. Sendo assim, a palavra *fronteira* evoca um limite ou linha divisória entre entidades diferentes e, por consequência, o lugar substantivo ou simbólico onde essas entidades se encontram (RODRIGUES, 2005).

Nesta abordagem conceitual a fronteira entre o Brasil e a Guiana foi encarada não apenas como marco divisório representado por limites e divisões, mas pensada, principalmente, na dimensão do lugar de trânsito, de passagem, de comunicação, enfim de práticas transfronteiriças que implicam empréstimos culturais e trocas sim-

bólicas. Os lugares de fronteiras são espaços de misturas e de intensos fluxos culturais. Os limites políticos nem sempre correspondem aos limites culturais. Como diz Pesavento (2002, p.37),

A fronteira cultural é trânsito e passagem, que ultrapassa os próprios limites que fixa, ela proporciona o surgimento de algo novo e diferente, possibilitado pela situação exemplar do contato, da mistura, da troca, do hibridismo, da mestiçagem cultural e étnica.

Como lugar de trocas, esse lugar pode ser entendido, portanto, como fronteira cultural porque “fronteiras culturais remetem à vivência, às socialidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias” (PESAVENTO, 2002, p. 36).

Bonfim e Lethem são cidades cujas características culturais predominantes são a diversidade étnica e cultural e que me permite ressaltar o aspecto de cidades fronteiriças, uma vez que os limites dos países são territoriais, mas as culturas dos dois lados interagem e entrelaçam-se permanentemente. De acordo com Canclini (1987, p. 283), “na fronteira não há nada mais intenso do que a questão territorial, pois ela é um espaço que politicamente pertence a um país, culturalmente a dois e socialmente a nenhum”. Nesse lugar transfronteiriço a circulação de pessoas e mercadorias é constante e forma um lugar peculiar. Como diz Ravenstein (1980, p. 69), as “cidades que se situam próximas às fronteiras de Estados tornam-se, virtualmente, centros de atração de emigrantes dos dois Estados”. Ambos são núcleos urbanos simetricamente dispostos dos dois lados de um limite internacional. Dessa proximidade deriva intenso intercâmbio de pessoas, serviços, capitais e informação, mas de modo geralmente assimétrico, às vezes complementar, às vezes competitivo (HOUSE, 1980). Para essas duas cidades a fronteira funciona como elemento articulador e se transforma em um recurso para as populações tanto de Bonfim como de Lethem, uma região onde a presença do Estado tem sido limitada ou, em determinadas situações, até mesmo inexistente.

A inauguração e abertura da ponte que liga Bonfim a Lethem e vice-versa, intensificou o trânsito de pessoas, os empréstimos e trocas culturais. O rio Tacutu se configurava como um limite, uma barreira, já que a sua travessia só era possível por meio de barcos e de balsas de pequenas dimensões, ao mesmo tempo em que o tempo gasto era maior e o número de pessoas e automóveis era reduzido. A partir de 2009, o rio deixou de ser um elemento limitador e o fluxo de pessoas, mercadorias e veículos passou a ser mais intenso e constante. As populações transfronteiriças, devido ao afastamento das áreas mais desenvolvidas e dos centros decisórios, aprenderam a instrumentalizar esta prática “oportunista” tanto nos aspectos econômicos,

sociais e político, como simbolicamente, como, por exemplo, o uso das cédulas de identidade dos dois países. Dependendo do contexto as pessoas apresentam uma ou outra identidade. Dito de outra maneira, as fronteiras, longe de desaparecerem, seguem, por um lado, ocultando processos e manifestações que brotam das margens e, por outro, renovando modalidades de organização da cultura.

A preocupação em resolver os problemas locais levou os moradores dessa região a criar mecanismos e desenvolver estratégias para resolver suas dificuldades, estimulando interações entre os povos de ambos os lados da fronteira e constituindo espaços comuns, lugares com configurações peculiares. Os habitantes de Bonfim e Lethem trocam informações, produtos, mantêm relações sociais, configurando um novo espaço, criando normas e articulações definidas para atender as suas necessidades. É este contexto de contatos culturais, de circulação de bens e mercadorias, mas principalmente de símbolos que são reorganizados, justapostos, entrecruzados, que constroem uma cultura bastante específica que será tratada a seguir.

Culturas de Fronteira

Desenvolver investigações em áreas de fronteira impõe grandes desafios pela complexidade que se apresenta, considerando que ali existe grande diversidade cultural e uma multiplicidade étnica. Sabe-se que entre as populações das cidades fronteiriças de Bonfim e de Lethem os vínculos sociais ultrapassam as fronteiras nacionais e se constrói nesse espaço uma convivência cotidiana, de cooperação, mas também de conflitos, assim como as estratégias a fim de superá-los. As diversidades culturais e étnicas que estão presentes nessa fronteira sugerem uma peculiar articulação de seus moradores em seus cotidianos, a partir da nova maneira de entender as relações que se estabelecem entre si. Essas populações vivem, efetivamente, um longo processo de contatos interculturais e, apesar das diversidades e dos conflitos presentes, os habitantes da fronteira interagem cotidianamente em certa sintonia. As fronteiras entre países são espaços de trocas e de fragmentações culturais (ANZALDUA, 1987; ARCE, 2000; LUGO, 2003).

Santos (1993) associa a existência nos espaços fronteiriços de uma heterogeneidade cultural significativa e, portanto, a ausência de uma única cultura predominante. Este fragmentarismo, para esse autor, é ao mesmo tempo causa e efeito de um déficit de hegemonia cultural. Esse déficit de diferenciação e de identificação, se por um lado cria um vazio substantivo, por outro, poderá consolidar uma forma cultural muito específica, “a cultura de fronteira”. Para Santos (1993, p. 50) é justamente este

contexto global do regresso das identidades, do multiculturalismo, da transnacionalização e da localização que parece oferecer oportunidades únicas a uma forma cultural de fronteira precisamente porque esta se alimenta dos fluxos constantes que a atravessam. A leveza da zona fronteiriça torna-a muito sensível aos ventos. É uma porta de vai-e-vem, e como tal nunca está escancarada, nem nunca está fechada.

Valcuende (1998) enfatiza as “culturas de fronteira” em que grupos aprenderam a instrumentalizar de forma diversa essas fronteiras político-administrativas. De acordo com esse autor, em um mesmo espaço convergem tradições, saberes, formas singulares de apropriar-se do meio que têm um condicionante fundamental: a fronteira.

A forma cultural específica dessa fronteira

As práticas culturais que dão sustentação à tese de existência de uma formação cultural específica, que aqui denominamos de “cultura de fronteira”, decorrem, em parte, da grande heterogeneidade cultural e multiplicidade étnica, ao mesmo tempo em que há uma convivência ora de solidariedade, ora conflitiva; as populações dessas cidades fronteiriças vivem vínculos que ultrapassam as fronteiras nacionais; e compartilham o território. Desta forma, essa fronteira entre os países configura-se como espaço de trocas, de fragmentações culturais, constituindo, em muitos casos, culturas híbridas, mescladas ou que, pelo menos, se apropriam de elementos de uma e outra cultura.

Os contatos culturais e vínculos de parentesco entre os habitantes das cidades de Bonfim e de Lethem existem desde antes do período colonial. Nessa região viviam e, em alguns casos, ainda vivem povos “aparaís, wayanas, tiriyo, waiwai” entre outros (RIVIÈRE, 2001). Trabalhos mais recentes como os de Farage (1991; 2002), Santilli (1989; 1994; 2002), Pereira (2005) e Baines (2006) apontam os macuxi e wai-xana como povos oriundos dessas épocas e que vivem nessa região de fronteiras entre Brasil, Venezuela, República Cooperativista da Guiana.

Em pesquisa de campo, algumas narrativas sobre o intenso trânsito transfronteiriço os moradores referem-se a este fenômeno como “intercâmbio”; como “nosso modo de viver de lá pra cá”. Narram, ainda, que “é assim mesmo, tudo misturado”.

Outro dado assinalado por vários dos meus interlocutores é a noção de pertencimento em que se identificavam afirmando que “nós somos da fronteira”. Para quem vive nessas regiões de transfronteira a linha divisória é tênue e as práticas de deslocamentos tornam-se constitutivas de significados culturais e de identidades. O lugar fronteiriço, enquanto espaço de contatos culturais, proporciona aos diversos

sujeitos entrecruzarem suas trajetórias históricas e culturais, elaborarem a seleção, revisão e reapropriação de novos signos culturais e identitários (CLIFFORD, 1999).

De acordo com Muller, (2002, p.226), quando esses sujeitos dizem “sou da fronteira” estão associando elementos simbólicos que dizem respeito à certa diferenciação em relação a outras regiões ou zonas urbanas, o que dá a eles o sentimento de responsabilidade de estarem estabelecendo os “contornos nacionais”. Esses são elementos que nos fazem induzir que essas populações fronteiriças constituem um modo de vida e de cultura singulares. É nesse lugar de transfronteira que ocorre o encontro das diversas culturas que ali convivem, onde modos de vida se entrecruzam, se mesclam e se transformam. Nesse lugar ocorre, como já dito, o encontro de grupos sociais pertencentes a diversas regiões, diferentes países e estados nacionais, diferentes costumes e tradições. Esse complexo geográfico, político, socioeconômico e cultural constitui um espaço de “realidades fronteiriças” que em parte se caracterizam pela permeabilidade que permite o fluxo do legal e do ilegal, tanto de bens quanto de serviços, e por construir culturas de fronteira.

A interação entre as populações dessa transfronteira se expressa frequentemente através da vinculação social e cultural, adotando-se reciprocamente usos, costumes, valores e expressões idiomáticas que são próprias e distintivas dos dois países que, mesmo separadas por um limite estabelecido, criam um lócus de interação próprio, mais evidenciado naquele espaço geográfico. Conforme menciona Farret (1997), nesses lugares de fronteiras se produz uma interface cujas influências recíprocas determinam comportamentos socioeconômicos e culturais que as diferenciam do restante de seus respectivos países, em que se formam verdadeiras sociedades transfronteiriças. São numerosos os exemplos dessa adoção recíproca como, por exemplo, o hábito de ouvir e dançar o forró e o *reggae*; a música e a televisão brasileira nas lojas e residências de Lethem; na culinária das duas cidades o uso do *curry*, do *rotti*, e do arroz, feijão e farofa e do churrasco brasileiro; o consumo da cerveja brasileira e guianense bem como do chá com leite; na linguagem, a adoção pelos habitantes das duas cidades dos termos “*my brothers*” e “*my friends*” e o entendimento dos dois idiomas; o intercâmbio entre as crianças das escolas, pela necessidade do aprendizado da língua do “vizinho”. Como resultado dessa interação, a existência nessa fronteira de um grupo numeroso e com denominação própria os “Guy-Brás”, resultante dos inúmeros casamentos entre brasileiros e guianenses, que vivem tanto do lado brasileiro como do lado guianense. Na descrição etnográfica, enquanto realizava a pesquisa de campo, relato uma cena comum da fronteira que é o trânsito de pessoas e mercadorias, bem como a flexibilidade dos postos fiscais que, dependendo de determinadas

conjunturas, tornam-se mais exigentes na fiscalização ou mais condescendentes. Por exemplo, observei no posto de fiscalização brasileiro em que se encontram a Receita Estadual e Federal e a Polícia Federal que uma camioneta com placa guianense transportava gás de cozinha provavelmente comprado em postos de revendas em Bonfim – para abastecer o mercado em Lethem. Tal camioneta não foi parada no posto de fiscalização e, de igual modo, diariamente, outros automóveis de moradores de Bonfim se deslocam até Lethem para abastecer seus carros com gasolina uma vez que em Bonfim não existe posto de combustível.

As fronteiras nacionais são pensadas pelas pessoas que ali vivem a partir da permeabilidade, da flexibilidade, da porosidade, ou seja, as fronteiras para as populações locais não são as mesmas concebidas pelos Estados nacionais. Assim, a gasolina comprada na cidade de Lethem por brasileiros e o gás comprado na cidade de Bonfim por guianenses exemplifica em parte esta permeabilidade, os acordos e pactos entre agentes institucionais e populações locais, entre outros.

As particularidades decorrentes dessas situações específicas de áreas fronteiriças, entre elas o contato frequente e permanente entre diferentes culturas geram dinâmicas, trocas e empréstimos culturais que podem resultar no surgimento de formações culturais próprias desse espaço, ou seja, formações mestiças ou híbridas. Neste processo de contatos permanentes, os sujeitos apropriaram-se criticamente dos elementos próprios dos outros, selecionando-os, modificando-os e recombina-ndo-os, desarticulando certos signos e rearticulando de outra forma seus significados simbólicos (RODRIGUES, 2005).

Considerações Finais

Nosso objetivo inicial neste trabalho foi apresentar alguns elementos das dinâmicas e trocas culturais nas fronteiras do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, mais especificamente no espaço transfronteiriço constituído pelas cidades de Bonfim e de Lethem.

Uma característica que torna esse lugar singular é a presença de múltiplas culturas e identidades. Os moradores de Bonfim e Lethem vivenciam intensos e históricos processos de deslocamentos de diversos grupos étnicos (macuxi e wapixana), grupos nacionais (afro-guianenses, brasileiros, peruanos, venezuelanos, bolivianos, indiano-guianenses, coreanos, chineses) e grupos locais de brasileiros que transitam nesses espaços intercambiando hábitos, costumes, crenças e valores.

No trabalho de campo foram constatadas dinâmicas culturais e a circulação de elementos culturais que hoje fazem parte da cultura de ambas as populações des-

sas cidades fronteiriças, independentemente da origem tradicional dessa ou daquela cultura. O evento da construção da ponte foi um marco importante na história e vida dessas duas cidades e de seus moradores. Em Lethem provocou um rápido e significativo desenvolvimento: aumentou a oferta de produtos antes não existentes e se transformou em um mecanismo de atração de pessoas, não só de outros lugares (Boa Vista), que atravessam a fronteira para comprar, como para os habitantes de Bonfim que, com o surgimento de novas construções de residências, lojas, restaurantes, postos de combustíveis, entre outros, fez aumentar a oferta de trabalho e emprego. Já do lado brasileiro, a cidade de Bonfim não se beneficiou com tal dinâmica, pelo contrário, nas entrevistas realizadas todos os moradores foram unânimes ao afirmar que a ponte não provocou nenhuma mudança (um ou outro referiu só a rapidez para o deslocamento para Lethem), e que ela havia contribuído para a transferência para Lethem de serviços que existiam nessa cidade brasileira. Recordo-me de um morador que me afirmou: “Se já antes estava difícil aqui, com a ponte ninguém mais entra na cidade de Bonfim, passam direto pela entrada da cidade na rodovia, parece até que não existimos aqui”.

O “estar lá” e a convivência no dia a dia nesse espaço transfronteiriço forneceu-me subsídios para afirmar que esse espaço excede os limites geopolíticos. É construído socialmente no fluxo diário de pessoas, coisas e objetos. Exemplos desse “ir” e “vir” é o trânsito permanente de pessoas que atravessam a ponte diariamente, a pé, de bicicleta ou de carro, trocando informações, produtos, relações, ou seja, configurando um espaço e criando articulações para atender as suas necessidades. As necessidades de um lado são sanadas pela participação do outro, as brechas de um são preenchidas pela ação do outro de modo a se complementarem e se apoiarem mutuamente, desenhando um ambiente diferenciado, próprio das áreas fronteiriças (MULLER, 2002). O trânsito de pessoas de um lado ao outro é permanente, até porque os laços familiares entre brasileiros e guianenses estão presentes nesse espaço. Pelas entrevistas e conversas informais realizadas, foram identificados inúmeros casos de casamentos e uniões entre moradores de ambas cidades.

Nas primeiras observações realizadas sobre o cotidiano dessas populações fronteiriças, foi constatado que entre elas existe uma convivência, e existe entre elas o mesmo sentimento de pertencimento a esse espaço: os habitantes de Bonfim e Lethem sempre se diziam “da fronteira”. Os fatores responsáveis por tal convivência são vários e podem destacar-se as relações de parentesco, como os de casamentos, as atividades econômicas, tanto de comércio como de contrabando, uma história partilhada de interação e complementaridade que, de acordo com Wong-Gonzales

(2002), é construída por um sentimento comum e coletivo de pertencimento ao local.

Devido ao comércio de um lado e do outro da fronteira, os comerciantes são obrigados a aceitar a moeda da cidade vizinha, tornando-se este procedimento condição de sobrevivência. Pela necessidade de sociabilidade e comunicação, e também para a efetuação de suas transações, são criadas zonas de bilinguismo. Identifiquei a presença na rede municipal de Bonfim de alunos guianenses com o objetivo do aprendizado da língua portuguesa e de igual modo alunos de Bonfim que se deslocam para Lethem para o aprendizado da língua inglesa. Os habitantes de Lethem utilizam os serviços médicos e odontológicos daquele município brasileiro.

Sabemos que as fronteiras se caracterizam por serem zonas de indefinição sociolinguística onde atuam duas ou mais línguas. Nessa região de fronteira essa interação se produz a partir dos falantes da língua e da influência dos meios de comunicação, em particular o rádio e a televisão, de um e de outro lado da fronteira. Em várias casas e estabelecimentos comerciais em Lethem observa-se que predomina a influência do Brasil, com músicas populares brasileiras tocando constantemente, junto com o *reggae*. Também as pessoas que possuem televisão têm acesso exclusivamente às emissoras do Brasil e, por satélite, aos canais americanos e britânicos (neste segundo caso, é reduzido o número de pessoas que têm esse acesso). Práticas linguísticas produzem transformações na identidade cultural dos grupos sociais, pois geram transformações na base interpretativa desses povos pelas mudanças nos padrões culturais de interação e de interpretação do mundo.

A necessidade do aprendizado da língua do “vizinho” é um imperativo nessa fronteira. Nas cidades pesquisadas não foi observada a oferta de cursos de português nem de inglês, indicando uma lacuna fundamental à integração cultural. A fim de ultrapassar esta lacuna, os moradores criaram um intercâmbio entre estudantes das duas cidades: alunos que frequentam a escola da sua cidade em um período e no outro, se deslocam para a outra cidade a fim de aprender a segunda língua, que é fundamental para a sua manutenção nessa fronteira devido à presença de familiares dos dois lados da fronteira internacional.

A fronteira geográfica é um limite que é ultrapassado por outros limites, os simbólicos, os culturais, os identitários. A fronteira é, em si, mobilidade. Se os elementos culturais implicam, necessariamente, trânsito, circulação, mobilidade, eles ultrapassam os próprios limites fixados pela fronteira geográfica. Sendo assim, a transfronteira entre o Brasil e a Guiana proporciona o surgimento de algo novo e diferente favorecido pela situação de contato entre as múltiplas culturas, que resulta

em diversas trocas e empréstimos culturais, ou seja, que resulta em uma situação específica de fronteira, a cultura de fronteira.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The new mestiza**. San Francisco, USA: Aunt Lute, 1987.
- ARCE, José M. V. A lotro lado de la línea. Representaciones socioculturales en las narrativas sobre la frontera México-Estados Unidos. **Revista Mexicana de Sociología**, México DF, v. 62, n. 2, p. 125-149, Abril-Junio. 2000.
- BAINES, Stephen. A fronteira Brasil-Guiana a partir de perspectivas dos índios Macuxi e Wapichana. In: ROCHA, Leandro Mendes (Org.). **Etnicidade e nação**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006, p. 85-97.
- BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENAR, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1987.
- CLIFFORD, James. **Itinerários transculturales**. Barcelona: Gedisa, 1999.
- FARAGE, Nádia. Instruções para o presente: Os brancos em práticas retóricas Wapishana. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Orgs.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 507-531.
- _____. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- FARRET, R. Especificidades das áreas urbanas de fronteiras. In: IARA, R. C.; KOCH, M. R.; OLIVEIRA, N.; SCHÄEFFER, N. O. & STROHAECKER, T. (org.) **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 1997.
- FERNANDES NETO, P. **Caracterização da faixa de fronteira continental norte do Brasil**. UFRJ. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <http://www.acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/p02mono01> Acesso em: 19 de março de 2012.
- GUIA Turístico de Roraima: ecológico, histórico e cultural. Boa Vista/RR: 2009.
- HOUSE, J. W. “The frontier zone: a conceptual problem for policy makers”. In: **International Political Science Review**, vol. 1, nº 4, 1980.
- LUGO, Alejandro. Reflexiones sobre la teoría de la frontera, la cultura y la nación. In: MICHAELSEN, Scott; JOHNSON, David E. (comp.). **Teoría de la frontera: los límites de la política cultural**. Traducción de Gabriela Ventureira. Buenos Aires: Gedisa. 2003.
- MULLER, Karla Maria. Práticas comunicacionais em espaços de fronteira: os casos do Brasil-Argentina e Brasil-Uruguai. In: MARTINS, Maria Helena. (Org.) **Fronteiras Culturais**. Brasil-Uruguai-Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. A presença holandesa na Amazônia caribenha entre os séculos XVI e XVII: da costa selvagem ao rio Branco. In: _____; IFILL, Mellissa. **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana**. Boa Vista: EDUFRR, 2011, p. 19-43.

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, ouvir, escrever. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: UNESP, 2000.
- _____. Introdução. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso; BAINES, Stephen G. (organizadores). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- PEREIRA, Mariana Cunha. **A ponte imaginária: o trânsito interétnico na fronteira Brasil-Guiana**. Tese. CEPPAC, UnB, Brasília/DF 2005.
- _____. Danças e festas nas regiões de fronteira – La diablada, o forró, o reggae e a parixara: cultura e patrimônio imaterial nas fronteiras Argentina-Bolívia e Brasil-Guiana. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des) Igualdades. UFBA. **Anais...** Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares>> Acesso em: 07 de maio de 2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das Fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena. (Org). **Fronteiras Culturais**. Brasil-Uruguai-Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: BNB. ETENE. **Migração interna: textos selecionados**. 1 t. Fortaleza: ETENE, 1980.
- RIVIÈRE, Peter. **O indivíduo e a sociedade na Guiana**. São Paulo: Edusp, 2001.
- RODRIGUES, F. S. O lugar Guayana: o mundo vivido. **Projeto qualificação de doutorado**. Brasília: CEPPAC/UnB, 2005.
- SANTILLI, Paulo. Trabalho escravo e brancos canibais: uma narrativa histórico Macuxi. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Orgs). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.487-505.
- _____. **As fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco**. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1994.
- _____. **Os Macuxi: história e política no século XX**. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais. Campinas, 1989, p.162.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social**. Rev. Sociologia. USP, São Paulo: 5 (1-2). 1993. Disponível em:<www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/Modernidade> Acesso em: 03 de janeiro de 2013.
- Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. – RR. **Informações socioeconômicas do município de Bonfim 2012**. 2ª Edição. Boa Vista: CGEES/SEPLAN, 2012, p. 61.
- SILVA, C. A. B. **A Revolta do Rupununi: uma etnografia possível**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Campinas, 2005. 267 f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- URIARTE, Luis. **La codosera: culturas de frontera e fronteraculturales**. Mérida: Asablea de Extremadura, 1994.
- VALCUENDE, José M. **Fronteras, territorios e identificaciones colectivas**. Sevilla: Fundación Blas Infante, 1998.
- WONG-GONZALES, P. **Alianzas estratégicas de regiones transfronteirizas: cooperación y conflicto em La frontera. USA-MEXICO**. Assunción: CADEP, 2002.

ARTIGO

PARANÃ (TO): UMA CIDADE FRONTEIRA NOS CAMINHOS FLUVIAIS DO CERRADO

A cidade aparece como um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e, uma vez que aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer.

Ítalo Calvino

Resumo

Esta comunicação tem como objetivo discorrer sobre a cidade de Paranã (antiga São João da Palma), município brasileiro do Estado do Tocantins, localizada na confluência dos rios Palma e Paranã, dois importantes afluentes do rio Tocantins. A cidade tem suas origens no século XVIII, tendo como fator de seu desenvolvimento a estreita ligação com os rios, por meio do transporte fluvial em comércio com Belém do Pará. O conjunto arquitetônico da cidade, construído no século XIX, embora bastante simples, guarda características originais. Dentre as práticas culturais, destacamos os festejos a São João Batista e ao Divino Espírito Santo realizados com muita devoção, rezas e folias, além da especial procissão fluvial. Neste sentido, a cidade de Paranã pode ser vista como um lugar de identidades, fronteiras, memórias e poder.

Palavras-Chave:

Paraná. Rios. Cidade. Fronteira. Cerrado.

Abstract

This communication aims to analyze the city of Paranã (formerly São João da Palma), in the State of Tocantins, located on the confluence of Palma and Paranã rivers, two major tributaries of the Tocantins river. The city has its origins in the eighteenth century and its development was especially due to the close connection between the city and the rivers, through the trades made with Belém do Pará by river transport. The city architecture, which was built in the nineteenth century, despite being quite simple and requiring preservation, maintains its original features such as mud brickwalls, floor boards and large wooden doors and windows. Among cultural practices, we highlight the St. John the Baptist and the Holy Spirit festivities performed with great devotion, prayers and revelry, besides the special river cortege. In this sense, the city of Paranã can be seen as a place of identities, borders, memories and power.

Key Words:

Paraná. Rivers. City. Borders. Cerrado.

* Professora no campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Membro no Programa de Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). Doutora em História (UFG). E-mail: proffatima@hotmail.com

Introdução

Ao longo da história as cidades têm assumido diferentes sentidos, finalidades e discursos. São vistas como espaços de agrupamento, segurança, civilização, mas também de desigualdades, conflitos, violências e contradições. A cidade pode, portanto, ser observada sob diversos ângulos e abordagens teóricas, dependendo tanto do olhar como dos diversos vestígios encontrados, que reconstituirão parte de sua história, demarcando suas peculiaridades, ou seja, ressaltando o que cada cidade tem de singular.

Ulpiano Meneses (1996), em seu texto *Morfologia das Cidades Brasileiras*, afirma que a cidade é um complexo de fenômenos diversificados e de articulações multiformes e que

[...] ao invés de tomarmos a cidade como uma categoria estável e universal, de que se pudessem apresentar apenas variações ao longo do tempo, convém aceitarmos a necessidade indispensável de historicizar a cidade como ser social. Historicizá-la é defini-la e explorá-la levando em conta sua prática e representações pela própria sociedade que a institui e a transforma continuamente (MENESES, 1996, p. 147).

A cidade de Paranã, situada no extremo sul do Estado do Tocantins, está localizada na confluência dos rios Palma e Paranã, afluentes do rio Tocantins e distante 350km da capital do Estado, Palmas. Com suas origens no século XVIII, a antiga São João da Palma, hoje Paranã, foi sede da Comarca do Norte e importante polo na luta separatista do Norte de Goiás¹, tornando-se sede do Governo Provisório do Norte, de certo modo, a primeira capital do Tocantins.

Sua história está intimamente ligada aos rios que a cercam. Numa região em que a via de comunicação ferroviária não existia e a rodoviária só foi acessível depois da metade do século XX, os rios foram de fundamental importância como meio de comunicação. Na confluência dos dois rios, onde está localizada a cidade, o rio Palma deságua no rio Paranã, que segue com esta denominação até se encontrar com o rio Maranhão, formando assim o rio Tocantins.

O rio Tocantins² é por natureza uma fronteira geográfica, mas é também fronteira econômica, cultural e simbólica. É visto como barreira, mas também como via de contato, integrador de regiões e pessoas, espaço das relações sociais e de identidades culturais. Do mesmo modo que o rio, também a cidade de Paranã pode ser vista como uma fronteira numa perspectiva humanizadora, como a de Bertha

1 O Movimento Separatista do Norte de Goiás, cujas primeiras manifestações de oposição entre norte e sul datam do século XVIII contra a determinação de um imposto mais elevado para as minas localizadas na região Norte, tornou-se vitorioso em 1988 com a criação do Estado do Tocantins.

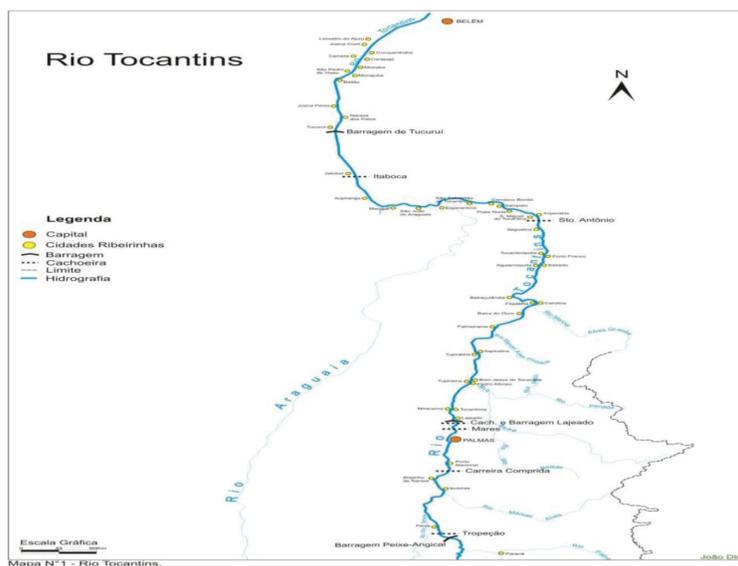
2 O Mapa nº. 1 – *Rio Tocantins* – permite visualizar alguns aspectos que são analisados no texto e a cidade de Paranã ao sul.

Becker, que a vê como elemento constitutivo da sociedade, pois “a fronteira não é um espaço independente nem estranho à sociedade e ao espaço nacional – ela é deles parte integrante e influi fortemente na sua construção [...] é mito e realidade; sonho e frustração; crescimento e sofrimento” (BECKER, 1988, Prefácio).

Ainda sobre a fronteira, José de Souza Martins afirma que

[...] a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E sobretudo, fronteira do humano [...] se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano (MARTINS, 1997, p. 13 e 162).

Podemos pensar a fronteira também numa concepção que valoriza as práticas e representações culturais em diferentes temporalidades e as experiências vividas concretamente; fronteira como resultado de práticas sociais, espaço, por excelência, das migrações; fronteira em diversos sentidos e em temporalidades diversas, pois as fronteiras do início da ocupação da região não são mais as mesmas do final do século XX; à medida que o homem vai se integrando e interagindo com o novo espaço e com o outro, acontece uma transformação, a fronteira vai se tornando mais fluida e uma nova identidade vai se construindo (OLIVEIRA, 2010, p. 17). Daí podermos olhar a cidade de Paranã como uma cidade fronteiriça.



A região na qual a cidade de Paranã está inserida possui algumas especificidades. Ela não pertence completamente ao sertão³, nem tampouco ao litoral, ela é na verdade a ligação entre ambos. E essa ligação é feita por meio de um caminho aquoso que é o rio Tocantins. A categoria sertão, muito discutida entre pensadores das ciências humanas, principalmente entre os antropólogos e historiadores, remete à ideia de isolamento, ermo, fim de mundo. Mas o *sertão aceita todos os nomes*, não existe apenas um; na realidade os sertões são múltiplos e múltiplas são suas interpretações. Basta lembrar-se de obras já consagradas, no Brasil, sobre sertão, citando apenas alguns de seus autores: Euclides da Cunha, Afonso E. Taunay, Afonso Arinos, Guimarães Rosa, Hugo de Carvalho Ramos. Além das obras desses grandes escritores, o fluxo de publicações sobre o tema é contínuo, ora resultante de congressos, ora de homenagem a datas comemorativas, como a recente coletânea *O Clarim e a Oração: cem anos de Os Sertões*⁴. Dela faz parte o texto do goiano Gilberto Mendonça Teles, intitulado *O lu(g)ar dos Sertões*, no qual analisa desde a etimologia às diversas interpretações atribuídas ao termo ao longo dos séculos. Segundo ele,

A palavra sertão tem servido, em Portugal e no Brasil, para designar o ‘incerto’, o ‘desconhecido’, o ‘longínquo’, o ‘interior’, o ‘inculto’ (terras não cultivadas e gente grosseira), numa perspectiva de oposição ao ponto de vista do observador, que se vê sempre no ‘certo’, no ‘conhecido’, no ‘próximo’, no ‘litoral’, no ‘culto’, isto é, num lugar privilegiado – na civilização. É uma dessas palavras que traz em si, por dentro e por fora, as marcas do processo colonizador (TELES, 2002, p. 263).

Em meio à discussão geral que envolve o termo sertão, é importante perceber que mudanças foram se processando nas formas de vê-lo e descrevê-lo. Se nos primeiros séculos da colonização a imagem do sertão era a do observador “de fora”, do litoral, com a efetiva ocupação, indo sertão adentro, vai ocorrendo também uma mudança na forma de ver, sentir e, conseqüentemente, de descrevê-lo. Teles comenta sobre esse olhar “de dentro” em que o sertão é visto como quieto, sossegado e próximo. No século XVIII, quando se vai consolidando a ocupação humana do interior do Brasil [...], o sentido de sertão adquire conotações mais concretas, sendo agora visto

3 A categoria sertão foi consolidada no Brasil por autores como Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Euclides da Cunha, e tem como alguns de seus representantes, em Goiás, os escritores Bernardo Élis e Hugo de Carvalho Ramos. Seu sentido é geralmente empregado evocando significados diversos, como: ermos hostis e agrestes, isolamento, deserto, grandes distâncias, obstáculos às comunicações, imensas vastidões desabitadas. Para a região enfocada nesta pesquisa, essas características se aplicam parcialmente, como bem mostra frei Audrin (1963) ao tratar do modo de vida do sertanejo, em que sertão está também ligado à ideia de um ritmo lento, onde a “aceleração” do tempo ainda não atingiu as pessoas e os acontecimentos.

4 Obra organizada por Rinaldo de Fernandes (2002), na qual reúne visões de críticos literários, jornalistas, poetas, sociólogos e historiadores.

de fora e de dentro. Vira contexto e circunstância e deixa de ser um lugar longínquo (TELES, 2002, p. 278).

Na interpretação da antropóloga Selma Sena, fica evidente a relação entre sertão e identidade. Após ressaltar seus diversos significados desde a época das grandes navegações e do período de conquista do interior do território brasileiro, segundo ela, a ideia de sertão vai passando, de distante e vazio, a uma dimensão positiva de vazio a ser conquistado e ocupado, referindo-se à grandeza do patrimônio geográfico. A autora acrescenta que,

Como mito de origem da nação brasileira e dos goianos, o termo sertão condensa diversos significados; um amálgama de imagens, experiências e sentimentos. Simultaneamente descrito como um espaço geográfico, como uma temporalidade, como uma forma de organização social e como um conjunto de características culturais, o sertão é, ao mesmo tempo, singular e plural... É esse material simbólico que, recozido, constitui a matéria-prima de que são feitas as diferenciações regionais, isto é, as identidades regionais (SENA, 2002, p. 85).

Mas, para a região onde se situa a cidade de Paranã, não há conceito de sertão mais adequado que o do dominicano francês José Maria Audrin⁵ (1963). Embora um pouco idílica, é autêntica sua explicação para o sertão do vale do rio Tocantins, na primeira metade do século XX. Segundo ele, é preciso esclarecer que os sertanejos do antigo norte de Goiás não são como os nordestinos descritos, por exemplo, por Euclides da Cunha. Audrin nos apresenta um tipo diferente de sertanejo, o sertanejo ribeirinho, descrevendo em detalhes os costumes desses moradores, a quem denominou de *Os Sertanejos que eu conheci*. Para finalizar esta discussão, segue a descrição sobre os sertanejos dos quais ele está falando e, por extensão, o significado de sertão:

Os sertanejos a que nos referimos e que chamamos ‘nossos’ não são os sertanejos em geral, e sim aqueles que vivem nas zonas centrais, tão mal conhecidas, banhadas pelos Rios Tocantins, Araguaia, Xingu e seus numerosos afluentes. [...] Se não podemos dizer nada de certo de muitos sertanejos do Brasil, estamos em condição de afirmar que os sertanejos que chamamos ‘nossos’, não vegetam em recantos desolados, onde crescem apenas mandacarus, rasga-gibões e xique-xiques. Não são vítimas de secas periódicas que aniquilam criações, inutilizam lavouras e obrigam-nos a expatriar-se à procura do ‘Inferno Verde’. [...] Nada lhes falta quando podem e querem trabalhar. Naquelas terras devolutas onde moram, ninguém vai disputar-lhes o pedaço de chão que escolheram levantar a sua choupana, ou vedar-lhes a orla de mata para organizar as suas lavouras. São livres; vivem e pelejam num país de florestas, de verdes campinas e várzeas, onde correm águas permanentes, onde o solo é rico e fartas as pastagens, onde nunca faltam caças nas matas,

5 José Maria Audrin viveu na região por décadas em convivência direta com os ribeirinhos. Publicou dois livros, nos quais relata suas experiências e visão sobre a região e moradores.

onde rios e lagos são piscosos. [...] Admiremo-los como os pioneiros silenciosos, mas teimosos da verdadeira 'marcha para o oeste' (AUDRIN, 1963, p. 8-9).

A cidade de Paranã, que faz parte desse espaço geográfico que é o bioma cerrado, e chamado de sertão por historiadores, geógrafos, antropólogos, entre outros, tem suas origens no século XVIII em decorrência da *corrida* do ouro na região. Paranã faz parte da região onde surgiram importantes núcleos auríferos como Arraias, Natividade, Bom Jesus do Pontal, Monte do Carmo e sua vizinha mais próxima, a cidade de Conceição (TO). Do mesmo modo que ocorreu com Porto Nacional, cidade ribeirinha um pouco mais ao norte, após o esgotamento do minério na região, Paranã também apresentou melhor desenvolvimento que as demais devido à sua posição estratégica na beira de rios navegáveis.

De acordo com Borges e Palacin (s/d), a fundação da cidade aconteceu por volta de 1740 e seu tardio desenvolvimento se justificava pelo povoamento esparsos com fazendas dispersas, por ser zona endêmica de malária e aos constantes ataques indígenas. Segundo os autores, um ataque dos índios em 1783 teria destruído a cidade, que só seria reconstruída em 1815 pelos esforços do ouvidor Theotônio Segurado. Nessa data o povoado de São João da Palma passou à categoria de vila e sede da Comarca do Norte, o que deu impulso à luta separatista. A sede da nova comarca seria construída na confluência dos rios Tocantins e Itacaúnas, no Pará. Entretanto, o desembargador Joaquim Teothônio Segurado mostrou as dificuldades que poderiam advir da localização muito distante dos julgados a ela subordinados. Seguindo o conselho de Segurado, o príncipe regente baixou, em 25 de fevereiro de 1814, um alvará determinando que a sede fosse construída em local mais central. O local escolhido pelo desembargador foi a barra do rio Palma, onde fica hoje a cidade de Paranã. Com a criação do Estado do Tocantins em 1988, a nova capital resgata o antigo nome da vila de Palma.

A cidade de Paranã⁶ possui atualmente, segundo o IBGE uma população estimada

6 Sobre as origens de Paranã, sabe-se que surgiu no século XVIII em decorrência da busca de ouro na região, sendo Conceição o povoado aurífero vizinho mais próximo. Do mesmo modo que ocorreu com Porto Nacional, cidade ribeirinha um pouco mais ao norte, após o esgotamento do minério na região, a cidade teve melhor desenvolvimento devido à sua posição estratégica na beira de um rio navegável. Em 1815 o povoado passou à categoria de vila e em 05 de outubro de 1857 foi elevada à condição de cidade. Foi sede da Comarca do Norte, criada em 1809 e que deu impulso à luta separatista, sendo em seguida sede do Governo Provisório do Norte. A sede da nova comarca seria construída na confluência dos rios Tocantins e Itacaúnas, no Pará. Entretanto, o desembargador Joaquim Teothônio Segurado mostrou as dificuldades que poderiam advir da localização muito distante dos julgados a ela subordinados. Seguindo o conselho de Segurado, o príncipe regente baixou em 25 de fevereiro de 1814, um alvará determinando que a sede fosse construída em local mais central. O local escolhido pelo desembargador foi a barra do rio Palma, onde fica hoje a cidade de Paranã. Com a criação do Estado do Tocantins em 1988, a nova capital resgata o antigo nome da vila de Palma.

(2014) de 10.579 habitantes. Por não ter sido uma cidade nascida diretamente ligada à exploração de ouro, os documentos sobre Paranã são mais escassos que os referentes aos núcleos mineratórios da mesma região no século XVIII. Mesmo assim, algumas descrições são encontradas, como por exemplo, o anuário publicado por Azevedo em 1910. Segundo Azevedo (1910):

A Palma foi criada vila por Alvará de 25 de janeiro de 1814 em obsequio a El Rei D. João VI; e mais tarde deu-se o título de Marquês de São João da Palma ao governador e capitão general D. Francisco de Assis Mascarenhas. A sua igreja, que foi capela mor de um templo que os jesuítas erigiram no século XVIII, consagrado a São Félix de Cantalício, perdeu o nome deste santo para tomar a invocação de São João Batista. A instalação da vila teve lugar a 27 de outubro de 1815. Foi elevada a cidade pela lei provincial de 5 de outubro de 1857 (AZEVEDO, 1910, p. 183/184).

Mais adiante o autor acrescenta que “a cidade está situada na confluência dos rios Paranã e Palma, os quais se unem e deságuam no Tocantins”. Embora afirme que o lugar é agradável, faz uma ressalva quanto ao clima, que segundo ele “é insalubre e prejudicial à raça branca, não havendo organização por mais robusta que seja que possa resistir à influência dissolvente de um tal clima” (AZEVEDO, 1910, p. 184). Reforça ainda o fato de que a cidade esteja “edificada em uma península que contém muitos pântanos que exalam miasmas mefíticos” e que a água preferida pelos moradores é a do rio da Palma, pois a do outro rio, o Paranã, é ligeiramente salobra. Sobre as características da cidade, afirma que

Tem a cidade mais de 150 casas de telha, algumas espaçosas e bem construídas e talvez 60 cobertas de palha; as ruas travessas Cantagalo, Comércio, Praça Flores, 1º de junho, Pontal, Cemitério e Campo Santo e as praças da Matriz e da Imperatriz. Suas ruas são bem alinhadas principalmente a que partindo do largo da Matriz fraldeia a margem do Paranã. A sua igreja é feita de adobes e foi construída à custa dos feis. Tem também um cemitério e a casa do conselho com cinco janelas e um grande salão com as necessárias acomodações para o funcionamento do tribunal do júri (AZEVEDO, 1910, p. 184, 185).

Azevedo finaliza dizendo que o comércio da cidade na época era mais ativo a partir do mês de janeiro, em busca de mercadorias importadas de Belém do Pará, como o sal e fazendas, em troca dos produtos locais, como o couro, que eram exportados em botes para o Pará por meio da navegação do rio Tocantins.

Na década de 1930 o brigadeiro Lysias Rodrigues, em serviço de levantamento e demarcação de campos de pousos na rota do rio Tocantins, visitou a cidade e deixou o seguinte relato sobre a cidade:

Localizada na ponta de terra onde se verifica a confluência do rio Paranã com o rio Palma, vê-se o terreno estender-se pela planície afora, coberta de mato, abrindo-lhe possibilidades enormes de desenvolvimento. A cidade é constituída por meia dúzia de ruas pequenas,

de casas de alvenaria de tijolos, esparsas entre vastos quintais de árvores frutíferas, principalmente mangueiras, abacateiros e jaqueiras. Casas pequenas, achapadas e velhas. Dão um aspecto tristonho ao conjunto, onde nem um só telhado novo se via. Não tem luz, nem esgoto, nem água e o rio Paranã serve para tudo, banho e pescaria inclusive (RODRIGUES, 2001, p. 81).

Rodrigues resalta ainda que a região onde estava localizada a cidade de Paranã (antiga Palma) era uma “terra ótima, bem irrigada, a que cerca Palma, já foi zona intensa de criação de gado, e hoje, espera apenas que rodovias lhe abram a porta das imensas possibilidades de que é dotada” (RODRIGUES, 2001, p. 125).

Como visto, o desenvolvimento de Paranã a partir do século XIX está diretamente ligado à atividade da navegação que interligava os povoados do Alto Tocantins com a capital do Pará no litoral norte devido à sua posição estratégica, banhada por dois rios que funcionaram como caminhos, por meio da navegação. Esses rios tinham também outros usos, tanto práticos como simbólicos. A rotina dos moradores da cidade de Paranã no desempenho de suas atividades diárias de trabalho, higiene, diversão e nas últimas décadas, também de religiosidade estava intimamente ligada à existência desses rios. Atividades como a prática da navegação, pescaria, o próprio uso da água nas atividades domésticas como lavagem de roupa, banhos, uso das praias faziam parte do dia a dia dos moradores.



Igreja Paranã 1962 - arquivo de André Araujo e Geraldina Oliveira.

Fonte: <http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/to/parana>



Igreja São João Batista

Fonte: <http://encantosdocerrado.com.br/n/5796>

A cerimônia dos festejos de São João Batista e do Divino Espírito Santo ganhou novo brilho com a incorporação da procissão fluvial às comemorações. O circuito completo das celebrações acontece entre os dias 22 de maio a 26 de junho. A procissão fluvial começou a fazer parte das celebrações a partir da década de 1980. Segundo a tradição oral, a iniciativa se deu devido às grandes enchentes que ocorriam na cidade.

Essa nova prática religiosa pode estar relacionada ao grande festejo do Círio de Nazaré, que acontece em Belém do Pará. Como se sabe, o contato dos moradores do Alto Tocantins com Belém foi uma constante desde o século XVIII, pois o rio era o caminho natural que ligava os povoados ribeirinhos do sertão com a cidade de Belém para intercâmbio comercial. O que se pode constatar é que a festa, em mais de 30 edições passou a fazer parte do cotidiano dos moradores e atrair pessoas de outras localidades, ou pela fé ou pela diversão.



Procissão Fluvial (2001) – Paranã (Secretaria de Cultura, Dra. Ilma Bezerra e Comissão)

Fonte: <http://saojoabatistaparana.blogspot.com.br/2011/06/33-procissao-fluvial.html>



Procissão Fluvial – Rios Palma e Paranã

Fonte: <http://saojoabatistaparana.blogspot.com.br/2011/06/33>



Procissão Fluvial Paranã (2010) – Foto Thiago Sa

Fonte: www.encantosdocerrado.com.br

Outra localidade tocantinense que nas últimas décadas, como Paranã, passou a incorporar a procissão fluvial em sua festa religiosa foi a cidade de Pedro Afonso, também localizada na confluência de dois rios, o Sono e o Tocantins. Segundo relato dos moradores a ideia da procissão fluvial surgiu como forma de fortalecimento das honras a São Pedro, apóstolo das águas e padroeiro da cidade. A diferença entre a procissão fluvial de Pedro Afonso comparada com a de Paranã é que enquanto nesta cidade a procissão ocorre em canoas, em Pedro Afonso ela acontece em uma balsa.

Assim, a cidade de Paranã, localizada na região central do país, nas margens de dois afluentes do rio Tocantins, está, portanto, entre o sertão e o litoral, num tipo de fronteira, que não se reduz nem se resume à fronteira geográfica. Ela é também fronteira de diferentes culturas, de visões de mundo e de múltiplas etnias.

O estudo evidenciou que embora a maioria das cidades que surgiram nessa região e período tenha sua importância ligada à mineração, esta não foi a condição de Paranã, pois o seu desenvolvimento se deveu muito mais ao comércio com Belém (PA) pelo rio Tocantins por meio da navegação fluvial. Esta atividade econômica a impulsionou num intercâmbio com as cidades ribeirinhas mais ao norte e com a capital Belém do Pará, em rústicos barcos a remo com capacidade de transporte

de 15 toneladas e movidos pela força humana. Como observaram Borges e Palacin (s/d), “os célebres ‘botes’ – embarcações de 24 remos – saiam todos os anos, no dia de São José ou da Páscoa, aproveitando o fim da época das chuvas. Na cidade, centro comercial para toda a região do nordeste, haveria então 66 casas comerciais”. Juntamente com esse comércio, os moradores de Paranã se dedicavam também à criação de gado e à agricultura de subsistência.

Quanto ao seu patrimônio material e imaterial, a cidade ainda preserva um conjunto arquitetônico com algumas edificações que foram construídas no século XIX, carecendo este, como em outras localidades ribeirinhas da região, de ações voltadas para a preservação. Entretanto, percebe-se que na atualidade, para a população local e mesmo para moradores da região circunvizinha, são os festejos do Divino Espírito Santo e de São João Batista os que lhes proporcionam maior dinamismo e realização enquanto paranãenses.



Vista do conjunto arquitetônico da cidade de Paranã por ocasião da procissão fluvial (2010).

Fonte: www.encantosdocerrado.com.br

Referências

- AUDRIN, J. Maria. **Os Sertanejos Que Eu Conheci**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.
- AZEVEDO, Francisco F. dos Santos. (org.) **Anuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz, para 1910**. Uberaba/Araguary/Goyaz: Ed. Proprietária, 1910.
- BERTRAN, Paulo. **Uma Introdução à História do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, 1988.
- BORGES, Ana Maria; PALACIN, Luis. **Patrimônio Histórico de Goiás**. Goiânia: Jaime Câmara, s.d.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.
- DOLES, Dalísia E. Martins. **As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no Século XIX**. Goiânia: Oriente, 1973.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Os Historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira**. Paralelo 15, 1999.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Portos do Sertão: cidades ribeirinhas do Rio Tocantins**. Goiânia: PUC, 2010.
- RODRIGUES, Lysias A. **Roteiro do Tocantins**. 4ª. ed. Palmas: Ed. Alexandre Acampora, 2001.

ARTIGO

GLOBALIZACIÓN, TERRITORIO E IDENTIDAD DESDE UNA PERSPECTIVA DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS

Resumen

De manera general, el abordaje de este trabajo tiene que ver con la identidad de los pueblos indígenas a partir del territorio en cuanto constructo social, cultural y de naturaleza así como funcional y utilitarista. Se presenta un abordaje teórico de la relación que ejercen los pueblos indígenas con el territorio en la perspectiva del mundo globalizado donde pueden integrarse tanto en la relación sociocultural y política-administrativa, con una demarcación territorial, en referencia al Estado-nación, como desafío para pensar y llevar a cabo una autonomía sin tener que ser minorizados. El estudio se basa en una revisión general de los conceptos de globalización, territorio e identidad con predominancia de una visión analítica e histórica de los retos de los pueblos indígenas en tiempos de globalización con sus nuevas formas emergentes de lucha y de reafirmación de derechos.

Palabras-clave:

globalización, territorio, pueblos indígenas, identidad.

Abstract

In general, the approach of this work has to do with the identity of indigenous peoples from the territory as a social, cultural and nature as well as functional and utilitarian construct. It is presented a theoretical approach of the relationship between indigenous peoples with territory on the perspective of a globalized world in which can be integrated on the sociocultural and political-administrative relationship, with a territorial demarcation, referring to the nation state, as a challenge to think and carry out autonomy without being minoritized. The study is based on an overview of the concepts of globalization, territory and identity in a predominantly analytical and historical overview of the challenges of indigenous peoples in times of globalization with new emerging forms of struggle and affirmation of rights.

Key-words:

globalization, territory, indigenous lands, identity.

* Aluna do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima; vinculada ao Programa de Mobilidade Estudantil da Organização dos Estados Americanos (OEA). Contato: alina.celarie@gmail.com.

** Professora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima. carla.monteiro@ufr.br

Introducción

En el presente trabajo se pretende hacer una revisión general de los conceptos de globalización, territorio e identidad con el propósito de tener una visión un poco más analítica e histórica que ayudará a centrarse y a relacionar el tema principal que interesa, el de los pueblos indígenas en tiempos de globalización. Saber hoy que los estudios sobre globalización y territorio han traído una perspectiva a nivel macrosocial, permitirá adentrarse a procesos microsociales de orden sociocultural, político y económico, en donde la fragmentación -a escala local, regional y nacional- se ha hecho evidente, pero a su vez, la reafirmación y reapropiación- dentro de estas tres escalas- se ha instaurado como una nueva forma de autonomía como alternativa a la aglutinante globalización.

De manera general, el abordaje de este trabajo tiene que ver con la identidad de los pueblos indígenas a partir del territorio en cuanto constructo social, cultural y de naturaleza así como funcional y utilitarista. Por términos de tiempo, el trabajo únicamente pretender esbozar, teóricamente, la relación que ejercen los pueblos indígenas con el territorio, pensar que en un mundo globalizado, hoy, los pueblos indígenas pueden integrarse tanto en la relación sociocultural y política-administrativa -con una demarcación territorial- en referencia al Estado-nación, como desafío para pensar y llevar a cabo una autonomía sin tener que ser minorizados.

Así, haciendo un ejercicio de reflexión, se puede sugerir que esta nueva imbricación lleva a nuevos desafíos para repensar la identidad, la cultura y el territorio como nuevas formas emergentes de lucha y de reafirmación de derechos.

Globalización, espacio y territorio

¿Qué es la globalización? Si partimos del concepto general de globalización, a fines del siglo XX, podemos encontrar que la característica fundamental de esta se define por su carácter homogeneizador en lo cultural, en lo económico y en el ámbito espacial (HAESBERT, 2007). Así, la globalización -dentro de su carácter homogeneizador- plantea una idea generalizada en términos de una sola identidad diluyendo las identidades locales, tanto económicas como culturales, dejando a un lado el carácter de territorio, en términos de apropiación, para así continuar con un espacio global, un espacio único, homogéneo. Si la característica de la globalización es la de aglutinar espacios y culturas ¿cómo se podría insertar otra lógica que no pretenda colocarse en los términos de su propia acción? Es decir, las culturas, así

como los sujetos sociales ¿son los que deben adaptarse a esta acción totalizadora o la globalización está obligada a reelaborarse? ¿cómo a partir de la exclusión socio-espacial los sujetos pueden redefinir su autonomía? Y propiamente ¿de qué manera se insertan los pueblos indígenas dentro de esta dinámica socioespacial? La primera línea en torno a esta dirección es saber que para que haya globalización debe haber fragmentación, la simbiosis que se genera entre estas dos deja fuera la homogeneidad dando paso a una multiplicidad de diferencias, de heterogeneidades que, planteadas antes un sistema vertical, se readaptan y surgen como nuevas posibilidades de contención cultural, social y económica. Así, como lo plantea Haesbert (2007), la globalización remete a la idea de unidad de lo diverso, muchas territorialidades que hoy emergen son *per se* a la propia diversidad y a partir de estas, la fragmentación puede ser una nueva forma de reafirmación de la diferencia. Sin embargo, para entender estos procesos se debe entender primero qué es un espacio y qué es un territorio y cómo se construyen los dos en función de la dinámica de las relaciones sociales que de ella derivan.

Reelaboración del espacio y territorio

Para comenzar, un espacio puede ser entendido desde el punto de vista geográfico en donde este mismo tendría una posición de anterioridad con respecto al territorio, así, el territorio es el espacio que se construye para la reproducción tanto material como simbólica. La apropiación del territorio puede ser utilitaria y funcional o simbólico-cultural. Por ejemplo, cuando se considera el territorio como mercancía generadora de utilidades (valor de cambio) o fuente de recursos, medio de subsistencia, se está enfatizando el polo utilitario o funcional de la apropiación del mismo. En cambio, cuando se le considera lugar de inscripción de una historia o de una tradición, la tierra de los antepasados, recinto sagrado, repertorio de geo símbolos, paisaje al natural se está destacando el polo simbólico-cultural (GIMÉNEZ, 2001). En términos de Haesbert el hombre nace con el territorio, y vice-versa, el territorio nace con la civilización, así:

Os homens, ao tomarem consciência do espaço em que se inserem (visão mais subjetiva) e ao se apropriarem ou, em outras palavras, cercarem este espaço (visão mais objetiva), constroem e, de alguma forma, passam a ser construídos pelo território (HAESBERT, 2007, p. 42).

Lo central es saber que lo que conforma al territorio se da a partir de la relación que se tiene con este por medio de las relaciones sociales y sobre todo por su

apropiación y uso tanto físico como simbólico que da cuenta de las configuraciones y flujos sociales que se concatenan y son determinados por el contexto en el que se producen. Asimismo, el territorio participa no sólo como contenedor o soporte material de los procesos sociales, sino también como un elemento activo que influye en la estructuración misma de la sociedad:

O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado (e não simplesmente construído, como o caso de uma cidade-fantasma no deserto norte-americano) (HAESBERT, 2007, p. 42).

A su vez, se debe tener claro que el territorio es una construcción histórica y social a partir de las relaciones de poder tomando en cuenta que el espacio geográfico se encuentra en esa relación. Lo interesante de esto, es que el territorio, por su carácter histórico, posee una dimensión subjetiva que recae en la identidad territorial y también en una característica objetiva en términos de acción política y económica. Sin embargo, hay que entender que estas dos características, tanto la simbólica como la funcional o utilitaria, no se encuentran separadas, es decir, existe una correlación que hace aún más compleja la utilización y apropiación del territorio.

Ahora bien, la relación y la complejización teórica del territorio, a través del complejo sistema globalizador, también crea diferentes formas de organización y politización dentro del mismo. Es decir, el territorio en este sentido, se concibe como una específica forma de organización política y de pensamiento político. (ELDEN 2005, 2007). No obstante, la territorialidad puede ser considerada como:

[...] a strategy for influence or control. By human territoriality I mean the attempt to affect, influence, or control actions and interactions (of people, things, and relationships) by asserting and attempting to enforce control over a geographic area (SACK, 1983, p. 55).

Bajo esta forma de concebir el control o la influencia que se ejerce por medio de la politización de un lugar¹.

Es decir, a partir de la representación del espacio/territorio como contenedor de procesos sociales, culturales, económicos y políticos, la conformación de éste se va a dar a partir de la dialéctica que se genera por medio de las relaciones sociales.

Ahora bien, enlazando los procesos que adquiere el territorio a manera de apropiación tanto física como simbólica, el análisis que interesa aquí se da en

¹ Abstract space is, in short, the political product of state spatial strategies – of administration, repression, domination and centralized power (BRENNER, ELDEN, 2009, p. 359).

términos de la pertenencia de los pueblos indígenas con el territorio, por una parte entendiendo la construcción de su identidad así como la parte utilitaria y funcional. Si la propuesta se da en el sentido de relacionar estos elementos, tomando en cuenta que para poder construir una sociedad como la suya deben agruparse estos mismos; a partir de la endogénesis que de su propia territorialización resulta, el punto central se establece en la unificación posible de su territorio que está dotado de todos los sentidos posibles como parte de un todo integrador:

Pode-se dizer, assim, que enquanto o território mais estável nas sociedades tradicionais era em geral fragmentador e excludente em relação a outros grupos culturais, mas profundamente integrador e holístico no que se referia ao interior do grupo social (HAESBERT, 2007, p. 43).

Tomando en cuenta esta integración holística dentro de los pueblos indígenas, hay que entender la base natural que hace parte del territorio indígena, ya que a partir de esta relación, surge la gestión territorial en cuanto a función utilitarista integrando la parte de cultura y conocimiento indígena que encausará un enraizamiento mayor al espacio, ya que la relación que establecen con el mismo tiene que ver primeramente con este orden de la naturaleza. “As diferenças naturais atuam em si mesmas como uma espécie de território [...] a diferenciação natural foi uma das primeiras bases para a formação de territórios e ainda o é em certos espaços/grupos sociais, como os indígenas da Amazônia, os tuaregues do Sahara ou os nômades mongóis e tibetanos” (HAESBERT, 2007, p. 46-47).

Ahora bien, si a partir de estos elementos los pueblos indígenas han podido construir su territorio también es interesante entender cómo a partir de la construcción histórica del territorio, las territorialidades – en este caso las de los pueblos indígenas – también se forman a lo largo del tiempo y a través de esta formación el proceso de pertenencia al espacio se acompaña. Sin embargo, a partir de esta construcción histórica cabe resaltar que la identificación del Estado-nación con el territorio es importante ya que a partir de la instauración moderna del mismo, esta identificación es concebida como fuente de poder tomando en cuenta que la relación entre Estado –y poder, delimita el territorio y se apropia del mismo, en donde identidades y culturas locales tiene que subordinarse, por un largo periodo de tiempo y espacio, frente a una identidad cultural e nacional.

Entonces, a través de esta imposición de una identidad nacional que tiene que ver con límites políticos, administrativos, sociales y culturales, los pueblos indígenas ¿cómo han podido mantenerse a través de la maquinaria centralizadora del Estado? A partir de la instauración del Estado-nación se han construido diferentes formas

territoriales, que han mezclado diferentes identidades culturales que han llevado a deslegitimizar esa única identidad nacional:

O Estado e seu território tendendo a promover uma única identidade, construída, vale ressaltar mais uma vez, através do processo de construção de uma identidade nacional, seja do ponto de vista cultural que leva à asfixia de traços culturais e tradições minoritários, seja do ponto de vista da organização social como um todo. Por um longo período de tempo, portanto, diversas territorialidades, que hoje emergem com caráter de novas, foram subordinadas ou subjugadas coercitivamente, e permaneceram, por assim dizer, submersas[...] Cabe, portanto, questionar onde está a novidade (HAESBERT, 2007, p. 48).

Así, se puede inferir que la novedad se encontraría en la manera de surgir de estas nuevas territorialidades que han estado subyugadas bajo el padrón del Estado-nación, redefiniendo sus límites políticos-territoriales y social-culturales. Así pues ¿cómo se podrían insertar dentro de estos nuevos surgimientos los pueblos indígenas? ¿cómo en términos de lo local trascenderían a una demanda nacional? Y ¿de qué manera el Estado-nación las podría entender como autónomas? Cabe destacar que la resistencia cultural en términos de conocimiento indígena por la parte del territorio así como por la parte político administrativa y de gestión del territorio, ha podido causar un impacto dentro del papel normativo y regulador del Estado ya que han dado a conocer que, a pesar de la fragmentación, existen maneras de reelaborarse y de reconstruirse aun así estando dentro de un padrón estatal y nacional

Sin embargo, a partir de estas demandas ante el papel coercitivo del Estado-nación, un factor importante y decisivo tiene que ver en cómo se construye el territorio y las territorialidades –desde la perspectiva de los pueblos indígenas- y de qué manera la parte de la construcción de la identidad juega una papel definitorio para la cohesión y la pertenencia al mismo: “num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais” (HAESBERT, 2007, p. 49.)

Entonces, a manera general, estas territorialidades no se pueden entender sin la dialéctica que se genera dentro de un territorio – en cuanto constructo social y cultural – como parte insoslayable de la identidad individual o grupal.

Identidad y territorio ¿hacia una perspectiva indígena?

Partiendo del análisis expuesto, hay que tomar en cuenta la perspectiva cultural como parte fortalecedora en la relación con el territorio, así ¿cómo se construye la identidad a través del territorio? ¿qué es lo que define una identidad territorial?

¿cuáles podrían ser los elementos simbólicos que se inscriben dentro de esta dinámica relacional? Primero se debe comenzar entendiendo que lugar es ser y que no hay lugar sin hombre ni hombre sin lugar (CASEY apud MARANDOLA, 2009). Así mismo: somos nossos lugares, assim como eles nos são. Nós não estamos no espaço: nós somos sendo espacialmente (HEIDEGGER apud MARANDOLA, 2009, p. 3).

En términos de respaldo existencial y de identidad espacial, existe una ligazón esencial y ontológica con el territorio en donde el sujeto depende del mismo ya que establece y cultiva lazos con su lugar. En este sentido, la necesidad de fijarse -de los pueblos indígenas a su territorio- ocurre en términos históricos, culturales y de naturaleza. Sin embargo, existen migrantes indígenas que se ven en la necesidad de tener que trasladarse a otro lugar, pensando en términos dicotómicos rural/urbano, para poder tener una vida mejor en aquel espacio que podría generar mejor trabajo de acuerdo a los estándares del mercado global. Pero lo que interesa aquí no es ese desencaje espacial sino por el contrario cómo es que algunos pueblos indígenas han podido reconstruir y continuar con su modo de vida dentro de un espacio globalizado, dentro de un mercado superpuesto por los Estado-naciones y aún más por el sistema capitalista; es decir, enfocándose a la cuestión principal, la cual atañe ahora, se debe tener como primera línea, como señala Marandola (2009), que la identificación con el lugar es crucial. Así, el establecimiento de lazos y la sensación de pertenecimiento ocurre en un lugar donde las características sociales, culturales y de organización espacial no son desconocidas. A su vez, los lugares que están ligados a la identidad territorial atraen a la fijación. Así, se puede ver que esa integración de los pueblos indígenas con su territorio parte de su experiencia con el mismo:

A construção ser-lugar ocorre a partir da experiência. Através da percepção, sensação, cognição, representação e imaginação o lugar passa a ser internalizado e constitui-se como parte integrante do ser. A experiência tem como meio o corpo, grande mediador dessa relação (MELEAU-PONTY apud MARANDOLA, 2009, p. 4).

Al verse quebradas estas identidades territoriales, ya sea a partir de una imposición por el Estado-nación o a partir también de la ocupación por parte de empresas privadas, surgen así alteridades y luchas por derecho a la tierra y por el derecho a la autonomía indígenas. Hay que entender que las estructuras internas del territorio fundamentan la identidad territorial dando origen a diferentes microcosmos en donde se comparten lugares, paisajes, signos y símbolos. (MARANDOLA, 2009). Pensar que la identificación con un territorio implica ser parte de determinados círculos sociales, que parten de un pensamiento y sentimiento colectivo, ayuda a la comprensión de la organización socioespacial y a la “carga” sociocultural de los

lugares. Así pues, ¿se podría hablar de una fragilización de las identidades indígenas en tiempos de globalización? Y ¿a partir de esto cómo se construye la identidad indígena?

Para entrar en esta discusión cabría resaltar que la parte de la identidad se construye de manera relacional con la autonomía, de un ejercicio constante de pertenecimiento con el territorio, de una completa apropiación al mismo. Es decir, para los pueblos indígenas la tierra es poder pues ella es origen, de ella procede toda la realidad y presencia, ya que en su encuentro, el paisaje se presenta como algo que se renueva y transmite con vigor y fuerza (DARDEL apud CLAVAL, 1999). Así, la identidad es construida en el territorio y los grupos existen por el territorio con el que se identifican, pues dentro del sistema cultural, un territorio puede ser visto en términos sagrados, como aquel espacio de socialización de rituales y benevolencia. Un ejemplo interesante:

Hongkey Yoon (1986) enfatiza que os conflitos entre a população de origem européia e os Maoris da Nova Zelândia resultam mais freqüentemente da relação diferente que os dois grupos mantêm com a terra: os primeiros (europeus) só vêem aí um bem que se modifica, como qualquer outro, enquanto que os segundos (Maoris) só existem pelo e para o lugar sagrado (o marae), onde se reúnem e dançam (CLAVAL, 1999, p. 11).

Por lo tanto, la identidad aparece como una construcción cultural, respondiendo a la necesidad existencial de ¿quién soy yo? Sin embargo, existen otros elementos que la caracterizan que tienen que ver con los artefactos, las costumbres, el medio, así como concepciones de la naturaleza y relaciones institucionalizadas: “A identidade implica referentes sem os quais ela não poderia ser definida. A narrativa identitária reconstrói quatro pilares da experiência humana: o tempo, o espaço, a cultura e os sistemas de crença” (CLAVAL, 1999, p. 16).

Así, la construcción de la propia identidad dentro de un individuo o grupo se conforma por múltiples elementos que lo estructuran y hacen parte de un complejo sistema de relaciones. Si a través del territorio se construyen identidades, se delimitan cuestiones político administrativas, sería interesante entender que a partir de estas construcciones de identidad *con* y *en* el territorio, las fijaciones en tiempos de globalización son más fuertes, es decir:

Passaríamos então de construções culturais do eu e do nós percebidas como frágeis, e portanto plenas de territorialidades exclusivas e possessivas, para identidades fortemente estruturadas, mais resistentes aos contatos e aos intercâmbios e, portanto, mais facilmente associadas a territorialidades simbólicas, freqüentemente descontínuas, em mosaico ou encaixadas (CLAVAL, 1999, p. 18).

Asimismo, la identidad de los pueblos indígenas pasaría a instaurarse como una identidad tradicional que se encuentra en lo “profundo” y en lo auténtico, en comparación con las sociedades contemporáneas que se insertan más en una movilidad del juego y de lo arbitrario (CLAVAL, 1999).

Conclusiones

Si a partir de las nuevas formas de vivir el territorio - que conllevan a nuevos modelos de identificación y pertenencia identitaria - se potencializa la relación identidad y territorio esta se vuelve una herramienta política para luchar y ejercer autonomía en relación con algunas transformaciones políticas, socioculturales y económicas. Se podría inferir que existe una autonomía territorial que puede transgredir al Estado-nación por medio de las nuevas territorialidades que están surgiendo y están construyendo identidades colectivas que cuestionan el orden establecido bajo las preguntas ¿Qué es la tierra? ¿Qué es el derecho a poseerla? ¿Qué es ser parte de ella? ¿Qué es aprovechar sus recursos? ¿De dónde surge la idea de la construcción de una identidad a partir de la tierra? ¿La propia territorialidad e identidad que se construyen a partir del territorio delinean un derecho inigualable en términos de su propia utilización? Los pueblos indígenas han construido una serie de elementos sociales y culturales así como herramientas de trabajo que les ha permitido tener un conocimiento del territorio que construyen, es decir, la utilización de recursos de la naturaleza así como de elementos culturales, como códigos de creencias, rituales, vivencias y tradiciones, los han llevado a apropiarse de su propio territorio y a identificarse con el mismo. A través de esta territorialidad se ha construido una identidad enraizada aunada a un constructo social y cultural que han desarrollado los indígenas.

Conocer para valorizar, conocer para transmitir, conocer para apropiarse, conocer para ejercer, conocer para ser autónomo, conocer para respetar. En este sentido, el ejercicio de su autonomía se refiere al respeto por su conocimiento indígena con el territorio así como su identidad, entonces, a partir de esto ¿cómo se está generando una ciudadanía intercultural por parte de los indígenas para y con el Estado? ¿cómo se está ejerciendo el derecho y la valorización ante los “otros”? y ¿Qué se está generando a través de la práctica de esa autonomía? Estas y muchas otras preguntas dan origen a un inmenso entendimiento de los pueblos indígenas que se encuentran todavía dentro de un sistema capitalista y por ende globalizador, dentro de esto, es de suma importancia volcar la mirada para entender estos procesos de reafirmación sobre el territorio y como los discursos identitarios contemporáneos

proclaman así la necesidad, para el grupo, de disponer de un control absoluto del territorio que se torna suyo.

Referencias

- BRENNER, N.; ELDEN, S. Henri Lefebvre on State, Space, Territory. **International Political Sociology** (s.l), v.3, (s.n), p. 353-377. 2009.
- CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, ano 1, n. 2, 1999.
- ELDEN, S. Missing the Point: Globalisation, Deterritorialisation and the Space of the World. **Transactions of the Institute of British Geographers**, (s.l), v. 30, n.1, p. 8-19. 2005.
- ELDEN, S. Governmentality, Calculation, Territory. Environment and Planning. **Society and Space**, (s.l), v. 25, n.3, p. 562-580. 2007.
- GIMÉNEZ, G. Cultura, territorio y migraciones. Aproximaciones teóricas. **Alteridades**, (s.l), (s.v), (s.n), p.7. 2001.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc., Espaço, Tempo e Crítica, Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, (s.l), v. 4, n. 2, p. 1-15. 2007.
- MARANDOLA, JR. E.; DAL GALLO, P. M. **Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração**. Anais VI ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. Belo Horizonte, agosto-2009.
- SACK, R. Human Territoriality: A Theory. **Annals of the Association of American Geographers**, (s.l), v. 73, n. 1, p 55-74, Mar. 1983.

ARTIGO

RELIGIOSIDADE MUÇULMANA, HISTÓRIA E ALTERIDADE: DINÂMICAS IDENTITÁRIAS NA FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA

Resumo

O presente trabalho tem como proposta a investigação do islamismo e como essa religiosidade se relaciona com questões como identidade e etnicidade, especificamente com imigrantes árabe-muçulmanos e seus descendentes que residem em Santa Elena de Uairen, município de Gran Sabana, Venezuela, na fronteira com o Brasil e o Estado de Roraima. Tal preocupação epistemológica é um dos elementos presentes na minha pesquisa de doutorado que ora está em andamento. Estudar famílias ou indivíduos muçulmanos que migraram de seus países para a América Latina, e especificamente indivíduos que hoje moram em região de fronteira, um contexto onde se apresenta uma intensa dinamicidade de produção de identidades e diferenças, e que tem na sua formação religiosa o seu discurso identitário, é importante para entendermos esse sentimento de pertença como uma das formas de alicerce de sua fé. Concernente às discussões teóricas do trabalho, o aporte terá autores como Albert Hourani para explicitar um pouco da história desta religiosidade. Fredrik Barth (2000), como suporte para percebermos o processo de elaboração identitária mediante suas relações e representações, e a religião como um espaço privilegiado para a percepção destas dinâmicas.

Palavras-chave:

Religiosidade. História. Identidade. Fronteira. Islamismo.

Abstract

This work proposes the study of Islam, and how this relates to religious issues such as identity and ethnicity, specifically with Arab-Muslim immigrants and their descendants residing in Santa Elena de Uairen, municipality Gran Sabana, Venezuela, border with Brazil and the state of Roraima. Such epistemological concern is one of the elements present in my doctoral research that is ongoing now. Studying Muslim individuals or families who migrated from their countries to Latin America, and specifically individuals currently living in the border region, a context where it presents an intense dynamics of production of identities and differences, and their identity speech is related to their religious training, and it is important to understand that sense of belonging as one of the ways the foundation of their faith. Concerning the theoretical discussions of the labor supply will, authors such as Albert Hourani, to explain some of the history of this religion. Fredrik Barth, perceive the process of identity development through their relations and representations, and religion a privileged space for the realization of these dynamics.

Keywords:

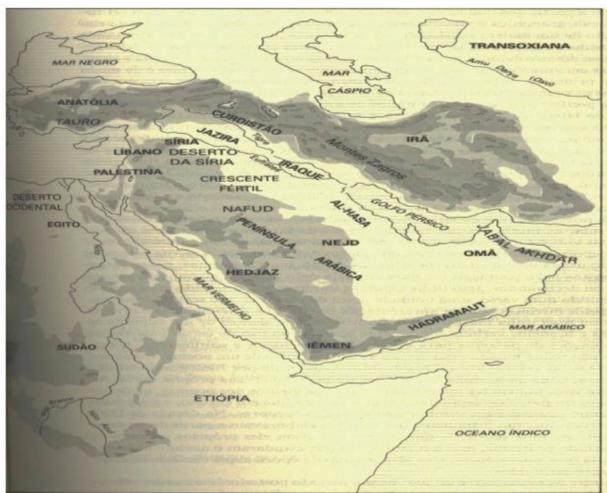
Religiosity. History. Identity. Border. Islam.

* Aluno do doutorado Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) na Universidade Federal do Amazonas e professor na Faculdade Estácio da Amazônia – Boa Vista (RR). E-mail: jakson_marques@hotmail.com

Introdução

Não se pode falar de islamismo ou de doutrina islâmica sem falar no seu fundador: Maomé, Mohamed ou Mohammad. Mas antes de falar no profeta é preciso conhecer como era a Arábia pré-islâmica, ou seja, antes do surgimento do Islã.

A Arábia é uma extensa península do Oriente Médio. De clima quente e seco, amenizado no litoral pelas brisas do Oceano Índico (ao sul), do Golfo Pérsico (a leste), e do Mar Vermelho (a oeste), a região foi habitada desde épocas remotas, muitos séculos antes de nossa era, por populações semitas.



Mapa nº 1: Península Arábica

Fonte: Hourani (1994: 29).

Na península predominam os desertos, situados no interior, a vida humana confinava-se nos oásis, com seus poços de água temporários e cujo controle provocava guerras entre as tribos. Segundo as informações de Aquino (1980), os árabes do deserto eram chamados de beduínos e os seus chefes eram os xeques. Eles poderiam ser nômades ou seminômades, criavam carneiros e camelos, praticavam a pilhagem e frequentemente eram contratados como escoltas das caravanas que atravessavam os desertos. Tais tribos possuíam crenças religiosas primitivas, acreditavam em espíritos malignos que atormentavam os homens. Esses espíritos eram conhecidos como os djínns; que se acreditava que tais espíritos habitavam os desertos e vinham incomodar os caravaneiros em suas viagens. Além disso cultuavam também astros

e pedras sagradas, como por exemplo, a Caaba localizada em Meca, sobre a qual falaremos mais adiante.

Mas, como foi dito anteriormente, as tribos do deserto viviam em constante conflito umas com as outras, e a única maneira de alguém se manter vivo era ser leal ao grupo e seguir à risca a ética tribal. Em casos de assassinatos, por exemplo, era legítimo a tribo que teve seu membro assassinado se vingar matando alguém do grupo do assassino; era a lei do olho por olho, então o derramamento de sangue não era raro. Além disso, nos raros momentos de paz, havia ainda a chance de morrer de desnutrição ou por outro problema decorrente das parcas condições do deserto.

Um desses raros momentos de paz acontecia durante a peregrinação a Meca, mais precisamente à Caaba – templo de forma cúbica – onde as várias tribos iam adorar os deuses do panteão arábico, entre eles: Hubal, deus protetor de Meca; Al Lat, a deusa sol; Al Manat, a deusa destino etc., e a pedra negra que “caiu dos céus desde os tempos de Adão”. É nessa região, onde os conflitos tribais eram exacerbados, onde só havia poucos momentos de paz, que veio nascer o profeta Maomé. Jomier (1992) nos conta que Maomé nasceu por volta do ano de 570 d.C., na região da Arábia. Ele pertencia a uma família de mercadores de Meca, os coraixitas, que dominavam o comércio na região. Na época, Meca, como descrito anteriormente, era um grande polo comercial para onde convergiam algumas vezes ao ano caravanas de tribos beduínas para ali negociar ou ir prestar culto aos diversos deuses existentes na Caaba, e, entre esses deuses, estava também Alá, que era conhecido como o senhor dos céus.

Maomé ficou órfão muito cedo e foi criado pelo seu tio Abu Talib. Ele se tornou mercador levando caravanas à Síria e à Mesopotâmia. Foi no decurso dessas caravanas que encontrou Cadija, viúva de um rico mercador. Ela pediu-lhe que levasse suas mercadorias à Síria, e tinha 40 anos quando propôs casamento a Maomé; ele tinha 25 anos. Maomé tinha o costume de fazer retiros espirituais ao monte Hira, e foi em um desses retiros que, no ano de 610, o anjo Gabriel apareceu a ele. Conta a lenda que o anjo o abraçou tão forte que Maomé teve a sensação de estar sendo expelido de seu próprio corpo. O anjo lhe falou: “Recita”. Mas ele alegava que não sabia ler, que não era nenhum líder religioso e nem tão pouco era um sábio, mas o anjo falou-lhe novamente: “Recita”. E como que por milagre ele começou a recitar. “Recita em nome do teu Senhor, que criou, criou o homem a partir de coágulo de sangue. Recita! Teu senhor é o mais Generoso, que pela pena ensinou ao homem o que ele não sabia.” Em árabe a palavra *recitar* tem a mesma raiz que *Curan*, que significa “ler”, ou “ler alto”. Mais tarde as palavras divinamente reveladas através do profeta seriam compiladas no Alcorão. Maomé ficou assustado e voltou para casa

apressado. Encontrou Cadija que o compreendeu e o encorajou imediatamente; ela o conduziu ao seu primo Waraqa bem Nawfal que era um cristão, e após lhe contarem a história, Waraqa confirmou que havia sido uma revelação divina. Porém, Maomé permaneceu em silêncio por dois anos, até que mesmo resignado ele aceitou o seu destino de profeta de uma nova religião que pregava acima de tudo o culto a um só deus e a fraternidade para com os mais carentes.

Enquanto isso, parecia muito claro às aristocracias mercantis da Arábia que era necessário que houvesse uma união entre as tribos para que assim se pusesse fim às lutas internas que prejudicavam as transações comerciais e as demais atividades econômicas. Fora isso, também havia a questão religiosa. Os árabes se ressentiam muito de não terem um profeta e uma revelação direcionada a eles, como tinham os judeus e os cristãos. Por isso a nova religião foi recebida com entusiasmo pelos árabes, que agora se viam representados religiosamente, e poderiam, a partir daí, construir uma unidade religiosa forte. Como dito anteriormente, o Corão prega o culto monoteísta e a ajuda aos necessitados. Maomé começou a sua pregação em Meca, cidade na qual ele morava e à qual pertencia a sua tribo, os coraixitas; ele conseguiu a adesão de várias pessoas, porém os da sua própria tribo não aderiram a sua pregação.

Os coraixitas eram ricos mercadores que lucravam muito quando ocorriam as peregrinações a Meca, mais precisamente à Caaba, para adoração de vários deuses, e viam na pregação de Maomé um grande perigo para o seu comércio. Começaram a perseguir Maomé e seus inúmeros adeptos, que tiveram que se retirar de Meca. Assim, o profeta procurou por vários lugares aonde ele e seus adeptos pudessem ir e acabou encontrando Yathrib. Yathrib era um oásis onde existiam várias famílias judias de culto monoteísta, e era um lugar onde existia uma oligarquia mercantil que era rival dos coraixitas “Por fim sua posição tornou-se tão difícil que em 622 ele deixou Meca e foi para um oásis trezentos quilômetros ao norte. Yathrib, que seria conhecida no futuro como Medina” (HOURANI, 1994, p. 34).

Assim, Maomé e seus adeptos aceitaram o convite e no ano de 622 se dirigiram a Yathrib, futura Medina. Esse acontecimento ficou conhecido como a Hégira (HOURANI, 1994). Chegando a Medina, Maomé recomeçou sua pregação, e em Medina existiam várias famílias judias que praticavam já o culto monoteísta a Yaveh, e como Maomé também pregava o culto monoteísta, o profeta acreditava que sua mensagem seria compreendida mais facilmente em Medina.

Para facilitar essa compreensão e também para incentivar uma aproximação entre judeus e muçulmanos, Maomé instituiu para seus seguidores os mesmos ritos

judeus; ou seja: a oração em direção a Jerusalém, o jejum de um dia por ano, o de Ashura, também havia sido instituído conforme costume judaico, e também o dia sagrado seria o sábado (Shabat). Parecia assim que tudo corria bem. Maomé acabara de se casar novamente e havia construído a primeira mesquita muçulmana, e parecia ter o apoio dos judeus. Porém, tal apoio não durou por muito tempo como afirma Jomier (1992, p. 28): “Maomé desejava que os judeus do oásis se convertessem e se juntassem a ele. Após alguns meses e exortações que ecoam no Corão, evidenciou-se que estes últimos eram reticentes diante da aliança imposta e, sobretudo que não tinham nenhuma intenção de aderir ao Islã”. Diante disso Maomé toma atitudes radicais: transfere o sentido da oração de Jerusalém para a Caaba em Meca, muda o dia do jejum e estabelece o mês do ramadã, e o dia sagrado para as orações seria a sexta-feira, ao meio-dia, ao chamado do muezim na mesquita.

Dentre as mudanças propostas por Maomé, a transferência do sentido da oração de Jerusalém para a Caaba em Meca foi uma das mais radicais, posto que a Caaba era um local de veneração de várias deidades e o islã, como culto monoteísta, não podia se permitir tal paradoxo. Foi então que Maomé decidiu impetrar campanhas contra Meca e sua ex-tribo, os coraixitas, para estabelecer na Caaba o culto ao deus único, ou seja, Alá. “O homem combate pelo butim; o homem combate pela glória; o homem combate para que se evidencie a superioridade de sua bravura. Quem é que combate na direção de Alá? Aquele que combate para que seja glorificada a mensagem de Alá, é quem está na direção de Alá” (ARONDEL, M., e outros, op. cit.: 168.). Depois de várias investidas, algumas derrotas e algumas vitórias, Maomé e seus seguidores conseguem invadir e tomar Meca no ano de 630, sem encontrar praticamente nenhuma resistência dos coraixitas, pondo fim aos cultos politeístas que havia no local. Daquele momento em diante a peregrinação a Meca teria como único objetivo a adoração a Alá. Seguindo essa unidade religiosa, Maomé conseguiu através dos meios militares e diplomáticos, subjugar grande parte da Arábia. Morre em 632, deixando uma nação unificada na religião, religião essa que se tornara mais forte do que velhos laços familiares e tribais. A seguir veremos como se estrutura essa nova religião, os seus dogmas e o que ela fala sobre os mais variados assuntos.

Islã: A crença; os cinco pilares; as mulheres; artes; comércio, ética e política.

A crença islâmica pode ser resumida numa curta profissão de fé: “Não há Deus senão Alá e Maomé é seu profeta”. Estes são os dois pontos nos quais se baseia a crença islâmica: o monoteísmo e a revelação por intermédio de Maomé. Os muçulmanos acreditam que só existe um deus e esse deus é Alá. Alá não é um nome

pessoal, ele é sim um nome árabe que significa Deus, assim como judeus e cristãos o fazem quando falam de seu deus. Maomé criticava veementemente o politeísmo praticado pelos árabes, e ele ressaltou a crença em um só Deus que é criador e juiz.

Alguns muçulmanos acreditam que essa crença em um julgamento após a morte se faz necessário, para que cada um leve a sua vida de maneira responsável com relação aos seus atos praticados. Mas, o deus muçulmano não é só julgador, ele também é misericordioso como atesta o início de cada surata: “Em nome de Alá, o misericordioso, o compassivo”. Uma expressão corrente no meio islâmico é: “Alá hu Akbar”, “Deus é o maior”. Esta expressão vem demonstrar o quanto Deus é grandioso e está distante da compreensão humana, restando para o seu seguidor um único caminho: a adoração incondicional e submissa a Ele.

O outro preceito da crença muçulmana é a revelação de Deus a Maomé no Monte Hira. Deus fala a Maomé que seria, segundo a tradição islâmica, o último dos profetas. Maomé diz que Deus se revela a ele porque os povos que receberam a revelação antes dos árabes, ou seja, os judeus e os cristãos, deturparam a mensagem, e Maomé vê no islã uma volta à pureza da mensagem divina. Para fundamentar mitologicamente a religião islâmica o profeta se reporta a Abraão e seu filho Ismael, que seria o antepassado dos árabes. Abraão era o patriarca tanto dos judeus quanto dos cristãos e agora o seria também dos árabes, e Abraão junto com seu filho Ismael teriam reconstruído a Caaba, lugar que se tornaria santo para os muçulmanos.

Por isso, quando da ida para Medina, Maomé inicialmente pede para seus seguidores orarem em direção a Jerusalém, mas depois das brigas com os judeus eles se voltam à Caaba em Meca. Para os muçulmanos os dois lugares são santos, o que mudou foi apenas a direção da oração. O conjunto das revelações dadas de Deus a Maomé foi compilado no Corão, e este se tornou palavra e preceito de Deus para os muçulmanos até os dias de hoje. Os cinco pilares do Islã são: o credo, a oração, a caridade, o jejum, e a peregrinação a Meca. Analisaremos um a um estes pilares. O Credo se baseia no testemunho de que “Não há Deus senão Alá e Maomé é seu profeta”. Esse testemunho é dito várias vezes pelo fiel e é a sua declaração da unicidade de Deus. A oração ritual é feita cinco vezes por dia (ao amanhecer, ao meio-dia, à tarde, ao pôr do sol, e à noite), através do chamado do muezim, que é a pessoa encarregada a chamar os crentes à oração. O chamado consiste nas seguintes frases: “Alá é Grande; *não há outro Deus senão Alá*; e Maomé é seu profeta; vinde para a oração, vinde para a salvação; Alá é Grande; *não há outro Deus senão Alá*”¹.

Outra oração constantemente repetida é a sura I: “Louvado seja Deus, Senhor

1 Chamado do muezim para a oração na sexta-feira, ao meio-dia na mesquita.

do universo, o Caridoso, o Compassivo. Soberano do dia do juízo! Só a Ti adoramos, e só a Ti recorreremos em busca de ajuda. Guia-nos pelo caminho direito, o caminho daqueles a quem Tu favoreceste. Não daqueles que incorreram na Tua ira, *não daqueles que se desviaram*².

A oração ritual é precedida de abluções, ou seja, o fiel faz um rito de purificação e lava partes de seu corpo como, por exemplo, as mãos, os braços, a cabeça, os pés. A prece é sempre recitada em direção a Meca pelo crente que a faz, em pé, inclinado e prosternado. Uma das orações mais importantes para o muçulmano é a oração de sexta-feira ao meio-dia na mesquita; ela é dirigida pelo imã³ que é o chefe da comunidade muçulmana; apesar de a sexta-feira não ser um dia de descanso é preferível que após a oração do meio-dia, ou seja, à tarde, não haja movimentação comercial; tal movimentação se caracteriza como um ato ilícito⁴.

A esmola legal ou *zakat* se caracteriza no terceiro pilar. Ela está fixada em 2,5% mas o fiel é incentivado a dar mais; o profeta incentiva a caridade e realça que ela deve ser tirada dos ricos e entregue aos pobres: “Deve-se dar esmolas apenas aos pobres e destituídos; àqueles que se empenham na administração das esmolas e àqueles cujos corações são simpáticos à Fé; para a libertação dos escravos e dos devedores; para o avanço da causa de Deus; e para o viajante em necessidade”. O quarto pilar é o jejum do Ramadã, nono mês do calendário lunar muçulmano. O fiel se abstém completamente de alimentos, bebida, tabaco e sexo, entre o nascer e o pôr do sol, durante esse mês sagrado.

Aquele dentre vós que vir o (crescente do) mês, que jejeue este mês! O que está doente ou em viagem, (o mesmo) número de outros dias. Deus quer para vós o que é fácil; ele não quer o que é difícil. Completai a conta. Proclamai a grandeza de Deus que vos dirigiu. Talvez sereis gratos (JOMIER, 1992, p. 112).

A explicação para o Ramadã é que todo fiel deve passar por essa provação para sentir como é a vida das pessoas menos abastadas e o sofrimento dos indigentes. O profeta também expressa que o jejum não terá efeito nenhum se o crente apenas se privar do alimento físico, sem fazer uma análise espiritual da situação dele com Deus. O quinto pilar é a peregrinação a Meca. Ela é destinada a todo crente que tiver condições financeiras para fazer tal viagem. Em Meca é que se encontra a Caaba,

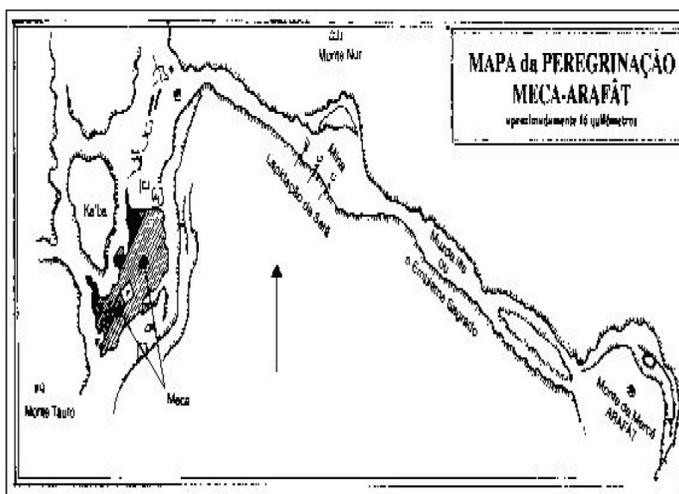
2 ALCORÃO, Português. Alcorão. Rio de Janeiro: ACIGI, 2001: 31.

3 Em comunidades diaspóricas, a oração tem como guia o *sheik* da mesquita, que é o líder da comunidade religiosa. Na comunidade de Santa Elena de Uairén, o ritual é ministrado pelos membros mais antigos e importantes.

4 Porém, em sociedades ocidentais tal preceito dificilmente é seguido, visto que em sociedades ocidentais cristãs o dia de descanso é no domingo.

um santuário que é sagrado para os fiéis, por isso as orações são feitas em direção a Meca. Chegando em Meca o crente vai usar uma veste toda branca; lá eles realizarão muitas festas rituais, principalmente festas enfatizando os feitos de Abraão que é considerado seu patriarca e Maomé o profeta.

Um dos ritos é caminhar em torno da Caaba sete vezes; outro momento importante é quando os peregrinos vão ao monte Arafat e ficam lá com as cabeças descobertas desde o meio-dia até o pôr do sol. Foi nesse monte que Adão e Eva se encontraram novamente depois de expulsos do Jardim do Éden. No caminho ao Monte Arafat, em Mina, os fiéis lapidam pilares que simbolizam o demônio.



Mapa nº2: Peregrinação: Meca – Arafat

Fonte: Jomier (1992: 123)

As Mulheres

Os homens têm autoridade sobre as mulheres por que Deus os fez superiores a elas (sura 4:31)⁵. As mulheres devem, por justiça, ter direitos semelhantes àqueles exercidos contra elas (sura 2:228)⁵.

Estes dois versículos do Corão demonstram como este pode ser usado para fundamentar duas visões diferentes sobre um mesmo assunto. A diferença de

⁵ Idem.

tratamento dada para homens e mulheres na sociedade muçulmana principalmente no que diz respeito a áreas da vida social é visível. É certo que cabe ao homem ainda o papel de chefe de família, porém, quando o contrato do casamento é firmado, o marido paga um dote a sua esposa e este não pode ser usado sem o consentimento dela. Quanto a casamentos prometidos, esta prática também está se extinguindo. Se a mulher não aceitar o homem, não haverá casamento; fica a cargo dela decidir com quem vai casar. Muito se fala da poligamia dos homens, enquanto para as mulheres isto é proibido. Ora, a poligamia era aceita sim, mas isso era à época do profeta e alguns séculos depois.

A vida no deserto era extremamente difícil, havia muitas guerras entre tribos e, depois do advento do Islã, entre ele e os outros povos. Por isso, para que as mulheres não ficassem desamparadas, sem auxílio, era permitida a poligamia desde que o homem pudesse sustentar de maneira igual todas as suas mulheres.

Hoje, nos países modernos a poligamia é proibida, casos da Turquia e Tunísia. Com relação ao repúdio, cabe ao homem a liberdade de mandar a sua mulher embora, porém a mulher pode pedir o divórcio também, se esta explicitou no contrato de casamento e se isso for permitido pela escola jurídica sob cujos auspícios o acordo é feito. Com relação ao casamento temporário, as correntes do Islã se divergem. Os sunitas, que representam a maioria dos muçulmanos, não aprovam; enquanto os xiitas, que correspondem a 10% dos fiéis, concordam com este tipo de casamento.

Outro assunto polêmico é o da utilização do véu. Não há no Corão tal tradição. A explicação que pode se dar é que o véu era utilizado pelas mulheres pertencentes à classe superior da sociedade muçulmana. Também o véu era utilizado pelas mulheres do profeta e pela sua filha Fátima; daí que as mulheres começaram a utilizar o véu querendo significar com isso que estavam próximas do profeta. Portanto, a utilização do véu na sua origem nada mais é do que um sinal de ascensão social e carinho pelo profeta.

As Artes

Segundo Aquino, a arte se expressou principalmente na arquitetura e na decoração: a proibição religiosa de reproduzir a figura humana limitou a pintura e a estatuária. Palácios, mesquitas, minaretes e mansões particulares caracterizam-se pela profusão de arcos de ferradura e finas colunas, decoradas ricamente, por suas numerosas janelas e por seus pátios interiores. A arte decorativa é abstrata, predominando os arabescos (figuras geométricas entrelaçadas) e a representação de plantas e letras do alfabeto árabe.

A Ética e a Política

No islã tradicionalmente não há distinção entre a religião (ética), e a política, tampouco entre a fé e a moral; o Estado islâmico se caracteriza como um Estado teocrático e não há a distinção, como nos países ocidentais, de Estado e religião; nos países islâmicos eles se misturam. A lei que rege os fiéis no que diz respeito a suas obrigações religiosas morais e sociais é a xariá, que significa “caminho para o oásis”, o caminho correto da conduta humana. A lei se expressa, sobretudo no Corão, que é muito mais que um livro religioso; é também um livro de leis que versa sobre os mais variados assuntos como o governo da sociedade, a economia, o casamento, o moral, o *status* da mulher, entre outros. Quando no Corão não se consegue achar as instruções, então os crentes recorrem às sunas, que é o estudo dos exemplos dados por Maomé e seus califas. Relatos sobre a vida e a pregação de Maomé estão descritos nas coletâneas hadith. Porém o Corão e os hadith se referem a uma sociedade que hoje em dia já não existe mais, e por isso tem-se a necessidade de interpretar e adaptar os escritos à nossa época. Tal tarefa é considerada extremamente exaustiva, e para isso se utilizam dois princípios: o da similaridade e o do consenso.

Princípio da similaridade: para se analisar um problema novo tenta se encontrar um exemplo semelhante no Corão, e se estuda a base para uma decisão. Princípio do consenso: Maomé afirmou que os fiéis não poderiam concordar acerca de algo que estivesse errado. Seguindo essa lógica, uma decisão que os fiéis tomam em comum pode ser vista como lei pelos seus representantes.

Fronteiras, identidades, fluxos: a comunidade árabe-muçulmana na diáspora.

Costuma-se pensar o Islã como algo universal, porém diversas pesquisas etnográficas (GEERTZ, 2004; BARTH, 2000) mostraram que religiões ditas universais sofrem influências locais. Portanto, que Islã é esse praticado em Santa Elena de Uairén?

A cidade de Santa Elena de Uairén⁶ dista 15km do município de Pacaraima/RR. A comunidade islâmica que ali reside é composta na sua maioria de libaneses

6 Santa Elena de Uairén, por sua vez, pertence à grande região conhecida como La Gran Sabana e compreende um núcleo urbano um pouco maior do que Pacaraima, com uma população de aproximadamente 20 mil habitantes (Disponível em: <http://www.lagransabana.com/santaelena.htm>). Em suas proximidades é comum visualizar acampamentos e povoados predominantemente mineiros. Neste caso, é possível afirmar que sua economia é baseada tanto na atividade de garimpagem nas minas que estão ao seu redor quanto no comércio, que consequentemente estimula a prática turística na região.

que têm no comércio sua principal renda. A comunidade árabe-muçulmana de Santa Elena de Uairén conta em média com 35 pessoas, segundo levantamento feito pela família do senhor Mohammad⁷, não existe uma mesquita aos moldes tradicionais, e as reuniões são feitas em casa, porém, como Kafen (encarregado das questões doutrinárias) explica, “não importa o estilo do templo, toda terra é considerada uma mesquita”. Perguntados sobre a UMMAH¹⁹, revelaram um certo descontentamento em relação aos xiitas, pois para eles esse grupo faz de tudo contra os sunitas, chegando até a dizer que os xiitas não deveriam pertencer ao islamismo. O pomo da discórdia levantado pelo senhor Mohammad foi o financiamento dado pelo Irã às comunidades muçulmanas que aceitam receber xeiques e imames de orientação xiita, oriundos das madrassas financiadas pela revolução⁸.

Quanto à atividade profissional preponderante no grupo, todos os que exercem alguma profissão são comerciantes, de eletroeletrônicos ou armarinhos. Sonham ter uma escola. Fiz uma pergunta relacionada à imigração, pois assim como ocorre com outros grupos de imigrantes, perguntei se o grupo elabora uma rede de cooperação. Responderam que sim, que existe uma espécie de rede de cooperação a partir das relações de parentesco; as famílias chamam parentes. Um fato que me foi dito é que hoje a imigração não está ocorrendo de forma direta, ou seja, Líbano-Venezuela ou Egito-Venezuela. Interessante é que os descendentes de árabes-muçulmanos que chegam para se fixar em Santa Elena do Uairen advêm da Colômbia e do interior e região Norte da Venezuela⁹. Este dado corrobora o estudo realizado pela Organización Internacional para las Migraciones (OIM), sediada em Buenos Aires, Argentina, que em seu documento “Panorama Migratorio de América del Sur 2012” demonstra que o maior fluxo migratório para a Venezuela provém da Colômbia.

A estimativa feita pelo senhor Mohammad é que na comunidade árabe-muçulmana de Santa Elena de Uairen em torno de 75% dos membros sejam venezuelanos e colombianos e 25% sejam imigrantes oriundos do Brasil. Isso

7 O Sr. Mohammad foi o primeiro a chegar a Santa Elena e iniciar uma comunidade sociologicamente falando. Isso foi há cinco anos atrás. Porém ele imigrou para o Brasil, especificamente Macapá/AP, há 35 anos. Tem dois filhos: Faleh que cuida da parte administrativa e Kafen que cuida da parte doutrinária.

Interessante perceber como na comunidade de Santa Elena de Uairén, por motivos de “anterioridade”, a família do senhor Mohammad exerce o papel de porta-voz da comunidade, detentores, segundo Bourdieu das representações sociais inerentes àquele grupo.

8 Revolução Khomeneista de 1979, que destituiu o Xá Reza Pahlevi e instituiu uma teocracia no Irã dando um grande poder ao líder religioso, à época o Ayatola Khomeini.

9 O litoral e região Norte da Venezuela tem em torno de 15 associações muçulmanas, com suas mesquitas e sociedades beneficentes.

denota uma rede de relações sociais e comerciais, processos de construção e ressignificação identitária, e novas formas de conhecimento são elaboradas pelos sujeitos participantes destas identidades, pois estando em fronteiras – e aqui usando o termo *frontier* (PEREIRA, 2012) que traz em seu bojo o significado de fronteira cultural e simbólica – os sujeitos transitam nesses espaços em constante contato e inter-relação com outros grupos étnicos/sociais, manifestando suas identidades global/local de forma contrastante em relação a um outro. Essa porcentagem demonstra outro elemento apresentado nas narrativas dos entrevistados, que é um maior contato com muçulmanos dentro da Venezuela, como Puerto Ordaz, até porque o primeiro vínculo com o Brasil em termos de fronteira é o estado de Roraima com o município de Pacaraima, que não tem uma comunidade muçulmana solidificada, e a capital Boa Vista dista 200km. Migraram para a América Latina em fluxos (GATTAZ, 2005) devido a vários fatores, entre eles: a crise econômica do Império Otomano; a perseguição política e religiosa; a deflagração da Primeira Guerra Mundial; a degradação das condições de vida das populações palestinas, conflito que resultou na fundação do Estado Hebreu; sendo o último a guerra civil no Líbano, que perdurou entre os anos de 1970 a 1990.

Apesar de o Islã ter um desenvolvimento razoável em terras venezuelanas (conta com 15 associações em dez estados e uma estimativa de 700 mil seguidores), na região Sul do país, que faz fronteira com o Brasil, a situação é bem diferente. A difusão que a religião tem em Caracas, Isla Margarita, Puerto Ordaz, não acontece na divisa com o Brasil, onde esse grupo minoritário ainda precisa encontrar estratégias para vivenciar sua fé e identidade. Estamos diante de diferentes grupos que, como nos diz Fredrik Barth (1998), comportam-se e vivem em região de “fronteira”, em intenso contato e, portanto, suscetíveis de construir identidades “contrastivas”. Essa dinâmica surge nas sociedades ditas pluriétnicas, multiétnicas. Durham (*apud* OLIVEN, 2007, p. 08) reforça essa percepção de Barth quando diz que “certas categorias ou grupos, ou fenômenos, os quais, embora não necessária e especificamente urbanos, podem ser encontrados e estudados nas cidades modernas. Entram nesta classificação os trabalhos sobre minorias étnicas e raciais e grupos religiosos”.

Essas identidades étnicas em jogo fazem parte das construções de narrativas feitas por determinados grupos pertencentes a tal sociedade. Dentro desse bojo de construção das narrativas pelo grupo que visa sua autolegitimação, operam categorias identificadoras atributivas e autoatributivas, em contextos de interação com outros grupos. Neste sentido, esses processos de construção de identidade não são lineares e nem estáticos, mas sim dinâmicos. “Deslocar o foco da investigação da

constituição interna e da história de cada grupo para as fronteiras e sua manutenção” (BARTH, 2000, p. 27).

Nestas sociedades pluriétnicas e multiétnicas – como anuncia Barth (2000) – interagem categorias identitárias atributivas e autoatributivas; assim, a “cultura” não mais é uma substância ou conteúdo, senão um conjunto de elementos sempre dinâmicos e situacionais que os atores podem “manipular”, porém no marco de determinados condicionamentos – e cuja escolha pode resultar organizacionalmente (ou seja, socialmente) relevante para suas “identidades”.

Outro aspecto a ser considerado nessa dinâmica é a questão territorial. A grande concentração demográfica existente nas fronteiras e os diversos grupos heterogêneos que a compõem contribuem para que o espaço na fronteira seja constituído para que as interações aconteçam de modo rápido e entre grupos que nutrem mútuos interesses, criando-se, assim, de acordo com Magnani (2002), seus espaços, seus pedaços, suas manchas.

Os reflexos dessa complexa configuração de diversos grupos e “porta-vozes” de um mesmo espaço podem ser percebidos quando abordamos a questão dos muçulmanos “na fronteira”. Neste sentido, o que conseguimos perceber é uma tentativa de manutenção dos laços de sociabilidade oriundos do território de origem, como os laços de amizade e familiar; busca-se uma reprodução desses laços em território estrangeiro.

No Brasil, segundo Truzzi (2006, p. 02), a esmagadora maioria dos muçulmanos é formada por famílias originárias do mundo árabe, especialmente do Líbano. A comunidade de Santa Elena de Uairen pratica essa produção diacrítica de etnicidade/ identidade; o ser árabe está atrelado ao ser muçulmano, e isso é um aspecto de distinção para o grupo. “É possível e existem, conversões de brasileiros não descendentes de imigrantes muçulmanos, assim como muçulmanos originários de outros países, mas em contingentes numericamente pouco expressivos.” Segundo o autor, essas circunstâncias – a baixa conversão e a maioria dos muçulmanos de origem árabe – fazem com que coincidam identidade étnica e identidade religiosa do grupo.

Essa confluência entre identidade étnica e identidade religiosa faz com que esse grupo crie para si um escopo de identidade e, a partir dessa identificação, comece a interagir com os seus “Outros”. Começa-se a pensar em mecanismos para a manutenção dessa identidade em que as tradições se mantenham e a sociabilidade seja criada entre seus membros: “Grupos étnicos”, diz Weber, “são aqueles grupos humanos que detêm uma crença subjetiva na sua descendência

comum por causa de similaridades do tipo físico ou dos costumes ou de ambos, ou por causa das memórias da colonização ou da imigração” (WEBER, *apud* CUNHA, 2007, p. 31).

Etnicidade/identidade é um aspecto da relação social entre agentes que se consideram culturalmente distintos de membros de outros grupos com os quais eles possuem um mínimo de interação regular. Se nessa interação dos grupos as diferenças culturais forem marcantes, a relação social estará apresentando um elemento étnico. A identidade étnica se constrói, portanto, a partir da diferença. A identidade que o “nativo” estrutura é uma identidade que interliga elementos étnicos (alimentação, língua, território) com elementos religiosos (o Islã e suas práticas). Neste caso, essa sociabilidade opera, muitas vezes, através de dinâmicas desterritorializadas, onde fenômenos que se originam em um espaço acabam migrando para outros, e lógicas de pertencimento “diaspórico”. Tal como afirma Stuart Hall:

[...] O que a experiência da diáspora causa a nossos modelos de identidade cultural? Como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora? Já que ‘a identidade cultural’ carrega consigo tantos traços de unidade essencial, unicidade primordial, indivisibilidade e mesmice, como devemos ‘pensar’ as identidades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença, e disjuntura? (HALL, 2003, p. 28).

Uma questão, percebida dentre muitas, diz respeito à dificuldade encontrada pelo imigrante para manter sua língua. A língua pode ser considerada como um elemento que contribui para a manutenção de uma sociabilidade própria e para distinguir a comunidade árabe/muçulmana de outras comunidades¹⁰.

Considerações Finais

Bourdieu (2007) nos diz que a religião contribui para a imposição dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos. Como qualquer outro *locus*, o campo religioso é, também, construído socialmente por atores que dão significado a ele e dele recebem significado.

¹⁰Oliveira (2004), em artigo que discute a condição do imigrante em região de fronteira, faz uma análise do processo que ele chama de “aculturação” que, no caso da pesquisa que ele fez junto aos palestinos na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, acentua-se no comércio. É no comércio que o palestino tem que aperfeiçoar o idioma, reconhecer a cultura da localidade e impor sua condição de imigrante, se distancian-do da política da terra natal e se aproximando do modo habitual dos moradores.

Tais dinâmicas são percebidas quando os grupos estão em região de fronteira. As representações que os grupos elaboram sobre si e sobre a sociedade, o *ethos*, a visão de mundo, fazem parte de um conjunto de elementos que estão no arcabouço teórico-conceitual desses grupos. A religião funciona como uma medida de estruturação dando as balizas necessárias para os grupos pensarem os outros e se pensarem em relação com os outros. A região de fronteira participa ativamente desse processo de relações entre os indivíduos. Os deslocamentos percebidos na fronteira têm significados culturais, constituindo-se redes sociais na migração.

Referências

- ALCORÃO. Português. **Alcorão**. Tradução: Mansour Challita. Rio de Janeiro: ACIGI, 2001.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Lisboa: Edições 70, 2005.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de. Combater para glorificar a mensagem de Alá: A sociedade muçulmana. In: FRANCO, Denize de Azevedo; AQUINO, Rubim Santos Leão de; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1980, p. 335-350.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Linguagem e Poder Simbólico**. In: A Economia das trocas lingüísticas. 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. **Gênese e estrutura do campo religioso**. In: A Economia das Trocas Simbólicas. 6ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- DELUMEAU, Jean. **De religiões e de homens**. Tradução: Nadyr de Salles Penteado. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes**. São Paulo: Gandalf, 2005. E-book <<http://gattaz-livros.blogspot.com/2008/05/do-lbano-ao-brasil.html>>< acessado em 17 de maio de 2014>.
- GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa** Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **A Interpretação das Culturas**. Ed. LTC: Rio de Janeiro, 1989.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte; Brasília: UFMG; Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HOURANI, Albert Habib. **Uma história dos povos árabes**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- JOMIER, Jacques. **Islamismo: história e doutrina**. Tradução: Luiz João Baraúna. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio: Do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

MAGNANI, José Guilherme Carlos. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n.º. 49, junho de 2002.

TRUZZI, Oswaldo. **Configurações e valores familiares entre muçulmanos em São Paulo.** 30º Encontro Anual da ANPOCS, [s.d.].

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 11ª. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

ARTIGO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA MOBILIDADE HUMANA NA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA

Resumo

Esse artigo é um recorte de nossa tese de doutoramento na qual abordamos as principais dinâmicas migratórias observadas na Amazônia na última década e a sua importância para a compreensão dos processos de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais da região. Tais mudanças se fazem notar em todos os setores da sociedade a ponto de ser quase impossível pensar a Amazônia sem levar em consideração as migrações internas e internacionais que conferem à região uma mobilidade humana intensa. As dinâmicas migratórias envolvem todas as dimensões da sociabilidade e representam mais uma possibilidade de leitura e interpretação da Amazônia inserida na complexidade do fenômeno da migração interna e internacional em suas variadas dimensões. Os deslocamentos contemporâneos fazem circular novas bases de produção, transferências de tecnologias e conhecimentos.

Palavras- Chave:

Amazônia. Dinâmicas migratórias. Mudanças. Mobilidade humana.

Abstract

This article is an excerpt of our doctoral thesis in which we discussed the main migration dynamics observed in the Amazon over the past decade and its importance for the understanding of the processes of social, political, economic and cultural region. Such changes are remarkable in all sectors of society as to be almost impossible to think the Amazon without taking into account the internal and international migration that give the region an intense human mobility. The migration dynamics involve all dimensions of sociability and represent another possibility of reading and interpretation of the inserted Amazon in the complexity of the internal and international migration phenomenon in its various dimensions. The contemporary shifts circulate new production bases, technology transfer and knowledge.

Keywords:

Amazon. Migration dynamics. Changes. Human mobility.

* Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas; livre docente e bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (CAPES) lotada no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Contato: marcia.oliveira@ufrr.br.

Introdução

Os movimentos migratórios na Amazônia ainda são pouco abordados, tanto pela academia quanto pelas instituições que lidam com a temática da migração na Amazônia. A nova conformação da sociodiversidade da Amazônia configura características peculiares à mobilidade humana nessa região, merecendo uma abordagem mais aprofundada do ponto de vista dos estudos migratórios e do conhecimento científico.

Atualmente, há fluxos consideráveis de migração internacional nessa região adentrando a fronteira brasileira, desafiando o Estado Nacional a implementar políticas migratórias que correspondam aos desafios da intensa mobilidade humana na Amazônia. As principais dinâmicas migratórias caracterizam-se pela presença de peruanos em situação irregular, o deslocamento dos povos indígenas para as cidades, colombianos em situação de refúgio, o intenso fluxo de haitianos atendidos com visto humanitário, e a circulação permanente de migrantes internos mobilizados pelo trabalho, pelos conflitos socioambientais, ou por causas econômicas, políticas e culturais.

Nosso estudo aponta que a circulação interna ou intraestadual representa o principal movimento migratório direcionado para as maiores cidades da Amazônia, com destaque para a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Nesta perspectiva, nossa pesquisa apresenta alguns aspectos pertinentes à conjuntura migratória na Amazônia, a fim de apresentar suas principais características e alguns elementos que proporcionam uma análise mais aguçada desse contexto migratório.

Para além das análises específicas vinculadas às teorias migratórias, nosso estudo apresenta a dinâmica da mobilidade humana como uma importante reminiscência interpretativa e representativa da Amazônia, que propomos aprofundar neste breve recorte¹.

Novas representações e interpretações da Amazônia contemporânea na perspectiva da mobilidade humana.

Na atualidade, muitas são as representações da Amazônia construídas a partir das várias áreas do conhecimento e da produção da ciência na região. Algumas interpretações primam pela abordagem dos naturalistas que pensam a Amazônia sob

1 Refere-se ao primeiro capítulo da tese doutoral concluída em junho de 2014 no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

o prisma da sua fauna e flora em seu potencial, e da exuberância de seus recursos naturais ou dos problemas e entraves ambientais. Muitos são os autores que contribuem para essa abordagem. A título de exemplificação, destacamos os trabalhos do naturalista Louis Agassiz, em sua obra *A aventura à Amazônia*, fruto da expedição liderada por ele entre 1865 e 1866. Alguns críticos afirmam que Agassiz realizou um trabalho orientado pela teoria criacionista, que se opunha à teoria de Charles Darwin, e utilizou a Amazônia para exemplificar o que interpretou como “atrasos dos habitantes dos trópicos”².

Atraído pelo discurso sobre a exuberância da biodiversidade da Amazônia, o naturalista Henry Bates (1825-1892), estudioso de história natural, também esteve na região entre os anos de 1848 e 1859 e escreveu uma importante obra apresentando os resultados de seus estudos da região³, primando pelos aspectos naturais e pela representação da Amazônia em sua sociobiodiversidade.

Ainda no campo das ciências naturalistas, encontramos importantes estudos botânicos, geológicos ou geobotânicos (ARRUDA, 2003) *que elaboram representações da Amazônia baseadas na sua paisagem e flora, como na obra de Friedrich von Martius (1794-1868)*. Nesse quadro temático, os naturalistas Alexander von Humboldt (1769-1859) e Aimé Bonpland (1773-1858) representaram a Amazônia como a “hília brasileira” enfatizando a sua condição de floresta equatorial com uma referência à condição humana como resultante da relação com a floresta.

Outra significativa representação da Amazônia nos é apresentada pelos etnólogos em suas expedições pela região. De modo especial destacamos o trabalho do alemão *Theodor Koch-Grünberg* (1872-1924), que iniciou suas viagens pelo Brasil em 1896 como membro da expedição liderada por Hermann Meyer pelo rio Xingu. Em 1911 retorna à região para explorar o rio Branco (Roraima) e em 1913 chega ao rio Orinoco (Venezuela). Dessa expedição resulta um importante tratado etnológico originalmente publicado em alemão em 1917, *Vom Roraima Zum Orinoco, posteriormente traduzido ao português por Cristina Alberts-Franco (Do Roraima ao Orinoco)*, publicado no Brasil em 2006⁴. Nessa obra o autor descreve suas viagens com riqueza de detalhes e interpretações da região tendo por referência o pensamento ocidental, o que confere à sua etnologia uma representação da Amazônia baseada nas teorias comparativas.

2 Especialmente o filósofo norte-americano Willian James (1842–1910) que, mesmo tendo participado da mesma Expedição Thayer ao Brasil, questionou alguns estereótipos apresentados por Agassiz sobre os trópicos e seus habitantes.

3 BATES, Henry Walter. *O naturalista do rio Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

4 KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Do Roraima ao Orinoco, v.1: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913*. Tradução Cristina Alberts-Franco. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

A Amazônia também é representada por seus ecossistemas, sua ecologia e territórios nos estudos geográficos, geopolíticos e econômicos como aqueles desenvolvidos por Becker (2005), que afirma que a Amazônia tornou-se a síntese contraditória dos modelos industrialistas e ecodesenvolvimentistas dominantes no final do milênio⁵. Na literatura, grandes obras elaboram representações da Amazônia como o “paraíso perdido” onde a floresta e as pessoas são vistas numa inter-relação como num grande mosaico elaborado, dentre outros, por Euclides da Cunha (1866-1909) que a descreve sob a forte influência da História Natural. Em sua obra sobre a região⁶ o autor expressa sua preocupação com a “ciência amazônica” que, a seu ver, somente se tornará possível mediante a divisão temática da floresta e seus componentes, acenando que “a definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural”. Entretanto, é Euclides quem apresenta uma das primeiras representações da Amazônia baseada no contexto migratório, denunciando a omissão do Estado.

Recentemente, o projeto “A Amazônia dos viajantes: Ciência e História”, desenvolvido no Museu Amazônico sob a coordenação do professor doutor Nelson Matos de Noronha, resultou em um importante apoio teórico para a análise das representações da Amazônia construídas a partir do olhar dos viajantes (NORONHA, 2011). Nesta mesma linha de abordagem, os trabalhos de Ernesto Renan Melo Freitas Pinto apresentam-nos os traços principais da constituição do pensamento social na Amazônia, enfatizando que ao longo dos tempos foi estabelecido um “conjunto relativamente restrito de ideias” frequentemente acionado para “construir as representações passadas e presentes desse universo cultural” (PINTO, 2006).

Essas representações que listamos de forma aleatória e de maneira tão resumida dão-nos uma vaga ideia da vasta literatura das representações da Amazônia. Muitas outras obras e autores poderiam ser aqui descritas, entretanto, não é este o nosso objetivo. O que pretendemos é apresentar mais uma possibilidade de interpretação da Amazônia tendo por base a dinâmica da mobilidade humana na região, ou seja, o contexto migratório. Este propósito, que cremos ousado, não desqualifica de forma alguma os importantes estudos das migrações na região. Pelo contrário, nossa pretensão é partir dos estudos já elaborados e tentar avançar um pouco mais, talvez com novas possibilidades de análise ou apenas identificando possibilidades de aprofundamento. De qualquer forma, tentamos elaborar uma representação da Amazônia

5 BECKER, B. “Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico”. Em CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Bertrand Brasil, 1996.

6De maneira especial as obras *Contrastes e Confrontos* (1907) e *À margem da História* (1909). Tomamos por base a publicação: CUNHA, Euclides da. *À margem da História*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

observando as mudanças, os “câmbios” como propõe o título de nosso trabalho, provocados pelas migrações na atualidade.

Partimos do pressuposto de que a dinâmica migratória também representa uma importante chave interpretativa da Amazônia e que os migrantes contribuem com a formação do mosaico da sociodiversidade dessa região de “mil rostos” numa miscelânea de culturas, experiências e subjetividades trazidas e levadas nos itinerários migratórios. Observando tais mudanças e analisando as chegadas e as saídas de milhares de pessoas num contexto que denominamos de “intensa mobilidade e permanentes deslocamentos humanos”, optamos por dar maior ênfase aos sujeitos ou pessoas em situação de migração, recolhendo deles e delas as pistas para analisar essa sociedade marcada por profundas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais.

Este estudo possibilitou-nos a identificação dos principais elementos propulsores da mobilidade humana na Amazônia, resultando em uma análise mais aguçada da temática, situando o panorama dos movimentos de migração interna e os processos que concorrem para a migração internacional. Além disso, faz-se necessário buscar novos elementos para se reelaborar o *conceito de migrante* na Amazônia, levando em consideração a mobilidade de indígenas, estrangeiros indocumentados⁷ ou irregulares, refugiados, ribeirinhos e outras categorias específicas da região decorrentes de novos acontecimentos, como a feminização da migração.

No decorrer da pesquisa visitamos e acompanhamos várias frentes migratórias nos arredores da Amazônia⁸, priorizando as regiões de fronteira. No Estado do Amazonas, centramos nossas pesquisas nos municípios que ora apresentam maior mobilidade migratória: Tabatinga, Manaus, Coari, Parintins, Itacoatiara, Manacapuru e Presidente Figueiredo⁹. No Estado do Acre centramos nossa atenção nas fronteiras por onde entram significativos fluxos de migrantes haitianos nos municípios de Assis Brasil e Brasileia. Passando por Rio Branco, identificamos algumas tentativas de elaboração de políticas migratórias ainda pautadas na restrição, no controle das fronteiras e na assistência emergencial. Nesse município chamou-nos à atenção a criação, por iniciativa do próprio governo do Estado, de um bairro só para haitianos,

7 Aquelas pessoas que se encontram em território brasileiro sem portar visto de permanência, resultante, principalmente, do ingresso pelas fronteiras que não dispõem de atendimento aos migrantes internacionais. Isso é resultado, dentre outros fatores, da ausência de políticas migratórias voltadas para as regiões de fronteira.

8 Nossa pesquisa de campo representa a continuidade de pesquisas anteriores realizadas na Amazônia, de forma sistematizada, na perspectiva dos estudos migratórios desde o final da década de 1990.

9 Especialmente na zona rural onde observamos a situação dos migrantes na mineradora da Vila de Pitinga e em duas áreas de assentamento rural: Canoas e Rio Pardo.

remetendo-nos ao mito das *cités-guetos* de Loïc Wacquant (2008, p. 17-18), que nos alerta que os guetos revelam os “quatro componentes do racismo: preconceito, violência, segregação e discriminação, e os imbrica numa mecânica de exclusão social”. No caso dos migrantes, todas essas formas de rechaço remetem às diversas formas e formatos da xenofobia.

Na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, também observamos a situação de alguns grupos de haitianos, peruanos e bolivianos segregados em determinados espaços da cidade, em áreas de risco, de alagação e em condições precárias de habitação. No caso específico da recente migração haitiana observamos também alguns mecanismos de segregação quando relacionados com a postura do Estado, o papel da sociedade e das instituições dedicadas ao atendimento emergencial dos migrantes em situação mais vulnerável. Na perspectiva de Wacquant (2008, p. 138), entendemos que a migração nos permite “pensar” a Amazônia, “dissecar e compreender seus mecanismos” e, na medida das nossas possibilidades, nos reapropriarmos “intelectual e materialmente” das lições da mobilidade humana, num contexto aonde as migrações vêm provocando significativas mudanças e importantes reformulações nas relações sociais, políticas e culturais de toda a sociedade.

A mobilidade humana na Amazônia reproduz, em maior ou menor escala, o que vem ocorrendo em outras realidades e contextos nacionais e internacionais, nos quais, não raro, a sociedade se depara com a aversão a determinados imigrantes, considerados necessários, mas, não desejados. Tal mobilidade caracteriza-se por um intenso contexto de deslocamentos compulsórios resultantes de conflitos armados, opressão e perseguição política, pobreza, ausência de redes de segurança para as necessidades fundamentais, degradação do ambiente, desequilíbrios demográficos, fatores climáticos, processos acelerados de urbanização e a falta de participação nos processos políticos¹⁰. Todos esses fatores constituem um conjunto de causas que dão origem a uma emigração de fuga ao aviltamento das condições de vida. Entretanto, na raiz de todos esses processos é possível identificar um sistema de dominação econômica, com abrangência mundial. Segundo Heidemann (2004, p. 29), “não se pode falar de migrações, discriminação e resistência sem questionar os fundamentos do sistema produtor de mercadorias”. Ainda segundo o mesmo autor, “os mobilizados deslocados, os migrantes, foram socializados indiretamente como membros de uma sociedade produtora de mercadorias”.

As causas dessas migrações são os ajustes estruturais nacionais ou internacionais

10 Pontifício Conselho da Pastoral para os Migrantes e os Itinerantes: *Nota Introdutória das Separatas dos discursos do Santo Padre e das declarações da Santa Sé sobre os refugiados e os deslocados* (de 1º de fevereiro de 2002 a 31 de janeiro de 2003).

que aumentam a onda de imigrantes indocumentados, que, não tendo perspectivas de vida em seus países, sujeitam-se às piores condições de vida nos países receptores e, o que é mais grave, sem poder exigir seus direitos¹¹. No panorama das migrações internacionais na Amazônia nota-se que as tensões vividas em torno da mobilidade humana revelam o paradoxo do sistema econômico globalizado que propugna a livre circulação do capital e, ao mesmo tempo, cria mecanismos de restrição à movimentação das pessoas. Com o avanço dos estudos, notamos que uma realidade relevante nos estudos migratórios na Amazônia é a *livre circulação* entre os países transfronteiriços. Esse fato é uma constante nos itinerários migratórios e se inscreve no conjunto dos processos de mobilidade humana em âmbitos regionais e internacionais. Essa dinâmica vem sendo intensificada na Amazônia com o ingresso de trabalhadores peruanos, com a entrada de refugiados colombianos e, mais intensamente, com o fluxo crescente dos migrantes haitianos atendidos de forma precária com o Visto Humanitário.

Os estudos das migrações transfronteiriças contribuem para ampliar a visão do espaço amazônico para além das fronteiras brasileiras e relacionam-se com a ideia de simultaneidade de tempos e espaços. Nesta perspectiva, as fronteiras dão lugar às transformações simultâneas em espaços nos quais as diferenças se evidenciam e tornam-se geradoras de conflitos culturais e sociais. Por outro lado, é na fronteira que as distâncias culturais se estreitam e as diferenças passam por um processo de reelaboração. Desta forma, na Amazônia as fronteiras “vão se constituindo como fronteiras étnico-culturais e onde experiências migratórias são vivenciadas de forma muito particular” (RODRIGUES e VASCONCELOS, 2010, p. 336).

A fronteira é entendida também como o divisor de águas determinante para a construção de novas relações que extrapolam as próprias linhas geopolíticas e estendem-se por outras regiões a partir do momento em que os migrantes adentram os países limítrofes. Para os migrantes as fronteiras geopolíticas e os limites geográficos são abstratos e complexos e estão relacionados com a construção da ideia de território ou territorialidade (HAESBAERT, 2004) que, via de regra, transcende as fronteiras geopolíticas institucionalizadas.

A abordagem dessas temáticas específicas possibilitou aproximarmos da elaboração de um breve *perfil dos migrantes* observando os itinerários migratórios e a dinâmica da mobilidade humana na Amazônia. Assim sendo, projetamos nossa elaboração teórica em duas grandes categorias: as origens e causas das migrações e, as

11 Comentários de Luiz Bassegio, da Secretaria do Grito dos Excluídos Continental, por ocasião da abertura do seminário intitulado “O Grito dos Migrantes”, em 24 de julho de 2004.

mudanças resultantes da dinâmica migratória tanto na sociedade de origem como nas sociedades de destino. Nesta perspectiva, o conceito de deslocamento espacial confere à migração um caráter interdisciplinar porque evoca a compreensão das variáveis do espaço não apenas fixo, mas, sobretudo, espaço de transição, de experiências, de sentimentos e vivências transitórias nos horizontes transnacionais e translocalizados.

As origens e causas das migrações na Amazônia, ainda são bastante complexas e paradoxais e representam um desafio aos estudos migratórios na região. Na pesquisa de campo identificamos que a procura dos meios de existência e subsistência e a garantia da sobrevivência representam os principais fatores de deslocamento de pessoas individuais e de grupos familiares, que partem com o objetivo de garantir uma possibilidade de vida melhor para si e para suas famílias. Nesta perspectiva, a categoria de análise que mais nos aproxima da explicação do fator migratório na Amazônia é a mobilidade do trabalho¹².

Para David Harvey (1996)¹³ “a crise do pleno emprego e o reordenamento internacional do trabalho”, também debatida por Antunes (2011) e Gaudemar (1977, p. 113), “constituem os principais fatores da mobilidade humana na sociedade pós-moderna”, onde a atividade laboral, apresentada como garantia da existência humana, se converte em outra categoria importante de análise das migrações. A permanente busca do emprego pleno ou de melhores condições de trabalho justifica uma parcela importante dos deslocamentos migratórios num contexto marcado pelas “rupturas e fragmentações internas” (HARVEY, 1996, p. 22) inerentes à mobilidade humana na Amazônia.

No debate da temática da “transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX”, Harvey (1996, p. 109 e 145) identifica importantes mudanças econômicas, novos processos de trabalho, novos hábitos de consumo e novas configurações geográficas num “regime de acumulação flexível” e de “transformações da estrutura do mercado de trabalho e na organização industrial”. Na Amazônia tais mudanças implicam diretamente novas configurações das migrações internacionais mobilizadas pelo trabalho numa realidade onde milhares de migrantes são deslocados em busca de trabalho em sociedades onde são necessários, enquanto força de trabalho, e indesejados, enquanto sujeitos em suas diferenças culturais, sociais e

12 Nesta introdução, apresentamos de forma breve esta categoria que será retomada de maneira específica em cada um dos capítulos de acordo com as temáticas analisadas.

13 Harvey nos apresenta a construção das novas espacialidades resultantes da busca de emprego nas grandes cidades como uma categoria importante de análise das migrações contemporâneas.

econômicas¹⁴. Tais categorias e diferenças puderam ser observadas e interpretadas a partir da elaboração do *perfil migratório* da Amazônia.

O perfil migratório da Amazônia

Desde 2005, o *perfil migratório* vem sendo apresentado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM)¹⁵ como uma ferramenta importante para melhor compreender a mobilidade humana em vários países, inclusive o Brasil¹⁶. Para a OIM,

Os perfis migratórios são uma ferramenta promovida, primeiramente, pela Comissão Europeia e logo adotada e desenvolvida em várias regiões com o objetivo de ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; alentar o desenvolvimento social e econômico através da migração; e garantir o respeito pela dignidade humana e bem-estar dos migrantes (OIM, 2010, p. 23).

O Perfil Migratório representa uma ferramenta metodológica que se aproxima da *práxis* pensada por Marx onde o “conceito dialético de totalidade é dinâmico, refletindo as mediações e transformações abrangentes, mas historicamente mutáveis, da realidade objetiva”¹⁷. Neste sentido, *perfil migratório* preconiza o entendimento da migração, tendo por base a análise e compreensão do sujeito mobilizado. No entendimento de Sayad (1998, p. 15) “a migração representa um fato social relacionado a outros fenômenos sociais” ou “um fato social completo” no qual “todo o itinerário do migrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas” (SAYAD, 1998, p. 15).

No entendimento de Sayad a condição de “itinerário epistemológico” confere ao migrante a representação de um horizonte em permanente elaboração e revelação do conhecimento que não está pronto nem dado. Neste sentido, é o “itinerário do migrante” que define as bases para a elaboração de um possível *perfil migratório* entendido como alguns delineamentos possíveis acerca dos migrantes e sua condição migratória na Amazônia. Entendemos por perfil migratório uma abordagem limita-

14 De maneira especial os migrantes indígenas das várias etnias enfrentam os impactos do rechaço nas grandes cidades da Amazônia.

15 Instituição vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU).

16 O primeiro perfil migratório elaborado no Brasil foi realizado em 2009 em parceria com a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd) e o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

17 Dicionário do Pensamento Marxista, 1997, p. 381.

da, ou um recorte epistemológico, tendo em vista a complexidade das migrações e a impossibilidade de abranger a sua totalidade num contexto igualmente complexo como é o caso da Amazônia. Entretanto, o que apresentamos neste estudo não representa, nem de longe, um estudo fechado sobre a migração na Amazônia. O que apresentamos é, tão somente, uma contribuição aos estudos migratórios na região a partir de alguns recortes, definidos mediante nossas possibilidades limitadas de abordagem, e alguns levantamentos que nos possibilitaram traçar, de algum modo, uma possível elaboração de um *perfil migratório* bastante fragmentado.

Entendemos por *perfil migratório* o conjunto de características, os contornos ou as silhuetas, possíveis de serem delineados a partir das pistas que os migrantes nos oferecem ou deixam transparecer em seus itinerários migratórios. Em 2012, a OIM lançou uma nova proposta de elaboração do perfil migratório com a finalidade de “potencializar a utilização do processo e explicar em detalhes o que implica um perfil migratório, e como os governos e as instituições podem desenvolver e elaborar um perfil migratório”¹⁸ e manter atualizados os dados quantitativos e os referenciais qualitativos da mobilidade humana.

Mantendo o seu caráter metodológico, o *perfil migratório* é um importante instrumento institucional, mas, acima de tudo, é uma ferramenta teórico-metodológica que contribui para orientar e atualizar as análises e os novos paradigmas dos itinerários migratórios.

O *perfil migratório*, enquanto ferramenta metodológica aglutina informações interdisciplinares que contribuem para a compreensão do fenômeno das migrações em suas “determinações gerais”, direcionadas também “para as singularidades” dos diferentes grupos e contextos migratórios identificados durante a nossa pesquisa de campo.

Tendo por base essas orientações, construímos a proposta metodológica de nosso estudo levantando dados e informações pertinentes ao contexto migratório na Amazônia, observando as características da imigração e emigração, as condições do mercado de trabalho, as diásporas e remessas produzidas nos itinerários migratórios. Para traçar alguns breves aspectos do *perfil migratório* na Amazônia levamos em consideração aspectos sociodemográficos da região. Neste campo, levantamos alguns dados referentes às características de identificação dos migrantes tais como: idade, orientação sexual, estado civil, local de nascimento, escolaridade e informa-

18 Texto introdutório do Perfil Migratório 2012 apresentado pela OIM no plural “Perfiles Migratórios”, justamente para indicar a pluralidade e a complexidade da metodologia (Perfiles Migratórios, 2012, p. 10).

ções profissionais. Nesta variável observou-se uma intensa mobilidade interna e inter-regional com predominância para as grandes cidades ou centros urbanos onde, dadas as proporções, Manaus representa o principal destino migratório da região nas duas últimas décadas.

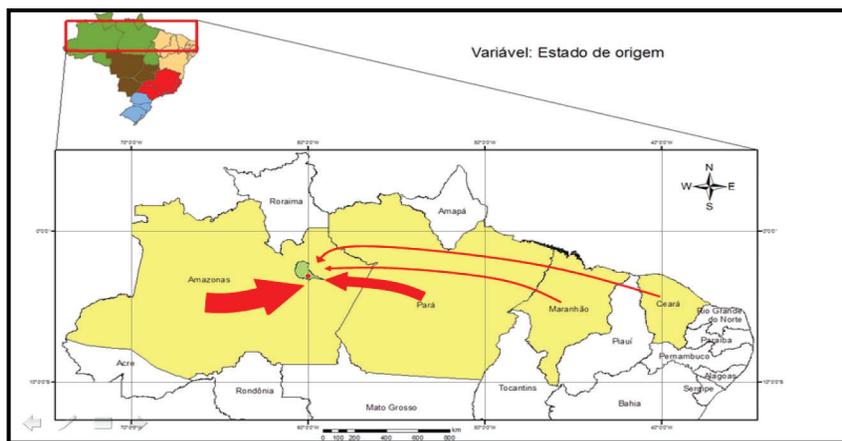


Figura 01: Mobilidade interna e inter-regional

Figura 1: Estado de origem dos migrantes recentes na cidade de Manaus entre janeiro de 2010 e janeiro de 2012.

Fonte: Danielle Pereira da Costa (2010, p. 139).

Nossa pesquisa de campo constatou que boa parte dos migrantes que se encontram em Manaus nos últimos cinco anos passou por processos de deslocamentos anteriores, dando seguimento à busca pelo direito à cidade. Ao abordar a origem dos percursos migratórios, a pesquisa indica que os estados que contabilizaram o maior número de registros de migrantes para Manaus foram: Ceará, Maranhão, Pará e os municípios do próprio Estado do Amazonas, porém, com intensidades de fluxo diferentes (conforme a Figura 1).

Na sequência dos processos de deslocamento primário, sucedem-se os deslocamentos internos configurando um processo de mobilidade intraurbana. Cerca de 40% dos migrantes abordados na pesquisa afirmam já ter residido em outro bairro antes do domicílio atual. Outros 38% afirmaram ter vivido em mais de quatro bairros da cidade, quase sempre percorrendo a direção dos bairros mais centrais para os mais periféricos ou para as ocupações urbanas recentes. Essa busca por espaço

na cidade pode estar relacionada ao que Soja (1993, p. 43) chama de “novas espacialidades” na qual os migrantes circulam em busca de um espaço definidor ou um “lugar ao sol” nas grandes cidades da Amazônia. Os moradores ocupam diversos espaços simultâneos durante o dia: lugar de trabalho, compras, estudos, lazer, visitas. Entretanto, trata-se de uma ocupação superficial sem vínculos ou sentido de pertencimento. A mobilidade intraurbana indica que as pessoas seguem em busca de um espaço de referência, moradia e relações sociais aproximadas¹⁹ compreendido como o espaço do ser, do viver e do sentir. Ou seja, o “direito à cidade” na perspectiva de Lefebvre (2004, p. 43) enquanto espaço que se torna mais que um lugar, atingindo a dimensão da cotidianidade.

Um componente importante na análise sociodemográfica refere-se à significativa mobilidade das mulheres nas mais variadas categorias migratórias da Amazônia. Num universo de 933 formulários aplicados aos migrantes em várias cidades da Amazônia, 522 ou 56% das pessoas se identificaram como sendo do sexo feminino, 402 ou 43% se declararam do sexo masculino, e 12 ou 1% respectivamente dos entrevistados/as se autoidentificaram como sendo homossexuais. Denominamos essa significativa mobilidade das mulheres de *feminização da migração na Amazônia*²⁰ e a consideramos como um importante componente do *perfil migratório*. A mobilidade das mulheres na Amazônia foi identificada em várias dinâmicas nos âmbitos intrarregional, intraestadual, internacional e transfronteiriço, que envolve principalmente os deslocamentos motivados pela busca de trabalho e melhores condições de vida. Entretanto, muitas mulheres são deslocadas por causa da violência doméstica e dos conflitos socioambientais, étnicos e políticos muito recorrentes na Amazônia.

Outra variável importante no *perfil migratório* da Amazônia refere-se à dinâmica da mobilidade internacional e transfronteiriça da região, onde os principais fluxos são formados por peruanos, colombianos, venezuelanos, bolivianos e, mais recentemente, pelos haitianos, que adentram as fronteiras do Brasil na Amazônia em direção às suas grandes cidades²¹ ou para estados de outras regiões do país²². Este

19 O desejo de relações aproximadas pode não ser verdadeiro no interior da grande cidade. Conforme nos mostra Engels, em sua abordagem sobre as grandes cidades da Inglaterra no final do século XIX (ENGELS, 2008, p. 68), onde afirma que o fato de morar ou viver próximos não indica necessariamente relações de proximidade.

20 A feminização da migração na Amazônia não é a temática central desse artigo, mas, considerada a sua relevância para os estudos migratórios na região, foi o tema do terceiro capítulo da nossa tese doutoral que pode ser lido na íntegra em <http://www.ppgsca.ufam.edu.br/index.php/dissertacoes-e-teses>.

21 Os levantamentos indicam que 70% dos migrantes internacionais que ingressaram na Amazônia nos últimos cinco anos concentraram-se na cidade de Manaus.

22 Em muitos casos a Amazônia funciona apenas como a porta de entrada no território nacional. O objetivo dos migrantes, nestes casos, é seguir viagem para outras regiões do Brasil.

fluxo é formado principalmente pelos chamados “migrantes econômicos”, que são deslocados em busca de trabalho, de estudo e qualificação profissional ou, ainda, por causa dos conflitos internos ou de crises econômicas que se abatem sobre os países de origem.

Os dados da pesquisa revelaram que as questões socioeconômicas representam um importante fator de deslocamento na Amazônia. Observamos nessa categoria os dados referentes ao trabalho, renda e remessas, ocupação no lugar de origem e no lugar atual; a situação financeira antes e depois da migração e a identificação das possibilidades de mobilidade social enquanto melhorias nas condições de trabalho e renda a partir da migração. A grande maioria dos migrantes afirma que a situação socioeconômica melhorou depois da migração. Entretanto, no caso dos refugiados colombianos, a maioria afirma que o deslocamento forçado deixou-os mais pobres e vulneráveis.

Um aspecto importante no *perfil migratório* refere-se à média de tempo para o ingresso no mercado de trabalho. Uma média de 72% dos migrantes internacionais que buscam trabalho na Amazônia, desloca-se sem referências prévias de emprego. Ou seja, na maioria dos casos não é acionado o visto internacional de trabalho. Algo muito parecido ocorre também com os migrantes internos que se deslocam sem ter em vista o primeiro emprego no destino migratório. Do universo de entrevistados, 69% dos migrantes internos demoram uma média de três meses e meio para ingressar no primeiro emprego. Isso revela elementos importantes nos processos migratórios, dentre os quais destaca-se o caráter compulsório das migrações na Amazônia com ênfase aos deslocamentos forçados pelos conflitos socioambientais.

De modo geral, desde a colonização, os grupos mais afetados nos conflitos socioambientais em toda a Amazônia são os povos indígenas que, na atualidade, representam os principais fluxos da migração forçada, especialmente no Noroeste do Estado do Pará, Norte do Mato Grosso e de Rondônia e no Sul do Amazonas. Bem por isso, percebe-se que o conflito socioambiental seria uma forma de resistência aos deslocamentos compulsórios e uma tentativa de acionar o direito, para além do poder do Estado e do Judiciário, como uma possibilidade de ser percebido como um instrumento de justiça e democracia nas mãos dos cidadãos e da sociedade. Ao acionar o direito como instrumento de luta em defesa dos interesses coletivos, os povos indígenas representam os anseios de toda a sociedade que aposta no direito como a expressão da autocompreensão e da autodeterminação dos cidadãos e em favor da cidadania. Situação parecida ocorre também com os camponeses da Amazônia, também denominados povos ribeirinhos, afetados pelos conflitos socioambientais.

Identificamos que os migrantes deslocados nos conflitos socioambientais na Amazônia encontram maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho nos destinos migratórios porque, na maioria das vezes deslocam-se diretamente para as grandes cidades onde o mercado de trabalho exige maior qualificação. De acordo com nossa pesquisa, 71,5% desses migrantes não possuem qualificação para o mercado de trabalho oferecido nos grandes centros urbanos, especialmente no que se refere à indústria e à construção civil. Isso faz com que muitos migrantes indígenas e camponeses/ribeirinhos permaneçam confinados nas periferias das cidades em condições precárias de moradia, trabalho e cidadania. A pesquisa revela que 82% dos migrantes indígenas e camponeses/ribeirinhos passam pela experiência do mercado informal de trabalho nos primeiros dois anos que se sucedem ao deslocamento antes do ingresso no primeiro emprego formal.

À guisa de conclusão

Neste breve recorte abordamos algumas das principais dinâmicas migratórias observadas na Amazônia contemporânea e apresentamos alguns elementos que contribuem para elaborar um possível *perfil migratório* da região. Por outro lado, concluímos que a análise das migrações na Amazônia nos possibilita compreender os processos de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais da região observada nos deslocamentos populacionais internos e internacionais intensificados na última década. Nesta perspectiva, as migrações representam uma possibilidade de interpretação e representação da Amazônia uma vez que os deslocamentos populacionais conferem à região importantes características e particularidades representativas.

Por fim, identificamos que os povos indígenas e os camponeses/ribeirinhos deslocados para as cidades da Amazônia encontram-se excluídos dos bens e serviços, dos direitos de acesso e privados do exercício pleno da cidadania. Isso faz com que a tensão que os acompanha desde o deslocamento se mantenha e retarde os processos de adaptação e mobilidade social, fazendo com que muitos se sintam migrantes mesmo depois de passados cinco, dez, vinte anos desde o primeiro deslocamento em processos contínuos de desterritorialização e reterritorialização precárias.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

- ARRUDA, Maria Izabel Moreira. **Cartas inéditas de Friedrich von Martius**. São Paulo: USP, 2003.
- BATES, Henry Walter. **O naturalista do rio Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. São Paulo: Revista Estudos Avançados, Dossiê Amazônia Brasileira I., v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.
- COSTA, Danielle Pereira da. Migrantes urbanos em Manaus: perfil, percurso migratório e mobilidade intraurbana. In: SILVA, Sidney A. **Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 2010 (pp. 103-128).
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.
- HARVEY, David A. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HEIDMANN, Heinz Dieter. Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador. In: SILVA, Sidney Antonio da. (org.) **Migrações, em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus: FAPEAM, EDUA, 2010.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: R. E. Frias. São Paulo: Centauro, 2004.
- NORONHA, Nelson Matos de; CARVALHO JR., Almir Diniz de. (orgs.) **A Amazônia dos viajantes: História e Ciências**. Manaus: Edua, 2011.
- OIM - Organização Internacional para as Migrações. **Perfil Migratório do Brasil**. Geneva - Suíça: OIT/OIM, 2010.
- PINTO, Ernesto Renan Melo Freitas. **Viagem das Idéias**. Manaus: Editora Valer, 2006.
- RODRIGUES, Francilene dos Santos e VASCONCELOS, Iana Santos. **Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia**. Boa Vista: Textos & Debates, n.18, p. 251-268, jan./jun. 2010.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução: Vera Ribeiro (da 2ª edição em inglês). Revisão técnica: Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.
- WACQUANT, Loïc J. D. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARTIGO

BARCARENA: TRABALHO E MOBILIDADE NUMA FRONTEIRA AMAZÔNICA GLOBALIZADA

Resumo

A globalização da fronteira tem levado a transformações sociais em municípios amazônicos que passaram por processos de industrialização e exportação, aliado à marginalização das formas de produção e reprodução locais e à precarização das relações do trabalho. As transformações sociais no município de Barcarena são discutidas no contexto de quatro sistemas migratórios: as desapropriações e permanentes deslocamentos forçados; a precarização e mobilidade do trabalho; o transporte rodoviário e marítimo de mercadorias; a metropolização e movimentos pendulares. Estes sistemas migratórios são analisados em relação à globalização econômica, às estratégias do Estado no ordenamento do espaço, à precarização das condições de trabalho, às mudanças nos modos de vida e às estratégias de resistência e sobrevivência da população local.

Palavras Chaves:

Transformações sociais. Sistemas Migratórios. Trabalho. Barcarena.

Abstract

The globalization of the frontiers has led to social transformations in amazon municipalities which experienced industrializing and export orientated processes, allied to marginalization of local production and reproduction forms and to the casualization of the labor relations. The social transformations in the city of Barcarena are discussed in the context of four migrations systems: the expropriation and permanent forced displacements; the casualization and mobility of labor; the road and maritime transport of goods, and the metropolization and pendular movements. These migration systems are analyzed in relation to economic globalization, State strategies to organize the space, casualization of the labor conditions, changes in the way of living and strategies of resistance and survival of the local population.

Key Words:

Social Transformations. Migration systems. Work. Barcarena.

* Bolsista do CNPq Naea/UFPa. Contato: celzeu@gmail.com.

Introdução

No meio de portos, indústrias, fluxos de caminhões e navios, as pessoas que estão e passam pelo município de Barcarena vivem as profundas contradições de uma fronteira amazônica globalizada. Neste artigo procuro abordar sistemas migratórios numa tentativa de contribuir na análise das complexas transformações sociais no município de Barcarena. Parto da hipótese de que as dinâmicas de mobilidade anunciam as transformações sociais, uma vez que transformações se constituem por novos padrões de mobilidade e novos sistemas migratórios.

O objetivo é entender as transformações sociais no mundo globalizado a partir das dinâmicas locais, onde as tensões e contradições se traduzem em realidades e mobilidades específicas. Mobilidades são entendidas em termos de deslocamentos de várias dimensões espaciais e temporais e pautadas por forças estruturais e individuais, na sua dicotomia de mobilidade e imobilidade, da relação entre quem vai, quem fica, quem chega e quem já está.

Entendo a transformação social dentro de um “*enquadramento analítico interdisciplinar* para a compreensão das articulações globais e dos seus efeitos regionais, nacionais e locais. O estudo da transformação social tem assim de ser conceitualizado em contraste com a noção de desenvolvimento (ou de estudo do desenvolvimento)” (CASTLES, 2002).

A pesquisa ainda está em andamento, portanto, trata-se de uma abordagem em curso cujas conclusões estão se (trans)formando. Neste artigo apresentarei a identificação de alguns sistemas de migração estruturantes das transformações sociais em Barcarena nas últimas décadas, e apresento algumas considerações e reflexões sobre as transformações sociais. A pesquisa foi feita a partir de uma leitura crítica e direcionada (recortes de mobilidades, migração e transformações sociais) de um grande conjunto de documentos, pesquisas e artigos sobre questões históricas, sociais, culturais e econômicas em Barcarena. Ao mesmo tempo, mergulhei na vida cotidiana de pessoas e famílias em diversos bairros, comunidades e contextos que me subsidiaram com suas histórias de vida e análises das suas realidades como uma matriz para identificar o conjunto de dinâmicas migratórias que se apresentavam no município. Foram entrevistadas 45 pessoas, desde moradores tradicionais até empresários e dirigentes governamentais e juntei dados estatísticos de várias fontes para dimensionar as dinâmicas assim identificadas.

A proposta teórica e metodológica deste trabalho procura atender a um desafio posto por Stephen Castles (2010, p. 14) que sugere “relacionar pesquisa migratória à análise de como sociedades contemporâneas estão sendo transformadas pela glo-

balização neoliberal”. O mesmo autor entende que o marco conceitual “considera os processos de transformação social contemporâneos como o ponto de partida para compreender as mudanças nos padrões da mobilidade humana”. Este marco conceitual consistiria de um mapeamento detalhado dos fatores que influenciam os processos migratórios e das conexões entre estes fatores (CASTLES, 2010, p. 38). Associada a esta perspectiva, pretendo, neste artigo, abordar a migração na sua complexidade e totalidade, na perspectiva adotada por autores como Sayad (1998, 2000) e Sassen (2010).

Sistemas migratórios em Barcarena

Barcarena, campo desta pesquisa, é um lugar onde o Estado criou mais uma fronteira globalizada, abrindo os caminhos para o capital transnacional. Desde a chegada, invasão e ocupação dos colonizadores, no século XVII, através da criação de postos religiosos e em seguida freguesias, até a ampliação do complexo industrial-portuário de Barcarena, passaram-se 400 anos de transformações. Foram séculos de conflitos, disputas e alianças que movimentaram pessoas de várias etnias da Ilha de Marajó e do Vale do Tocantins, da Europa, da África e do Nordeste brasileiro, para dentro e para fora da região.

O município tinha, até os anos 70 do século XX, uma base econômica pautada na agricultura familiar, extrativismo, pesca artesanal, alguns engenhos e praias para turismo local, e foi transformado num polo portuário-industrial a partir da implantação do Programa Grande Carajás e, atualmente, como parte dos Programas de Aceleração de Crescimento e interesses do capital transnacional. Barcarena era terra de caboclos, uma sociedade ribeirinha, mesmo perto de Belém, porém, sem ser dominada pela lógica capitalista, onde a subsistência (pesca, roça, extrativismo), economia do excedente, troca e redes extensas de apoio, além de servidão (principalmente das filhas nas casas de famílias na cidade ou nas olarias e engenhos existentes) dominavam. Uma vida com raízes profundas de uma população que se formou a partir das vilas de índios, a cabanagem e as *plantations* (cacau, cana-de-açúcar) e o extrativismo.

O lugar ganhou então ininterruptamente novas indústrias – alumina, alumínio, caulim, ferro gusa – e portos para exportação, criando graves problemas socioambientais sob a justificativa do avanço do desenvolvimento e progresso. A globalização da fronteira amazônica tem levado a transformações sociais em vários municípios que passaram a experimentar processos de intensiva industrialização e exportação aliados à marginalização de outras lógicas sociais e econômicas locais e as relações

do trabalho. Numa época que as fronteiras internacionais para o capital se tornaram espaços estratégicos de conexão, as mesmas se transformaram em espaços de exclusão das comunidades locais e precarização do trabalho.

Através de textos e pesquisas sobre a formação social de Barcarena, observando as dinâmicas atuais, entrevistando moradores e trabalhadores e coletando dados quantitativos de diferentes fontes (IBGE, Polícia Federal, Companhia das Docas do Pará, Relatórios de Impactos Ambientais), elaborei o seguinte quadro em relação aos deslocamentos humanos que ocorrem no município, partindo do princípio de que há dois elementos que juntos formam alicerces para sistemas migratórios: a temporalidade e a espacialidade dos deslocamentos. Quatro grandes conjuntos de deslocamentos se apresentam como sistemas migratórios, estruturantes para a vida no município, envolvendo mobilidades humanas permanentes e se formando a partir da organização social e do capital (Quadro 2): desapropriações e deslocamentos forçados; mobilidade do trabalho através de terceirização e recrutamento de “peões de trecho”; transporte rodoviário e fluvial de mercadorias para a exportação; metropolização.

Além desses sistemas todos vinculados ao processo de metropolização e expansão da organização da produção capitalista, observam-se sistemas migratórios de resistência a esse modelo hegemônico. São sistemas de ocupação de territórios (retorno de antigos moradores ou chegada de novos) e organizados a partir de modos de produção ribeirinho e agricultura familiar (pesca, coleta de açaí, produção de farinha e sua comercialização nos mercados em Belém). Estes sistemas praticamente não contam com apoio e investimentos por parte do governo e ainda sofrem a repressão a sua lógica por parte dos agentes e lógicas dos sistemas migratórios dominantes.

**QUADRO 1:
Dimensões de tempo e espaço das mobilidades em Barcarena**

	para Barcarena	de Barcarena	para Barcarena	de Barcarena	para Barcarena	em Barcarena	de Barcarena
	Presença diária		Circulação periódica		“permanente”		
curta distância	Trabalhadores de empresas (ex. Hydro 45% dos funcionários - Hydro, 2013)	Estudantes		Trabalhadores nas plantações de dendê em Moju;	Famílias em busca de moradia e trabalho	Deslocados pelas empresas e projetos de “desenvolvimento” - Albras/Alunorte/	
	Funcionários públicos municipais, estaduais, e federais	Trabalham em outros municípios 564 (Censo IBGE 2010)			Sem terra de Abaetetuba, Tailândia	Vila dos Cabanos/ Imerys/Terfron/ Hidrovias - distrito industrial	
	2.851 trabalhadores de Belém, Abaetetuba e Ananindeua – (Censo IBGE, 2010)	Vendedores de açaí, pescadores, para as feiras de Belém	Prostitutas na Vila do Conde				Em 2010, 8.758 pessoas moravam em outro município depois de sair de Barcarena (Censo IBGE, 2010)
longa distância	Caminhoneiros	Trabalhadores vinculados a empreiteiros que vieram de outros estados		Trabalhadores de Barcarena de construção civil e indústria (soldador, eletricitista, montador...) para outros estados e municípios	Em 2010, 9.745 pessoas moravam há menos de 2 anos em Barcarena, (Censo IBGE, 2010)		
	Tripulação navios de longo curso			Trabalhadores de Barcarena levados por agências de recrutamento para outros estados e municípios para trabalho (frigoríficos)			
	Tripulantes de navios de cabotagem e internos						

Elaboração: Marcel Hazeu (2014). Fonte: pesquisa de campo.

QUADRO 2:
Sistemas migratórios no contexto de Barcarena

	Presença diária	Circulação periódica	“Permanente”	
Curta distância	Sistema 1: metropolitização (transportes, mobilidades circulares,)	Sistema 3: divisão e organização do trabalho (mobilidade, terceirização; temporalidade;)	Sistema 1: metropolitização (periferização e novo zoneamento na metrópole)	Sistema 4: apropriação territorial por empresas transnacionais e especulação fundiária
Longa distância	Sistema 2: exportação de matérias primas - mercadorias no mercado globalizado			

Elaborado pelo autor (2014).

Metropolização

Os movimentos pendulares e as ocupações de moradias populares observados no município de Barcarena indicam sua inserção num sistema de “metropolização”. Pode se dizer que uma região metropolitana é aquela [...] onde a socialização capitalista favorecida pelo poder público é acompanhada por uma expansão periférica, que inclui a criação de direitos industriais explícitos e implícitos e pela concentração geográfica dos serviços de interesse coletivo (SANTOS, 2009, p. 84). Nesta perspectiva, “a metropolização dos espaços é um processo que resulta na construção de território(s) marcado(s) pelos fluxos de pessoas, de mercadorias ou de informações que são múltiplos, intensos e permanentes” (LENCIONI, 2006); (PESSOA, 2012, p. 56).

Os movimentos pendulares de pessoas entre dois ou mais municípios se motiva principalmente em razão da separação espacial entre local de trabalho, estudo, moradia e serviços públicos, na qual a referência de moradia se localiza num município diferente daquele das outras atividades regulares, tendo a necessidade e possibilidade de pendular entre os diversos espaços. A mobilidade pendular apresenta uma dimensão e dinâmica temporal e espacial própria nas quais o deslocamento e a vivência de múltiplos espaços se realizam diariamente e as pessoas de fato vivem duas realidades concomitantemente, tendo boa parte do seu tempo diário ocupado com o deslocamento e criando um território em movimento (MELCHIOR, 2011, p. 13).

Ao redor (e no meio) das áreas industriais e portuárias em Barcarena há uma predominância de moradias populares e uma quase ausência de áreas de moradia de classe média (apesar das tentativas e dos investimentos para criá-las). O Censo

de 2010 mostra em relação ao rendimento médio da população urbana que o rendimento médio da população urbana de Barcarena chega a 61% daquele da população urbana de Belém (Censo 2010).

Nas comunidades há uma forte presença de moradores oriundos de Belém: 31,7% do total da população que residia em outro lugar antes de morar em Barcarena, ou 8% do total da população de Barcarena é de Belém, segundo o Censo 2010¹. Levantamento feito nos centros comunitários de Murucupi e da Vila Nova aponta que, respectivamente, 16% e 23% dos moradores registrados eram oriundos de Belém. Barcarena é, portanto, uma periferia habitacional no contexto metropolitano de Belém, com casas simples e precária infraestrutura urbana. Esta realidade, de ser um fragmento de moradia periférica, “impede a convivência entre pessoas de diferentes camadas sociais, criando e recriando processos de diferenciação e de segregação socioespaciais” (MELCHIOR, 2011, p. 5).

Ao mesmo tempo, aparentemente contraditório, Barcarena se tornou um lugar de trabalho para uma parcela da população de Belém e outros municípios vizinhos, envolvendo trabalhadores no serviço público, nas indústrias e nos portos. Os movimentos pendulares entre Barcarena e Belém refletem uma proposta de urbanização inacabada, estratégias empresariais de controle do trabalho e o domínio sobre o espaço e, conseqüentemente, sobre o tempo e modos de vida.

Segundo o Censo 2010, somente 564 pessoas de Barcarena trabalham fora do município, para onde voltam depois do trabalho, enquanto 2.851 pessoas vêm diariamente ao trabalho para Barcarena (Censo 2010). A empresa Hydro (antiga Albras e Alunorte) revela que dos seus 1.612 funcionários em Barcarena, 717 (44,48%) não residem em Barcarena, 376 (23%) moram em Belém, e 220 (13,65%) em Abaetetuba. Entrevistas com funcionárias públicas concursadas que moram em Belém e trabalham em Barcarena apontam para a mobilidade pendular de pessoas no serviço público. Muitos juizes, promotores, defensores públicos, professores, enfermeiras, médicos dos hospitais moram em Belém. Não pretendem morar em Barcarena e fizeram concurso para o município justamente para poder continuar morando em Belém, às vezes esperando a transferência para trabalhar também na capital.

Um grupo muito especial de trabalhadores pendulares são os estivadores e arumadores, os operários portuários. O porto de Vila do Conde está sob a mesma administração que o porto de Belém. A gestão dos operários nesses dois portos se faz em Belém, pelo órgão de gestão de mão de obra dos portos de Belém e Vila do Conde (OGMO), articulada com os sindicatos das duas categorias através da esca-

1 Tabela produzida pelo IBGE ao meu pedido.

lação em forma de rodízio das diversas categorias. Isto significa que os estivadores e arrumadores residem em Belém e, ora trabalham em Vila do Conde, ora em Belém, aguardando sua vez a ser escalado.

O movimento pendular de quem vai de Barcarena a Belém se refere basicamente ao estudo². Relatos de estudantes que viajam da sua comunidade até Belém, e de volta para casa, para estudar na universidade ou alguma faculdade, impressionam pelo tempo que gastam, como mostra a rotina de uma estudante da comunidade de São Lourenço em Barcarena. Ela gasta mais de quatro horas diárias com a viagem e R\$ 25,00 com o transporte, ou 80 horas e R\$ 500,00 por mês.

Com a implantação do complexo portuário-industrial havia a intenção de um desenvolvimento urbano próprio, planejado como um núcleo urbano, chamado de Vila dos Cabanos. Este núcleo deveria dinamizar a economia da microrregião, tornando-se moradia para os funcionários e suas famílias das fábricas Albras e Alunorte, em seguida por famílias de funcionários de novas empresas a se instalar no município, serviços públicos e comércio.

Porém, o núcleo urbano como apresentado em mapas que expressaram planos ou instrumentos de convencimento e sedução em relação à implantação do projeto portuário-industrial, expressões do progresso e da modernidade, não se concretizou.

A metropolização substituiu o fracassado projeto dinamizando a organização do trabalho com trabalhadores que pendulam, diminuindo ou extinguindo investimentos públicos e empresariais na urbanização idealizada e diminuindo ou extinguindo o investimento de trabalhadores com melhores salários e posições em Barcarena. Na metropolização novos agentes entram na reorganização do espaço e ocupam, através de novas disputas, a área originalmente destinada para a *Company Town*. O entorno das fábricas e portos perdeu com esta tendência sua relação direta com as empresas, para as quais este nem conta como reserva de trabalho nem como espaço de reprodução. A população ficou sem melhorias nos serviços e gastando dinheiro e tempo para acessar serviços em Belém.

Mobilidade do trabalho: peões de trecho

Migrações temporárias para o trabalho na construção civil, agronegócio e na indústria são relacionadas à reorganização da produção capitalista na atualidade, principalmente em relação à nova divisão do trabalho e à forma como esta realidade se

2 Segundo o Censo 2010 (IBGE, 2010), 1.792 pessoas de Barcarena frequentavam escola ou creche em outro município.

materializa no contexto Amazônico e especificamente em Barcarena. Com a implantação do complexo portuário, Barcarena “ganhou” uma infraestrutura e instalações industriais onde antes havia vilas, floresta, rios, roças, praias e plantações. Para esta transformação se precisou mobilizar um grande contingente de trabalhadores.

A organização do trabalho para a implantação e operacionalização do complexo industrial-portuário-urbanístico se insere nas transformações sociais e econômicas na base de exploração intensiva de recursos naturais e da geração de empregos de natureza precária na Amazônia. As mudanças importantes verificadas no mundo do trabalho se referem à adaptação dos processos de trabalho à produção flexível, uma nova engenharia da gestão do trabalho, com técnicas participativas e de controle de qualidade e principalmente a terceirização (CASTRO, 1995), além da supermobilidade do trabalho. Na sociedade capitalista e globalizada, uma das principais forças geradoras de mobilidade e migração é o sistema de produção capitalista e sua organização e divisão do trabalho (GAUDEMAR, 1977).

A mobilidade do trabalho é condição da formação do mercado de trabalho regional na fronteira, e esta formação não se faz segundo o modelo clássico de proletarização total. A hipótese alternativa é que a fronteira se organiza com trabalho móvel, i.e., com trabalhadores assalariados (temporários e permanentes) e com pequenos produtores que vendem sua força de trabalho empregando-se em atividades rurais e urbanas. A formação desse mercado de trabalho implica um processo de migração e mobilidade predominantemente induzido e de diferenciação social do campesinato (ROCHA, 2013, p. 29).

A organização do trabalho na implantação e expansão do complexo portuário industrial tem se pautado na terceirização da maior parte dos serviços; na mobilidade dos trabalhadores recrutados em todos os cantos do Brasil com contratos temporários, alojamentos coletivos e alta circulação entre as diversas obras em andamento no Brasil; na criminalização dos movimentos de organização dos trabalhadores e a cooptação de sindicatos; no discurso de “obras para o desenvolvimento” que justificaria qualquer sacrifício³.

Em Barcarena a população já existente nunca foi considerada como força a ser inserida, nem como agentes de direito à terra e poder de decisão, nem como potencial para o próprio processo de ocupação capitalista.

A contratação temporária significa uma aceleração da desterritorialização desses trabalhadores e uma base para a sua superexploração. As políticas públicas de recrutamento de emprego, como o SINE, e de segurança pública, como a Força Nacional, se constituem como apoio governamental a essa forma de organização do trabalho, sem mencionar o financiamento público de todas as grandes obras na Amazônia.

3 Superexploração, condições precárias de trabalho, controle sobre a produção e reprodução do trabalhador.

Há uma alta rotatividade de trabalhadores, ou seja, não se criam empregos estruturais e nem fixos para o período da obra. Na construção da Barragem de Tucuruí, por exemplo, chegou-se a uma dinâmica de modo que inacreditavelmente em dois meses poderia renovar-se todo o efetivo do canteiro (ALVEZ, THOMAZ JUNIOR, 2012).

No período de 1983 até 1989 em Barcarena, cerca de 14,5 mil empregos foram gerados nas obras de construção civil. Deste total, 59,94% dos empregados eram procedentes do Estado do Pará, sendo 26,93% de Abaetetuba, 13,81% de Barcarena, 10,36% de Belém, 2,07% de Igarapé-Miri, e 0,55% de Moju. O restante, correspondente a 5.800 postos de trabalho, foram ocupados por operários de outros Estados, notadamente, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Maranhão (TOURINHO, 1991, p. 179).

O processo de recrutamento se deu através de anúncios em rádios interioranas ou do uso de serviços de autofalantes em periferias de grandes cidades, nos quais a empresa oferecia moradia, alimentação, níveis salariais acima dos praticados nos mercados locais, lazer, transporte, viagens para visitar a família e outras vantagens (TOURINHO, 1991, p. 180). O recrutamento feito assim levou, segundo denúncias dos trabalhadores, a uma chegada em Barcarena sem garantia de trabalho, sendo sua carteira de trabalho e uma carta da empresa recrutadora recolhidas. Deixando-os aguardando por até um mês, sem nenhum apoio, a decisão sobre sua eventual contratação. Numa decisão negativa significava voltar, só com direito à passagem, para seu lugar de origem.

Albrás e Alunorte, a partir de 1989, começaram a fazer mudanças em seu modelo de gestão, implantando um novo programa de gestão da força de trabalho e do processo produtivo que utiliza a metodologia do Total Quality Control (TQC) – Controle de Qualidade Total –, no estilo japonês (MONTEIRO; MONTEIRO, 2007, p. 93). Uma lógica que foi seguida por todas as demais empresas que se instalaram depois. É uma reorganização dos postos de trabalho, mantendo as atividades centrais, focais, em seu quadro funcional e terceirizando as demais, e, finalmente, a aplicação de outros métodos de trabalho que incorporem a incerteza e novos padrões de temporalidade com dados fundamentais para obter constantes melhorias no processo de produção, na qualidade do produto, o que exige do trabalhador uma predisposição para um aperfeiçoamento constante (EXAME, 2003, p. 19-20, In: MONTEIRO; MONTEIRO, 2007, p. 93).

Dentro dessa dinâmica, em Barcarena tem se formado uma massa trabalhadora difícil de quantificar, chamados de peões de trecho. Uma parte dos trabalhadores que veio inicialmente de outros lugares para trabalhar na construção das fábricas, portos, infraestrutura, dormitórios e da Vila dos Cabanos em Barcarena ficou, mas

a grande maioria seguiu seu caminho atrás de novas obras ou de volta para seu lugar de origem. Uma parte da segunda geração das pessoas que já moravam em Barcarena quando começou a construção das primeiras instalações, inseriu-se nos trabalhos de construção, operação e/ou manutenção das instalações industriais e portuários, poucos como funcionários das grandes empresas, a maioria através de empreiteiros prestadores de serviços. Aprenderam ofícios e se qualificaram, durante os serviços, pois em Barcarena não se criou nenhum curso técnico para se trabalhar nas fábricas e na construção.

A lógica das empresas de contratar peões de trecho é não manter funcionários por muito tempo (para terem menos poder de se organizar), serem de lugares distantes (não podendo contar com retaguarda familiar), hospedá-los em alojamentos da empresa (garantindo controle e dependência). Da implantação inicial do distrito industrial e a Vila dos Cabanos até 2014 passaram-se mais de 30 anos, quase uma geração. Formou-se durante esse tempo, dentro e ao redor das indústrias e portos, uma mão de obra preparada para trabalhar nos diferentes serviços na construção e manutenção das fábricas e portos e um número cada vez maior de empresas prestadores de serviços para as indústrias e portos.

Em praticamente todas as famílias que entrevistei havia alguém que se inseriu nesse mercado de peões, de montadores de andaimes, eletricitistas, operadores de máquinas, caldeiros, soldadores, pedreiros, técnicos de administração, muitos se qualificando dentro das empresas durante as suas estadias de trabalho. Há, porém, uma prática de pouca contratação de mão de obra local, mesmo qualificada ou classificada, em decorrência de uma lógica de dinâmica de trabalho exigida para os trabalhadores, menos aceita por quem tem casa e família próximas ao trabalho. Trata-se de exigências apresentadas como vantagens para o peão de trecho: “possibilidades de horas extras, turmas extras”, e “alojamento no local do trabalho diminuindo o tempo de viagem entre o trabalho e local de moradia”, como formas de incrementar o salário que somente é ligeiramente mais alto do que no mercado local em Barcarena.

Outro fator mencionado em relação à dificuldade de entrada no mercado de trabalho local é o fato de que muitos empreiteiros que prestam serviços às indústrias e portos são de outros estados e trazem suas próprias equipes de trabalho. A realidade contada pelos moradores, por unanimidade, é de que as empresas buscam pessoas de fora e não contratam os “classificados” de Barcarena. Quem é contratado em Barcarena é contratado por empresas prestadoras de serviços e geralmente por um período menor que um ano. Muitos, portanto, se inseriram na dinâmica de peões de trecho, trabalham longe de Barcarena nas obras portuárias, de mineração, constru-

ção de hidrelétricas, nas fábricas. A maioria são homens, mas também há mulheres, nas famílias entrevistadas, que deixam sua família por longos períodos em Barcarena, vão para Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rondônia, Amapá, Maranhão e para Altamira. Voltam de três em três meses ou quando terminam seus contratos, aguardando novas chamadas das empresas recrutadoras.

As indústrias em Barcarena têm transformado os migrantes em trabalhadores para a construção e indústria, mas não os garante ou insere no mercado de trabalho local. Ao contrário, estimula e provoca sua circulação por todo o Brasil, sem que isto lhes garantisse ganhos significativos para investir em Barcarena. Muitos vivem grande parte de seu tempo em alojamentos, podem visitar suas famílias de três em três ou de seis em seis meses e sofrem muitas vezes com precárias condições de trabalho.

Transportadores

O setor de transporte e sua dinâmica interna fazem parte da lógica da globalização capitalista, pois realizam o fluxo de mercadorias (e de pessoas), conectam os lugares e distribuem o volume e o tipo de mercadoria (matérias-primas, transformadas etc.). O transporte conta com transportadoras e transportadores, empresas e trabalhadores que fazem da circulação de mercadorias seu dia a dia.

A divisão internacional do trabalho e produção tem provocado um crescimento exponencial no volume do transporte, fluvial, ferroviário, rodoviário e aéreo, além do transporte por dutos (gasodutos, minerodutos, oleodutos etc.) onde podem ser diferenciados fluxos de: 1) matérias-primas, 2) de produtos semi-industrializados, 3) de subprodutos para montagem de produtos finais, 4) de produtos finais.

A gerência desses fluxos e os comandos de organização dos mesmos se concentram nas metrópoles, como São Paulo, no Brasil, mas especialmente nos países europeus e nos Estados Unidos, observando um crescente comando por parte de centros em países asiáticos. Esses fluxos de comandos e informações que circulam pelo espaço global ocorrem além e muitas vezes fora de influência e até da compreensão de agentes locais inseridos na dinâmica de execução desses comandos e orientações. “A combinação de dispersão espacial e integração global criou novo papel estratégico para as principais cidades. Além de sua longa história como centros de comércio e atividades bancárias internacionais, essas cidades agora funcionam em quatro novas formas: primeira, como pontos de comando altamente concentrados na organização da economia mundial” (SASSEN, 1991).

As transformações sociais em Barcarena se estruturam a partir da sua complexa inserção na globalização econômica e na política nacional de desenvolvimento, no contexto das suas especificidades históricas sociais. Os fluxos principais de produtos que passam por Barcarena dão uma dimensão dessa inserção profunda de Barcarena no mundo globalizado:

QUADRO 3:
Mercadorias e os lugares conectados através do porto de Vila do Conde

Mercadoria	Lugares conectados
Alumina Hydro (85% exportado)	Portos no mundo, com relação Hydro – Canadá, Noruega, Dubai, Qatar, Islândia, África do Sul
Alumínio Hydro (15% da alumina transformado em alumínio)	Japão, Holanda, Suíça, Colômbia, Estados Unidos, México, Turquia
Bauxita (matéria-prima para produção de alumina) Mineração Rio Norte; Hydro	Oriximina/Trombetas, Paragominas Austrália Venezuela
Boi Grupo Minerva <i>Foods</i> , Agroexport, Boi Branco e Kaiapós Fabril Vivo	Redenção, Moju, Paragominas, Xinguara Venezuela, Líbano, Egito, Jordânia Congo, Suriname, Honduras
Calcário	Canadá
Carvão mineral Hydro (termelétrica do Alunorte)	Colômbia, Equador, Estados Unidos, Inglaterra
Caulim – Imerys	Korea do Sul, Japão, China, Inglaterra, Argentina e Canadá, Paragominas; Capim
Cimento	Espanha
Coque Hydro (fábrica de “Anodos Verdes”) TECOP ITAITUBA CIMENTOS CIBRASA TERMINAL DE COMBUSTÍVEIS	Itaituba (pequena parte), Estados Unidos, Rússia, Colômbia, Índia,
Ferro-gusa Usipar (Brasil) <i>Mir Steel (UK)</i> <i>(RAM) Votorantim</i> <i>Ipacimpasa Nassau (Itaituba)</i>	Marabá , Estados Unidos México, China
Fertilizantes Bunge (Yara International – Noruega)	Agropalma e as fazendas situadas em Castanhal, em Santarém e em Paragominas. Israel Peru, Bélgica, Rússia, EUA
Mangânês Buritirama	México , Estados Unidos, Ucrânia, Venezuela, Irã, Marabá

Óleo combustível	Brasil..., Brasil (Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, Paranaguá/PR, Belém/PA, Santos/SP e outros)
Piche Albras	Ucrânia, Espanha, Grã-Bretanha
Soda Cáustica Produto usado na produção de alumina - Hydro	Estados Unidos
Soja Bunge	Espanha ¹ (Europa, Ásia), Mato Grosso-Itaituba Paragominas

Elaborada pelo autor (2014); Fontes: VALENTE, 2013; CDP. 2014a.; CDP. 2010; CDP, 2014b.

As empresas são na sua maioria transnacionais com raízes em diferentes países, como Hydro (Noruega), Imerys (França), Bunge (Estados Unidos), Usipar (Brasil). O transporte marítimo é terceirizado, tendo várias companhias prestando serviços às grandes empresas. Esta estratégia permite às empresas a flexibilização de suas operações e possibilidades de baixar custos com transporte. Em 2008 foram realizadas 753 operações de embarques e desembarques de navios no porto de Vila do Conde (CDP, 2010, p.83). Em 2013 atracaram 913 embarcações (CDP, 2013). Muitos navios que atracam no porto da Vila do Conde navegam sob bandeiras de países que cobram menos impostos e exigem menos controle em relação a direitos trabalhistas, de segurança e ambientais, possibilitando marinheiros de outros países trabalhar nos navios, chamados de países de “bandeiras baratas” ou “*flags of convenience*” (ITF, 2012^a, ITF, 2012b). Cerca 66% dos navios são registrados por outros países em vez do país de origem do proprietário (UNCTAD, 2007, p. 32). Esta forma de organização da navegação internacional representa uma expressão clara de superexploração dos trabalhadores, que não contam com a proteção das legislações trabalhistas, garantidas nos países dos proprietários dos navios, nem de acordos internacionais que não são cumpridos por muitos dos países de “bandeiras baratas”.

Barcarena e seus portos se inserem nesta lógica, como um levantamento da bandeira no *site* Marine Traffic⁴ dos navios citados no relatório do CDP (2007), que mostra que dos 70 navios identificados, 44 (63%) navegam ou navegaram sob a bandeira de um país citado na lista de “FOC Countries”. Não há um registro de entrada e saída de tripulação dos navios que operam nos trechos nacionais (cabotagem, interior) em relação ao porto de Vila do Conde (335 embarcações em 2013). A Polícia Federal informou que em 2013 passaram 5.150 tripulantes em Barcarena

4 <http://www.marinetraffic.com/pt/ais/home/>

dos navios internacionais atracados no porto de Vila do Conde, (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014), com as seguintes nacionalidades: Filipinas, 1.539; Síria, 1.533; Índia, 329; Ucrânia, 284; República Tcheca, 259; Croácia, 195; China, 171; Polônia, 146; Paquistão, 113; Rússia, 112; outros, 469. Observa-se dez países como origem de mais de 90% dos tripulantes dos navios internacionais que passaram pelo porto de Vila do Conde, não correspondendo com a bandeira (nacionalidade) sob a qual os navios navegavam. Contando com as embarcações nacionais, passaram por Barcarena em 2013 pelo menos 8.871 tripulantes, pessoas de outros lugares do Brasil e de outros cantos do mundo. Em Barcarena há somente 175 pessoas registradas no Censo 2010 como “marinheiros de coberto e afins” além de 40 pessoas como capitães, oficiais de coberta e práticos. A maioria atuando nas embarcações locais, no transporte fluvial regional. Os navios são propriedade de empresas de navegação que atuam geralmente como serviços terceirizados para as multinacionais que comandam a extração e distribuição de matérias-primas, os fluxos dentro das cadeias produtivas. Essas empresas têm sua sede em países e em metrópoles estratégicas, mas seus navios muitas vezes (66%) não são registrados sob a bandeira do país de referência da empresa. Eles pertencem oficialmente a um grupo de países de “bandeira barata” que os registram por interesses econômicos e trabalhistas.

As tripulações são de origens diversas, nem dos países das empresas proprietárias, nem dos países das bandeiras, e nem dos países entre os quais os navios circulam. A vida de marinheiro significa estar longe de casa, às vezes por anos, combinada com visitas temporárias e curtas a sua casa. Seu espaço de vida é o próprio navio, com seus colegas e as comunidades portuárias onde o navio desembarca e embarca cargas, ficando por alguns dias e às vezes retornando regularmente para os mesmo portos.

Barcarena serve para esta mobilidade fluvial marítima como espaço para as diversas operações portuárias e logísticas em geral, trazendo um contingente grande de marinheiros, estivadores e arrumadores de outros lugares que passam algum tempo no município, criando pequenas demandas em termos de comércio local e estimulando alguns intercâmbios sociais (entre outros a prostituição), sem gerar localmente emprego, renda, impostos (pois são federais) etc.

Os caminhões são o elo terrestre de transporte na organização dos fluxos de mercadorias, ligando lugares sem conexão fluvial com os centros industriais e portuários ou fazendo a distribuição “fina”/específica das mercadorias entre lugares e para fins específicos.

No Brasil o transporte de cargas é predominantemente rodoviário, apesar do

imenso potencial para o transporte fluvial e ferroviário. O transporte rodoviário representa um grande impacto ambiental e econômico (pois polui e custa mais), mas a matriz de transporte tem seguido a lógica da integração nacional via estradas, mesmo que estas sejam inviáveis nos dois aspectos. Segundo a Companhia de Docas do Pará, no período de 02 de janeiro a 30 de junho de 2013 houve 24.874 entradas de caminhões com carga e a saída de 10.310 caminhões que foram abastecidas no porto, evidenciando a predominância de ser um porto de exportação. São 200 entradas e saídas de 75 caminhões diferentes por dia⁵.

A listagem das placas dos caminhões possibilita a identificação de sua origem (onde estão registrados)⁶. Somente 2% dos caminhões são emplacados em Barcarena, 25% no Estado do Pará; 75% dos caminhões estão registrados em outros estados e, segundo pesquisa com os caminhoneiros, o estado que consta na placa do seu caminhão corresponde geralmente ao lugar de moradia/referência do próprio condutor. A participação de caminhoneiros de Barcarena no conjunto de caminhoneiros no Brasil, e mesmo na grande movimentação de caminhões em Barcarena (só no porto de Vila do Conde circulam diariamente 182 caminhões!), é tímida e chega a um total de 43 homens no ambiente urbano (Censo 2010).

O fluxo de navios e construção dos portos impacta diretamente na navegação, pesca, qualidade da água e opções de lazer, pois transforma o “rio de vida” num “rio de transporte e depósito”. O fluxo de caminhões implica em estradas, beira de estradas, postos de gasolina, estacionamentos e casas de suporte para os caminhoneiros, como restaurantes, dormitórios e casas de lazer, estes últimos também servindo para os marinheiros. Os caminhões e navios não levam e nem trazem (praticamente) nada o que tem como origem ou destino a economia das comunidades locais. Os trabalhadores desse transporte refletem a função do território de Barcarena como lugar de passagem. São homens (na sua quase absoluta maioria) de outros estados e países que passam por alguns dias, às vezes várias vezes por ano, por Barcarena, por lugares delimitados (estradas, postos de gasolina, portos e casas de suporte) onde interagem com uma pequena parte da população local, criando uma dinâmica econômica-social própria de lugares de passagem, sem compromisso com o local.

O transporte (inter)nacional é um mercado de trabalho que não emprega praticamente ninguém de Barcarena, pois é um mercado quase inacessível para a população de Barcarena pela lógica da divisão internacional do trabalho que define quais

5 CDP, informação enviada ao pedido do autor.

6 <https://www.sinesp.gov.br/sinesp-cidadao>.

são as bases e onde são contratados os tripulantes dos navios; a formação necessária para poder trabalhar nos navios; a terceirização dos serviços de transporte que traz transportadores do Sul e Sudeste do Brasil ou exige investimentos altos para adquirir caminhão próprio, condição ausente para a maior parte da população local.

Deslocamentos forçados

Os projetos de mineração e agronegócio, indústrias de transformações primárias e infraestruturas para o transporte e exportação na Amazônia são elaborados e descritos em planos governamentais que chegam nos territórios para serem implantados, ocupando e apropriando-se do espaço, com discursos, recursos e violência institucional.

No mundo há milhares de pessoas sendo deslocadas por obras de desenvolvimento e em nome do progresso, para o avanço dos modos de produção capitalista. O lugar onde são instaladas é ocupado, apropriado e transformado sem considerar as pessoas que aí habitam, vivem e convivem, somente vistas como “empecilhos” e “obstáculos”, tornando-se objeto de planos de deslocamento.

Os deslocamentos forçados são dinâmicas complexas e violentas, de transformações profundas nos territórios onde ocorrem as desapropriações, seu entorno e nos territórios-destinos das pessoas deslocadas. São profundas transformações na vida das pessoas deslocadas e suas famílias. Os deslocamentos forçados em Barcarena não começaram com a chegada de Albras e Alunorte, mas ocorrem desde a chegada dos colonizadores, os engenhos e plantações de cacau, a Cabanagem e por último a chegada do complexo portuário-industrial. Os deslocamentos forçados, muito mais que uma consequência, são parte estruturante da disputa pela hegemonia sobre a terra, modos de produção e modo de vida, que, portanto, continuam sempre ocorrendo.

É como escreve Vainer (1996, p. 5), deslocamentos forçados, “longe de constituírem uma exceção própria a momentos críticos como guerras, são uma constante” e que o próprio Banco Mundial “lembra que os deslocamentos compulsórios são uma realidade constitutiva do próprio processo de desenvolvimento capitalista”. É nos processos de deslocamentos forçados que os agentes que disputam o território, a economia e os modos de vida podem ser identificados e seus posicionamentos, estratégias, discursos e ações analisados. O antropólogo Alfredo Almeida (1996, p. 30) definiu os deslocamentos forçados como:

[...] um conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de

ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos.

Argumenta que os deslocamentos forçados se inserem numa ação coordenada por agências chamadas de desenvolvimento que tanto acionam mecanismos coercitivos quanto discursos sobre progresso e modernização, até para o bem de todos e da sociedade em geral. Apresentam os deslocamentos forçados como parte inevitável, algo natural, próprio do progresso, como uma transferência de um estado de atraso à modernidade (ALMEIDA, 1996). A primeira fase do projeto de criação do complexo industrial-portuário era em função do complexo Albrás-Alunorte, nos anos 70 e 80, e incluíam a ocupação das áreas do porto da Vila do Conde (portobras), da Albrás, Alunorte e do Núcleo Urbano. Nesse período os processos de desapropriações e deslocamentos forçados foram extremamente (des)estruturantes envolvendo, segundo Tourino (1991), em torno de 513 famílias, praticamente todas elas de agricultores, pescadores, ribeirinhos, coletores e combinações disto. Esse processo se constitui como gênese das desapropriações e deslocamentos forçados posteriores.

Com a grande infraestrutura implantada e zonas de reservas e expansão marcadas, nos anos 90 e 2000, uma nova fase na disputa e ocupação do território se instalou. Três territórios diferentes entraram no foco de disputas de apropriação e desapropriação: a área destinada para o núcleo urbano (Vila do Conde e seu entorno), o distrito industrial, e a beira do rio entre Itupanema e a praia de Caripi, nova área portuária

Na área destinada originalmente para o núcleo urbano, cuja implantação foi incompleta e muito diferente do que pensado, há um movimento de reapropriação. Famílias que foram desapropriadas e deslocadas estão voltando e reivindicando a propriedade das áreas (como as comunidades de Burajuba, Boa Vista e Cupuaçu), pautada numa nova consciência política de identidade como povo tradicional numa disputa com um Estado que não conseguiu e nem está conseguindo dar um destino e organização ao núcleo urbano. Outras famílias não originárias, também em busca de terra e casa e que perceberam a mesma ociosidade de muitas áreas no núcleo urbano, também decidiram ocupá-las (como as comunidades Murucupi e Fazendinha). Ambos os grupos estão em conflito e em negociação com a Secretaria do Patrimônio da União (administrador da área) e às vezes entre si.

No distrito industrial, criado para receber fábricas e empresas para atuar dentro do complexo portuário-industrial junto à Albras-Alunorte e ao porto de Vila do Conde ocorrem permanentemente processos de desapropriações, sempre numa parceria entre a empresa que chega para se instalar e o Estado (Companhia de Desen-

volvimento Industrial), que procederam à negociação e deslocamentos. As empresas como Para Pigmentas, Rio Capim Caulim, Usipar, Tecop, Alumar, Companhia de Alumínio do Pará, e Buritirama se instalaram durante a última década do século XX e as primeiras décadas do século XXI e ficaram corresponsáveis pelo deslocamento das pessoas que moravam nas áreas que ocuparam.

Foram desapropriadas em torno de 261 famílias do distrito industrial⁷ ampliado⁸ durante os últimos 20 anos, na sua maioria comunidades tradicionais que sofreram os processos de deslocamentos forçados da mesma forma que vivenciaram as famílias no momento da instalação do complexo portuário-industrial. Somente para as famílias deslocadas da comunidade de Montanha, pela indústria de Caulim, foi investido num projeto de reassentamento, e posteriormente mais um reassentamento quando a área para onde foram deslocados novamente foi desapropriada. Sua história de luta heroica é ao mesmo tempo desesperadora, pois a maioria ficou vivendo em condições de pobreza.

Nos demais deslocamentos as empresas e o Estado tiraram as pessoas de suas terras somente negociando indenizações, muitas vezes extremamente baixas, que não garantiram a compra de algum imóvel ou alguma terra que garantisse pelo menos a manutenção da qualidade de vida que tiveram antes.

Muitas famílias ainda moram entre essas empresas⁹, afetadas diretamente pela poluição e dinâmica de produção e operação das mesmas. O Estado e as empresas querem essas pessoas fora do distrito para ter a área a sua disposição e para não serem incomodados com as denúncias constantes de poluição ambiental. Uma parte dos moradores também gostaria de sair devido aos impactos da poluição, a perda de terras para plantar e as permanentes ameaças de novas desapropriações. Outra parte da população prefere ficar no local, ter garantido investimentos para sua permanência, medidas de tratamento e controle da poluição e definição dos direitos fundiários. Neste contexto se instalou uma negociação complexa, cheia de contradições e permanente sofrimento.

Às margens do rio Pará, entre Itupanema e Caripi, estão sendo construídos novos portos para exportação, principalmente de soja. Um ex-funcionário da Companhia de Docas do Pará, pessoa central no planejamento portuário no Pará, ciente das possibilidades legais, físicas e mercadológicas, se apropriou de área, comprando-

7 Número baseado nas pesquisas do Carmo (2012), e documentos fornecidos pela CDI e depoimentos de pessoas das comunidades.

8 Incluindo a Zona de Processamento e Exportação e a área comprada pela Companhia de Alumínio do Pará.

9 Levantamento da Ufra de 2010: 1.264 famílias.

-a diretamente da Codebar, em processo de extinção, e em seguida desapropriando 196 famílias, comprando/indenizando sob a ameaça da inevitável instalação do porto e da ilegalidade da posse, a terra e casa de cada morador na área. E, em seguida, vendeu as mesmas áreas, junto com um projeto portuário, a grandes empresas, sem interferência de nenhum agente público. Instalou-se assim o porto do Terfron/Bunge, e outro porto está em fase de construção (Hidrovias do Brasil).

As famílias, em torno 1.000, foram forçadas a se deslocar desde o início da instalação do complexo portuário-industrial. São mais de 6.000 pessoas, na sua grande maioria vivendo em condições mais precárias do que antes dos deslocamentos, traumatizadas pela experiência de serem forçadas a deixar suas casas, suas comunidades, suas referências territoriais, abandonadas pelo poder público, com medo de novos deslocamentos¹⁰, em busca de novos cantos para morar, sempre com medo de novos deslocamentos e sem nenhum apoio estrutural. E há ainda 1.264 famílias (COSTA, 2010) ameaçadas de deslocamentos forçados no distrito industrial que tentam negociar coletivamente uma saída boa, forçados a negociar individualmente. Muitas já saíram da sua terra e deixaram seus bens e plantações aguardando o que vai acontecer. Estão esperando, adoecendo, desacreditando, com medo, sem saber o que, quando e como as coisas vão acontecer. Como desde o início, o governo não tem um plano elaborado, nenhum orçamento destinado e negocia com empresas para se instalar e deslocar as pessoas.

Considerações Finais

As transformações sociais que se configuram dentro e a partir dessas dinâmicas não deixam dúvidas sobre sua direção, mas também mostram como elas operam por dentro de uma comunidade concreta, na margem e ao mesmo num lugar estratégico do mercado globalizado, onde os poderes hegemônicos estão longe do lugar, onde a disputa se concretiza entre moradores e o Estado e empresas locais como representante dos interesses do mercado globalizado, o grande capital.

Nas famílias tradicionais, que já moravam antes da implantação do complexo portuário-industrial, observa-se uma reorganização da vida, sofrendo deslocamentos forçados (com impactos diferenciados para as diferentes gerações), que se repetem ou atingem cada vez outras comunidades.

A adaptação a novos lugares ocorre com aprendizagens e perdas, com a so-

10 Pois muitas viveram mais que uma vez essa experiência e as desapropriações não param para novos projetos e empreendimentos.

brevivência no mercado de trabalho local precário, mantendo tentativas de praticar antigos modos de sobrevivência (pesca, plantações, criação de pequenos animais) combinados com a inserção como peões de trecho nos processos de construção e manutenção das fábricas e portos, localmente e viajando atrás das obras espalhadas pelo Brasil.

Os funcionários fixos e mais qualificados, e os administradores das fábricas e dos portos, além de uma boa parte dos funcionários públicos qualificados mantêm residência em Belém e pendulam entre os dois municípios, considerando Barcarena somente como lugar de trabalho, realizando sua reprodução, investimentos e planos fora do mesmo. A população local tem pouco acesso a esse segmento do mercado do trabalho, vivendo uma segregação espacial e social.

Os caminhoneiros e marinheiros que passam e encostam no território de Barcarena são oriundos de estados do Sul e Sudeste do Brasil ou de outros países, que se submetem, como funcionários de empresas de transporte terceirizadas ou por conta própria, às exigências e ritmo ditados pelas empresas transnacionais que comandam as diversas cadeias produtivas. Barcarena é para eles somente um porto ou um estacionamento, onde procuram lazer temporário, com impactos nas comunidades locais que não têm acesso aos empregos no setor de transporte, mas são inseridas na reprodução dessa força de trabalho.

Essas dinâmicas, submetidas à lógica da economia globalizada sob um regime de pura convivência e suporte estatal, produzem uma des-re-organização da vida das pessoas locais, que sofrem, tentam resistir e elaboram estratégias de sobrevivência, parecendo obstáculos de um “projeto maior” que só as considera como suporte para a reprodução de alguns setores de força de trabalho e como reserva de trabalho para o trabalho no conjunto de obras em andamento no Brasil sob o comando de um grupo limitado de empresas (trans)nacionais.

Outro lado da mesma medalha é a intensificação das contratações temporárias e terceirizadas, pondo um contingente numeroso, anônimo, invisível, em permanente circulação, que sustenta o funcionamento sem interrupções das cadeias produtivas sem que os trabalhadores possam se organizar para reivindicar seus direitos. São os peões de obra, caminhoneiros e marinheiros e, de certa forma, os trabalhadores que pendulam entre sua cidade de moradia e a cidade onde trabalham.

Neste sentido, a globalização da fronteira no interior da Amazônia tem produzido um não-lugar para seus habitantes e os trabalhadores, ao mesmo tempo funcional para a economia globalizada, mas que somente pode existir com o apoio político estatal. Reconquistar o espaço e afirmar territorialidade parece a principal resistência

possível e estratégica por parte da população, o que tem levado a permanentes disputas e conflitos de terra. Cada sistema migratório emite um sinal para os moradores do lugar: este não é seu lugar, este é seu não lugar. A organização do trabalho através de empreiteiros, com peões de obra, com ênfase na temporalidade e mobilidade do trabalho transmite a mensagem de que não há trabalho ou perspectivas de futuro para trabalhadores de Barcarena. A migração pendular metropolitana implica na mensagem que diz que Barcarena não é um lugar de morar, não é território onde se constrói e investe como família, que será melhor no futuro. Se for possível, muda-se para Belém. O fluxo de transporte vinculado à exportação e movimento portuário emprega pessoas de outros cantos do Brasil e do mundo para quem Barcarena somente é um lugar de passagem, no qual não constroem projetos de vida. As sucessivas desapropriações são o sinal mais forte de que aquele lugar não é dos moradores, e mesmo quem acha que ainda é, teme que um dia será expulso.

Mas esse não-lugar também é objeto de disputa entre quem tenta e faz de Barcarena o lugar de produção, exploração e especulação, e de quem procura tornar (e manter) o lugar como seu espaço de vida. Resistindo a deslocamentos forçados, retornando nas áreas de onde foram despachadas, trabalhar como peão de trecho para investir no seu pedaço de terra em Barcarena, organizando-se em associações e fóruns que marcam a sua presença no território. Contra a mobilidade frenética vinculada ao complexo industrial-portuário, com sua demanda de mobilidade 24 horas, no ritmo das fábricas e das operações portuárias, a população procura sua fixação no território, participa das dinâmicas da divisão e mobilidade do trabalho sem perder o vínculo com seu lugar de origem, mesmo com o medo de nunca mais se sentir em paz na sua terra e sua casa.

Referências

ALMEIDA, A.W. B. **Refugiados do desenvolvimento: Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização.** Travessia, Revista do migrante: deslocamentos compulsórios & restrições à migração. Ano IX, n. 25, 1996, p. 30-36.

ALVES, J.; THOMAZ JUNIOR, A. **A migração do trabalho para o complexo hidrelétrico madeira.** Jornal do Trabalho. **Anais.** XII Jornada do Trabalho. Presidente Prudente, 2012. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/32.pdf>, acesso em 25 de março de 2014.

CARMO, Eunapio Dutra. **O Território Educa e Politiza na(s) Amazônia(s): os processos socioculturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena.** Rio de Janeiro: Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2010.

CASTLES, S. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Internacional de Mobilidade Humana.** Brasília, ano XVIII, n. 35, p. 11-43, 2010.

_____. Estudar as transformações sociais. **Sociologia, problemas e práticas**, n.º 40, 2002, pp. 123-148.

CASTRO, E. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho, p. 91-120. In: CASTRO, MOURA, E. MAIA, M. **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Edufpa, 1995, 410p.

CDP. **Indicadores de desempenho operacional 2013**. Belém: Companhia De Docas do Pará, 2014ª.

CDP. **Empreendimento atualização do plano de desenvolvimento e zoneamento do porto de vila do conde, situado no município de Barcarena, Belém/Pará**. Belém: Companhia De Docas do Pará, 2010.

CDP. Estatísticas de 2013. **Origem e destino das mercadorias**: Relatório gerencial contendo a movimentação de mercadorias, descrita por porto de origem e destino da mesma. Porto de Vila do Conde. 2014. Disponível em <https://www.cdp.com.br/345>, acesso em 10 de setembro de 2014.

CDP. Vila do Conde. Resposta de dados cedidos a partir de solicitação via SIC. 2013.

COSTA, M. S. S. (coord.) **Cadastramento e perfil socioeconômico** de famílias ocupantes da área da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI/PA) no município de Barcarena. Belém: CDI, UFRa, 2010.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampo, 1977.

IBGE. Censo demográfico 2010: Deslocamento – Amostra. Disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em 15 de fevereiro de 2013.

ITF GLOBAL.ORG. FOC Countries. 2012a. Disponível em: < <http://www.itfglobal.org/flags-convenience/flags-convenien-183.cfm>> Acesso em 09 de setembro de 2014.

ITF. What are flags of convenience? ITF, 2012b. Disponível em <<http://www.itfglobal.org/flags-convenience/sub-page.cfm>>, acesso em 09 de setembro de 2014.

MELCHIOR, L. Migrações pendulares e reestruturação metropolitana do Rio de Janeiro. **Anais**. XII SIMPURB 2011. Disponível em <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/23e9220e50d1013991c26aec10a6d6d4.pdf>. Acesso em 02 de agosto de 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Sistema de Tráfego Internacional (STI). Mensagem eletrônica nº 136/2014 - SIC/DIREX/DPF.

MONTEIRO, M.; MONTEIRO, E. Amazônia: os (des) caminhos da cadeia produtiva do alumínio. **Novos cadernos NAEA**, v. 10, n. 2, p. 87-102, dez. 2007, p. 87-103.

MOURA, E. A. F.; MAIA, M. L. **A reorganização do espaço de trabalho e do espaço doméstico das famílias de Barcarena**: os efeitos do projeto Albrás-Alunorte. Belém: UFPa/NAEA/CNPq, 1990, 190p.

PESSOA, Z. S. **A metrópole periférica**: identidade e vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Natal/RN-Brasil. 2012, 276 fls. Tese de doutorado em ambiente e sociedade (ifch/nepan/unicamp). Campinas, 2012.

ROCHA, G. Fronteira e urbanização na Amazônia: contribuições de Bertha Becker. **III SIMPÓSIO Relações entre Ciência e Políticas Públicas** - Propostas de Bertha Becker para o desenvolvimento da Amazônia. Museu Emilio Goeldi. Belém, setembro, 2013.

SANTOS, E. C. **Os homens por trás das grandes obras do Brasil**. Childhood, São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Edusp, 2010.

SASSEN, S. The Global City: New York, London, Tokyo. Princeton, NJ: Princeton University Press – In: CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação, economia e cultura, vol. I. São Paulo: Paz e Terra, (1999), 2011.

- SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010, 240p.
- SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia: Revista do migrante**. São Paulo, ano 13, 2000; (número especial jan. 2000, 34 p.).
- SRFCMB. Sumário do Relatório Final da Comissão Mundial de Barragens: “Barragens e Desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões”. (World Commission on Dams, 2000, 48 p.) [versão em espanhol, 2000] – disponível em www.dams.org.
- STÜPP, R. Revolta em Jirau reflete superexploração. **Brasil de fato**. 2011. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/5967>, acesso em 25 de março de 2014.
- TOURINHO, H. L. Z. (coord.) **Repercussões sócio-econômicas do complexo industrial ALBRAS/ALUNORTE em sua área de influência imediata**. Belém: IDESP, 1991. 337 p.
- UNCTAD. **Review of maritime transport**. 2007. New York and Geneva: United Nations, 2007, 167p.
- VAINER, C. B. A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas. **Travessia: Revista do migrante**: deslocamentos compulsórios & restrições à migração. Ano IX, n. 25, 1996, p. 5-9.
- VALENTE, A. M. (coord.). **Plano mestre Porto de Vila do Conde**. Florianópolis: LabTrans, 2013.

ARTIGO

NOS CAMINHOS DA EXPERIÊNCIA INTERCULTURAL: UM ESTUDO SOBRE A MOBILIDADE ESTUDANTIL INTERNACIONAL DE PARTIDA DA UFG

Resumo

O texto a seguir apresenta alguns dados de uma pesquisa que investigou, por meio do enunciado de estudantes de graduação retornados de mobilidade estudantil internacional, em que medida programas de intercâmbio internacional refletem nas bases de significação de uma vivência intercultural. A partir das interações que foram estabelecidas nos países de destino, e a partir também do distanciamento das relações familiares, os estudantes apontam a experiência como uma ampliação da visão de mundo, um percurso em direção ao amadurecimento, um processo de constituição da autonomia e de identidades. A mobilidade gera uma nova forma de migração, uma vez que os estudantes intercambistas se inserem nas comunidades receptoras como estrangeiros. Essa migração apresenta-se como um forte instrumento de cooperação entre países e instituições e também como possibilidade de vivências interculturais.

Palavras-chave:

Interculturalidade. Mobilidade estudantil. Migrações e retorno.

Abstract

The following text presents some data from a study that examined through the statement of graduate students returned from international student mobility, to what extent international exchange programs reflect the significance of foundations for intercultural experience. From the interactions that were established in destination countries, and also from the distance of family relationships, students point to experience as an extension of the worldview, a path towards maturity, a process of constitution of autonomy and identities. Mobility creates a new form of migration, since the exchange students are integrated into host communities and foreign. This migration is presented as a strong instrument for cooperation between countries and institutions as well as the possibility of intercultural experiences.

Keywords:

Intercultural. Student mobility. Migration and return.

* Professora adjunta da Universidade Federal de Goiás. E-mail: professoralucianadias@gmail.com

** Mestrando em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. E-mail: ydmorais@gmail.com.

Introdução

O processo de mudança socioeconômica, cultural e tecnológica em desenvolvimento nas últimas décadas intensificou as demandas em torno dos níveis elevados de educação para atuar no sistema econômico global, sem fronteiras e centrado na chamada era da informação (CANCLINI, 2005). Em cenários como esse o ensino superior ganha relevância como estratégia de inserção das pessoas no mundo do trabalho e para o desenvolvimento da cidadania, cabendo aos governos e aos organismos internacionais a formulação de diretrizes nacionais e políticas que vissem atender aos novos desafios decorrentes desse processo de mudanças. Entre a internacionalização das universidades os programas de mobilidade acadêmica são um dos pontos-chave desse processo, estimulando, e muitas vezes financiando, o deslocamento de estudantes, professores e técnicos administrativos para os mais diversos países do mundo.

A mobilidade estudantil compreende a experiência vivenciada pelo estudante de morar fora de seu país de origem por um determinado período, comumente sendo beneficiado por um acordo de cooperação entre universidades. O benefício concedido ao estudante intercambista está frequentemente relacionado à formação educacional do mesmo; à oportunidade de contato com outras culturas; e ao aperfeiçoamento de uma língua estrangeira, bem como e promoção da diversidade linguística e cultural. Segundo Dias Sobrinho (2004), a internacionalização das universidades brasileiras deve ser pensada a partir das atuais características da globalização econômica, considerando a fragmentação e a multiplicação dos conhecimentos, das informações e intercâmbios. Para o autor, a globalização não é uma continuação da internacionalização tradicional, mas trata-se de um fenômeno muito mais complexo e plurirreferencial, tensionado por forças hegemônicas e distintas concepções de educação e sociedade.

Quanto ao estudo aqui apresentado, informamos que o modelo teórico-metodológico adotado foi de natureza qualitativa. Assim, interessa ao estudo o conceito de Clifford Geertz (2008) de “descrição densa”, uma forma de análise onde se estuda o ponto de vista dos agentes envolvidos na ação que está sendo descrita, as significações e os padrões utilizados, pois, “a cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas” (p. 09). Os procedimentos para o tratamento teórico foram o levantamento bibliográfico e também a análise documental. No que se refere ao estudo de campo, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas a estudantes intercambistas da Universidade Federal de Goiás (UFG), retornados.

Os estudantes foram localizados por meio de redes de contatos com amigos e colegas da universidade e foram contatados por meio das redes sociais. Foram entrevistados seis estudantes de graduação da UFG, do *campus* Goiânia, sendo três mulheres e três homens, com idades entre 20 e 23 anos. Esses estudantes realizaram mobilidade estudantil internacional nos últimos dois anos, mediados por programas da Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI) da UFG, todos com concessão de auxílio financeiro e bolsa. Finalmente, é importante informar que os estudantes intercambistas retornados que foram entrevistados permaneceram no país de destino por um período de seis a 12 meses.

Mobilidade estudantil e interculturalidade

A internacionalização do ensino superior atualmente pode ser percebida e analisada a partir da consideração de suas múltiplas dimensões. Potencializada pela velocidade dos meios de comunicação, ampliação das políticas empreendidas nesse esforço e do cenário trans-fronteiriço dos países, amplificado pela globalização neoliberal, a educação superior no cenário atual vem tornando-se um campo que é atravessado por tensões e conflitos de interesses. Tradicionalmente as universidades sempre buscaram estimular a dimensão internacional, fosse por critérios de busca de uma ciência universal em seus espaços acadêmicos ou pela promoção da mobilidade de docentes e estudantes.

Segundo Aurélie Filippetti (2007, apud LIMA; MARANHÃO, 2009, p. 79), os países reconhecidos pelo poder de atração e acolhimento acadêmico de estudantes, além de capitalizar recursos financeiros diretos e indiretos, têm ainda como vantagens: a) contribuir para ampliar a rede mundial de influência cultural e política; b) selecionar os “melhores cérebros”; c) beneficiar-se de mão de obra especializada; d) promover transferência de tecnologia; e) criar um ambiente de aprendizagem multicultural; e f) enfrentar a imigração não controlada. Desta perspectiva, nem todas as regiões se inserem em um processo de internacionalização nas mesmas condições, considerando que a grande quantidade de estudantes estrangeiros no mundo está concentrada em poucas regiões, aquelas mais desenvolvidas, com universidades mais consolidadas e tecnologias de ponta.

Na UFG, o órgão responsável pelo desenvolvimento e a cooperação internacional é a CAI. De acordo com o Relatório de Autoavaliação da Universidade Federal de Goiás, de 2013, a UFG, por meio da CAI, tem promovido e consolidado interfaces com instituições internacionais a fim de estabelecer relações para execução das

atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em sua página oficial, a Coordenadoria de Assuntos Internacionais (2014) busca “[...] possibilitar condições à comunidade universitária de conviver e conhecer a diversidade cultural que propicia ao profissional uma formação cosmopolita consonante com o momento atual de evolução global”.

Ao refletir sobre a circulação dos estudantes em diferentes contextos culturais e suas trajetórias podemos questionar se cada experiência, como marcadores de uma história pessoal e localidades de destino distintas, encontra aspectos comuns para a análise sem o risco de desconsiderar suas particularidades. Néstor Canclini (2005) destaca características ambivalentes do panorama mundial contemporâneo: de um lado o processo de globalização, com tendências de integração reveladas em práticas mercadológicas e ideologias homogeneizantes, de outro, a conscientização da fragmentação do planeta em uma miríade de diversidades culturais. A globalização abarca o imaginário de que o transnacional se põe acima das diferenças, neutralizando-as. Para o autor latino-americano supracitado, uma forma pertinente de analisar a globalização é refletir sobre os casos em que ela “não dá certo”. Entre outras palavras, necessário se faz pensar também acerca daquilo que a globalização não pode solucionar, ou não possibilita estabelecer um diálogo pacífico e igualitário. Somos levados a refletir de maneira aprofundada e consistente sobre as diferenças e as desigualdades e como elas se relacionam nos cenários contemporâneos.

Neste viés, consideramos que é uma perspectiva multiculturalista que admite uma diversidade de culturas como aspecto comum, sublinhando as diferenças e com potencial para propor políticas relativistas de respeito. A partir desta óptica, as diferenças não seriam obviedades, mas sim construções históricas e culturais. De outro ângulo, a interculturalidade pressupõe muito mais que um conhecimento de que as sociedades são multiculturais e que existem múltiplas identidades, reivindica um projeto político. Arjun Appadurai (2008, apud ÁVILA; RIBEIRO, 2013, p. 02) adverte que “o ‘outro’ cultural talvez tenha se tornado mais aceitável, mas o ‘outro’ político nem sempre”. Ainda segundo esse autor, não basta apreciarmos a comida ou a festa do “outro”, é necessário dar-lhe voz e participação política. Apenas a percepção da pluralidade, o reconhecimento de sua existência e convívio, pode não estimular valores desejáveis de tolerância, compreensão e visibilidade das diferenças.

Em contrapartida, a interculturalidade remete a confrontação e ao entrelaçamento, aquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas. Ambos os termos implicam dois modos de produção social: multiculturalidade supõe a aceitação do heterogêneo; interculturalidade implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflitos e empréstimos recíprocos (CANCLINI, 2005, p. 17).

A interculturalidade vai além da justaposição de etnias, ou grupos, e estabelece um intenso e profícuo diálogo entre os diferentes. A diferença, portanto, não se encontra isolada e distante, mas constantemente favorecendo e potencializando influências, diálogos e negociações. As relações interculturais se articulam com a interação relacionada à desigualdade, conexão e desconexão, inclusão e exclusão (CANCLINI, 2005, p. 25).

Ao compreender os aspectos atrelados à diversidade e ao diálogo, o debate se estende quando pensado sob o ponto de vista da formação da cidadania e da emancipação por intermédio da educação. As bases para uma educação intercultural são fortemente orientadas pelas diferenças, respeitando as mais diversas especificidades socioculturais de cada indivíduo. Reinaldo Fleuri (2003, p. 23) aponta que a educação neste propósito passa a ser um processo da relação entre diferentes sujeitos e diferentes contextos culturais, levando a um ambiente formativo e de reciprocidade que se estende além da simples percepção do outro, mas que confira sentido a “campos identitários em termos de etnias, de gerações, de gênero e de ação social”.

Na educação intercultural a interação com as diferenças está presente em todos os instantes, de modo que as práticas educacionais não são direcionadas a uma expectativa de homogeneização dos indivíduos, mas sim de reconhecimento, valorização e respeito às alteridades. Quanto a esta concepção, o diálogo se constrói como relação entre sujeitos mediatizados pelo mundo, ou seja, os sujeitos só interagem criativamente mediante a ação, a *práxis*, quando assumem problemas ou conflitos que se tornam desafios comuns (FLEURI, 1996). Nisto consistiria essencialmente a ação educativa: “explicitar os conflitos humanos e sociais para desafiar as pessoas e grupos a interagirem na busca de sua superação” (p. 602).

A intercultura deve estar sempre em pauta nas discussões sobre educação, pois os processos globalizadores diminuem o isolamento das tradições locais e propiciam formas alternativas e contemporâneas de hibridação cultural. Néstor Canclini (2006, p. XIX) conceitua a hibridação como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”, porém, não só integram e geram mestiçagens, mas também podem segregar e estimular reações que acentuem as diferenças. A mobilidade pode, portanto, assumir a concepção intercultural na medida em que estimula no sujeito que se desloca, em um novo espaço, um cotidiano diferente daquele de origem, refletindo em sua visão de mundo, assim como também para aqueles que o acolhem e convivem diretamente com esse indivíduo.

No âmbito da UFG as diretrizes vinculadas às experiências de mobilidade per-

passam por esses sentidos. Segundo o Plano de Gestão 2014-2017 da Universidade Federal de Goiás (2014, p. 2), “a internacionalização na UFG é concebida como um processo que articula a dimensão internacional, intercultural e global no ensino, pesquisa e extensão”. Percebe-se no relatório que a UFG engloba os três pilares da universidade tradicional, quais sejam: o ensino, a pesquisa e a extensão, colocando como eixo transversal a internacionalização.

Narrativas de uma experiência intercultural

Considerando a importância da experiência de mobilidade na vida dos estudantes, destacamos a esfera social, envolvendo a relação com as diferenças, família e amigos, seja anterior à mobilidade e à experiência no país de destino e suas sociabilidades; como também de retorno ao Brasil e a manutenção dessas redes; e também a esfera pessoal que trata sobre a identidade, percepção dos estudantes e reflexos da experiência em sua relação com o mundo.

Os estudantes foram identificados com codinomes relacionados a nomes muito comuns nos países de destino para onde realizaram a mobilidade. *María*, autodeclarada branca, 21 anos, estudante da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), realizou mobilidade para o México. *Emily*, autodeclarada branca, 22 anos, acadêmica da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EAEA), realizou mobilidade para os Estados Unidos da América. *Emma*, autodeclarada parda, 21 anos, aluna na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), também realizou mobilidade para os Estados Unidos da América. *Afonso*, autodeclarado preto, 20 anos, acadêmico da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), realizou mobilidade para Portugal. *Javier*, autodeclarado pardo, 22 anos, que estuda na Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), realizou mobilidade para a Argentina. *Theo*, autodeclarado branco, 23 anos, da Faculdade de Letras (FL), realizou mobilidade para a Bélgica.

O primeiro passo para os estudantes ingressarem em um programa de mobilidade, mediados pela UFG, é se candidatarem aos editais que são publicados esporadicamente no decorrer do ano. Cada edital possui critérios específicos de seleção desses estudantes, todavia são coincidentes quanto à utilização da média global das notas obtidas na graduação e pontuação do Currículo Lattes do estudante para a colocação final. Portanto, um bom desempenho verificado por notas e a participação em eventos acadêmicos é essencial para a concorrência de uma vaga em algum desses programas.

O restante do pessoal todo mundo tinha interesse, eu tinha um grupo de amigos e todos nós sempre quisemos fazer intercâmbio, a gente sempre gostou de estudar outras línguas, só que eu saquei uma coisa que os outros não, [...] eu falei ‘esse intercâmbio aconteceu agora, eu vou descobrir se esse intercâmbio acontece todo ano’ e eu comecei a me preparar assim (EMMA, entrevistada em 28 mar. 2014).

Pierre Bourdieu (1996) sustenta que a mediação entre os benefícios advindos dos contatos familiares, ou de suas relações, e os investimentos em formação escolar resulta no sucesso escolar que, por sua vez, mostra-se vinculado à origem social. Uma análise dos excertos extraídos dos discursos apresentados nas entrevistas com os estudantes indica que a preparação para a mobilidade estudantil e a classificação desses estudantes guarda aspectos compreensivos próximos às ideias de Pierre Bourdieu (1996). Enquanto a própria universidade pública é caracterizada por um espaço nem sempre acessível, a seleção para a mobilidade exige do estudante um histórico de aperfeiçoamento em língua estrangeira, tempo disposto para a participação em eventos científicos, apresentação de trabalhos e outros de modo a criar uma cultura que o favoreça no momento da seleção.

Para a escolha dos países de interesse, a primeira relação que os estudantes fizeram foi com a afinidade com a língua estrangeira e depois afinidades culturais do que se conhecia sobre o país. Os editais abertos pela universidade geralmente são produtos de acordos bilaterais entre universidades ou convênios, assim os estudantes dentro de um mesmo edital nem sempre possuem a opção de escolha do país para a mobilidade, cabendo a eles escolher entre os programas que se apresentam em editais diferentes aqueles que mais coincidem com suas preferências e habilidades. O enunciado de Javier, apresentado abaixo, nos ajuda a melhor compreender o que está sendo afirmado.

Apareceu essa oportunidade da Argentina e eu já estava com a ideia de América Latina e tudo mais, [...] já estudava espanhol há um ano e meio, [...] e na verdade eu escolhi por causa da Cordilheira dos Andes, falei ‘não, não posso perder a oportunidade’, já tinha isso alinhado ali, mais por questões pessoais que acadêmicas (JAVIER, entrevistado em 20 de mar. 2014).

Ao refletir sobre o deslocamento desses estudantes é necessário apontar o debate sobre a especificidade dessa circulação de indivíduos e a representação social dos estudantes no país de destino. Importante destacar que não há um consenso sobre a compreensão da mobilidade como uma forma de migração. Se por um lado podemos considerar que há um rompimento do estudante intercambista com seu contexto sociocultural e familiar devido ao seu deslocamento internacional; por outro, este tipo de mobilidade indica um período previamente planejado, tendo como espaço

central a universidade que se encontra no país de destino. Denise Santos (2010, p. 76) em seu estudo sobre intercâmbios culturais e rituais de passagem, com referência a Turner, acredita que os intercambistas podem ser entendidos como neófitos durante o período de estadia, isto porque estes seriam pessoas liminares, que estariam no meio das posições atribuídas por lei, ambíguas, pois “não estão aqui, nem lá”.

Truzzi (2008, p. 200) aponta duas variáveis importantes para a análise migratória: a distância entre a origem e o destino; e o grau de ruptura de quem emigrou. Do ponto de vista de retorno pré-estabelecido com os estudantes ao local anterior à mobilidade, esse deslocamento é classificado dentro do fenômeno migratório como circular, ou seja, o indivíduo se desloca internacionalmente com intervalo de tempo definido, retornando ao final para o país de origem. Esta certeza de retorno complexificaria a classificação dos estudantes intercambistas como sujeitos migrantes, todavia não descaracteriza o fenômeno de deslocamento já que a migração acontece ainda que não seja alcançada a situação de constituição de identidades migrantes.

Ticiania Melo (2008) reconhece um esforço em distanciar a imagem frequentemente negativa e geradora de preconceitos – reflexo da migração –, de uma inovadora, moderna e fascinante, que representa o jovem estudante que parte em busca da construção de si mesmo e de uma experiência valorizada. A autora faz a opção pela abordagem de Murphy-Lejeune (2005, *apud* MELO, 2008), que em seus escritos sobre o estudante viajante na Europa constata que desde a década de 1980 surgem outros tipos de fluxos migratórios, com o trânsito do migrante qualificado, bem como dos estudantes em situação de mobilidade, caracterizados como “novos estrangeiros”. Isto porque estão situados entre a mobilidade passageira, própria dos turistas, e o deslocamento de longo prazo, típico dos migrantes.

Complementarmente, Leonardo Cavalcanti (2013, p. 7) faz uma minuciosa distinção entre as denominações “estrangeiro” e “imigrante”. O estrangeiro possui um marco jurídico que regulamenta sua estadia, enquanto é do ponto de vista social que prevalece a figura do “imigrante”. É associado ao estrangeiro um *status* social de prestígio, ao mesmo tempo em que “se reconhece como imigrante os que fizeram um deslocamento relativamente precário e que estão destinados a ocupar os espaços mais inferiores do sistema social no lugar da imigração”. O excerto abaixo aproxima as discussões deste teor, quando a estudante intercambista retornada que foi entrevistada afirma que:

As pessoas lá são preparadas pra receber estrangeiro, entendeu, então assim, quando você fala que é estrangeiro aí que eles te tratam melhor [...] então eles fazem muita questão de você, sabe, eu vi muita questão deles em te ajudar [...] e com brasileiro era mais ainda, por-

que eles acham a gente os tops, os tops do mundo, ‘nossa, você é brasileira, uau’ (MARÍA, entrevistada em 20 mar. 2014).

A nacionalidade compreendida como resguardando certa excentricidade interfere na forma de recepção dos estudantes nos países de destino. María, ao realçar o tratamento acolhedor aos estrangeiros por parte dos mexicanos, colabora para afirmar a interpretação de que os estrangeiros despertam a curiosidade dos nativos por sua diferença. Esta mesma entrevistada informa que a recepção calorosa que ela relata foi a mesma com relação aos outros colegas, também intercambistas, de outras nacionalidades da América Latina. Ela entende que a recepção “top” é uma consequência do fato de ser brasileira, sendo que sua nacionalidade fora apreendida como uma espécie de excentricidade.

Já Afonso relatou uma situação oposta em relação aos estudantes oriundos de outros países que se encontravam em Portugal no mesmo período que ele. Este estudante, em sua entrevista, narrou casos graves de constrangimento aos intercambistas e destacou também experiências por ele vivenciadas e que evidenciam hostilização. Em seus relatos denuncia que um dos docentes sempre fazia questão de corrigi-lo demasiadamente sobre o uso do português brasileiro, revelando uma intolerância linguística com todos os seus desdobramentos possíveis. Esse mesmo professor também fazia a ele cobranças indevidas, e usava de altíssimos padrões de rigores, que não eram comuns à toda turma: Os portugueses são pessoas muito fechadas e não são abertas aos brasileiros, durante o período que eu estive lá tivemos alguns conflitos, digo brasileiros e portugueses, inclusive com outros alunos da Universidade Federal de Goiás que não me deixam mentir, [...] na universidade além da falta de interação dos alunos portugueses com a gente, que forçava a gente intercambista em cada turma ter amigos intercambistas de outros países, afinal de contas os excluídos se incluem, né [...] porque eu acho que a oportunidade de você ir também não é você apenas aprender, é você levar também conhecimento, [...] eles lá riem mesmo quando alguém tem um sotaque diferente (AFONSO, entrevistado em 25 mar. 2014).

Afonso relata também que estava na universidade no período em que houve um caso de xenofobia e racismo direcionado a brasileiros e a negros, que ganhou difusão e proporções internacionais. Este estudante destacou situações de tensões que nos distanciam das discussões acerca do exercício de uma interculturalidade, esta que pressupõe um aprofundado e não inferiorizante diálogo com as diferenças. A experiência enunciada de Afonso revela o quão singulares são os processos de deslocamento que podem articular identidades, pertencimentos e marcadores socioculturais específicos. Beatriz Padilla (2012) salienta que não é possível falar em um imigrante

universal, as questões étnico-raciais, de gênero, de classe, de orientação sexual, dentre outras, não são indiferentes ao processo vivido, podendo ativar, coibir e controlar processos de discriminação e intolerância, modelando a experiência migratória.

Quando os estudantes se referem aos vínculos mais fortemente criados com outros estudantes também em situação de mobilidade, emerge a identificação em um novo grupo social, mesmo que temporário. Esses estudantes reconhecem-se na situação de estrangeiros ao mesmo tempo em que podem vir a exaltar suas diferentes nacionalidades.

Cada casa moram cinco pessoas, então na minha casa morava eu, brasileira, uma mexicana, uma chilena, uma argentina e uma peruana, por incrível que pareça tinha um monte de quarto, mas eu era a única que compartilhava, com a peruana, mas eu achei isso ótimo, porque eu aprendi muito mais, com a língua, a cultura do Peru, eu tinha um estereótipo das coisas e quando você vai ver é totalmente diferente [...] cria um laço de amizade, tanto que no meio mais ou menos, a gente chamava uns aos outros de família, [...] aqui seus amigos de verdade, sua família nunca vão te abandonar, nunca vão te deixar, eles vão te acolher até mais intenso, sabe, mas você fica com o coração naquela parte, gente, cadê o povo intercambista, cadê meus amigos estrangeiros (MARÍA, entrevistada em 20 mar. 2014).

Os entrevistados citam ainda que as interações socioculturais eram estreitadas em espaços de socialização, tais como bares, eventos da comunidade universitária e fora dela e, principalmente, em viagens que eram realizadas a locais turísticos próximos ou até mesmo em outro país. Neste ínterim, Theo e Afonso, por exemplo, narraram a facilidade de locomoção transnacional no continente europeu. Os momentos recreativos potencializavam nos estudantes a sensação de pertencimento e de reconhecimento dos outros, conduzindo a uma espécie de articulação de elementos de identidades.

O intercâmbio serve pra isso também, pra você viajar e viver, entendeu, tanto a parte acadêmica, claro, isso é importante, mas a experiência pessoal, ela transcende a questão acadêmica, [...] muitos estavam vivendo a mesma experiência que eu, de ser a primeira pessoa [da família] a entrar na universidade, da primeira vez de estar saindo do país, entendeu, com muitas inquietações, querendo compreender o mundo e em seu próprio país não encontrando a resposta, e encontrar pessoas que tinham o pensamento igual e compartilhando disso, sabe, nisso fiz um grupo de amigos (JAVIER, entrevistado em 20 mar. 2014).

É justamente na interação social que as identidades culturais são criadas, recriadas, afirmadas e reafirmadas. Moreira e Silva (2008) apontam que as identidades são caracterizadas por símbolos e por representações que, ao mesmo tempo em que as constroem como processos de identificação, fazem uma marcação das diferenças, atuando esta marcação como componente chave em qualquer sistema classificatório. Desta forma, classificam-se como iguais todos os que se aproximarem de uma deter-

minada concepção de identidade hegemônica e consideram as alteridades radicais, e mais distantes, como marginais e/ou inferiorizadas.

Eu fiz uns amigos que vou levar pra vida, até mais do que da Bélgica, mas muito mais gente de outros países do que da Bélgica mesmo, e de países que eu nunca pensei que fosse conhecer alguém de lá, a minha melhor amiga era do Quirquístão, eu nem sabia onde ficava o Quirquístão (THEO, entrevistado em 3 abr. 2014).

Nesta direção, os estudantes apontam que o fato de serem intercambistas os ligavam com outros que se encontravam na mesma situação, mesmo quando havia uma boa relação com outros estudantes nativos, como no caso de Maria e de Theo. O reconhecimento temporário, marcado por expressões como “intercambistas”, “viajantes”, “cidadãos do mundo”, “estrangeiros”, aponta para a possibilidade de uma identidade específica, em um período específico de tempo. Stuart Hall (2002) destaca que é um equívoco pensar em uma identidade cultural única ou “pura” na atualidade. Com a pós-colonialidade, o sujeito que até então vivia com uma identidade homogênea e estável, se torna fragmentado e composto por várias identidades, até mesmo contraditórias entre si. Neste sentido, à medida que os sistemas de significações e representações culturais se multiplicam, os indivíduos são confrontados por uma multiplicidade de identidades possíveis, podendo se identificar, ao menos temporariamente, com cada uma delas.

Emily, a única dos entrevistados que já havia realizado uma viagem ao exterior anterior à mobilidade, conta que hoje faz parte de uma organização internacional de jovens estudantes, ligados a intercâmbios culturais, meio por onde realizou, posteriormente, um intercâmbio para Argentina, além de acolher vários intercambistas de outros países em sua casa por períodos determinados. Portanto, a identificação de intercambista pode se estender até após a situação de mobilidade, acionada por novas experiências de contato internacional ou de manutenção das relações adquiridas durante a mobilidade. As múltiplas identidades estão a todo instante se cruzando e se reconstituindo, refletindo na visão de mundo e na emergência de novos sentidos.

Em diálogo com Claudemira Ito (2007), podemos supor que a decisão de imersão em um outro país, acionado a partir de um primeiro deslocamento, pode gerar idas e vindas frequentes. O movimento daí advindo faz com que a própria vida seja constantemente ressignificada em complexos processos de reinvenção das interações humanas sobre o planeta. Toda uma circularidade, que pode caracterizar um movimento migratório intenso e complexo, pode ser ativada em decorrência da necessidade de realizar um desejo de retorno, com um tom de mudança definitiva para outro país, em novos projetos migratórios.

Considerações Finais

O mundo de hoje, caracterizado pelo dinamismo do desenvolvimento científico e tecnológico, tende para uma economia baseada no conhecimento, aumentando cada vez mais a concentração desse recurso nos centros de poder hegemônicos. Este processo requer que as universidades brasileiras encontrem alternativas de inserção encaminhadas à internacionalização da educação superior para a integração justa e solidária que favoreça o desenvolvimento econômico e social de cada região. Não é possível aproximar-se do tema sem demonstrar a vontade política de uma universidade plural, que atenda à sociedade e a um diálogo com as diferenças. A internacionalização deve estar no planejamento de toda universidade, não se restringindo a um setor específico dessa instituição. Todavia, a internacionalização deve ser apreendida e em seus âmbitos ampliados, como a pesquisa, o ensino, a extensão e a gestão, em uma perspectiva intercultural.

Os caminhos da experiência intercultural percorridos por cada um dos estudantes contribuíram principalmente para o exercício de sua autonomia, marcando a construção de aspectos próprios desses estudantes em uma fase de suas vidas em que são exigências fortemente enunciadas: capacidade de escolha, autonomia e responsabilidade. Chama à atenção a especificidade de que os jovens estudantes desfrutem da experiência de intercâmbio em uma faixa etária em que a maioria deles vive uma situação de transitoriedade entre a autonomia e a dependência, entre a juventude e a idade adulta, com uma visão ainda de descobertas da fase estudantil, isso tudo conciliado com as inquietações sobre o futuro profissional.

A mobilidade estudantil internacional pode contribuir para uma educação intercultural, uma vez que os envolvidos experimentam mudanças intensas durante ou depois da experiência de mobilidade. O que pôde ser notado gravita em torno da adoção de novos valores e atitudes que conduzem a um amadurecimento pessoal, em uma relação de diálogo com a diversidade cultural. A interação com o “outro”, a alteridade vivenciada, amplifica sua voz e estimula um empoderamento individual, que também é coletivo e coletivizado, diante das diferenças. A educação intercultural compreende valores e atitudes e a mobilidade estudantil na UFG tem provocado nos estudantes intercambistas um autoconhecimento, uma elevação da autoestima, um senso de igualdade e um despertar de visões mais críticas e ampliadas a respeito da própria nacionalidade e do próprio pertencimento.

As situações de retorno à universidade de origem e ao Brasil; as relações, que são constantemente reinventadas, com os pais e familiares; as atividades solidárias

que foram desenvolvidas no país de destino; as sociabilidades que foram despertadas nos países de destino e as novas sociabilidades quando no momento de retorno; a preocupação em descrever as cidades e seus aspectos urbanos quando eram estrangeiros; dentre tantos e tantos outros pontos instigantes, demonstram que a situação de mobilidade acadêmica transita entre múltiplas questões e possibilidades analíticas e reflexivas, indicando que a temática apresenta fôlego para muitos, e necessários, outros estudos.

Referências

- ÁVILA, Cristiana Bartz de; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. Cultura, multiculturalismo e interculturalidade: as «Tias Minas» da cidade de Pelotas-RS e seu legado cultural. **II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Belo Horizonte, outubro de 2013. Disponível em: <www.2coninter.com.br/artigos/pdf/50.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- _____. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- CAVALCANTI, Leonardo. “Imigrantes”, “imigrados”, “estrangeiros” e a fabricação do outro imaginário: a presença brasileira no contexto da imigração na Espanha. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7018217/Imigrantes-Emigrados-EstrangeirosA-Formacao-Da-Imagem-Do-Outro>>. Acesso em: 14 de outubro de 2013.
- COORDENADORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS. **Atividades**. 2014. Disponível em: <<http://www.cai.ufg.br/pages/17280-atividades>>. Acesso em: 08 de junho de 2014.
- DIAS SOBRINHO, José. Educação superior sem fronteiras cenários da globalização: bem público, bem público global, comércio transnacional? **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 09, n. 02, p. 9-29, Jun. 2004. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772004000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 de dezembro de 2013.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 16-35, agosto de 2003.
- _____. Diálogo e Práxis In: **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, IPF, UNESCO, p. 604-605, 1996.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª. ed., 13ª. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- ITO, Claudemira Azevedo. Reflexões sobre as migrações internacionais. **V Encontro Nacional Sobre Migrações**. Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_2_ref_mig_int.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2013.
- LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina M. do S. de A. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Revista Avaliação**, v. 14, n. 3, 583-610, 2009.

MELO, Ticiania Telles. **Mobilidade estudantil internacional de partida na UFC: experiências e formação no Programa Duplo Diploma**. 2008. 277f. Teses (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2008.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Currículo, Cultura e Sociedade**. 10ª. ed., São Paulo: Cortez. 2008.

PADILLA, Beatriz. Novas configurações das migrações brasileiras na Europa: uma reflexão e proposta de agenda. In: **Novas e Velhas Configurações da Imigração Brasileira na Europa**: Atas do 2º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa. Outubro de 2012. Disponível em: <<http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/3874>>. Acesso em: 1º de março de 2013.

SANTOS, Denise Silva dos. “**Jovens e rituais de passagem**”: um estudo etnográfico de experiências de intercâmbios culturais de estudantes estrangeiros no Rio Grande do Sul. 2010. 182f. Dissertação (Mestre em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre/RS, 2010.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo social**. São Paulo, v. 20, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702008000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de Gestão UFG 2014-2017 Internacionalização**. 2014. Disponível em: <http://cai.ufg.br/uploads/92/original/Plano_de_Gest%C3%A3o_Internacionaliza%C3%A7%C3%A3o_2014-2017_Modo_de_Compatibilidade_.pdf> Acesso em: 09 de junho de 2014.

ARTIGO

INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: AGENTES E PERSPECTIVAS

Resumo

O temor de uma possível internacionalização da Amazônia habita o imaginário coletivo no Brasil. Em certos momentos o assunto ganha maior proeminência; em outros, o tema sofre um arrefecimento. Histórias sobre cientistas e missionários estrangeiros, bases militares alienígenas, contrabando de exemplares da fauna e da flora ajudam a manter vivo o fantasma da internacionalização. A questão, contudo, deve ser analisada tendo em vista as ações cooperativas dos países amazônicos e os projetos concebidos por agentes governamentais e não governamentais não originários da região. Ademais, uma melhor compreensão do problema pressupõe a identificação das diferentes perspectivas da internacionalização e os agentes a elas relacionados.

Palavras-chave:

Amazônia. Internacionalização. Cooperação. Estado. Geopolítica.

Abstract

The fear of an eventual internationalization of Amazonia is always awake at the common sense of the Brazilian society. Sometimes this issue is more vivid, sometimes it gets more dispassionate. Stories about scientists, missionaries, foreign troops or biopiracy keep this phantom alive. Nevertheless, the problem must be analyzed in view of cooperative initiatives established by the Amazonian nations just like the projects conceived by governmental and non-governmental actors from abroad. Moreover, a better comprehension of the internationalization depends on the identification of different perspectives and agents.

Keywords:

Amazonia. Internationalization. Cooperation. State. Geopolitics.

* Bacharel em Direito, especialista em Relações Internacionais, mestre em Geografia, doutor em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Liège (Bélgica). Professor e pesquisador na PUC Goiás e na Universidade Salgado de Oliveira (Goiânia).

Introdução

Atribui-se a Jeremy Bentham (1748-1832) o emprego original da palavra “internacional” na obra *The principles of moral and legislation*, publicada em 1789. Talvez por influência do também britânico Richard Zouch (1590-1660), que cunhou a expressão *jus inter gentes*, Bentham lançou mão do neologismo *international law*.

O verbo internacionalizar é empregado no sentido de “tornar algo internacional” (v.g. cadeia produtiva, valores, direitos) ou “colocar uma área sob o controle de uma autoridade internacional”. Insere-se nessa segunda acepção o sistema de mandato, geralmente instituído diante da incapacidade das instituições locais em estabelecer e manter um modelo eficiente e duradouro de governança¹.

A *internacionalização da Amazônia* normalmente evoca planos e ações interventivas de potências estrangeiras com vistas à conquista da região. O senso comum muitas vezes estende a noção de “internacionalizar” e hoje não é difícil encontrar discursos nos quais o verbo é empregado com o significado de “estrangeirizar”.

Além da confusão terminológica, verifica-se uma confusão analítica. Este trabalho tem por objeto a análise da internacionalização da Amazônia tendo em vista as diferentes perspectivas e a variedade de atores envolvidos nesse processo. Para tanto, identificam-se inicialmente dois tipos de movimentos: endógenos e exógenos. Os primeiros são representados pelas iniciativas promovidas pelos governos regionais, cuja melhor tradução é a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); os exógenos são projetos concebidos por atores externos: governos estrangeiros, organizações não governamentais, empresas. Os parágrafos a seguir estão divididos em duas seções: uma dedicada ao regionalismo, ou a internacionalização de dentro para fora; outra à internacionalização de fora para dentro.

A internacionalização de dentro para fora: o Tratado De Cooperação Amazônica

Do ponto de vista conceitual, poder-se-ia imaginar que o vocábulo que melhor expressa os movimentos de cooperação empreendidos pelos países amazônicos é *internacionalismo*: “a política de maximizar a cooperação com outros Estados e apoiar decisões de organizações internacionais”². No entanto, mormente em virtude da falta de decisões internacionais autônomas e efetivas, encontra-se no máximo um *regionalismo* cuja expressão máxima é o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

1 Cf. o verbete *internationalization* em BERRIDGE, G. R.; JAMES, Alan. *A dictionary of diplomacy*. 2. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

2 “The policy of maximizing cooperation with other states and support for the decisions of international organizations” (*Ibid.*, p. 143).

O TCA foi adotado, em Brasília, aos 3 de julho de 1978, pelos oito Estados independentes da região – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname. Diferentemente da proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica³, apresentada aos países-membros das Nações Unidas durante a I Conferência da Unesco, os diálogos que antecederam o TCA foram conduzidos apenas entre os Estados sul-americanos.

Um aspecto que merece ser levantado são as relações Brasil-EUA. No período de negociações do TCA, Brasília e Washington enfrentavam um atrito diplomático. O Brasil denunciara vários acordos bilaterais de cooperação estratégica, firmados nas décadas de 1940 e 1950. Os EUA não eram vistos, portanto, como um aliado natural na política externa brasileira. Esses atritos são fruto, sobretudo, do desejo de desenvolver um programa nuclear. Diante da indisposição norte-americana em estabelecer uma cooperação nesse campo, bem como da oposição do estabelecimento de relações entre Brasil e outros países dispostos a repassar tecnologia, o gigante sul-americano começa a buscar novas alternativas para sua política externa. Em 27 de junho 1975 firmou-se com a Alemanha o Acordo de Cooperação Nuclear; em 1.º de setembro de 1978, Brasil, Alemanha, Países Baixos e Reino Unido celebraram o *Acordo sobre Reprocessamento de Urânio Enriquecido fornecido pela Urenco*⁴. Esse multilateralismo – político, militar e econômico – foi uma das principais características da política externa do governo Geisel⁵.

No meio político, alguns setores viviam uma euforia nacionalista. Discutia-se a atuação das empresas multinacionais e a necessidade de regulamentação e controle de suas atividades. Em 1975, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi constituída para estudar as multinacionais e o capital estrangeiro; dentre os vários empreendimentos citados nos trabalhos da CPI, encontram-se alguns localizados na Amazônia, como a extração de cassiterita em Rondônia e o projeto Carajás⁶.

Para o governo brasileiro, aproximar-se dos demais países amazônicos era um passo estratégico na geopolítica sul-americana de meados e fim da década de 1970. As relações entre Brasil e Paraguai, tendentes à construção da barragem de Itaipu,

3 Cf. NUNES, Paulo Henrique Faria. O Instituto Internacional da Hileia Amazônica: moinho combatido por um quixotesco Brasil. *Revista de Estudos Jurídicos*, Niterói, ano II, n. 1, p. 159-185, 2009.

4 Urenco é uma companhia constituída de acordo com os preceitos do Tratado de Almelo, firmado por Alemanha, Países Baixos e Reino Unido.

5 VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

6 *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano XX, n. 77-80, 1977.

geraram tensões entre Brasília e Buenos Aires⁷. Em junho de 1966, Brasil e Paraguai assinaram a *Ata de Iguaçu*, documento que tornou possível a construção da maior barragem do mundo. A assinatura do acordo, contudo, gerou insatisfação da Argentina, visto que o rio Paranã também atravessa o território portenho, ainda que a jusante. Buenos Aires insistia no argumento que a obra só poderia ser realizada com sua anuência, ao passo que Brasil defendia o direito de plena soberania de cada Estado no trecho do rio que cortava seus respectivos territórios.

Uma solução aparente foi a assinatura do Tratado da Bacia do Prata, aos 23 de abril de 1969 (Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai), por meio do qual criou-se o Comitê Intergovernamental da Bacia do Prata. Todavia as relações no Cone Sul permaneceram tensas. Brasil e Argentina expuseram suas teses e desavenças em um fórum mundial, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972). A delegação argentina pugnou pela inclusão no texto da Declaração de Estocolmo do dever de realização de consultas e trocas de informações quando da realização de obras em rios internacionais sucessivos. A tese argentina não foi acolhida, mas reconheceu-se na conferência a importância de discutir o tema na Assembleia Geral da ONU.

Apesar da insatisfação de Buenos Aires e de certas reações negativas por parte de Assunção, Brasil e Paraguai firmaram o Tratado de Itaipu aos 26 de abril de 1973. Em outubro do mesmo ano da celebração do TCA, 1978, os presidentes Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner se encontraram na cerimônia de abertura dos trabalhos de desvio do rio Paranã. O vigor diplomático brasileiro e a associação do crescimento econômico à política de defesa despertavam incertezas e desconfianças nos países sul-americanos. Os atritos com a porção do subcontinente com a qual o Brasil possuía fronteiras vivas e uma maior proximidade comercial despertou o receio de um possível isolamento do único país lusófono da região e forçou a diplomacia brasileira a voltar-se para a parte setentrional da América do Sul. Era fundamental aproximar-se dos países andinos – já agrupados em um bloco regional – e mitigar ao máximo a imagem de *hermano imperialista*.

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o Brasil assinou importantes acordos com os países da Hileia, mas os primeiros diálogos sobre a viabilidade de um projeto de cooperação amazônica foram entre Brasil e Peru⁸. Em 1968, os militares peruanos

7 CAUBET, Christian G. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. São Paulo: Acadêmica, 1991; PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras: ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

8 ROMÁN, Mikael. *The implementation of international regimes: the case of the Amazonian Cooperation Treaty*. Uppsala, Sweden: Uppsala University, 1998.

tomaram o poder e instituíram um regime de acentuado caráter nacional-socialista⁹; em 1975, uma guinada na política do Peru tornou mais fácil o diálogo entre os dois países detentores das maiores porções da Amazônia. A ascensão do presidente Morales Bermúdez representou, apesar da imagem negativa do Brasil perante seus vizinhos, um alinhamento ideológico entre Brasília e Lima. Ainda em 1975 foram firmados acordos bilaterais sobre zonas fronteiriças, cooperação técnico-científica e um *Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos*. Em novembro de 1976, Geisel e Bermúdez se encontraram e assinaram vários tratados, alguns deles relacionados à Hileia: *Acordo para a Constituição de uma Subcomissão Mista Brasileiro-Peruana para a Amazônia*, *Acordo para Utilização de Estações Costeiras e de Navios na Região Amazônica*, *Acordo para a Constituição de um Grupo Técnico Destinado a Estudar o Estabelecimento de um Sistema de Auxílio à Navegação no Rio Amazonas*. Também, nesse momento, Geisel e Bermúdez deram o pontapé para a criação de um depósito franco-peruano em um porto da Amazônia brasileira¹⁰.

No âmbito multilateral, menciona-se o Comitê Intergovernamental para a Proteção e o Manejo da Flora e da Fauna Amazônicas, criado por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela em 1975. Tendo em vista o cenário propício à discussão de temas concernentes à Hileia, em março de 1977 o governo brasileiro empreendeu um trabalho de consulta junto às chancelarias dos demais países amazônicos a fim de verificar o grau de aceitabilidade de uma proposta de tratado. Inicialmente o governo venezuelano não demonstrou entusiasmo. A Venezuela era o país de maior tradição democrática na América do Sul e Caracas considerava temerário se juntar a um conjunto de países sob, em sua ampla maioria, regimes ditatoriais⁶⁷. Além disso, a Venezuela aspirava um posto de maior proeminência no contexto global, condizente com sua condição de grande fornecedora de petróleo e membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Visto que a proposta partira do Brasil, temia-se uma manobra do Itamaraty que pudesse legar aos demais negociadores um papel secundário. Apesar da oposição inicial, a Venezuela se viu impelida pela conjuntura regional. A boa receptividade por parte dos demais países da Hileia – e a maioria era constituída de signatários do Pacto Andino – a colocavam em uma posição delicada. Também não era conveniente manter-se afastada de

9 INGRAM, George M. *Expropriation of U.S. property in South America: nationalization of oil and copper companies in Peru, Bolivia and Chile*. New York: Praeger Publishers, 1974; COTLER, Julio. *Peru: classes, Estado e nação*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: FUNAG, 2006; VILLANUEVA, Victor. *O golpe de 68 no Peru: do caudilhismo ao nacionalismo?* Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

10 CARRETEIRO, Ronald P. *A navegação na Amazônia*. Manaus: Calderaro, 1987.

um grupo de países do qual participariam dois com os quais tinha problemas de demarcação territorial (Colômbia e Guiana). Além do mais, interessava ao governo venezuelano ampliar sua zona de intercâmbio comercial e o mercado brasileiro não podia ser desprezado, nem como importador nem como exportador. Diante das manifestações predominantemente positivas dos demais países, a Venezuela se juntou ao grupo de discussão do pacto. Em julho de 1977, Carlos Andrés Pérez deu sinais positivos à cooperação pan-amazônica e em novembro concordou formalmente em participar da negociação do tratado. O Itamaraty tomou a iniciativa de elaborar um anteprojeto de 19 artigos com as linhas mestras do TCA e o apresentou aos futuros parceiros em março de 1977¹¹. Três reuniões foram realizadas durante o processo de negociação. Duas em Brasília (novembro de 1977 e março do ano seguinte¹²) e outra em Caracas, onde foi aprovado o texto final, em maio de 1978. Percebe-se que da apresentação da proposta até a assinatura do tratado houve um prazo bastante exíguo, o que demonstra a urgência do tema para o Brasil.

O Poder Executivo brasileiro buscou esclarecer o Legislativo a respeito do TCA ainda no período de negociação. O embaixador Rubens Ricupero proferiu uma conferência na Câmara dos Deputados em outubro de 1977, esclarecendo os objetivos e a importância do tratado¹³. Além da política regional sul-americana, existem alguns elementos de abrangência global que favoreceram o diálogo amazônico. Citam-se, em primeiro lugar, as preocupações manifestadas em tom alarmista com o meio ambiente. A Conferência de Estocolmo, as previsões sobre os limites do crescimento – amplamente difundidas pelo Clube de Roma – e o discurso de medidas internacionais de proteção ambiental despertaram temores nos governantes dos Estados amazônicos. Para Julio Portillo, esse foi o principal elemento que levou o governo brasileiro a tomar a iniciativa pan-amazônica.

11 Román, op. cit.; RICUPERO, Rubens. O Tratado de Cooperação Amazônica. *Revista de Informação Legislativa* (Suplemento Integração na América Latina), Brasília, ano 21, n. 81, jan.-mar., p. 177-196, 1984; FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. *Relações de trabalho na Pan-Amazônia*: a circulação de trabalhadores. São Paulo: LTr, 1996.

12 “Los cinco países andinos invitados a formar parte del Tratado Amazónico se reunieron en Brasilia desde el 27 hasta el 31 de Marzo de 1978, justo cuando el Presidente Jimmy Carter de los Estados Unidos abandonaba Brasil y cuando los militares brasileños celebraban el decimocuarto aniversario del Golpe de Estado de 1964” (PORTILLO, Julio. *Venezuela-Brasil: relaciones diplomáticas: 1842-1982*. Caracas: Editorial Arte, 1983, p. 221).

13 O texto dessa conferência, que serviu de base para a elaboração do artigo anteriormente citado, está disponível em BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES). *Valores e rumos do Mundo Ocidental*: II Painel de Assuntos Internacionais realizado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no período de 12 a 27 de outubro de 1977. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978.

Comenzaremos por decir que lo que impulsó a los brasileños a llevar adelante todo tipo de acciones para conseguir finalmente la firma del Tratado, fue el conocimiento de que Universidades norteamericanas y consejeros del gobierno de los Estados Unidos se encontraban elaborando desde 1976 un proyecto para ser presentado en las Naciones Unidas, teniendo como finalidad colocar bajo la protección de la ONU la región del Amazonas. Se hablaba que por ser un territorio tan importante para el futuro de la humanidad, había la necesidad de prevenir causas ecológicas que pusieran en peligro esto que debía pertenecer a todo el mundo y no a un determinado país. Era evidente que el Brasil, quien en el Amazonas tiene siete millones de kilómetros cuadrados reaccionara inmediatamente. El Tratado de Cooperación Amazónica fue la respuesta brasileña a las pretensiones disfrazadas de los Estados Unidos¹⁴.

Soma-se à reação ao discurso ambientalista a inquietação a respeito da soberania sobre os recursos naturais da Hileia e o interesse em garantir a continuidade dos grandes projetos econômicos nos territórios amazônicos de vários países signatários. Ernesto Geisel, Chefe de Estado brasileiro, manifestou essas apreensões em seu discurso quando da assinatura do TCA: “Num mundo em que as advertências responsáveis sensibilizaram para a perigosa redução dos recursos naturais, a Amazônia apresenta-se com opulência de elementos vitais ao desenvolvimento e à própria sobrevivência”¹⁵. E continua:

Com argumentos sem fundamento científico, chega-se a agitar espectros fantasistas, pondo-se em dúvida a capacidade ou a determinação conservacionistas dos Governos locais. Invoca-se, então, uma solidariedade internacional que, entretanto, é recusada quando se quer lutar contra o subdesenvolvimento. Sem ignorar a importância ou seriedade dos problemas ambientais, nem lançar dúvidas sobre a sinceridade e boa-fé de muitos que os agitam, permito-me afirmar que ninguém mais do que nós possui títulos ou motivos para velar por um equilíbrio de que muito depende nosso próprio futuro. A responsabilidade exclusiva que a todos nos compete na Amazônia tem, como complemento, um dever que não podemos eludir. Sob pena de frustrar a realização da própria potencialidade, os países desta região não podem voltar as costas para o desafio amazônico e condenar a América do Sul a ser, para sempre, uma periferia sem centro, uma franja de populações ao longo dos oceanos e dos vales, sem linhas de comunicação que vivifiquem o coração vazio do Continente. A solução daqueles problemas não se encontra no quietismo abstencionista ou na renúncia ao progresso.

É através da ação pertinaz e inteligente, aberta em todo o momento à revisão de métodos, quando a realidade o aconselhar, que haveremos de superar nossas dificuldades. A diplomacia brasileira sempre fez questão de assinalar que a preocupação com o *habitat* amazônico só tem sentido em função do homem que nele vive e que a pior poluição é a da miséria e do subdesenvolvimento. Inspirados por esses princípios, saberemos prosseguir, com firmeza e equilíbrio, no esforço de valorizar para o homem essa Amazônia que alguns

14 *Op. cit.*, p. 219-220.

15 GEISEL, Ernesto. *Discursos*. Vol. V. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1979, p. 287.

gostariam de ver estagnada. Contra os ensaios de internacionalização, sob a forma abrupta do passado ou da interferência sutil do presente, o melhor antídoto é a regionalização da proteção da área.

Na Amazônia, repito, compete aos países que a partilham, e a eles só, a responsabilidade exclusiva pelo seu desenvolvimento¹⁶.

A crise energética mundial também contribuiu para a diplomacia amazônica, visto que o Brasil tinha especial interesse no petróleo da Venezuela e do Equador, no gás da Bolívia¹⁷ e no carvão da Colômbia¹⁸. Apesar do sucesso na negociação do TCA, o entusiasmo não foi o mesmo após a assinatura. O Pacto Andino ainda era o projeto regional prioritário para a maior parte dos seus membros. Em sua mensagem dirigida ao Congresso peruano em 28 de julho de 1978, o Presidente Francisco Morales Bermúdez Cerruti assim se expressa:

En cuanto a las acciones cumplidas en el ámbito internacional; en su permanente empeño en desarrollar una política exterior nacionalista, independiente y conforme a los postulados de su Plan de Gobierno, el Perú ha reforzado su diálogo con los países latinoamericanos, a fin de lograr la identificación de intereses comunes que pudieran ser materia de una cooperación estrecha y fructífera, como la reciente suscripción del Tratado de Cooperación Amazónica, nuevo sistema que complementa a nuestra prioritaria participación en el Grupo Andino, y que refleja nítidamente la importancia que el Perú le confiere al cuadro sudamericano¹⁹.

Mesmo durante a fase de negociação, os países andinos encamparam a proposta brasileira com ressalvas, pois buscaram preservar ao máximo a identidade do Pacto Andino e afirmar sua prioridade na política regional. No âmbito interno, a proposta do TCA recebeu manifestações positivas nos países negociadores. Contudo, grupos de esquerda de inspiração soviética chegaram a se posicionar contra, sob o argumento que o Pacto Amazônico representaria os interesses das grandes empresas multinacionais na região. A China, por sua vez, se manifestou favoravelmente²⁰. Diante de todos os elementos discutidos no presente tópico, conclui-se que foram razões fundamentais para a assinatura do TCA: em primeiro lugar, a preocupação conjunta de afirmação de soberania sobre o território e os recursos naturais de cada Estado

16 *Ibid.*, p. 289-291.

17 HAGE, José Alexandre Althayde. *Bolívia, Brasil e a guerra do gás*. Curitiba: Juruá, 2008.

18 GIRAUD, Pierre-Noël. *Geopolitique des ressources minières*. Paris: Economica, 1983; CONANT, Melvin A.; GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética*. Trad. Ronaldo Sergio de Biasi. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

19 Disponível em <<http://www.congreso.gob.pe/museo/mensajes/Mensaje-1978-1.pdf>>. Acesso em 17 out. 2009.

20 MARIÑAS OTERO, Luís. El Tratado de Cooperación Amazónica. *Revista de política internacional*, n. 166, Noviembre-Diciembre, 1979, p. 63-71.

amazônico, a fim de garantir a continuidade dos projetos econômicos²¹ na região e afastar o fantasma da internacionalização; em segundo, apresentar à sociedade internacional um texto que resguardasse não apenas a exclusividade da gestão dos problemas amazônicos, mas transparecesse a sintonia do desenvolvimento com a proteção ambiental; em terceiro, a preocupação brasileira com um possível isolamento em virtude dos problemas oriundos das negociações com Argentina e Paraguai, que antecederam a construção da barragem de Itaipu.

Dentre os principais fatos que favoreceram um ambiente propício ao diálogo e à diplomacia amazônica, mencionam-se: os litígios territoriais pendentes entre vários países negociadores; a crise energética mundial – que colocou o petróleo, o gás e o carvão sul-americanos na pauta de prioridades brasileiras; o movimento ambientalista em ascensão e a realização de conferências de âmbito global, a exemplo da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) e a Conferência das Nações Unidas sobre a Água (Mar del Plata, 1977); a busca de apoio mútuo para a condução dos projetos nacionais de exploração econômica da Amazônia.

A internacionalização de fora para dentro e suas diversas perspectivas

A internacionalização da Amazônia por movimentos exógenos pode ser analisada tendo em vista projetos formais e informais. Aqueles são concebidos e executados por governos estrangeiros e/ou entidades internacionais; estes, por atores não governamentais.

Dentre os incidentes mais remotos relacionados ao temor da internacionalização citam-se as propostas de transferência de escravos norte-americanos para o Norte do Brasil, o *Bolivian Syndicate*, o Instituto Internacional da Hileia Amazônica e o projeto Grandes Lagos do Hudson Institute²².

Uma análise das reações de entidades governamentais, movimentos sociais, partidos políticos e grupos de pesquisa independentes, leva à identificação de três percepções fundamentais do risco de internacionalização da Amazônia: *geopolítica*; *ambientalista*; e *técnico-científica-informacional*.

A percepção geopolítica é a mais antiga e remonta ao século XIX. O despertar da cobiça estrangeira pela Floresta Tropical ocorre em virtude de duas constata-

21 Aos 12 de janeiro de 1978, aprovou-se no Equador a *Ley de Colonización de la Región Amazónica* (Decreto Supremo 2.092).

22 NUNES, Paulo Henrique Faria. O Instituto Internacional da Hileia Amazônica: moinho combatido por um quixotesco Brasil. *Revista de Estudos Jurídicos*, Niterói, ano II, n. 1, p. 159-185, 2009.

ções principais: em primeiro lugar, pela possibilidade da região abrigar excedentes populacionais de outras partes do mundo e se tornar uma zona produtora de alimentos; em segundo, por ser uma extensa porção territorial com grandes reservas de recursos estratégicos (*n.g.*, água, petróleo, gás, ferro, manganês, bauxita, urânio, biodiversidade). Nesta linha interpretativa, faz-se presente o receio da capitulação da região pela via militar e pela pressão direta e aberta de grandes potências. Os debates a respeito do virtual Instituto Internacional da Hileia Amazônica foram muito influenciados por essa percepção de internacionalização. Nota-se que os estudos de geopolítica das instituições castrenses ainda dedicam grande atenção a essa forma de ameaça, embora não a vejam como a única que paira sobre a região.

A desconfiança em relação às reais intenções dos EUA na ajuda aos países amazônicos/andinos produtores e exportadores de coca e, mormente, à presença de bases e soldados norte-americanos evidenciam a atualidade da análise geopolítica. O mesmo pode ser dito em relação à utilização de centros de lançamentos sul-americanos por agências espaciais estrangeiras⁸⁰. Para a percepção ambientalista, as tentativas de internacionalização e/ou ocupação centram seus argumentos em problemas ecológicos e humanitários, tais como sua importância para o equilíbrio do sistema meteorológico global (pluviometria, equilíbrio térmico) e a inaptidão dos Estados amazônicos empreenderem políticas socioambientais eficientes²³. Considera-se, portanto, a Amazônia um patrimônio comum da humanidade, o que permite a seguinte conclusão: em virtude da falta de programas razoáveis de proteção do meio natural e dos direitos humanos, os países detentores são responsáveis por *ecocídio* e *etnocídio*. O assalto à floresta, seguindo esta linha de raciocínio, pode ocorrer mediante o uso de movimentos sociais, organizações não governamentais e intergovernamentais, membros de confissões religiosas, agências de cooperação internacional, cooptação de cientistas e intelectuais. Humberto Lourenção identifica no Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil vulnerabilidade que pode comprometer o exercício da soberania do país em partes de seu território

Em prol de seus interesses próprios, particularmente em favor da defesa da Amazônia, o Brasil deve continuar a defender enfaticamente, em termos diplomáticos, os princípios da autodeterminação do Direito Internacional, repudiando qualquer tipo de ingerência estrangeira que possa ofender o tradicional conceito de soberania perfeita dos Estados. Por ofender essa diretriz, não deixa de ser preocupante a promulgação pelo Governo Federal da Lei 9.985, em 19.07.2001, que constitui as denominadas Unidades de Conservação Ambiental, de Proteção Integral ou de Uso Sustentado. Em seu art. 30, a referida lei estabelece

23 CHAUPRADE, Aymeric. *Géopolitique: constantes et changements dans l'histoire*. 3. ed. Paris: Ellipses, 2007.

que as Unidades de Conservação possam ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão. Assim, pelos termos da lei, o poder público instrumentaliza a concessão de gestão ambiental de áreas do território nacional, transferindo a uma organização não governamental, nacional ou internacional, suas funções exclusivas, que sustentam a soberania estatal sobre tais áreas²⁴.

O Plano Estratégico da U.S. Agency for International Development (USAID) para a Iniciativa de Conservação da Bacia Amazônica (ABCI)²⁵, publicado no início de 2005, é outra medida de motivação ecológica que pode ser considerada instrumento de ingerência na Hileia. Lê-se na introdução do referido documento:

The Amazon Basin holds the largest area of contiguous and relatively intact tropical forest in the world. The drainage areas of this river basin system possess 20% of the planet's freshwater resources, and support critical aquatic habitats and ecosystem processes. While these biological assets could provide a sound foundation for regional development, they are instead threatened by unsustainable uses associated with agriculture, ranching, logging, mining, petroleum exploration, and fishing. These threats, in turn, are driven by forces such as population growth, infrastructure development, expanding commodity markets, insecure land and natural resources tenure, and distorted policy incentives. This web of threats and drivers is complex and operates from the local to regional and international levels. Weak enforcement of environmental laws and regulations undermine efforts to protect these valuable biological resources. This, in turn, is fueled by corruption, a lack of overall law enforcement capacity, lack of coordination among and between national, provincial and regional agencies, and low levels of human and institutional governance capacity in many situations across the Basin. To date, approximately 15% of the Basin has been deforested. Continued large-scale deforestation within the Basin may disrupt local and regional climate processes, resulting in less rainfall with far-reaching impacts on biodiversity, agriculture, fisheries and the livelihoods of indigenous people who have lived in the Basin for millennia. Sound development options with the potential to equitably benefit the approximately 30 million residents of the Amazon basin must be a key component of addressing these conservation challenges. In addition, climate change could be accelerated on a global scale due to Amazon Basin environmental degradation. Conserving the region's biological diversity requires large-scale approaches that address both threats and drivers at local, national and regional levels.

A ABCI reconhece a importância dos povos indígenas no papel de “guardiões efetivos da diversidade biológica e dos serviços ambientais de importância global” – embora os EUA não reconheçam o direito dos Estados sobre o patrimônio genético dos recursos da floresta – e propõe uma parceria entre a OTCA e a USAID na

24 LOURENÇÃO, Humberto. Forças Armadas e Amazônia brasileira. In: CARVALHO, Leonardo Arqui-mimo de; GARAY VERA, Cristián; CAYÓN PEÑA, Juan (Org.). *Segurança e defesa na América Latina*. Curitiba: Juruá, 2009, p. 264.

25 O texto da Amazon Basin Conservation Initiative (ABCI) pode ser consultado no sítio da USAID: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pdadj360.pdf.

formulação e execução de ações conservacionistas⁸⁴. A percepção técnico-científico-informacional está mais voltada para investidas indiretas. A necessidade de investimentos pode ter por consequência a flexibilização das normas sobre propriedade intelectual (patentes), acesso aos recursos naturais, aquisição de terras e abertura de setores estratégicos a companhias estrangeiras (telecomunicação, energia, água). Portanto, a conquista pode ser feita de dentro para fora, de modo que os conflitos interestatais diretos se tornem dispensáveis; a colonização formal – relação metrópole-colônia – não é um mecanismo tão interessante como fora outrora, pois implica compromissos sociais para o conquistador que, por sua vez, não tem interesse em gastos dessa natureza. Dentre as possíveis táticas a serem contra-atacadas pelos Estados amazônicos listam-se: a associação desmedida do capital externo ao capital nacional⁸⁵; financiamento de campanhas eleitorais de representantes (porta-vozes) dos interesses de investidores/colonizadores; subsídio a centros de pesquisa científica; o aliciamento de pesquisadores e detentores de conhecimento tradicional (caboclos, mateiros, sertanistas, índios).

Tendo em vista as três percepções acima apresentadas, enumeram-se os prováveis agentes da internacionalização: governos estrangeiros; organizações não governamentais²⁶; organizações internacionais; igrejas; empresas privadas estrangeiras e/ou nacionais; agentes políticos nacionais; crime organizado (redes de comércio ilícito).

26 A presença e a atuação das organizações não governamentais (ONGs) é questão polêmica. Há aqueles que as veem com bons olhos, a exemplo de Paulo Choji Kitamura: “De um lado, as ONGs têm a capacidade de recriar em nível local e cotidiano, os problemas de caráter nacional. Além disso, o contato direto e permanente com as comunidades locais e o seu meio permite uma visão integral dos seus problemas e necessidades. As ONGs apresentam experiências históricas na organização comunitária, de mobilizar a participação popular, na tomada de consciência em nível comunitário e no planejamento e implementação de projetos que envolvem famílias; enfim, para atingir objetivos que os órgãos públicos muitas vezes não são capazes de alcançar. Tais características conferem às ONGs um papel central no processo de desenvolvimento, todavia de caráter complementar e de cobrança antes que de competição com os organismos oficiais nacionais e internacionais. Sua finalidade é preencher lacunas nos serviços e programas estatais” (KITAMURA, Paulo Choji. *A Amazônia e o desenvolvimento sustentável*. Brasília: Embrapa, 1994, p. 158-159). O embaixador Rubens Ricupero – principal negociador do Brasil quando da assinatura do TCA – assim se manifestou ao ser perguntado sobre a presença de ONGs estrangeiras na Amazônia (entrevista concedida à revista *Forum*, n. 63, jun., 2008): “Não conheço ONG estrangeira que tenha posto fogo em um metro quadrado ou se apoderado, com documentos falsos, de um metro quadrado de terras da União, feito pecuária, matado índios, invadido reservas para extrair mogno ou ouro. E há um dossiê fartíssimo, se poderia fazer um livro negro da Amazônia com crimes cometidos nos últimos 30 ou 40 anos por muitos brasileiros ‘civilizados’. De mil casos, se houver um em que o indivíduo foi preso, é muito. Se o Exército e o governo querem impedir as atividades ilícitas, por que não reprimem estas? Há uma xenofobia absurda nesse caso. E se fosse verdade que estrangeiro é tão ruim, por que o Banco Central eliminou as taxas para entrada de capitais especulativos?” E complementa adiante: “O maior interesse em preservar a floresta e proteger os índios é nosso. Digo sinceramente: se não formos capazes e continuarmos assim, acho bom que haja pressão internacional”.

to). Além disso, mencionam-se os seguintes instrumentos operacionais das possíveis estratégias de apropriação: capital; missionários; povos indígenas; mídia; cooperação; conhecimento científico; ofertas de trabalho.

Nota-se que, embora o senso comum vislumbre a tomada da Amazônia pela via militar, nem sempre a eliminação ou a substituição dos governos nacionais é desejada pelos agentes da internacionalização. Para alguns é mais vantajoso infiltrar-se nas estruturas políticas nacionais – mormente na atividade legislativa – e/ou exercer influência nas negociações de acordos internacionais que possam dificultar o acesso aos recursos naturais da floresta; esse *modus operandi* é interessante para grupos interessados em desenvolver produtos e registrar patentes à revelia dos países de origem da matéria-prima ou para grandes companhias interessadas na extração de recursos minerais. Em outros casos, deseja-se um clima de desgoverno e de baixa presença de agentes do Estado; as redes de comércio ilícito e os empreendimentos prejudicados pela aplicação da legislação ambiental e social são os principais beneficiados de um ambiente que tende à anarquia.

Essas três percepções se complementam e demonstram a complexidade da problemática amazônica e a dimensão do desafio a ser superado pela OTCA. O alinhamento de posições a serem sustentadas nos principais foros internacionais destinados à proteção ambiental não é suficiente para um exercício livre e, acima de tudo, efetivo da soberania dos países que possuem territórios na Hileia. Faz-se necessário, principalmente, o desenvolvimento de políticas internas e intrarregionais eficazes.

As diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END), publicadas juntamente com o Decreto 6.703 de 18 de dezembro de 2008, evidenciam que o governo brasileiro identifica possíveis ameaças à Floresta Tropical em consonância com as três percepções expostas acima. A décima diretriz trata exclusivamente da Amazônia: priorizar a região amazônica.

A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.

Ao tratar do Exército brasileiro, a END preconiza que o mesmo esteja preparado para guerra na região amazônica e para combater “ação de um país ou de uma coligação de países que insista em contestar, a pretexto de supostos interesses da Humanidade, a incondicional soberania brasileira sobre a sua Amazônia”.

Considerações Finais

A ideia de internacionalização da Amazônia surge em funções de movimentos endógenos e exógenos. Percebe-se uma teia complexa cujos filamentos são atores e interesses internos e externos. A cooperação regional é fruto do temor das ações externas com vistas à apropriação dos recursos estratégicos da região; por outro lado, a conquista da Amazônia não pressupõe um empreendimento militar clássico. Em vez de uma única investida, a internacionalização é promovida por movimentos menos visíveis e mediante cooptação de agentes internos (institutos de pesquisa, ONGs, parlamentares, grupos econômicos à margem da lei, povos indígenas que não recebem o respeito devido por parte de seus governos nacionais).

O cenário complexo e a variedade de atores evidentemente tornam mais difícil o desenvolvimento de planos eficientes de gestão e proteção da região. A população tradicional (indígenas, caboclos, mateiros), diante da pouca atenção prestada pelos governos locais, se torna possível agente da internacionalização... sobretudo quando seu conhecimento tradicional é passado indevidamente a entidades estrangeiras.

O TCA é uma iniciativa relevante, conquanto mais reativa do que propositiva. O sucesso da cooperação amazônica, contudo, depende da alteração do modelo atual. Em vez de uma cooperação débil que responde a estímulos externos, faz-se necessária a adoção de políticas governamentais que levem em consideração as diferentes perspectivas da internacionalização. Deve-se consolidar o regionalismo/internacionalismo amazônico.

Referências

BERRIDGE, G. R.; JAMES, Alan. **A dictionary of diplomacy**. 2. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório da Comissão Externa destinada a averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas porções de terras brasileiras por grupos asiáticos**. Brasília: Centro de Documentação e Informação (Coordenação de Publicações), 1998.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES). **Valores e ru-**

mos do Mundo Ocidental: II Painel de Assuntos Internacionais realizado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no período de 12 a 27 de outubro de 1977. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978.

CARRASCO, Lorenzo (Coord.). **Máfia verde:** o ambientalismo a serviço do governo mundial. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2003.

CARRETEIRO, Ronald P. **A navegação na Amazônia.** Manaus: Calderaro, 1987.

CAUBET, Christian G. **As grandes manobras de Itaipu:** energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata. São Paulo: Acadêmica, 1991.

CHAUPRADE, Aymeric. **Géopolitique:** constantes et changements dans l'histoire. 3. ed. Paris: Ellipses, 2007.

CONANT, Melvin A.; GOLD, Fern Racine. **A geopolítica energética.** Tradução: Ronaldo Sergio de Biasi. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

COTLER, Julio. **Peru:** classes, Estado e nação. Tradução: Sérgio Bath. Brasília: FUNAG, 2006.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Relações de trabalho na Pan-Amazônia:** a circulação de trabalhadores. São Paulo: LTr, 1996.

FREGAPANI, Gelio. **Amazônia:** a grande cobiça internacional. Brasília: Thesaurus, 2000.

GEISEL, Ernesto. **Discursos.** Vol. V. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1979.

GIRAUD, Pierre-Noël. **Geopolitique des ressources minières.** Paris: Economica, 1983.

HAGE, José Alexandre Althayde. **Bolívia, Brasil e a guerra do gás.** Curitiba: Juruá, 2008.

INGRAM, George M. **Expropriation of U.S. property in South America:** nationalization of oil and copper companies in Peru, Bolivia and Chile. New York: Praeger Publishers, 1974.

KITAMURA, Paulo Choji. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável.** Brasília: Embrapa, 1994.

LINO, Geraldo Luís; CARRASCO, Lorenzo; COSTA, Nilder; PALACIOS, Silvia. **Máfia verde 2:** ambientalismo: novo colonialismo. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2005.

LOURENÇÃO, Humberto. Forças Armadas e Amazônia brasileira. In: CARVALHO, Leonardo Arquimido de; GARAY VERA, Cristián; CAYÓN PEÑA, Juan (Org.). **Segurança e defesa na América Latina.** Curitiba: Juruá, 2009.

MARIÑAS OTERO, Luís. El Tratado de Cooperación Amazónica. **Revista de política internacional**, n. 166, Noviembre-Diciembre, 1979, p. 63-71.

NUNES, Paulo Henrique Faria. O Instituto Internacional da Hileia Amazônica: moinho combatido por um quixotesco Brasil. **Revista de Estudos Jurídicos**, Niterói, ano II, n. 1, p. 159-185, 2009.

_____. A política espacial brasileira e os acordos sobre salvaguardas tecnológicas referentes ao Centro de Lançamento de Alcântara. **Estudos – Humanidades**, Goiânia, v. 32, n. 5, mai., p. 719-740, 2005.

PEREIRA, Osny Duarte. **Itaipu:** prós e contras: ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PETRAS, James. **Neoliberalismo:** América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: FURB, 1999.

PORTILLO, Julio. **Venezuela-Brasil:** relaciones diplomáticas: 1842-1982. Caracas: Editorial Arte, 1983.

RICUPERO, Rubens. O Tratado de Cooperação Amazônica. **Revista de Informação Legislativa** (Suplemento Integração na América Latina), Brasília, ano 21, n. 81, jan.-mar., p. 177-196, 1984.

ROMÁN, Mikael. **The implementation of international regimes**: the case of the Amazonian Cooperation Treaty. Uppsala, Sweden: Uppsala University, 1998.

VILLANUEVA, Victor. **O golpe de 68 no Peru**: do caudilhismo ao nacionalismo? Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ZVEITER, Waldemar. **A maçonaria pela integridade da Amazônia em defesa do Brasil**: exploração estatal das riquezas da Amazônia: monopólio da União. Rio de Janeiro: Tribuna dos Sábios, 2005.

ARTIGO

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM TERRITÓRIO
FRONTEIRIÇO: NOVAS SOCIABILIDADES E NOVOS
CONTROLES

Resumo

Algumas pesquisas empíricas realizadas em coletividades fronteiriças revelam que nessas localidades a vida social se desenrola sob condições particulares, as quais estão ligadas à descontinuidade que as fronteiras apresentam. Não obstante, na contemporaneidade existe o reconhecimento de que essas funções modificam-se devido a inovações territoriais ligadas ao que se denomina de triunfo da democracia de mercado. Este texto tem por objetivo refletir criticamente sobre algumas das questões colocadas em discussão sobre as formas de sociabilidade, a partir dos resultados de uma pesquisa realizada na fronteira Oiapoque-Guiana Francesa sobre interações e conflitos no quadro da cooperação fronteiriça França-Brasil.

Palavras-chave:

Cooperação internacional. Território fronteiriço. Interações transfronteiriças. Dizeres locais.

Abstract

Some empirical research conducted in border communities show that these locations social life unfolds under particular conditions, which are linked to discontinuity that borders present. Nevertheless nowadays there is a recognition that these functions change due to territorial innovation linked to what is called the triumph of market democracy. This text aims to critically reflect on some of the issues raised in discussion of the forms of sociability, from the results of a survey conducted in Oiapoque-French Guiana border on interactions and conflicts in the context of cross-border cooperation France-Brazil.

Keywords:

International cooperation. Border territory. Border interactions. Local sayings.

Introdução

A institucionalização de acordos internacionais envolvendo nações sul-americanas vem se delineando desde fins da década de 1980. São processos de cooperação internacional que ampliam as margens de agenciamento de uma inserção mais competitiva na dinâmica de capitalismo avançado, tendo em projeção o fortalecimento de mercados regionais. Dessas circunstâncias resultou a criação de organismos como Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Integração da Infraestrutura Regional da Sul-Americana (IIRSA) e a União das Nações da América do Sul (UNASUL). Cabe chamar atenção que nessa arquitetura política as áreas de fronteira ganharam novos significados que se destacam em especial quando se considera os históricos contenciosos referentes à demarcação dos limites entre países vizinhos. Como exemplo disso cita-se o caso do Brasil, cujo contorno territorial foi sendo definido ao decorrer de três diferentes regimes de poder: colonial, monárquico e republicano; numa trajetória marcada por litígios quanto ao estabelecimento dos limites fronteiriços.

Entretanto, na transição do século XX para o XXI – da perspectiva estatal – os territórios fronteiriços passaram a ser concebidos como áreas favoráveis ao desenvolvimento de cooperação econômica, financeira, infraestrutural, ambiental e tecnológica. Esses processos não acontecem em um vazio histórico e social e, concordando com Oliveira (1997), aponta-se de que há muito a ser refletido no campo sociológico sobre como tais ressignificações políticas e econômicas desdobram-se em sociedades fronteiriças. O presente texto tem tal ambição. O lócus de estudo é o território fronteiriço entre o estado brasileiro do Amapá e o departamento de ultramar francês Guiana Francesa (área situada no extremo norte da Amazônia oriental). O limite fronteiriço entre Brasil e Guiana Francesa foi estabelecido em 1713 com o tratado de Utrecht, no entanto sua confirmação somente ocorreu em 1º de dezembro de 1900 após a arbitragem do governo suíço. No curso de quase cem anos, após o Laudo Suíço, o território fronteiriço Amapá-Guiana Francesa foi esquecido pelos governos de Brasil e França. Essa situação se modificou em 1996 quando os dois países mostraram-se “desejosos de desenvolver suas relações de boa vizinhança na zona fronteiriça situada de um lado e de outro de sua fronteira comum” (BRASIL/MRE, 1996). A operacionalização da cooperação fronteiriça franco-brasileira ficou a cargo da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França, uma esfera dialógica com representantes dos governos da França e do Brasil que tem por finalidade identificar e debater temas considerados prioritários para o êxito da cooperação, como também propor ações conjuntas.

Na referida fronteira encontram-se as cidades-gêmeas de Oiapoque (Amapá/Brasil) e Saint-Georges¹ (Guiana Francesa/França). Acredita-se que da perspectiva dos Estados, foram coletividades estruturadas por conteúdos geopolíticos, os quais subsumiram as especificidades socioculturais em favor de uma totalidade histórica, que no caso em referência é o Brasil e a França. Ainda pelo mesmo viés, ou seja, estatal, afirma-se que Oiapoque e Saint-Georges enfrentam contemporaneamente mudanças relativas aos atuais significados econômicos que a cooperação fronteiriça franco-brasileira vem projetando nesses 18 anos de vigência, cujo efeito mais concreto é a ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, que mesmo concluída em 2011 ainda não foi inaugurada.

Ao deslocar-se a percepção para os atores locais, algumas questões apontam para significativas modificações nos modos de vida dessas sociedades, pois os habitantes dos dois lados da fronteira mantêm um relacionamento histórico, o qual pode ser constatado no intenso e estável movimento de pessoas entre as duas margens do rio Oiapoque, em especial de brasileiros em direção à Guiana Francesa. O rio em questão representa 50% (aproximadamente 360km) da extensão total da mencionada fronteira (em torno de 730km), mas sua travessia é cumprida em aproximadamente em 20 minutos numa catraia², de modo que se configura entre Oiapoque e Saint-Georges um contexto social interativo, a despeito das diferentes nacionalidades.

Para os brasileiros em movimento no rio Oiapoque, o deslocamento pela ou para a Guiana Francesa pode significar: 1º) uma situação de passagem, como ocorre na cachoeira Grand Roche, localizada em território francês, mas que é o único canal por onde é possível atravessar a embarcação e seguir viagem para comunidades ribeirinhas de Ilha Bela e Vila Brasil (localizadas no alto da bacia do rio); 2º) uma oportunidade de alcançar um trabalho mais bem remunerado, mesmo que isso se processe em ilegalidade e clandestinidade; 3º) realizar o “sonho dourado” de enriquecimento rápido, o qual alimenta as esperanças daqueles que migram com destino aos garimpos localizados em território guianês. Assim sendo pontua-se que para moradores de Oiapoque a situação de vizinhança com a Guiana Francesa preenche lacunas re-

1 Vilarejo com pouco mais de 4.000 habitantes que se encontra em frente à cidade brasileira de Oiapoque que conforme o último levantamento censitário tem uma população maior que 20 mil habitantes (IBGE, 210), dos quais 33,9% vivem em situação de pobreza ou indigência (BRASIL/PORTALODM, 2013). Oiapoque e Saint-Georges compõem um adensamento populacional cortado pela linha de fronteira, que no caso é o rio Oiapoque. Essa situação de vizinhança representa de um lado grande potencial de integração econômica e cultural, mas de outro o acontecer de problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (BRASIL/MIN, 2009).

2 Pequena embarcação motorizada muito utilizada na região amazônica para cumprir pequenos ou médios trajetos fluviais.

lativas à inclusão socioeconômica, já que muitos brasileiros dependem dessa ligação para ter acesso a trabalho e renda.

As interações transfronteiriças começaram a se mostrar conflituosas com o adensamento institucional francês no controle de sua fronteira. Considera-se isso reflexo da chegada na Guiana Francesa da política anti-imigração vigente na França desde 1970. A isso se acrescenta o combate à garimpagem de ouro realizada por migrantes brasileiros em situação ilegal nos garimpos clandestinos guianenses. Ao longo dos anos 2000, se consolidaram tais ações, que mesmo legais do ponto de vista da soberania francesa, acabaram por degenerar em embargos, apreensões e deportações. Os confrontos envolvendo brasileiros e a *Gendarmerie* (polícia francesa) – que em algumas ocasiões atua em conjunto com a Polícia Federal e o Exército brasileiro – acarretaram e acarretam ônus material, embaraços, existindo inclusive registros de perdas de vidas humanas.

A partir dessas informações iniciais o texto pretende apresentar alguns dos resultados obtidos durante a pesquisa de doutoramento desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, documental e de campo. Este último movido na cidade de Oiapoque, sede do município homônimo (novembro de 2007, novembro de 2011, julho de 2013); também nas comunidades ribeirinhas de Ilha Bela e Vila Brasil, situadas na circunscrição do município de Oiapoque (julho de 2013). Cumpre ressaltar que o critério de escolha dos informantes da investigação foi o envolvimento nos conflitos e confrontos indicados em parágrafo anterior. Por questões éticas os informantes foram codificados conforme sua profissão e se considerou para o tratamento desses dados a orientação de que valores e opiniões têm base coletiva, na medida em que são formados pela interação entre os indivíduos, ou seja, “entre suas qualidades individuais e o ambiente em que vivem” (QUEIROZ, 2008, p. 81).

Ao estabelecer os nexos entre a institucionalização da cooperação fronteiriça franco-brasileira em 1996 e a entrada em vigor da política de controle na fronteira Oiapoque-Guiana Francesa a partir do mesmo período, formulou-se o argumento de que a cooperação fronteiriça também tem como uma de suas proposições o estabelecimento de um regime de mobilidade no território fronteiriço Oiapoque-Guiana Francesa, e isso se rebate nas vivências dos brasileiros que se deslocam pelo rio Oiapoque e que em algum momento do percurso atravessam o limite fronteiriço.

Pelo exposto, a proposta deste texto é interpretar “dizeres locais” sobre a cooperação fronteiriça franco-brasileira. Por meio das inferências sobre esses “dizeres” espera-se atribuir um sentido local à cooperação fronteiriça, trata-se de estabelecer um diálogo entre o particular e algo mais geral. Ou seja, diante de manifestações

subjetivas, apreender como são enunciados pelos agentes locais seus efeitos, ou a ausência deles, essa interpretação, conduzirá ao fluxo incessante daquilo que é por eles vivido, sentido, agido, como também desvelar como se articulam na manutenção de sua autonomia e singularidade. O texto apresenta inicialmente os “dizeres locais”; em seguida descreve as estratégias dos agentes para influenciar determinantemente as decisões políticas que são tomadas no âmbito da cooperação fronteiriça e que afetam ou podem afetar sua cotidianidade e historicidade.

Os “dizeres locais” sobre a cooperação fronteiriça França-Brasil

Na primeira viagem a Oiapoque para coleta de dados em 2007, já estava vigente a cooperação fronteiriça franco-brasileira há 11 anos e, ainda assim, o que se constatou nessa fase exploratória foi um predominante desconhecimento local em relação ao tema. À época, nas conversas informais com diversos atores – estabelecidas no mercado da cidade, na orla do rio e em algumas pousadas –, as referências feitas estavam relacionadas às crescentes dificuldades para se obter o visto de entrada na Guiana Francesa e às operações militares de combate às atividades ilegais e/ou ilícitas realizadas por brasileiros nesse território, principalmente a garimpagem de ouro, e como isso se rebatia no sistema de transporte fluvial do rio Oiapoque.

Representações que estigmatizam os migrantes brasileiros foram pontuadas por Hidaïr (2008) ao realizar uma revisão da história dos fluxos migratórios de brasileiros para a Guiana Francesa e, por conseguinte, elucubrar sobre as razões da discriminação e da imputação de estigmas aos brasileiros em sua incrustação socioeconômica³. A autora alega que “as razões pelas quais os brasileiros são estigmatizados são variadas e se alteram ao longo do tempo, o que mantém a imagem negativa dessa imigração. Dentre os temas decorrentes da discriminação, encontram-se o garimpo clandestino, a insegurança e a prostituição” (HIDAÏR, 2008, p. 133). Os dados recolhidos nas entrevistas com imigrantes retornados também expressam que na Guiana Francesa existem preconceitos e estigmas que tipificam o brasileiro de modo pernicioso, assim sendo os franceses da Guiana Francesa

3 Os primeiros a empreenderem esforços para a explicação sociológica das migrações foram os estudiosos da Escola de Chicago. As ponderações giravam em torno das questões relativas à integração ou não dos migrantes nas sociedades receptoras, bem como sua assimilação cultural e estrutural. O termo *meltingpot* foi cunhado para explicar que a sociedade estadunidense serviria como um crisol de culturas, depurando os imigrantes em termos culturais, de modo que esses indivíduos seriam americanizados; contudo, isso não significaria um total abandono de seus valores e modos de vida. Esse pressuposto não se concretizou, pois ao contrário do que preconizava o *melting pot*, os grupos de imigrantes converteram-se em grupos étnicos afirmando sua diversidade (SASAKI; ASSIS, 2000).

Acham que o brasileiro vai tirar o emprego dos guianenses, né, e fazendo serviço barato. Por exemplo, tem a construção de uma casa o guianense pede o preço da tabela deles, eles têm uma tabela, vai o brasileiro por trás e faz pelo terço desse preço e aí há uma competição desleal, né, concorrência desleal e tudo isso faz com que eles criem esse sentimento de repulsa, de raiva nos brasileiros, principalmente agora que vai muita gente, vai muita gente. Inclusive vai até de menor. Eles vão tudo clandestino. [...] Eu acho que não existe essa cooperação sabe... É só um discurso, um discurso falso, porque na realidade não existe, são países de lei totalmente diferente, né. Lei totalmente diferente. Eles [franceses] colocam como se fosse o garimpo, mas não é só o garimpo, acho que a principal dificuldade são os delitos cometidos por brasileiros na Guiana Francesa, são muitos... É todo dia, todo dia, roubo, furto, agora estupro, às vezes matam. É, então, a principal dificuldade é essa, não tem perspectiva mesmo de haver uma cooperação que [i.e. como] eles chamam. Como é que vai haver cooperação? (Entrevista com imigrante retornado, 2013).

Como citado por Hidair (2008), um dos motivos da estigmatização dos brasileiros é a garimpagem ilegal de ouro, porém não se pode esquecer que a sustentabilidade da migração e da extração de ouro – mesmo proscritas pelo governo francês e implicando em restrições em sentido ampliado – acabou por se constituir em fator impulsionador da economia oiapoquense “porque o garimpeiro quando vem, compra uma camisa, usa a catraia, usa o hotel, usa o restaurante, usa o banco pra remeter o dinheiro pra cidade dele” (CATRAIEIRO, 2013). Nessa direção, o argumento de Póvoa Neto (2007) esclarece que as barreiras político-institucionais cristalizam-se em políticas migratórias proibitivas; em barreiras culturais e ideológicas, quando o migrante passa a ser representado como inferior, indesejável ou ameaçador à segurança e ao bem-estar das sociedades hospedeiras.

Reis (2007) afirma ser a preocupação da política migratória da França em relação aos estrangeiros em seu território, não exatamente o controle de limites que costumam ganhar concretude nas barreiras fronteiriças; há na França uma atenção para demarcar limites entre cidadãos e não cidadãos, entre imigrantes documentados e imigrantes sem documentos. Esse procedimento nasceu da medida que instaurou

os controles de identidade preventivos nas ruas, com base em qualquer característica que pudesse identificar a pessoa como estrangeira. A partir de então, a polícia estava autorizada a exigir documentação de qualquer indivíduo que não parece francês, e detê-lo para averiguação caso ele não apresentasse seus documentos de identificação. [...] A medida não conseguiu unanimidade [...]. Mas a medida não foi retirada do projeto, e foi aprovada apenas com pequenas modificações na linguagem, que afirmava que a raça não poderia ser usada como critério de caracterização do estrangeiro (REIS, 2007, p. 150).

Esse dispositivo manifesta-se claramente na interdição que as instituições francesas impõem ao desembarque de brasileiros que chegam ao vilarejo de Saint-Geor-

ges ou aqueles que transitam pelo rio Oiapoque. Para os brasileiros de Oiapoque há claro entendimento de que

A França, hoje ela ainda tem uma lei, que é lei da França, por ser um departamento francês aqui a Guiana Francesa, mas regido pelas leis francesas, então impede que muitos brasileiros possam fazer suas compras lá na cidade de Saint-Georges devido essa parte de documentação, eles querem uma documentação, querem uma *séjour*, querem um passaporte [para] que eles possam permanecer lá. Só que toda cidade de fronteira, todos os fronteiriços que moram em cidade de fronteira, eles têm livre acesso de poder das sete horas da manhã até às dezoito horas permanecer na fronteira, fazer suas compras e voltar, mas infelizmente não tá tendo isso, nós não temos esse acesso até Saint-Georges (Assessor de Comunicação da Prefeitura de Oiapoque, 2013).

Verifica-se que definir instrumentos jurídicos e/ou políticos para distinguir categorias sociais e seus respectivos papéis numa determinada população que está localizada em certo território, significa constituir uma hierarquia, na qual são constituídos limites para separar indivíduos singulares e coletivos que estão em contiguidade espacial. Ao tratar de limites sociológicos, lembra-se Simmel (2006, 2013) que os limites operam sobre as sociabilidades dos agentes. Conforme esse sociólogo, sociabilidade é a mutua determinação e interação dos atributos com os quais indivíduos singulares constroem um ambiente cultural, ainda que nele as vivências, sensações e ações acabem por se descolar das subjetividades que lhe originou. Em outras palavras, a sociabilidade se encontra no processo coletivo de superação de significações, impulsos, desejos específicos.

Ao aplicar o pressuposto simmeliano para entender o significado da interdição francesa ao desembarque de brasileiros em Saint-Georges ou os embargos dos policiais franceses aos brasileiros que se deslocam pelo rio Oiapoque, acredita-se que sociabilidades históricas passam a ser mediadas pelo controle, repressão e coerção. Isso se espelha na desarticulação de práticas sociais recorrentes que compõem o fluxo da vida desses indivíduos, afetando, por conseguinte, aquilo que Domingues (2003) chama de “horizonte menos móveis que somente a longo prazo tendem a mudar” (2003, p. 473).

A formulação é corroborada pelas informações dos entrevistados que afirmam que antes da cooperação fronteiriça franco-brasileira os brasileiros podiam circular livremente pelo rio, ir a Saint-Georges, a Caiena ou qualquer outro lugar da Guiana Francesa. Conforme depoimento de um imigrante retornado que viveu no departamento francês dos 12 aos 21 anos de idade:

No período pós-guerra, a França passou por um período muito... Por uma fase muito difícil na reconstrução e quem praticamente sustentava a Guiana Francesa eram os brasileiros,

eles levavam gado, mercadorias manufaturadas, como café, açúcar. Então os brasileiros eram muito bem-vindos lá. O trânsito era praticamente livre, eles [os brasileiros] iam daqui, passavam e encostavam no porto de Caiena e eram muito bem recebidos e com o tempo e a chegada de muitos migrantes na Guiana Francesa também a situação dos brasileiros que não se organizaram como outros povos como os chineses e javaneses que migraram para Guiana Francesa, mas se organizaram em colônias e cooperativas; e os brasileiros não, o povo que ia daqui era um povo de baixíssimo nível escolar: eram pedreiros, carpinteiros... As pessoas iam com certidão de batismo... A polícia, a *Gendarmerie*, ia nas embarcações para recrutar mão de obra, eles mesmos faziam, tiravam uma carta de imigração. Até hoje eu ainda tenho uma carta de imigração feita por eles (Entrevista com imigrante retornado, 2013).

Na segunda viagem a cidade de Oiapoque em 2011, a cooperação fronteiriça franco-brasileira se materializava ao olhar dos moradores de Oiapoque na ponte Binacional, a qual cumpre destacar, era e é meio contraditória se for colocada no contexto urbano da cidade, que é marcado pela precariedade em termos de infraestrutura. Mas a ponte já provocava outros questionamentos acerca de sua utilidade, a controvérsia girava em torno da atividade dos catraieiros, profissionais responsáveis pela condução das catraias pelo rio Oiapoque e que seriam significativamente afetados com a inauguração da ponte. Também eram frequentes as alusões a quem de fato serviria a ponte, pois alegavam os informantes que os franceses não queriam brasileiros na Guiana Francesa, de modo que o sentido da ponte seria somente da Guiana Francesa para o Amapá (Ref. Diário de Campo, Oiapoque, 2011). Observa-se uma permanência nas preocupações locais concernentes à mobilidade e ao deslocamento de pessoas entre os dois lados da fronteira, desta feita ampliada do rio para a ponte.

Esses dados ao serem considerados em associação parecem corroborar o argumento de que a cooperação fronteiriça tem para além das prerrogativas relativas a parcerias para desenvolvimento de infraestrutura, pesquisa científica e tecnológica e de prevenção (saúde, meio ambiente, defesa civil e criminal etc.) uma dimensão disciplinadora e interventora com foco no território Oiapoque-Guiana Francesa e seus habitantes. Essa afirmação pautada nos “dizeres locais” serve para que seja pensado o poder estatal e sua relação com os indivíduos que nesse pedaço de chão se fixaram ou que por aí se deslocam.

Observa-se que em lugares onde se encontra uma fronteira internacional desenvolve-se uma sociabilidade singular, pois, trata-se de um estar junto e ao mesmo tempo estar separado, mas proximidade e distância não são aqui somente palavras para referenciar a contiguidade e afastamento espacial, há bem mais que isso nesse relacionamento de Oiapoque com a Guiana Francesa: nele intercambiam-se expe-

riências de poder, materiais e simbólicas que se projetam, em maior ou menor intensidade, nas formas como esses atores compreendem e assimilam o mundo e como isso se manifesta na vida coletiva.

Na viagem em 2013, nas falas dos entrevistados, foi possível capturar a consolidação da correspondência estabelecida localmente entre cooperação e ponte Binacional. Na análise das verbalizações se apreende que são frequentes imagens dessa correlação referenciadas à integração Oiapoque-Guiana Francesa, ainda assim, cumpre ressaltar que tais percepções são acompanhadas da seguinte crítica: como se pode falar de integração em face das ações de controle e embargo levadas a cabo pelas autoridades francesas contra os brasileiros, que em determinados períodos foram inclusive impedidos de desembarcar em Saint-Georges (Ref. Diário de Campo, Oiapoque, 2013). Neste contexto emergem categorias profissionais e sociais reclamantes das restrições, são catraieiros, comerciantes, carregadores e moradores de Ilha Bela e Vila Brasil, os quais têm se organizado em associações e sindicatos para mobilizações locais em favor de suas demandas, em especial da liberação do direito de deslocar-se pelo rio sem terem que enfrentar repressão.

Se para esses atores os efeitos são danosos, não são menores para outros grupos na cidade de Oiapoque; por exemplo, os agentes institucionais da prefeitura da cidade passaram a atuar como atores políticos junto à Comissão Mista Transfronteiriça França-Brasil apresentando a esse comitê as demandas locais na esperança de que seja dado um tratamento adequado aos temas polêmicos: migração e garimpagem ilegais (Ref. Diário de Campo, Oiapoque, 2013). Argumentam esses agentes que o fracasso em resolver tais pendências acarreta complicações sérias aos usuários do transporte fluvial pelo rio Oiapoque; eles defendem que

o rio deve ser de livre acesso, como se fosse uma via mesmo, sem restrição de nada, você pode usar o rio, mas a partir do momento que a canoa brasileira aportasse no lado francês, aí sim, eles iam ter o poder de pegar, prender e fazer devido às leis deles, não é? [...] A ideia do rio se transformar numa zona internacional livre, porque aí a partir do momento que a pessoa pisar do lado de lá, eles estão no direito de fazer todo o processo, se for pra prender, porque aí é um direito deles. Mas o rio deveria ser livre acesso pra todos, porque não tem como demarcar o rio todo, até porque se fosse demarcar o rio todinho, eles não iam conseguir passar, porque no rio existem canais, existem os canais pra isso: a canoa vem pesada e ela vai ficar presa no raso e tem o canal, então tem horas que o canal é do lado francês e tem horas que o canal é do lado brasileiro, então eles não podem fazer isso (Técnico de Informática e assessor do Executivo Municipal, 2013).

Impedir o ingresso de brasileiros na Guiana Francesa rebate-se no controle ao trânsito pelo rio Oiapoque, e isto por sua vez provoca o cerceamento da mobilidade e, para os moradores do território de Oiapoque, mobilidade é um recurso tan-

to escasso, quanto muito valorizado. Nesta direção, é pertinente o pensamento de Shamir (2005), que se afasta da crença quase paradigmática sobre as fronteiras que a globalização derruba e dedica-se a demonstrar aquelas que ela ergue. Ancorado no construto “paradigma da suspeita”, preconiza que a implantação de dispositivos de regulação de mobilidade funde as ameaças percebidas de crime, imigração e terrorismo e constituem com elas um filtro que opera sobre a percepção das pessoas como perigosas e implica a organização de estratégias globais de gestão de população; nesta direção os gendarmes “não respeitam é nada, eles presumem que a gente é garimpeiro e isso é o suficiente” (CATRAEIRA, 2013). Para o autor, “paradigma de suspeita” é o princípio primário adotado para determinar a licença para passar, tanto através das fronteiras como mesmo em espaços públicos no interior das fronteiras; tendo relação com o grau de suspeita atribuído aos agentes de mobilidade como ameaças de crime, de imigração indesejada e terrorismo (SHAMIR, 2005).

Mesmo que, de maneira geral, os embates entre gendarmes e brasileiros tenham acontecido de modo esporádico, não se deve subestimá-los, pois criaram um clima de tensão permanente na fronteira entre Oiapoque e Guiana Francesa, a qual em escala local sempre foi caracterizada como pacífica, tanto que até o período citado prevalecia certo descuido na fiscalização fronteiriça, sendo muito comum brasileiros e franceses atravessarem a fronteira e circularem no território vizinho sem ter que apresentar outro documento senão o passaporte (Ref. Diário de Campo, 2007).

A cooperação fronteiriça franco-brasileira preconiza um ordenamento territorial com vistas à integração, no entanto, aludindo aos conflitos e confrontos entre gendarmes e brasileiros, observa-se que tal processo cooperativo não abrange vivências locais, mantendo-se a exclusão social, identificada nos esforços institucionais para monitorar a mobilidade e os deslocamentos no rio Oiapoque. Bastante ilustrativas são as respostas dadas por um catraieiro e um comerciante sobre os possíveis benefícios coletivos que a cooperação teria trazido para Oiapoque: quanto ao primeiro prevalecem sentimentos de decepção e indignação – “Ainda não, até agora ainda não houve, nem a ponte! Até agora ainda não houve compensação, nem benefício, ainda não!” (CATRAIEIRO, 2013) –; enquanto para o segundo a cooperação – “Não trouxe nada até agora, só atrapalha, porque os franceses não vêm mais pra cá por causa dos atritos que acontece entre [i.e. com] os garimpeiros, entendeu? Aí não tão vindo mais pra cá, tão indo pro Suriname” (COMERCIANTE DO SETOR DE TRANSPORTE FLUVIAL, 2013). Os normativos da sociedade de Oiapoque são constitutivos de um “nós-ideal” entre seus habitantes. Esse construto teórico de Elias (2006) traduz os aspectos que a pesquisa empírica registrou: o “nós-ideal”

eliasiano “é algo que alguém [...] gostaria de ser ou não gostaria de ser, de fazer ou não fazer; uma exigência que alguém coloca para si e para o outro” (2006, p. 119). De certo que nesta citação o outro mencionado pelo autor é um inglês ou um francês, já que Elias (2006) reflete sobre traços fundamentais de nacionalidades e seus efeitos na formação da opinião pública. Não obstante, isso não impede que se operacionalize esse conceito do “nós-ideal” para referir uma figuração social pequena, mas peculiar devido às interpenetrações que mantém – econômicas, sociais, simbólicas, espaciais – no devir histórico com outra figuração social igualmente pequena e que faz parte de outra uniformidade nacional. Dessa influência mútua com o outro surge o “nós-ideal” em Oiapoque, o qual uniformiza valores e atitudes cotidianas em vivências reais; nas quais são criadas expectativas e possibilidades.

Com a menção ao “nós-ideal” eliasiano se pretende explicar como os atores locais reagem diante dos acontecimentos que alcançam seu desenvolvimento social, dito com outras palavras, o “nós-ideal” indica, nas palavras de Elias, “essa imagem disso que se é e deve ser” (2006, p. 119). Trata-se de características da existência dos indivíduos que tipificam um comportamento coletivo, o qual passa a determinar como as pessoas percebem e, por conseguinte, como agem em relação aos eventos de seu dia a dia. Essas formas de percepção e atuação são influentes na formação de uma opinião pública, que se identificou existir em Oiapoque. Primeiramente se supôs encontrar em Oiapoque grupos envolvidos em mobilizações locais em favor de seus interesses; no entanto, durante a pesquisa de campo deparou-se com algo mais amplo, “a opinião de um povo em relação a determinadas esferas da vida, em primeiro lugar à política interna, em segundo, à política externa” (ELIAS, 2006, p. 127). Lembra-se que o “nós-ideal” é operacionalizado pelo sociólogo para abordar o caráter nacional e seu alcance sobre a formação da opinião pública de um país.

Nesta perspectiva, aponta-se que o “nós-ideal” apresentou o refinamento teórico para explicitar os traços que formam singularmente uma identidade fronteiriça e com isto geram uma coerência entre opiniões pessoais que convergem para uma opinião pública entre os oiapoquenses sobre o curso de sua própria história. Essa opinião pública local foi e é importante não somente por revelar as singularidades de uma parcela da população brasileira ofuscada pelos interesses nacionais, como também para demonstrar como os indivíduos podem organizar-se em mobilizações locais e deste modo interferir nas decisões políticas que lhes afetam.

Esse é um exemplo de que a opinião pública não é simplesmente uma sintonia da opinião de muitos seres humanos sobre uma questão do dia, particular e determinada, mas algo compreendido em contínua formação, um processo vivo que oscila em movimentos pen-

dulares e que, no decorrer desse balanço, influencia as decisões que são tomadas (ELIAS, 2006, p. 125).

Afirma-se que a opinião pública oiapoquense se faz presente naquilo que se denomina “dizeres locais”. É intenção destacar pequenos atos de fala, capturados no cotidiano e seus efeitos nas articulações políticas em nível doméstico, como também internacional; já que se tem como horizonte de observação o território fronteiriço de Oiapoque em suas correlações com a cooperação fronteiriça franco-brasileira. Os fundamentos psicológicos dos agentes que vivem em um território fronteiriço são construídos num movimento regular entre o nós e os outros, cujos processos de socialização são bastante distintos. O estar próximo e estar distante operam na constituição de convivências que geram uma maior afirmação identitária com o território, sendo de somenos importância se Brasil ou França, importando o reconhecimento mútuo de que “nós somos fronteiriços!”. Da exclamação depreende-se de onde surge o sentimento de indignação entre os agentes locais em face das operações policiais francesas (Ref. Diário de Campo, Oiapoque, 2013).

Protestos e mobilizações além e através da fronteira e do acordo

Pelo exposto já se pode assegurar que o controle na fronteira imposto pelos agentes institucionais franceses, por afetar a mobilidade e os deslocamentos dos brasileiros no rio Oiapoque, transformou a questão em problema público e esta demanda está na pauta das reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça, sem que haja qualquer solução. Desde a primeira reunião em 1997, o tema relativo à mobilidade transfronteiriça – na qual se incluem tanto os deslocamentos de itinerantes quanto de migrantes – faz parte dos debates, sem, contudo haver consenso quanto a quais dispositivos jurídicos poderiam ser firmados nessa direção, de modo que a questão permanece indefinida.

Os atores locais vêm buscando se ajustar às mudanças impostas pelo adensamento institucional francês em sua fronteira na Guiana Francesa. Nessa direção, organizaram-se em mobilizações com a finalidade de mudar essa situação, havendo duas formas adotadas para pressionar os governos do Brasil e da França: protestos no rio Oiapoque e a criação de canais de participação efetiva de grupos representantes do Oiapoque e de Saint-Georges. Quanto a essa última reivindicação ela se concretizou com a criação do Conselho do Rio Oiapoque. Criado em 2013, o Conselho do Rio Oiapoque se compõe de 32 membros titulares, sendo 16 dos poderes públicos e 16 da sociedade civil da região da fronteira do rio Oiapoque, ou que

exercçam funções na referida região; quanto as suas competências, os parágrafos do artigo 2º pontuam que:

§1º - Podem ser inseridos na pauta de reunião do Conselho quaisquer temas que afetem a vida das pessoas que vivem na região do rio Oiapoque e que permitam alcançar essas finalidades.

§ 2º - O Conselho pode submeter propostas à Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França.

§3º - As propostas e deliberações serão aprovadas pelo conselho pela maioria dos presentes (Oiapoque: Conselho do rio Oiapoque, 2013).

Mesmo que ainda não tenha uma efetiva atuação, o Conselho do Rio mostra-se importante instrumento para a população de Oiapoque, pela possibilidade que ele descortina na ampliação das oportunidades políticas, como também favorece aos seus membros identificar possíveis aliados políticos e/ou institucionais; além disso, nas reuniões do conselho descortina-se a possibilidade de os “dizeres locais” serem apresentados como repertórios de contestação e demandas por inclusão socioeconômica.

Em diversos encontros transfronteiriços discutindo a questão da cooperação internacional entre os dois países, diversas coisas são discutidas, aí veio a questão de criar o Conselho do Rio, e esse Conselho do Rio tem um objetivo: é uma Comissão Mista com membros do Brasil e da França, onde as questões polêmicas nós vamos estar discutindo.[...] A criação do Conselho do Rio foi um passo importante, porque hoje nós temos uma comissão constituída já pra discutir os assuntos. No dia da criação do Conselho do Rio já ficou decidido o próximo encontro pra primeira quinzena de dezembro, onde nós vamos discutir as coisas que têm mais prioridade e que têm mais problema: a questão do tráfego no rio Oiapoque, que eu acabei de falar, a questão socioeconômica do município e a questão do garimpo, ficou esses três itens, já na primeira reunião. Já isto já foi uma proposta na pauta dada pela nossa delegação brasileira, pela nossa, pelo Conselho que compõe o Brasil, a nossa comissão é que propôs essas três metas pra gente discutir em dezembro e foi aprovado pelas duas comissões. Agora, só pra esclarece melhor, o Conselho do Rio é uma Comissão Mista, mas nós temos uma comissão superior mista, que é a nível de Paris e Brasília, o que nós estamos vendo aqui, nós estamos discutindo e havendo um consenso entre o Conselho do Rio, entre as duas comissões, aí nós vamos encaminhar pra comissão superior e vamos levar pros governos federais. São trinta e dois [conselheiros], dezesseis do lado do Brasil e dezesseis do lado francês (Entrevista com comerciante do setor de construção civil, 2013).

A participação de atores representativos dos catraieiros, comerciantes e moradores de Ilha Bela e Vila Brasil no Conselho do Rio demonstra como esses grupos conseguiram criar uma esfera pública específica a partir dos conteúdos retirados de sua vida cotidiana. Nesses termos, verifica-se que um comitê formado com indivíduos de Oiapoque e Guiana Francesa – reconhecidos como moradores da fronteira

– indica uma inovação nas formas mais conhecidas de mobilização social. E neste sentido o Conselho do Rio favorece que sejam discutidos

os interesses da sociedade que vive aqui em Oiapoque, para que esse trânsito possa ser livre, o brasileiro ir lá e o francês possa vim aqui, por exemplo, hoje o francês pega seu carro, põe na balsa, atravessa o carro e circula aqui, já a recíproca não é verdadeira daqui pra lá, tem problemas de impostos, essas coisa tem. Eu não quero entrar nesse mérito, mas assim, pelo menos o cidadão brasileiro ir a Saint-Georges e comprar e ele ir lá e não ser preso, já é um alívio. Ah, hoje eu fui em Saint-Georges e fui preso! Que não deveria, né, porque nós somos países vizinhos, nós temos uma ponte que tá aí adormecida em cima do rio Oiapoque, ligando os dois países através dos dois municípios, mas por enquanto serventia nenhuma não tem! (Chefia de Gabinete do Executivo Municipal, 2013).

Ainda que a ideia do Conselho do Rio tenha sido apresentada pelos governos do Brasil e da França, ela deriva da capacidade de ação dos agentes locais de Oiapoque, que organizaram protestos contra as intervenções institucionais dos gendarmes à mobilidade e aos deslocamentos no rio Oiapoque e, nessa atuação, contam com a discreta participação dos moradores de Saint-Georges, que pode ser expressa numa formulação do tipo “eu não sou contra os protestos”, sem que exatamente se posicionem publicamente a favor (Ref. Diário de Campo, Oiapoque, 2013). Existem também em Saint-Georges categorias profissionais que não se ressentem da indesejabilidade atribuída pelos gendarmes à presença dos brasileiros, a exemplo de um motorista guianense de veículo que faz o transporte de Saint-Georges a Caiena; ao ser perguntado sobre como agia ao saber que tinha clandestino entre seus clientes, ele respondeu: “Nada, apenas informo que a passagem é mais cara e que não garanto ele não ficar retido na barreira de fronteira” (Ref. Diário de Campo, Saint-Georges, 2013).

Interesses em conservar as interações sociais transfronteiriças são iguais para moradores dos dois lados da fronteira. Todavia, cabe ressaltar que na Guiana Francesa existem subsídios para a manutenção das condições de vida de seus moradores, o mesmo não ocorrendo do lado de Oiapoque, onde os agentes têm que lidar com toda ordem de carências e problemas decorrentes de sua localização periférica e isolada; do desamparo em termos de políticas públicas (saúde, educação e infraestrutura urbana); da falta de oportunidades de trabalho e renda. Isto não implica afirmar que as interações com a Guiana Francesa supram de todo essas lacunas, mas se deve ter em conta que: 1º) a mobilidade no rio Oiapoque assegura a sustentação das comunidades de Ilha Bela e Vila Brasil (ainda que também dos garimpos clandestinos da Guiana Francesa) e, nesse contexto a passagem pela cachoeira Grand Roche é fundamental, em especial pela redução de custos materiais e esforços humanos; 2º)

os deslocamentos através da fronteira mantêm temporariamente na cidade de Oiapoque um contingente de migrantes que compram produtos e serviços.

Portanto, no território de Oiapoque as interações com a Guiana Francesa são imperativas e subjazem na luta pela sobrevivência quaisquer restrições que acarretem cerceamento dessas interações, tal como o controle à mobilidade e aos deslocamentos no rio Oiapoque afeta sobremaneira essa dinâmica socioeconômica. E é esse o ponto favorável à presente reflexão, pois se busca definir um sentimento de pertencimento com o lugar, se destacando nessa direção o papel do rio Oiapoque para o movimento além e através da fronteira. Trata-se de reunir atributos para delinear como se forma o “nós-ideal”. Para, então, identificar como esse “nós-ideal” articula os moradores e seus interesses políticos, sociais e econômicos na formação de uma opinião pública e suas estratégias para influenciar as deliberações da cooperação fronteiriça franco-brasileira.

O “nós-ideal” de Elias (2006) permite afirmar que nas interações entre moradores dos dois lados da fronteira se cristalizam solidariedades e complementaridades; oiapoqueenses e guianenses se entendem entre si. Não se está garantindo uma uniformização conforme quadro cultural nacional, mas algumas uniformidades nascidas em intersecções nas quais se desenvolve a sociabilidade fronteiriça que se defende haver entre Oiapoque e Guiana Francesa, que mesmo circunstanciais são cotidianas e por conta disso conformam um padrão. É dessa sociabilidade que nascem mobilizações dos atores locais na luta pela liderança de sua historicidade. Isto pode ser observado no trecho da entrevista com um catraieiro referente à possível interdição à passagem de brasileiros pela ponte Binacional após sua inauguração:

O que pode acontecer é uma manifestação, se chegar a haver essa proibição de circular livremente na ponte Binacional, ainda corre o risco de haver uma manifestação das duas fronteiras pra demolir a ponte, porque as duas fronteiras vão se sentir prejudicada. Se não abrir essa exceção pras duas fronteiras que é Oiapoque–Saint-Georges! (Entrevista com catraieiro, 2013).

Neste contexto, as instituições formais de Brasil e França não desempenham relevante papel e é em contradição, ou mesmo para contorná-las que se organizam os agentes locais. E isso se revela nas maneiras como os atores locais apropriam-se do significado presente nas estratégias retóricas dos agentes institucionais ao aludir ao papel disjuntor de uma fronteira internacional. Verifique-se isso no trecho do relato da catraieira sobre os procedimentos dos gendarmes com catraias brasileiras carregadas de gêneros que se deslocam pelo rio Oiapoque:

Ali nós passamos, na Grand Roche, lá eles alegam que é deles. Lá em cima, na cachoeira

Caxiri tem um lado que é só do lado brasileiro que dá pra passar e eles [os franceses] também passam lá. No verão eles só podem passar se for lá. Lá não pertence nada a França, quer dizer eles têm direito de passar do nosso lado e nós não têm direito de passar lá. Porque eu acho assim: que lá é passagem; não é assim do seu fulano. É a passagem, tanto faz pra nós, que nem pra eles, só dá de passar se for lá! (Entrevista com catraieira, 2013).

Depreende-se da fala da catraieira que, para os brasileiros, os franceses não têm o direito de impedir seus deslocamentos pelo rio, nem cercear sua mobilidade; alegam que quando os franceses atravessam a fronteira para Oiapoque são muito bem tratados, enquanto que para o brasileiro é sempre tudo bem complicado. Por conta disso os atores também se mobilizam em protestos no rio Oiapoque.

O que houve até agora foi uma manifestação que nós catraieiros fizemos no dia 9 de janeiro de 2010. E o que ocorreu? Inclusive perdemos até um companheiro [...]. Por quê? Foram duas canoas no mesmo sentido, e uma adiantou mais do que outra e chegou a colidir uma com a outra, um piloto caiu e chegou a óbito, aí nós suspendemos a greve (Entrevista com catraieiro, 2013).

A forma de organização desses protestos merece destaque; as articulações comecem no grupo dos catraieiros e dos comerciantes são os que têm maior poder de mobilização, em especial por disponibilizarem de maiores recursos materiais, no caso dos comerciantes, e simbólicos quanto aos catraieiros. No geral as manifestações acontecem no rio mesmo, as catraias saem de Oiapoque em comboio e se perfilam em frente a Saint-Georges, formando uma barreira de modo a impedir que os franceses circulem pelo rio.

É preciso tornar claro que, apesar de haver uma mobilização inicial entre os grupos afetados pelas fiscalizações e interdições no rio Oiapoque, não é somente essa a questão considerada pública, há outras que, igualmente, têm abrangência em todo o território de Oiapoque. Os compromissos assumidos pelos atores locais vinculam-se também a reivindicações de outras ações públicas referentes às suas carências no domínio de infraestrutura urbana, trabalho e emprego, saúde e educação. Numa escala de classificação, os problemas relacionados à saúde e à educação públicas são os que ganham mais relevância, pois

Têm muito processo, um, dois ou três sobre a questão da saúde no município. Sobre a questão do hospital, se vai inaugurar ou não vai, só tem um médico na cidade. Fizemos uma reunião, a audiência aqui no auditório com os funcionários da Secretaria [Estadual de Saúde], os quais garantiram que ia ter pelo menos um médico, com revezamento de algumas especialidades uma vez por semana, um dermatologista, um pediatra etc. O que não aconteceu até agora, temos problemas sérios com a área da saúde. Educação pelo que tenho observado quanto à estrutura física, que tem mais de vinte anos, não tem nenhuma melhora, nenhum acréscimo na qualidade da educação (Entrevista com juiz de Direito, 2013).

Retomando Elias (2006), confirma-se seu postulado de que toda pluralidade de decisões está sujeita a uma base comum, que no caso de Oiapoque está em sua sociabilidade particular, a qual configura a vida social e requer ser pensada e compreendida em seus próprios termos. São formas de convívio, modos de ser, de se relacionar e se entender que não se restringem ao território definido pela fronteira internacional. A desestruturação dessa sociabilidade sobre a qual se organiza a vida social no território de Oiapoque com sentido à Guiana Francesa pode vir a desencadear mais conflitos e confrontos, mais prejuízos materiais e perdas de vidas humanas, pois existe uma opinião pública formada em Oiapoque: “O Brasil se esqueceu de nós, a gente não foi consultado, nem ouvido”⁴.

Essa assertiva não é somente de alguns grupos, ela é recorrente entre os indivíduos singulares e coletivos e pode ser ouvida em diversos lugares da cidade de Oiapoque, bem como nas comunidades de Ilha Bela e Vila Brasil. O catraieiro, o comerciante, o usuário do transporte fluvial não falam somente como membros de grupos de pressão, mas como atores que se categorizam no convívio, na vizinhança com o outro. Nesse sentido se afirmam como fronteiriços e falam em nome de outros fronteiriços: “Nós somos fronteiriços com nacionalidade, com nome diferente, apenas o nome diferente, mas nós somos amigos, nós somos irmãos e somos vizinhos, além de tudo, é o mesmo sangue humano, muda apenas a nacionalidade, e nós nos respeitamos, nós fronteiriços Oiapoque–Saint-Georges, nós nos respeitamos” (CATRAIEIRO, 2013). Isso ganha inteligibilidade ao ter em conta o pensamento de Elias (2006) sobre como essas formas idiomáticas de expressão revelam um ser e um deve ser, um “nós-ideal”, a despeito de que grupo de interesse se pertença. A uniformização observada entre os grupos mobilizados em favor de suas demandas atua na formação de uma opinião pública em Oiapoque, e ainda que a opinião pública não se constitua exatamente em um grupo de pressão, é fator potencial de influência nas decisões governamentais (ELIAS, 2006).

A correlação das informações parece corroborar o argumento de que a cooperação fronteiriça tem para além das prerrogativas relativas a parcerias para desenvolvimento de infraestrutura, pesquisa científica e tecnológica e de prevenção, uma dimensão disciplinadora e interventora com foco no território Oiapoque-Guiana Francesa e seus habitantes.

Tem a cooperação policial, tá lá escrito duas bandeiras, lá do lado de Saint-Georges, na *Gendarmerie*. Essa é a cooperação transfronteiriça. Se acontece um problema do lado de lá, a polícia de lá passa pro daqui, e vice-versa, existe essa cooperação. Mas pra população nada,

4 Diário de Campo, Oiapoque, 2013.

se alguém me perguntar: eu digo me prove! Se alguém disser: [...] tem cooperação assim, assim, assim... Eu digo me prove! Não fale! Me prove! Porque eu digo: porque eu convivo na fronteira, todos os dias eu estou em Saint-Georges e no Oiapoque, só não estou quando eu estou fora do nosso município (Entrevista com catraieiro, 2013).

Entende-se, que nos atos de fala locais esses significados estão imersos no cotidiano dos agentes, que articulam esses sentidos no desenvolvimento de manobras para dilatar suas possibilidades nos quadros de vivências concretas. Na cotidianidade se revelam múltiplos significados que foram vivenciados pelos agentes, os quais se articulam para unir os fronteiriços na luta pela continuidade de sua territorialidade e experiência, enraizadas em valores, costumes, códigos, regras, hábitos etc.; instituições essas que comportam impulsos, desejos, motivações, significações psicológicas e tornam possível a sociedade e a sociação das gerações de indivíduos em um território que se qualifica pela situação de vizinhança com a Guiana Francesa.

A cooperação fronteiriça franco-brasileira no território Oiapoque e Guiana Francesa exprime uma transformação nas ações estatais no que tange a sua função política e a sua significação jurídica, propriedades com as quais essa fronteira em particular e todas de modo geral se constituíram historicamente a partir da emergência dos Estados nacionais modernos. Argumenta-se que em escala local a mudança se manifesta nas ações institucionais do governo francês para restringir o trânsito de catraias que sobem o rio Oiapoque em direção às comunidades de Ilha Bela e Vila Brasil; nas interdições ao desembarque de brasileiros na vila de Saint-Georges; nas deportações de brasileiros sem documentos da cidade de Caiena; nas operações militares de combate e destruição dos garimpos clandestinos em atividade nesse território que possuem uma população de aproximadamente 15 mil garimpeiros brasileiros. Quanto a esse quantitativo não se pode deixar de perguntar: para onde irão esses aproximadamente 15 mil deslocados compulsoriamente pela cooperação fronteiriça franco-brasileira? Que políticas compensatórias, que subsídios o governo brasileiro irá desenvolver para lhes dar assistência em seu retorno ao Brasil? Quais alternativas serão colocadas em prática para a inclusão socioeconômica dos moradores do território de Oiapoque a partir da desestruturação dos garimpos? Quais outras dimensões institucionais, além das repressivas, podem vir a ter acesso os moradores do lado brasileiro da fronteira de Oiapoque? Como atender a demandas históricas, por bens e serviços públicos, de uma população que parece ter sido esquecida pelo Estado brasileiro e quando lembrada preferiria ter sido esquecida?

Referências

BRASIL/IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra**. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/99/cd_2010_resultados_gerais_amostra.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

BRASIL/MRE. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. **Acordo Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa**. Paris, 28 de maio de 1996. Não paginado. Disponível em: <www2.mre.gov/dai/francooperacao.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2005.

BRASIL/PORTALODM (2013). **Acompanhamento Municipal dos Objetivos do Milênio**. Disponível em: <www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade=2320>. Acesso em: 24 de setembro de 2013.

DOMINGUES, José Maurício. Vida cotidiana, história e movimentos sociais. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 46, n.3, p. 419 -459, 2003.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaios**; 1: Estado, processo e opinião pública; organização e apresentação, Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbord; tradução textos em inglês, Sérgio Benevides; textos em alemão, Antonio Carlos dos Santos; textos em holandês, João Carlos Pijnappel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 (Clássicos; 22). Tradução de original.

HIDAIR, Isabelle. Imigração Brasileira na Guiana Francesa: entre elucubrações e realidade. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, n° 24, Niterói, 2008. Disponível em:<http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_24.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2011.

OIAPOQUE. **Prefeitura de Oiapoque. Ata de criação do Conselho do Rio Oiapoque**. Oiapoque, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, Etnicidade e Nacionalidade no Mercosul. In: **Política Comparada**. Brasília, mai./ago., 1997.

PÓVOA NETO, Helion. Barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade. In: **Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM)**; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ) Disponível em:<www.academia.edu/209471/Barreiras_fisicas_a_circulacao_como_dispositivos_de_politica_migratoria_notas_para_uma_tipologia_2007>. Acesso em: 29 de abril de 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Histórias de vida e depoimentos pessoais. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, M. Christina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zeila de Brito (Orgs.). **Pesquisa em ciências sociais**: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: CERU, 2008. (Textos. Série 2; n. 10).

REIS, Rossana Rocha. **Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

SHAMIR, Ronen. Without Borders? Notes on Globalization as a Mobility Regime. **Sociological Theory**, v. 23, n. 2, jun. 2005. Published by: American Sociological Association Stable. Disponível em:<http://www.jstor.org/stable/4148882>. Acesso em: 29 de abril de 2013.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SIMMEL, Georg. **Sociologia do espaço**. Tradução de Rainer Domschke e Fraya Frehse. **Estud.av.**, v. 27, n. 79, São Paulo 2013. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300007&Ing=iso>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

ARTIGO

SABER E *HABITUS* PROFISSIONAL DO EX-AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE SÃO PAULO

Resumo

Este estudo é constituinte de tese de doutorado defendida no ano de 2012, no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. O objetivo é apresentar parte dos resultados da pesquisa que trata da formação socioprofissional dos agentes de segurança penitenciária de São Paulo. A partir da fala de ex-agentes penitenciários presos pelo crime de corrupção, busca-se abordar os fatores que os levaram à escolha da profissão de agente de segurança penitenciária até a ruptura do exercício profissional pela via da corrupção. Há a tentativa de identificar *habitus* e saberes que os marcaram no decorrer dessas trajetórias, ressaltando: o período de formação, a rotina nas prisões, vocação profissional, os riscos do ofício, satisfação/insatisfação profissional, a “cultura prisional”, entre outros. A pesquisa orientou-se pela análise das representações sociais, no intuito de entender o modo como os sujeitos percebem a sua realidade social, e como atribuem significados às suas condutas sociais.

Palavras-chave:

Ex-agente de Segurança Penitenciária.
Representações Sociais. *Habitus* Profissional.
Relações transfronteiriças. Identidade.

Abstract

This study is constituent of doctoral thesis defended in 2012 at the Department of Sociology of Brasília University. The goal is to present the results of research related to the socio-professional training of the Penitentiary Security Agents of São Paulo. From the talk of former prison inmates for the crime of corruption, we seek to address the factors that led to the choice of profession of Penitentiary Security Agent until the breach of professional practice through corruption. There is the attempt to identify habitus and knowledge which marked them during their trajectories, noting: the formative period, the routine in prisons, professional vocation, the risks of this profession, professional satisfaction/no satisfaction, the prison's “culture”, among others. Mentored research for the analysis of social representations, in order to understand how those individuals understand their social reality and how they give meanings to their social behaviors.

Keywords:

Ex-security penitentiary agent. Social representations. Professional habitus.

* Doutora em Sociologia (Universidade de Brasília). Professora da Universidade Federal do Acre. Pesquisadora no campo da violência urbana, com enfoque em segurança pública e sistema penitenciário.

Introdução

Este trabalho dedica-se a abordar parte das trajetórias socioprofissionais dos ex-ASPs, a fim de conhecer as justificativas que os levaram à escolha da profissão de agente de segurança penitenciária. Além disso, buscou-se identificar nas concepções que esses atores sociais trazem acerca de si mesmos, como pessoas e como ex-profissionais do sistema penitenciário, experiências significativas que os marcaram no decorrer dessa trajetória.

Uma das considerações iniciais a esse respeito é que, ainda que os entrevistados façam parte de uma mesma categoria profissional, trata-se de uma composição bastante heterogênea do ponto de vista de suas trajetórias percorridas, bem como das condições de existência no passado e no presente. Desta forma, mais do que uma categoria profissional, são indivíduos marcados por diferenças no que diz respeito aos saberes e/ou capitais simbólicos adquiridos no decorrer do processo de socialização primária (família) e secundária (amigos, escola, trabalho etc.). Em razão disso, compreender como se constituíram, nos ex-ASP's, *disposições* para a profissão de agentes penitenciários requer compreender diferentes capitais culturais que estes acumularam em diferentes trajetórias vividas.

Bourdieu (1989) explica que as *disposições* que orientam as práticas dos agentes constituem o *habitus* que é construído no decorrer do processo de socialização em diferentes espaços sociais nos quais o indivíduo está inserido: familiar, escolar, profissional. Assim, o *habitus* restitui ao agente um poder gerador e unificador, construtor da realidade, no entanto, esta capacidade de construir a realidade social é a de um “*corpo socializado ao corpo social*” (Bourdieu, 2001, p. 167). O *habitus* adquirido pelo sujeito social constitui uma matriz de percepção, de apreciação e de ação que se realiza em condições sociais específicas.

O *habitus* adquirido e incorporado pelo indivíduo nos diferentes espaços no qual ele percorreu constitui uma matriz de apreciação pela qual ele se guiará/orientará. Sabendo que o *habitus* corresponde à incorporação do social no indivíduo sob a forma de “esquemas mentais” (Bourdieu, 1983), *esquemas* estes que se situam na esfera cognitiva, avaliativa, afetiva e simbólica sobre um fenômeno social, considera-se este conceito propício para pensar no processo de constituição das identidades sociais a partir das trajetórias de vida dos ex-ASP's.

Diante disso, com base no entendimento de que é intrínseco ao *campo* ser um espaço de *lutas* e de *disputas* por posições que se baseiam em determinadas formas de poder ou de prestígio (SILVA, 1999), consideram-se os espaços prisionais nos quais

os ex-ASP's realizaram suas experiências profissionais como um *campo* propício ao desenvolvimento e constituição de saberes e de identidades sociais.

Com este entendimento, sabendo-se que o *habitus* é produto da posição e da trajetória social dos indivíduos, acredita-se que um dos caminhos para se compreender a construção de *disposições* para a carreira de ASP é permitir a reconstrução da memória dos “sujeitos da fala” em torno das experiências por eles acumuladas e/ou vivenciadas, a fim de “captar” uma realidade que se situa na fronteira do individual/social. É, portanto, nesta perspectiva que se inserem as falas a seguir, partindo da premissa de que os ex-ASP's são importantes conhecedores da temática deste estudo. Trata-se, portanto, de abordar as representações sociais que se formam em torno da relação que se estabelece entre o *eu* e o *outro*, isto é, a *alteridade*. Feitas essas considerações, apresenta-se a seguir um breve mapeamento dos achados da pesquisa em torno da constituição das trajetórias socioprofissionais de ex-ASP's.

Representações Sociais da Profissão de Agente Penitenciário

Quais os motivos/fatores que levaram o ex-ASP à escolha da profissão de agente penitenciário? Ao levantar esta questão, buscou-se pôr em evidência, sobretudo, a noção de “vocação” para o exercício profissional. Com base nisso, uma das preocupações foi verificar até que ponto as experiências familiares anteriores ao ofício de ASP representam referências importantes no processo de decisão da escolha profissional.

Pesquisadora: você pode falar como foi o seu primeiro emprego e sobre as experiências de trabalho antes de se tornar Agente de Segurança Penitenciária?

– “Comecei a trabalhar com 12 anos, numa fábrica de pregos; depois *office-boy* até 18 anos. Depois, numa firma de segurança. Depois fui para a Ford, era operador de máquinas; fiquei 8 anos lá. Depois, em 1990, fiz concurso para ASP, trabalhei 19 anos como ASP” (Ex-ASP V).

Estas informações ratificam resultados de pesquisas recentes sobre os ASP's de São Paulo (LOURENÇO, 2010; BODÊ DE MORAES, 2005), a saber, o fato de que esta categoria, em sentido mais amplo, é oriunda de passado profissional mais ligado a “atividades braçais” e desvalorizadas socialmente que, em decorrência de dificuldades financeiras, buscam no serviço público uma possibilidade de complementar os rendimentos da família (LOURENÇO, 2010).

Sabe-se que todo indivíduo, ao nascer, é inserido em um determinado grupo social no qual desenvolverá seus primeiros contatos com o mundo, ali adquirindo

conhecimentos, hábitos, valores etc. É no *espaço familiar* que o indivíduo desenvolve suas habilidades emotivas e cognitivas, que aprende a orientar suas atitudes, a receber e expressar seu afeto, suas angústias, suas alegrias e incertezas. Conforme ensina Bourdieu (1983), o *habitus* é o resultado de um longo processo de aprendizado a que todo indivíduo está submetido desde que nasce. Desta forma, ao longo de sua trajetória social, o indivíduo está submetido a diferentes espaços de socialização, entre os quais a *família* ocupa um lugar privilegiado.

O *habitus* seria um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, que demarcam os limites à consciência possível de ser mobilizada pelos grupos e/ou classes, sendo assim responsáveis, em última instância, pelo campo de sentido em que operam as relações de força (BOURDIEU *apud* MICELI, s/d: XLII).

Seguindo este raciocínio, não se identifica nas falas dos entrevistados uma *disposição natural manifestada desde a infância para o exercício da profissão de ASP*. Isso quer dizer que boa parte dos entrevistados não atribuiu um sentido mais profundo de *identificação*, ou de *vocação* (gostar do trabalho) para a profissão escolhida. Nota-se que, apesar de muitos ex-ASP's informarem que tinham parentes próximos trabalhando na polícia, nas Forças Armadas e, até mesmo, na prisão, a maior parte alegou que este fato não foi necessariamente determinante na escolha de sua profissão.

Pesquisadora: *Você tem algum parente na Polícia Civil, militar, no Exército ou qualquer outra força pública?*

– “Sim. Primos, tios PMs e policial civil também. (Este fato pode ter influenciado em sua decisão de ser ASP?) De certa forma. Eu pensava em ser ASP pra depois ser Polícia Civil. Vamos ver daqui pra frente, acho que eu ainda tenho essa chance” (Ex-ASP XI).

Estes depoimentos estão a indicar que a escolha pela carreira de ASP não revela um *habitus* específico para o exercício desta profissão. Em outras palavras, o *desejo* de ser ASP não aparece nas falas dos entrevistados como a primeira opção de quem escolheu esse ofício, contudo, tal escolha apresenta-se como “a mais viável” frente às circunstâncias de vida objetivas às quais estes se veem submetidos. Com isso, o que se tem notado é que se trata de um conjunto de fatores que orientam o ingresso dos entrevistados na carreira de ASP, dessa forma, menos por um “desejo pessoal”, a escolha é justificada por diferentes fatores, tais como a “necessidade de um emprego”, a “busca da estabilidade profissional”, o afastamento do estigma de “desempregado”

(não ser reconhecido como desempregado), o desejo de “ser policial” (e não ASP), ou ainda, por um “ato de impulso”, “meio sem querer”. Com isso, o desejo de “ser ASP” se constitui como produto da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura social, isto quer dizer, como produto de um *habitus* “ajustado” a uma determinada demanda social.

Pesquisadora: *Como você chegou à profissão de ASP?*

– “Na região (Presidente Venceslau) o que mais tem é concurso pra ASP. [...] Um dia, resolvi me inscrever, mas eu não conhecia a fundo a profissão. Fui tomado pelo impulso e deu certo” (Ex-ASP I).

Ainda, em relação à escolha da profissão, alguns entrevistados alegam que o “estigma da profissão” e os “riscos do ofício” foram levados em consideração pelas famílias no momento em que estes optaram pela profissão de ASP. Neste aspecto, vale ressaltar que a imagem negativa construída pelo *sensu comum* em torno da prisão (local violento, perigoso, “abrigo de bandidos” etc.) é apontada pelos entrevistados como o maior motivo de “rejeição” por parte dos familiares no que diz respeito à sua escolha profissional. No entanto, tal sentimento não interferiu nas disposições manifestadas de “ser ASP” o que, acredita-se, estão apoiadas em um conjunto de determinações sociais atuantes sobre os sujeitos, conforme mencionado anteriormente.

– “Lá em casa não tinha uma aceitação ampla. Até porque eu tenho um primo AEVP que já foi ameaçado, e aí tinha um estranhamento, um medo do que podia acontecer comigo” (ex-ASP I).

Em outro sentido, para alguns ex-ASP's, além de se sentirem incentivados inicialmente pela estabilidade profissional que o emprego público pode oferecer, alegaram também “gostar” do trabalho que realizavam na prisão, a despeito dos problemas inerentes à profissão, que levavam à *desmotivação*. Neste ponto é possível reconhecer que *os vínculos de amizade* e a *utilidade social do trabalho do ASP* se constituem como elementos para a construção das concepções que o ex-ASP tem acerca do trabalho que realizava. Pensando assim, a “satisfação profissional” aparece, em parte, vinculada às formas com que estes se relacionavam com os “companheiros de profissão”, ou seja, com os “vínculos de amizade” que estabeleciam na rotina prisional, bem como com a “relevância social” do seu ofício, uma vez que a eles cabia a responsabilidade de manter tutelados aqueles que praticaram algum mal à sociedade. Como se pode notar a seguir,

Pesquisadora: *Antes da prisão, como você se sentia em relação ao trabalho que realizava?*

– “Não sei, acho que eu gostava de ser ASP sim. Eu gostava de ser ASP. Eu tenho saudade dos meus companheiros, das amizades que fiz, da confiança” (Ex-ASP XI).

A respeito daqueles que se queixaram da profissão de ASP, as experiências passadas contribuíram significativamente para a construção da imagem negativa a respeito do ofício. Tais experiências, segundo os entrevistados, por serem ruins, não despertam mais o interesse pela mesma profissão. Dentre os motivos elencados, é apontado o ambiente prisional visto pelos ex-ASP's como perigoso e deficiente de cuidados por parte dos governantes, a falta de valorização profissional, no que diz respeito à rotina de trabalho, salários e benefícios, a relação com os colegas de trabalho (por ocasiões conturbadas, conflituosas), além da falta de apoio psicológico, considerado fundamental, devido à rotina de estresse a que se veem submetidos. Tais justificativas, cada uma ao seu modo, aparecem sempre atravessadas por concepções, crenças e valores que os ex-ASP's tomam para si no presente, demonstrando a importância que a imagem construída em torno da profissão de ASP adquire na constituição de suas *escolhas profissionais*.

Pesquisadora: *Antes da prisão, como você se sentia em relação ao trabalho que realizava?*

– “Quando cheguei na... achava que ia me adaptar mais rápido ao trabalho, não consegui, fui tomado pelo ambiente” (Ex-ASP IV).

Quando um grupo de pessoas estabelece uma identificação mútua nos modos de pensar e de agir, nos estilos e interesses, gostos etc., desenvolvendo um “sentido prático comum”, torna-se possível identificá-lo em seu *habitus*. A noção de *habitus* é caracterizada por um sistema de *disposições duráveis*, sistemas *estruturados* e *estruturantes* (BOURDIEU, 1989) de práticas e de representações que podem ser reguladas objetivamente. Assim, se cada agente social é detentor de uma “estrutura mental”, de uma vivência marcada por percepções e representações específicas, por estilos de vida e opiniões próprias, quando estas características conformam um modo de pensar e de agir, engendram um *habitus*.

Um *habitus* engendrado em uma categoria profissional, tal como a dos ASP's,

torna-se expressão de um “sentido prático comum” da profissão. Há uma série de características e atribuições determinadas objetivamente no espaço em que se formam as práticas profissionais; no entanto, entende-se que estas estão interligadas a uma dinâmica interativa de “capitais simbólicos” que se constituem em um determinado campo profissional. Pensando assim, as representações anteriores são reveladoras de percepções mais ou menos partilhadas em torno do trabalho de ASP, que se apoiam em sentimentos tais como medo, frustração, insegurança, estresse etc. Trata-se, portanto, de percepções elaboradas em torno de “expectativas” iniciais com relação à profissão de ASP (estabilidade profissional, necessidade de emprego, desejo de “ser policial” etc.) e que, no transcorrer do tempo, foram convergidas para um sentimento de *insatisfação profissional* mais ou menos verbalizado, frente às condições de trabalho objetivadas no interior dos presídios.

Em outro sentido, quando perguntado ao entrevistado se, durante o período em que estava trabalhando como ASP, exercia algum tipo de “bico”, isto é, outros serviços paralelos à função principal, a maioria respondeu afirmativamente, e isto significa que oito entrevistados admitiram possuir atividades além das desenvolvidas na prisão, e somente três disseram que não faziam tal prática. Dentre as atividades informadas, cinco disseram trabalhar como segurança particular; um como servente de pedreiro; e um em mercado de produto alimentício. Sobre o “faturamento mensal”, os valores variavam entre R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00 mensais.

Pesquisadora: *Qual é a importância do “bico” para você?*

– “O bico, não sei, acho que bico é o dinheiro mesmo, certo? Eu ficava 12 horas direto na cadeia, não fosse dinheiro, não encarava outro não, porque o plantão puxa, é pesado, sair daqui e encarar outro serviço, é só pelo dinheiro mesmo”

Pesquisadora: *É comum o “bico” entre os ASP’s?*

– “Eu digo pra senhora: 70% da área de segurança faz bico e vive mal” (Ex-ASP X).

No entanto, se, por um lado, nas representações dos ex-ASP’s, o “salário baixo” aparece como um fator que interfere na decisão de fazer “bico” como atividade paralela, por outro lado, fica claro que as condições precárias de trabalho, a insegurança pessoal, a falta de valorização profissional, o problema da superlotação e

o descrédito na recuperação do preso, são fatores *desmotivadores* para a dedicação integral à profissão, justificando-se certo distanciamento ou menor envolvimento com o serviço prisional.

Pesquisadora: *Fale sobre as condições de trabalho do ASP:*

– “Condição muito desumana. Trabalha no meio de pessoas perigosas, a maioria volta pro crime, faz barbaridade mesmo preso [...] É um trabalho que você não sabe se volta pra casa, não dá segurança nenhuma” (Ex-ASP IX).

Tais representações sobre as condições de trabalho dos agentes penitenciários são comumente compartilhadas entre os demais servidores penitenciários que apontaram inúmeras vezes para os baixos salários, as ameaças frequentes por parte dos presos, a rotina estressante e a falta de acompanhamento psicológico direcionado ao ASP, quando em pleno exercício das funções de segurança e de disciplina no interior das prisões.

Os ASP's adoecem muito, muito mesmo. Tem muitos casos de separação, muitos mesmo. Alcoolismo, dependência de remédios também é muito mesmo [...] Os casos de separação, de conflitos familiares é muito grande. O ASP tem muita dificuldade de lidar com o medo, o medo do preso, o medo da morte, o medo da ameaça contra a família vem na contramão que ele acha que não tem o valor que deveria ter (Direção/EAP).

Dados obtidos por Lourenço (2010) de órgãos oficiais da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo entre os anos de 2000 a 2002 apontam para expectativas de vida diminuídas quando comparados a funcionários de outras profissões, especialmente os da indústria química, os trabalhadores da construção civil, e os trabalhadores braçais.

Ainda, de acordo com o autor, outro fator que o impactou à época do levantamento desses dados estatísticos foi a causa da morte desses funcionários. A esse respeito, traumatismos e poli traumatismos, infartos agudos do miocárdio e hemorragias causadas por ferimentos de diversas naturezas (acidentes de trânsito ou perfurações corporais ocasionadas por projéteis de armas de fogo ou por agressões sofridas de armas brancas, tais como facas ou canivetes) ocupavam quase 70% dos casos investigados. Essa é uma estatística sombria no tocante às questões de saúde (ou a ausência dela) do trabalhador das prisões, fruto de suas atribuições em um ambiente completamente paradoxal e de alto risco de vida (pelo fato de serem os trabalhadores que têm contato mais direto com os presos) podendo, em certos casos, provocar ou potencializar o aparecimento de doença e de transtornos mentais e emocionais (LOURENÇO, 2010).

Em 25 de junho de 2007 foi instituído, por meio da Lei Estadual nº 12.622, o Programa de Saúde Mental dos Agentes de Segurança Penitenciária de São Paulo cujas competências básicas, conforme contido no artigo 2º da referida Lei, estão voltadas para ações de planejamento, execução, controle, fiscalização e avaliação das atividades relacionadas à saúde mental do agente de segurança penitenciária de modo a possibilitar o pleno uso e gozo do seu potencial físico e mental. No entanto, foi relatado pela direção do Núcleo de Saúde do Servidor (SAP) que o programa ainda não existe implantado no serviço penitenciário do Estado, ainda que seja recorrente a necessidade de atenção específica à saúde do ASP.

O programa é bom, mas ele não existe de fato, existe no papel [...] hoje, o trabalho que estamos tentando fazer é de mapear a saúde dos nossos servidores [...] sabemos que tem muitos agentes com traumas porque viveram uma situação muito forte, sabemos que muitos agentes enveredam prá bebida, pró vício, sabemos de muitos conflitos na família, sabemos do nosso agente sem auto-estima, estamos dando muita atenção para os casos de afastamentos do trabalho...” (Direção do Núcleo de Saúde do Servidor/SAP).

Considerações finais

Com base nas considerações até aqui, o que se pode depreender das falas dos entrevistados é que a atuação profissional do ASP gera nele um “corpo de conhecimentos” sobre *si* e sobre *o outro* – a alteridade – refletindo em sua forma de pensar e de agir no cotidiano, e conferindo-lhe um *habitus* profissional. Isso quer dizer que os ex-ASP’s formam sua visão de mundo de acordo com as representações interiorizadas ao longo de sua trajetória pessoal, a qual se entrecruza com a trajetória profissional, constituindo, assim, um *modo* de ser ASP.

Com base neste entendimento, observa-se também que apesar das diferenças no que diz respeito às trajetórias sociais dos ex-ASP’s, o vínculo que une as falas destes aponta para a internalização de certo número capital simbólico acumulado (cultural, social e financeiro) e que está na origem da forma como veem a profissão do ASP. Retomando as reflexões de Bourdieu (1983), o autor destaca que o *habitus* constitui uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a agir de modo coerente. No entanto, o *habitus* não se constitui como uma estrutura fechada, ao contrário, ele é incessantemente confrontado e afetado por novas experiências. Dessa forma, o *habitus* é também uma *adaptação*, realizando um *ajustamento* ao mundo.

A partir desta reflexão, um dos aspectos observados nas falas dos entrevistados é que a percepção que estes manifestam acerca da profissão de ASP está estreitamente

te relacionada aos processos de socialização vivenciados no interior dos presídios e, neste sentido, parte da *insatisfação* verbalizada sobre o ofício pode ser relacionada a uma “inadaptação” entre as disposições adquiridas no início da carreira e as condições de trabalho materialmente objetivadas na rotina prisional. Sob esse ponto de vista, os “fatores motivadores” que interferiram na escolha profissional inicialmente não foram suficientes para “compensar” a insatisfação dos entrevistados frente aos problemas inerentes e recorrentes ao serviço prisional. Isso é o que parece concordar um entrevistado da EAP quando diz que “muitos (ASPs) não procura trabalho, procura sustento. Nessa realidade, ou ele se identifica, ou ele se frustra totalmente” (Docente/EAP).

Além disso, as falas apontam, também, para um sentimento de *desprestígio* profissional que pode, em parte, estar vinculado ao *estigma* social da profissão de ASP, referindo-se ao *estigma* no sentido empregado por Goffman (1981, p. 13) como “um atributo profundamente depreciativo” e, com isso, trata-se de “*um tipo especial de relação entre um atributo e um estereótipo*” que só ocorre na relação que se estabelece com “o outro”, o “*normal*”. O *estigma* é, na perspectiva do autor, uma “marca” (física, moral, de raça, nação ou religião) que leva à desaprovação, à vergonha e à discriminação social daquele(a) – sujeito, grupo ou instituição social – que é objeto de estigmatização.

Em razão do contato com a população prisional, os agentes penitenciários constituem-se em um grupo denominado por Goffman (1961) de “equipe dirigente”, que se relaciona com outro grupo de pessoas estigmatizadas, denominado de “equipe dirigida”, por meio de “organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas” (GOFFMAN, 1961, p. 69-70). Para o ex-ASP IV, tal “vínculo institucional”, leva o *sensu comum* a identificar presos e ASP’s como pertencentes a um mesmo grupo de pessoas, quando o que se vê, na realidade, é que uma condição específica, isto é, a do trabalho do ASP, leva-o a *assegurar* a privação de liberdade de *materiais humanos* estigmatizados. Nesse sentido, o *estigma* atribuído aos agentes penitenciários é um desdobramento do *estigma* que marca os presos e, sendo assim, o agente penitenciário que seria apenas um membro da equipe dirigente, é também percebido como alguém sob suspeição.

Com base neste raciocínio, o ex-ASP revela que, no cotidiano, a profissão é estigmatizada quando se refere, por exemplo, à recusa, no passado, em identificar-se como ASP nas relações *extramuros*, em momentos nos quais os contatos sociais não se davam no círculo de pessoas mais próximas (parentes ou amigos), isto é, daqueles que tinham conhecimento sobre o seu ofício: “Ia num supermercado durante muito

tempo, não falava do meu trabalho. O dono da padaria perto de onde eu morava tinha curiosidade, achava que eu era segurança de boate. Eu deixava assim, não tinha por que ele saber” (ex-ASP III).

Os entrevistados revelam que o ASP é objeto de estigma social quando falam, também, de sua relação com a Polícia Militar: “A PM levanta um olho de desconfiança no ASP, pergunta logo como aquele bagulho (maconha) foi parar lá dentro, coisas do tipo, droga, é mais é droga, tem uma desconfiança grande que o ASP tá permitindo...” (ex-ASP VI).

Neste aspecto, uma representação importante que apareceu na fala do entrevistado acima foi a tentativa de se tornar, de algum modo, “superior” ao policial militar. Nesse momento, percebe-se que ele chama para si mesmo os atributos “morais” que ele acredita não existir no policial, e que está relacionado ao seu *modus operandi*, como se pode constatar na fala a seguir:

Eu vejo que a PM tá podre (como assim?). Eu falo é do bandido fardado, tudo da PM é auto de resistência. Mata inocente, é auto de resistência, abuso do poder é auto de resistência. Vê se um ASP mata preso? Não mata. ASP não faz acerto de contas, PM faz, ASP não suja as mãos de sangue, PM mata quem mata PM (ex-ASP XI).

Outro exemplo a respeito do estigma da profissão é a fala do ex-ASP sobre o que acontece na vivência conjugal, familiar, referindo-se à *rejeição* e ao *encobrimento* (isto é, a não revelação da profissão, não falar sobre ela) por parte de algum membro da família em relação à profissão. Quanto ao *encobrimento*, a fala do entrevistado VI é elucidativa e revela que tal atitude é um recurso (inconsciente ou não) utilizado por alguém da família a fim de evitar “constrangimentos” na rede de contatos sociais da qual ele é parte. Além disso, as falas dos entrevistados VI e V também deixam entrever que além do sentimento de *insegurança*, compartilhado no ambiente familiar, o modo como a sociedade representa a profissão do ASP, atribuindo-lhe características negativas, interfere na percepção que a *família* tem a respeito do ofício:

Minha esposa nunca aceitou a minha decisão. Ela dizia que a minha decisão foi a pior escolha que eu poderia ter feito pras nossas vidas. Ela falava assim mesmo, ‘trancar vagabundo’, e ainda por cima o medo se você volta pra casa ou é trazido. E usar arma de fogo, ter uma em casa. Minha esposa nunca aceitou isso (ex-ASP V).

Neste ponto não se pode deixar de destacar, seguindo o raciocínio de Lourenço (2010), que a ideia que o *sensu comum* tem a respeito do trabalho nas prisões não é, na maioria das vezes, positiva. Segundo o autor, as notícias veiculadas na mídia (imprensa e televisiva, na internet etc.), por exemplo, contribuem e reforçam a imagem negativa que a sociedade nutre sobre o sistema penitenciário e, neste sentido, tal

imagem também é reproduzida para o campo de trabalho do agente penitenciário, percebido de forma depreciativa. A este respeito, comenta o autor:

A sociedade nunca valorizou ou remunerou muito bem os responsáveis pelo cuidado e a vigilância de seus indivíduos indesejáveis. O carcereiro (designação muito mais recorrente para o senso comum que a de *agente segurança penitenciário*), no imaginário coletivo, é caracterizado como uma das mais indesejáveis ocupações. É visto como alguém pronto a se corromper e a participar de atividades ilegais tanto com os presos como com o estafé prisional (LOURENÇO, 2010, p. 14).

Sob esse ponto de vista e, ainda pensando com Lourenço (2010), mesmo que o *estigma* do ofício de ASP possa não necessariamente imprimir marcas no corpo físico (GOFFMAN, 1981), ele afeta a vida desses profissionais no que diz respeito às suas possibilidades de interação social, impondo padrões próprios de comportamento e de sociabilidade. Isso significa que

A categoria de agente penitenciário é sociologicamente tida como *desacreditável*. É dizer que no momento em que o agente passa a ser reconhecido como tal ele também passa a portar o estigma. A identificação com o trabalho carcerário traz ainda a incorporação e a visualização social do estigma decorrente dele (LOURENÇO, 2010, p. 5).

Tal situação, portanto, leva a crer que o agente penitenciário carrega com ele um *estigma* nas relações sociais *extramuros*, uma vez que a sua imagem está relacionada ao seu “vínculo” de pertencimento institucional. Diante disso, se, no cotidiano *extramuros* ele é estigmatizado a partir do momento em que é descoberto o seu ofício, fica clara, também, a razão pela qual alguns entrevistados optam pela estratégia do *encobrimento*, tratando-se de uma tentativa de reduzir ao máximo possível o *descrédito* que recai sobre si, nos *contatos sociais mistos*, tal como ensina Goffman:

Quando uma pessoa, efetiva ou intencionalmente, consegue realizar o encobrimento, é possível que haja um descrédito em virtude do que se torna aparente sobre ele, aparente mesmo para os que só o identificam socialmente com base no que está acessível a qualquer estranho naquela situação social (GOFFMAN: 1981, p. 86).

Pelo exposto, vale enfatizar que, neste estudo, centrou-se na fala de ex-agentes penitenciários em diferentes momentos, destacando-se, sobretudo, o ambiente institucional em que se concretiza a sua prática profissional, o espaço interno da prisão. Neste sentido, não seria possível discorrer sobre a corrupção e a violência nas prisões sem considerar o local no qual se constitui o saber profissional, razão pela qual se recompôs um conjunto de informações sobre a trajetória socioprofissional do ASP e, a partir daí, focar o debate em torno das representações sociais relativas à profissão de ASP com um olhar atento às dinâmicas presentes nesses espaços institucionais.

Referências

- BODÊ DE MORAES, Pedro Roberto. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1989.
- _____. **Meditações Pascalianas**. Celta, 2001.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1981.
- LOURENÇO, Arlindo da Silva. **O Espaço de Vida do Agente de Segurança Penitenciária no Cárcere: entre gaiolas, rateiras e aquários**. Tese de doutorado, 2010. Departamento de Psicologia, USP.
- MICELI, Sérgio. A Força do Sentido. In: Sérgio Miceli (org.). Pierre Bourdieu: **A Economia das Trocas Simbólicas**. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1987.
- SILVA, Waldeck Costa. O lugar do Sujeito no processo de produção do conhecimento em Sociologia da Educação. In: FAZENDA, Ivani C. A.; TRINDADE, V.; LINHARES, C. (Org.). **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional**. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

MINICURRÍCULO DOS(AS) AUTORES(AS):

Alina Maria Celarié Iglesias: Graduada em Antropologia Social – Universidad Veracruzana (2010). Desenvolveu sua pesquisa em Playa del Carmen, Quintana Roo com o título: Playa del Carmen: puerta de entrada al consumo cultural y a la apropiación del espacio en la Riviera Maya, com a orientação da Dra. Giovanna Mazzotti Pabello (SNI) e com o apoio do Dr. Homero Ávila Landa (Cecc Universidad Veracruzana) e do Dr. Manuel Uribe Cruz (INAH-Xalapa). Tem experiência nas áreas de: antropologia urbana, cultura e globalização, gestão cultural e promoção artística. Trabalho no meio editorial: correção do estilo e redação, análise do conteúdo, professora nível graduação. Há realizado pesquisas nas áreas de sociologia, antropologia e educação. Email: alina.celarie@gmail.com

Antonio Vaz de Menezes: Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Roraima (2009); pós-graduado em Educação Inclusiva pelo Uniseb/COC São Paulo (2011), e mestrado em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (2014), atuando principalmente nos seguintes temas: fronteira, migração e territorialidade. Email: avdemenezes51@yahoo.com.br

Carla Monteiro de Souza: Licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1982), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). É professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), vinculada ao curso de História, ao Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) e ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, da Amazônia e de Roraima, atuando principalmente nos seguintes temas: historia oral, narrativas e memórias; etnicidades e identidades; fontes documentais e acervos; migrações internas e cidades; ocupação humana da Amazônia. Email: carlamont59@uol.com.br

Carmenilla Martins: Possui graduação em História (UNIFAP), mestrado (UNB) e doutorado (UFPA) em Ciências Sociais. Professora e pesquisadora vinculada ao Colegiado de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Desenvolve atualmente pesquisas sobre mobilidades e deslocamentos no território fronteiriço Oiapoque-Guiana Francesa. Email: carmenilla@unifap.br

Deyvid Santos Moraes: Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Graduado em Ciências Sociais com habilitação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás. Diretor editorial da revista de graduação *Senso Comum*. Email: ydmorais@gmail.com

Ernesto Renan de Melo Freitas Pinto: Graduado em Letras – Língua e Literatura Inglesa pela Universidade Federal do Amazonas (1969), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Amazonas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPSocio/UFAM) e Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). Coordena o Núcleo de Estudos sobre a Teoria Crítica com ênfase na obra de Theodor W. Adorno, a partir do qual se originou o Projeto de Pós-Doutorado atualmente desenvolvido na USP, sob o título “A Recepção de Theodor W. Adorno no Brasil”, sob a orientação do professor doutor Wille Bolle. Email: erfpinto@gmail.com

Francilene dos Santos Rodrigues: Doutora em Ciências Sociais, formada pelo CEPPAC/UnB, área de concentração: Estudos Comparados sobre as Américas. Mestre em Planejamento e Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA. Graduada em Serviço Social pela UECE. É professora do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF). Coordenadora do Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Fronteiras, coordena a Linha de Pesquisa: Migração, Cultura e Identidades (GEIFRON/PPGSOF/UFRR). Desenvolve pesquisas nas áreas de gênero; gênero e violência; família transnacional; migração; mineração/garimpagem; pensamento social brasileiro e venezuelano; representação e configurações socioculturais na zona fronteira Brasil- Venezuela. Realizou consultoria nas áreas da infância e adolescência, exploração sexual e violência. Email: francilene.rodrigues@pq.cnpq.br

Jakson Hansen Marques: Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná. Doutorando no Programa Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Professor na Faculdade Estácio da Amazônia, coordenador do grupo de pesquisa “Interdisciplinaridade, Interculturalidade e Complexidade: a religação dos saberes e culturas a partir do pensamento complexo”. Ligado aos grupos de pesquisa “Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos” (GEIFRON) da Universidade Federal de Roraima e OIKOMENE da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: jakson_marques@hotmail.com.

Luciana de Oliveira Dias: Doutorado e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB) e graduação (bacharelado e licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Realizou estágio doutoral em Educação Intercultural pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Associada à Asso-

ciação Brasileira de Antropologia (ABA), à Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP), à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), e à International Political Science Association (IPSA). Atualmente é professora adjunta da Educação Intercultural e coordenadora do Mestrado Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG. Tem experiência na área de Ciências Sociais na América Latina, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, educação intercultural, migrações internacionais, etnicorracialidade, gênero e sexualidade.

Marcel Hazeu: Graduado em Ciências Ambientais – Agricultural University, Wageningen (1990) e mestrado em Ciências Ambientais – Agricultural University, Wageningen (1992), e mestrado em Planejamento do Desenvolvimento da UFPa, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Atualmente é pesquisador e articulador político da Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Desenvolvimento, atuando principalmente nos seguintes temas: migrações, desenvolvimento regional, amazônia, tráfico de seres humanos, crianças e adolescentes e direitos sexuais. Está cursando doutorado em desenvolvimento sustentável do trópico úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPa, pesquisando transformações sociais em Barcarena em relação às migrações e (i)mobilidades. Email: celzeu@gmail.com

Márcia Maria de Oliveira: Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM), mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM), mestre em Gênero, Identidade e Cidadania (Universidad de Huelva - Espanha). Cientista Social; licenciada em Sociologia (UFAM). Pesquisadora e vice-líder do Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Observatório Social: Gênero, Política e Poder (GEPOS/UFAM); pesquisadora e vice-líder do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos (GEIFRON/UFRR); livre-docente do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Email: marcia.oliveira@ufr.br

Maria de Fátima Oliveira: Graduação em Ciências Sociais (Licenciatura Plena) pela Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão (FFBS), 1984. Mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), 1997. Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), 2007. Pós-doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), 2014. Professora efetiva na Universidade Estadual de Goiás (UEG), *campus* de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Docente do Curso de Licenciatura

em História, com ênfase em História Regional (Goiás e Tocantins), História do Brasil, Didática e Metodologia do Ensino de História e Estágio Supervisionado. Docente do Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER). Membro do Grupo de Pesquisa GP/CNPq História do Cerrado Brasileiro (UEG). Email: proffatima@hotmail.com

Mario Valero Martínez: Doctor en Geografía e Historia. Profesor Titular/Investigador en el Departamento de Ciencias Sociales Universidad de Los Andes-Venezuela. Coordinador del Grupo de Estudio: Cultura y Territorio . Email: mariovalerom@gmail.com Página Web: http://servidor-opsu.tach.ula.ve/profeso/valero_m/index.htm

Marisol de Paula Reis Brandt: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. Mestre e doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. No doutorado, empreendeu estudo sobre a corrupção e violência no sistema penitenciário de São Paulo e, desde 2000, desenvolve pesquisas e atividades profissionais junto à população penitenciária. É professora adjunta I na Universidade Federal do Acre. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana e Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Atua no campo da violência urbana com ênfase nas Representações Sociais, Identidade Social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Lei de Execução Penal. É parecerista da *Revista Brasileira de Segurança Pública*. É líder do Grupo de Pesquisa "Sujeitos, Ações e Percepções: Grupo de Pesquisa em Violência e Conflitualidades". É integrante do Grupo de Pesquisa "Violência, Cidadania e Segurança Pública" (Universidade de Brasília). Email: solalis2003@yahoo.com.br

Nelson Matos de Noronha: Graduado em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (1987), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992) e doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Atualmente é professor associado III da Universidade Federal do Amazonas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPSocio/UFAM) e Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). Email: noronhanelson@hotmail.com

Odenei de Souza Ribeiro: Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (2012), mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1999), graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (1993). Professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPSocio/UFAM) e do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). Email: ribeiroode@hotmail.com.

Paulo Henrique Faria Nunes: Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG, 1998), especialista em Relações Internacionais (PUC Goiás, 2000), mestre em Geografia (UFG, 2003), doutorando em Ciências Políticas e Sociais (área de concentração: Relações Internacionais) pela Universidade de Liège (Bélgica). Professor assistente I da PUC Goiás e da Universidade Salgado de Oliveira (Universo, *campus* Goiânia). Principais áreas de atuação e pesquisa: direito internacional público, relações internacionais, direito ambiental e direito minerário, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado, soberania, território, política, recursos naturais, integração regional, Amazônia, geopolítica. Livros publicados: *Meio ambiente & mineração* (Juruá, 2006), *O pensamento político de Thomas Hobbes* (Simplíssimo, 2010), *Integração sul-americana* (Edição do autor, 2011), *Direito internacional: introdução crítica*. Email: phfnunes@gmail.com.

Esta obra foi impressa em processo digital/sob demanda,
na Oficina de Livros para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel Pólen Soft 80g/m²
e a fonte Garamond corpo 11 com entrelinha 13,7.
Rio de Janeiro, julho de 2015.